



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
UNIRIO - CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

Programa de Pós-Graduação em História

UNIRIO
história

ALESSANDRA SCHIMITE DA SILVA

MUITO ALÉM DA PEDRA E CAL?

OS PROJETOS DA
SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA NA PRAÇA
XV, NO RIO DE JANEIRO, NOS ANOS
1980

2025

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
UNIRIO - CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ALESSANDRA SCHIMITE DA SILVA

MUITO ALÉM DA PEDRA E CAL?

Os projetos da Sphan/Pró-Memória na Praça XV, no Rio de Janeiro, nos anos 1980

RIO DE JANEIRO

2025

ALESSANDRA SCHIMITE DA SILVA

MUITO ALÉM DA PEDRA E CAL?

Os projetos da Sphan/Pró-Memória na Praça XV, no Rio de Janeiro, nos anos 1980

Tese apresentada ao Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História da UNIRIO como requisito necessário para obtenção do título de Doutor em História.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Márcia Regina Romeiro Chuva

RIO DE JANEIRO

2025

FICHA CATALOGRÁFICA

S586 Silva, Alessandra Schimite da
 Muito além da pedra e cal? Os projetos da Sphan/Pró-
 Memória na Praça XV, no Rio de Janeiro, nos anos 1980 /
 Alessandra Schimite da Silva. -- Rio de Janeiro : UNIRIO,
 2025.
 279 f.

 Orientadora: Márcia Regina Romeiro Chuva.
 Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Estado do
Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História, 2025.

 1. IPHAN. 2. Patrimônio Cultural. 3. Praça XV de
Novembro. I. Chuva, Márcia Regina Romeiro, orient. II.
Título.

ALESSANDRA SCHIMITE DA SILVA

MUITO ALÉM DA PEDRA E CAL?

Os projetos da Sphan/Pró-Memória na Praça XV, no Rio de Janeiro, nos anos 1980

Tese apresentada ao Curso de Doutorado
do Programa de Pós-Graduação em da
UNIRIO como requisito necessário para
obtenção do título de Doutor em História.

Aprovado em: 28/05/2025.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Márcia Regina Romeiro Chuva – Orientadora - PPGH/UNIRIO

Prof^ª. Dr^ª. Lia Motta, PEP/MP/IPHAN

Prof^ª. Dr^ª. Flávia Brito do Nascimento - FAU/USP

Prof. Dr. Antonio Gilberto Ramos Nogueira - PPGH/UFC

Prof. Dr. Rafael Winter Ribeiro - PPGG/UFRJ

À minha mãe, Marcelina.

AGRADECIMENTOS

Essa tese é dedicada à minha mãe, Marcelina, a quem me refiro aqui em primeiro lugar e faço esse agradecimento especial pelo apoio incondicional em todos os momentos da minha vida. Por estar sempre ao meu lado. Todo o meu amor.

Em segundo lugar, agradeço às duas mulheres que foram fundamentais durante essa longa jornada que é o doutorado: minha querida orientadora Márcia Chuva e minha analista Cláudia.

À Márcia Chuva agradeço pela parceria diante das minhas sucessivas solicitações de prorrogação de prazo e de todas as minhas dúvidas e incertezas. Por sua leitura sempre atenta, generosa, pelas sugestões e críticas, pelo direcionamento a cada questão que se apresentava, pelo respeito às minhas reflexões e, sobretudo, por sua empatia no decorrer desses últimos anos. Sem seu apoio essa tese jamais existiria. Márcia me ofereceu um norte sempre que foi preciso e não há palavras para descrever o tamanho da gratidão que sinto por tê-la como orientadora durante esse tempo.

À Cláudia, minha parceira de tantos anos, que esteve ao meu lado me dando suporte em todos os momentos que precisei, sendo muito mais do que uma analista. Me incentivando e me ajudando a atravessar todos os desafios que se apresentaram pelo caminho. Minha eterna gratidão a tudo o que fez e faz por mim todos os dias. Por acreditar que era sim possível e me apoiar até o fim.

Em terceiro lugar, agradeço às professoras Lia Motta, Flávia Brito do Nascimento e Leila Bianchi Aguiar pela leitura e pelas contribuições tão generosas na banca de qualificação que contribuíram para a construção desse trabalho e para o encaminhamento de meus estudos.

Agradeço novamente às referidas professoras e, também, aos professores Antonio Gilberto Ramos Nogueira e Rafael Winter Ribeiro pela gentileza em aceitar integrar a banca de defesa. É um privilégio poder contar com a avaliação de minha pesquisa por cada um(a) de vocês.

Agradeço aos funcionários(as) do Arquivo Central do IPHAN, unidades do Rio de Janeiro e de Brasília, por sempre me atenderem com tanta dedicação. Em especial, aos funcionários da unidade do Rio, Tatiana, Ivan e Oscar pelas conversas e por toda a ajuda diante das inúmeras lacunas com que me deparei na documentação pesquisada.

Por fim, agradeço à minha família por estar sempre presente, me acolhendo, me lembrando todos os dias os motivos que me fizeram iniciar essa jornada. Aos meus irmãos, Adriana e Adriano, pelas conversas cotidianas que amenizaram os desafios da vida e pelo

apoio incondicional. À minha sobrinha, Ava, que me motiva a ser uma pessoa melhor todos os dias. Às minhas amigas, Juliana Ramos, Marize Figueira e Danielle Magalhães, por compartilharem comigo suas trajetórias acadêmicas, e a tantos outros amigos, parceiros de vida, pelo apoio sempre que preciso. Todo esse amparo é que me fez chegar até aqui.

SILVA, Alessandra Schimite da. Muito além da pedra e cal? Os projetos da Sphan/Pró-Memória na Praça XV, no Rio de Janeiro, nos anos 1980. 2025. 279 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2025.

RESUMO

Essa tese analisa a preservação da Praça XV de Novembro, no Rio de Janeiro, ao longo da década de 1980, especialmente em torno das ações da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional / Fundação Nacional Pró-Memória (Sphan/Pró-Memória). Partindo do estudo do projeto de restauração do edifício do Paço Imperial (1982-1985) e do processo de tombamento da Praça XV e imediações (1986-1990), serão analisadas as relações com outros agentes públicos com atuação no local. O objetivo foi refletir sobre uma (re)invenção do nacional a partir da apropriação dos vestígios remanescentes da Praça XV pelo organismo federal de preservação, problematizando as disputas de narrativas nesse processo e dos valores evocados em sua patrimonialização. Será colocada em debate a historiografia que trata da trajetória das políticas de patrimônio no Brasil, inaugurada naquele contexto, bem como o processo de abertura política que ocorria no país, que trouxe para o campo do patrimônio disputas sobre os sentidos dados à ideia de democracia. A análise das fontes, como os processos de tombamento, os arquivos técnicos-administrativos e as publicações da Sphan/Pró-Memória e da imprensa, revelou a existência de um grande investimento na construção de uma narrativa positivada sobre a Praça XV nos anos 1980, colaborando para a manutenção de silenciamentos e perpetuando uma leitura já consagrada sobre o patrimônio da praça.

Palavras-chave: IPHAN; Sphan/Pró-Memória; Paço Imperial; Praça XV de Novembro; Patrimônio material; Patrimônio urbano; Patrimônio Cultural; Preservação.

SILVA, Alessandra Schimite da. Far beyond stone and lime? The Sphan/Pró-Memória projects for the XV square region in the 1980s. 279 f. Thesis (Doctorate in History) - Postgraduate Program in History, Federal University of the State of Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2025.

ABSTRACT

This thesis analyzes the preservation of Praça XV de Novembro, in Rio de Janeiro, throughout the 1980s, especially in relation to the actions of the Secretariat of National Historical and Artistic Heritage/National Pró-Memória Foundation (Sphan/Pró-Memória). Based on the study of the restoration project of the Paço Imperial building (1982-1985) and the process of listing Praça XV and its surroundings (1986-1990), the relationships with other public agents working in the area will be analyzed. The objective was to reflect on a (re)invention of the national based on the appropriation of the remaining vestiges of Praça XV by the federal preservation agency, problematizing the disputes over narratives in this process and the values evoked in its patrimonialization. The historiography that deals with the trajectory of heritage policies in Brazil, inaugurated in that context, will be discussed, as well as the process of political opening that occurred in the country, which brought disputes over the meanings given to the idea of democracy to the field of heritage. The analysis of sources, such as the listing processes, technical-administrative archives and publications by Sphan/Pró-Memória and the press, revealed the existence of a large investment in the construction of a positive narrative about Praça XV in the 1980s, contributing to the maintenance of silences and perpetuating an already established reading about the square's heritage.

Keywords: IPHAN; Sphan/Pró-Memória; Imperial Palace; Praça XV de Novembro; Material heritage; Urban heritage; Cultural heritage; Preservation.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa com a localização dos bens tombados pelo IPHAN na Praça XV de Novembro, no Rio de Janeiro.....	65
Figura 2 - Distribuição de edições durante evento de relançamento da Revista do Patrimônio no Paço Imperial (1984)	109
Figura 3 - Público no canteiro de obras durante evento de relançamento da Revista do Patrimônio no Paço Imperial (1984)	109
Figura 4 - Vista de cima da Praça XV. Na imagem, vê-se a Perimetral, a estação das Barcas e a passarela de pedestres (1985)	155
Figura 5 - Aspectos da passarela de pedestres localizada abaixo da perimetral que ligava a Praça XV à Estação das Barcas (1987)	155
Figura 6 - Vista de cima de rua na lateral do edifício do Paço Imperial. Na imagem, vê-se o início da passarela de pedestres logo à frente da fachada do Paço Imperial (1985)	167
Figura 7 - Circulação de ônibus embaixo da Perimetral, na Praça XV (1986)	167
Figura 8 - Peixe descartado no chão da região da Praça XV após comercialização de peixe durante a madrugada (1989)	168
Figura 9 - Intensa circulação de veículos e pedestres nos arredores da Praça XV e do Paço Imperial (1986)	168
Figura 10 - Projeto do novo prédio da Bolsa de Valores (1987)	187
Figura 11 - Projeto de Jaime Lerner para a mudança do trânsito na região da Praça XV (1985)	189
Figura 12 - Localização dos terminais Misericórdia e Agache na Praça XV (1988)	192
Figura 13 - Projeto do Novo Mercado Municipal do Rio (1988)	193
Figura 14 - Projeto de integração do cais à paisagem urbana do Centro (1987)	197
Figura 15 - Fotografia publicada no Jornal do Brasil com o Diretor do Departamento de Parques e Jardins, Sérgio Tabet e o arquiteto da SPHAN, Pedro Alcântara na área das escavações do velho cais na Praça XV (1987)	198
Figura 16 - Charge do O Globo em referência à fotografia publicada no Jornal do Brasil. Na imagem, o delegado da Divisão de Homicídios da Polícia Civil, Ivan Vasquez, responsável pelo caso Baumgarten, observa Sérgio Tabet e Pedro Alcântara nas escavações da Praça XV e diz: “Vamos chamar o Polila para saber se ele viu D. João VI desembarcando aqui” (1987)	198
Figura 17 - Chafariz do Mestre Valentim e Cais (1989)	199

Figura 18 - Fachadas do edifício do Paço da Cidade, sede dos Correios e Telégrafos em 1980. Ao fundo, vê-se o edifício Cândido Mendes em construção (1980)	205
Figura 19 - O Largo do Paço em 1817, por Thomas Ender. No primeiro plano, a rampa e o cais, seguido do Paço, Capela Real e a igreja da Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo. O segundo andar da fachada do Paço fora construído em 1814, a mando de D. João VI	211
Figura 20 - Vista do Paço, a partir da qual é possível ver a edificação de quatro pavimentos construída no antigo pátio interno	213
Figura 21 - Pórtico principal onde se veem as colunas	216
Figura 22 - Delimitação da área de estudo para o tombamento do conjunto urbano da Praça XV	229

LISTA DE TABELAS

Quadro 1 - Relação de autores, biografia fornecida pela Revista, seção e título do artigo na Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 19, 1984.....	110
Quadro 2 - Relação de autores, biografia fornecida pela Revista, seção e título do artigo na Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 20, 1984.....	113
Quadro 3 - Relação de autores, biografia fornecida pela Revista, seção e título do artigo na Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 21, 1986.....	116
Quadro 4 - Relação de autores, formação, título do artigo e seção da Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 22, 1987.....	120
Quadro 5 - Relação de capas da Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional publicadas na década de 1980.....	130

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CNRC	Centro Nacional de Referência Cultural
DCR	Divisão de Conservação e Restauração
DPHAN	Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
DTC	Diretoria de Tombamento e Conservação
EMBRATUR	Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo
FUNARTE	Fundação Nacional de Artes
FUNDREM	Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro
IBPC	Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural
INEPAC	Instituto Estadual do Patrimônio Cultural
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPP	Instituto Pereira Passos
JB	Jornal do Brasil
MEC	Ministério da Educação e Cultura
PNC	Política Nacional de Cultura
PRÓ-MEMÓRIA	Fundação Nacional Pró-Memória
SEAC	Secretaria de Assuntos Culturais
SEC	Secretaria da Cultura
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico (1937 a 1946) Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1979 a 1981 / 1985 a 1990) Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1981 a 1985)
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a educação a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
1. A Sphan/Pró-Memória na década de 1980 e a proposta de uma nova perspectiva sobre o patrimônio nacional.....	24
1.1. Sphan/Pró-Memória: a reestruturação da política de preservação federal.....	27
1.2. Os desafios da preservação de uma “cidade viva”.....	50
1.3. Rio Antigo: um desenho projetivo da nação?.....	60
2. A Praça XV em debate na nova política editorial da Fundação Nacional PróMemória.....	80
2.1. As publicações da Sphan/Pró-Memória como espaço de difusão e legitimação da nova política de preservação federal.....	81
2.2. A Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.....	100
2.3. O relançamento da Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nos anos 1980 e os debates sobre as transformações urbanas nos centros históricos.....	105
2.4. O patrimônio material em debate no Rio de Janeiro: os artigos sobre a Praça XV e o Paço Imperial nas edições dos anos 1980.....	135
3. Das denúncias de abandono aos projetos de revitalização: o patrimônio da Praça XV na imprensa da década de 1980.....	147
3.1. Praça XV de Novembro: um patrimônio negociado.....	153
3.2. "Catalogada e abandonada": o patrimônio da Praça XV de Novembro nos anos 1980.....	157
3.3. A Praça XV em disputa: preservação e urbanização nos projetos dos anos 1980.....	169
4. Patrimônio além da pedra e cal? o Rio Antigo nos projetos da Sphan/Pró-Memória na região da Praça XV nos anos 1980.....	203
4.1. A restauração do Paço e reabertura como Centro Cultural em 1985.....	204
4.2. O tombamento do conjunto urbano da área central da Praça Quinze de Novembro.....	227
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	243
REFERÊNCIAS.....	250

INTRODUÇÃO

A Praça XV de Novembro, no Rio de Janeiro é um lugar de memória – como pensado por Pierre Nora – que simboliza uma imaginação da nação e do poder nacional: porto principal de entrada das embarcações reais, onde a corte teria pisado pela primeira vez no Rio de Janeiro, e de negros africanos escravizados (antes da existência do Cais do Valongo); e centro do poder colonial e real, desde 1763, quando a cidade torna-se capital da Colônia, devido à sua localização estratégica em relação às minas gerais, visando o escoamento oficial do ouro da Colônia. Sede do poder colonial, foi também sede do Reino português entre 1808 e 1821, e depois, local de produção de memórias sobre diversas manifestações de poder imperial, a exemplo do Dia do Fico, quando o Imperador D. Pedro I decide não retornar a Portugal, consagrando o Primeiro Reinado do novo país independente.

No entanto, se olharmos para a materialidade da Praça XV como resultado de um processo histórico concebido a partir de relações de poder entre diferentes sujeitos e memórias, conforme sugere Michel-Rolph Trouillot, ao tratar do não dito e dos silêncios como parte da construção do passado, não podemos evitar o questionamento sobre o que tal narrativa consolidada para essa área da cidade deixou de fora acerca da história do Brasil. E sob a perspectiva das políticas federais de preservação, nos indagar se as ações de proteção do patrimônio histórico e artístico nacional na região contribuíram para reforçar, rever ou redimensionar essa narrativa ao longo dos anos.

Nesse sentido, a pergunta “Para além da pedra e cal?” que intitula a tese, propõe um debate com o emblemático artigo de Maria Cecília Londres Fonseca, publicado em 2003, que aborda a ausência da memória negra na região da Praça XV, ao destacar que a leitura feita da Praça, fundamentada a partir da necessidade de se construir uma imagem ideal, em moldes europeus, do país, estava longe de retratar uma imagem do passado, da sociedade da época e da vida que havia se desenvolvido naquela espacialidade.

A crítica à patrimonialização da Praça XV, promovida pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), ainda nos anos 1930, reivindicava, assim, a existência de outras possibilidades narrativas, ressaltando a importância de se pensar o patrimônio da praça para além da valorização da arquitetura monumental colonial de “pedra e cal”, profundamente associada a uma imagem hegemônica do nacional.

Uma mudança nesse paradigma começa a ser esboçada no final dos anos setenta, a partir da emergência de novos agentes no campo do patrimônio, cuja atuação irá tensionar a instituição federal a rever a sua postura em relação à Praça XV. Nessa conjuntura, os

resquícios do antigo Rio - que sobreviveram aos inúmeros projetos urbanísticos que transformaram a cidade em uma metrópole ao longo do século XX - se tornam objeto de iniciativas articuladas pela municipalidade, pelo Estado e, também, pelo governo federal, sendo a região da Praça XV revisitada em projetos que propunham a proteção de uma maior diversidade de seus aspectos arquitetônicos, como um caminho para assegurar a preservação de outros testemunhos de sua história.

Mas quais narrativas sobre o passado da Praça XV seriam mobilizadas por essas novas abordagens do patrimônio? Teriam essas novas leituras rompido com a imagem já consagrada da praça?

Para contribuir com os estudos do campo do patrimônio que pensaram essas questões, essa tese irá analisar a preservação da Praça XV de Novembro, no Rio de Janeiro, ao longo da década de 1980, e, em especial, as ações promovidas pela Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional / Fundação Nacional Pró-Memória (Sphan/Pró-Memória). Partindo do estudo do projeto de restauração do edifício do Paço Imperial (1982-1985) e do processo de tombamento da Praça XV e imediações (1986-1990), serão analisadas as relações com outros entes públicos com atuação no local, com o intuito de refletir sobre uma (re)invenção do nacional a partir da apropriação dos vestígios remanescentes da praça pelo organismo federal de preservação, compreendendo as narrativas concebidas em torno desse processo e os valores evocados em sua patrimonialização.

Para alcançarmos esse debate, será necessário saber como a historiografia que trata da trajetória das políticas de patrimônio no Brasil, inaugurada nesse contexto, compreendeu esse momento, tendo em vista o processo de abertura política que ocorria no país, especialmente a partir da Lei da Anistia, de 1979. O debate em torno da democracia e da redemocratização pautava uma série de agentes e agências, que disputavam seus sentidos e as ações, atingindo diretamente o campo do patrimônio. Havia também transformações significativas em escala global, com criação do título de Patrimônio Mundial pela Unesco, assim como de novas abordagens no campo da História e da Antropologia, que consagraram um olhar processual e dinâmico para a cultura, que, alcançando as políticas, visaram a preservação patrimonial.

É preciso, portanto, situar historicamente a reestruturação das políticas federais de preservação do final dos anos setenta, a partir da mudança na gestão da instituição federal, com a posse do designer Aloísio Magalhães no cargo de diretor-geral do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e a criação do sistema Sphan/Pró-Memória em fins de 1979. O trabalho de Lais Vilela Lavinhas (2012) é referência para fundamentar uma

perspectiva crítica sobre esse contexto, debatendo especialmente com a historiografia institucional que funda uma nova era a partir dessa gestão.

As mudanças promovidas no interior da instituição iriam evidenciar as disputas que envolveram as novas abordagens propostas para o patrimônio da Praça XV, bem como o direcionamento dos debates que acompanharam tais ações.

Nesse sentido, no capítulo 1, iremos investigar uma conjuntura mais ampla, recorrendo aos estudos sobre as políticas culturais no Brasil para refletir sobre o papel que a área cultural assume no interior das políticas federais do governo militar. Esse panorama permitirá compreender as condições que propiciaram as mudanças implementadas no campo do patrimônio nesse período.

Diante do acentuado declínio da legitimidade política do regime militar, algumas estratégias seriam adotadas para lidar com a oposição de diversos setores sociais em relação às medidas de exceção executadas pelo governo Geisel. Dentre elas, estava a implementação de uma política de abertura lenta e gradual, que visava a criação de mecanismos suficientemente flexíveis para cooptar parte desses setores e conter o crescente movimento social (COHN, 1984).

É nesse contexto, portanto, que seria elaborada a Política Nacional de Cultura (1975) que insere a cultura entre as metas da política de desenvolvimento social do governo Geisel e temas como a preservação do patrimônio e a integração como forma de fixação da personalidade cultural do Brasil, em harmonia com seus elementos formadores e regionais, tornam-se presentes nos debates das políticas públicas, colocando a cultura como um meio indispensável para fortalecer e consolidar a nacionalidade.

Diante disso, a cultura iria assumir um papel fundamental dentro das políticas de Estado, na medida em que seria responsável por criar a ideia de inclusão social e valorização das diferenças (LAVINAS, 2012) e, por isso, o seu controle pelo regime era uma ferramenta indispensável, já que determinava os limites da construção desse ideário da identidade nacional.

Partimos das análises seminais do sociólogo Sérgio Miceli, que inauguram uma reflexão sobre o campo cultural, produzida no calor dos acontecimentos, para debater a instituição da Secretaria de Assuntos Culturais (SEAC), no final do governo do General Ernesto Geisel (1974-1979), como estratégia de fortalecimento da área cultural dentro da organização administrativa do Ministério da Educação e Cultura (MEC).

Para ele, a criação da SEAC e a divisão da atuação da secretaria em duas vertentes distintas, uma vertente de produção, circulação e consumo da cultura, e outra vertente

patrimonial, explicitavam a diferenciação entre as linhas, demonstrando a complexidade do setor. Sobre esse aspecto, daremos um enfoque especial para a vertente patrimonial, detalhando como as experiências do Programa de Cidades Históricas (PCH) e do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), desenvolvidas fora do âmbito da Secretaria, foram consideradas fundamentais para os encaminhamentos dados, posteriormente, para essa reestruturação.

Por meio da análise das declarações feitas pelo Ministro da Educação e Cultura Eduardo Portella e pelo recém-empossado diretor-geral do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Aloísio Magalhães, na imprensa e em eventos oficiais, buscaremos identificar como as ideias disseminadas por eles contribuíram para reforçar uma narrativa que iria enfatizar as dificuldades enfrentadas pelo IPHAN diante dos desafios decorrentes do crescimento acelerado, especialmente, no caso dos centros urbanos, alçando o PCH e o CNRC como aliados do Instituto para responder à complexidade da situação em que estava inserida a problemática da preservação dos bens culturais no país.

Embora o instituto tenha solicitado apoio à UNESCO, para adequar sua prática de preservação às novas dinâmicas urbanas, as limitações técnicas e financeiras do órgão, acabaram sendo utilizadas como justificativa para a reestruturação que seria realizada na instituição em fins dos anos setenta, a partir da incorporação do Programa de Cidades Históricas e do Centro Nacional de Referência Cultural ao IPHAN, e a transformação da instituição em Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), seguida pela criação da Fundação Nacional Pró-Memória. Criando um sistema que se tornaria conhecido por Sphan/Pró-Memória.

Para entendermos esse cenário de transformações urbanas e os desafios que se impunham para a preservação de “cidades-vivas” - expressão bastante utilizada no contexto dos anos 1980 em contraposição à ideia de cidade como uma obra de arte finita -, será necessário fazer um breve retrospecto acerca das cartas patrimoniais, publicadas nas décadas de 1960 e 1970, que abordaram temáticas relacionadas à questão urbana. O objetivo é compreender as políticas de patrimônio federais a partir dos debates travados em fóruns nacionais e internacionais do campo.

Buscando equacionar a conservação do patrimônio com o desenvolvimento das cidades, no decorrer da década de 1980, a Sphan/Pró-Memória irá promover algumas ações voltadas para o que considerou como os “elementos fundamentais” - conforme afirmara Aloísio Magalhães - da cultura nacional nas áreas urbanas, realizando projetos de revitalização e dinamização dos bens patrimonializados. E o Rio de Janeiro, caso exemplar de

cidade que teve sua trajetória marcada pela constante reconfiguração de seu tecido urbano, seria uma das regiões em que a instituição vai se concentrar nesse período, tensionada pela ação da municipalidade na área, por meio do projeto do Corredor Cultural, e pelas constantes críticas da imprensa da época que denunciavam o suposto descaso do órgão federal em relação ao patrimônio do Rio.

Antes de nos aprofundarmos na análise das ações promovidas pela Sphan/Pró-Memória na Praça XV nos anos 1980, contudo, propomos uma reflexão sobre a construção do patrimônio da praça ao longo do século XX, período em que a cidade do Rio de Janeiro foi objeto de diferentes projetos urbanísticos que atuaram sobre a sua materialidade procurando atribuir a ela, valores e signos da modernidade, como referenciais de civilidade.

Esses projetos reforçaram, reiteradamente, uma interpretação dos vestígios remanescentes da cidade que associavam o passado do Rio à sua capitalidade, silenciando, conseqüente, outras narrativas sobre a sua história, convergindo para uma ideia de Rio Antigo que se ancorava em uma imagem positivada da velha cidade.

O termo Rio Antigo aparece na imprensa desde o início do século XX, época em que as transformações urbanas do Rio já eram amplamente debatidas nos principais jornais da cidade e do país. Nos anos 1980, esse termo seria recuperado pela imprensa para se referir aos vestígios remanescentes da velha cidade que ainda permaneciam em sua espacialidade, sendo também apropriado por intelectuais e arquitetos ligados ao organismo federal para referir-se a essa mesma materialidade.

Para a discussão das diferentes perspectivas acerca da questão urbana da cidade do Rio de Janeiro iremos nos amparar em uma extensa bibliografia dedicada ao tema, como os estudos de Flávia Brito do Nascimento (2016c, 2017, 2018a, 2018b, 2020, 2021), Antonio Colchete Filho (2008, 2023), Antonio Edmilson Rodrigues (2015, 2024), Marly Silva da Motta (1992, 2001), André Nunes de Azevedo (2002, 2015, 2016), dentre outros, que irão nos ajudar a compreender os sentidos e significados atribuídos nos diferentes projetos urbanísticos propostos para o Rio.

Esse imaginário se fará presente, também, no processo de patrimonialização do Rio e, em especial, da Praça XV, região vinculada à fundação da cidade. E vai corroborar, como demonstraremos ao longo da tese, para a perpetuação de uma leitura excludente que se tornaria hegemônica sobre a materialidade da cidade.

No final da década de 1970, com o processo de revalorização do Centro, a área passaria a ser objeto de novas investidas do poder público que visavam promover a recuperação do espaço por meio de ações de preservação e adaptação de seus vestígios

remanescentes a novos usos, objetivando a conservação de seus aspectos considerados originais.

Por meio das fontes mapeadas ao longo desse estudo, foi possível identificar manifestações de arquitetos e intelectuais ligados à instituição sobre as mudanças experimentadas pelo Rio ao longo do século XX, nas quais expressavam, em tom de lamento, a perda de suas “características tradicionais” associadas à sua condição de “símbolo da nação”. Essa “retórica da perda”, tal como apontada por José Reginaldo Gonçalves (2002), verificada na fala desses arquitetos, como veremos, iria motivar o empenho na defesa da preservação dos aspectos do Rio Antigo ainda sobreviventes no centro do Rio.

A partir da análise dos direcionamentos assumidos pela instituição federal, percebidos por meio da documentação administrativa da Fundação Nacional Pró-Memória, disponível no Arquivo Central do IPHAN, iremos compreender como a Sphan/Pró-Memória se propôs a resolver a problemática urbana - que não havia sido bem conduzida pelas políticas precedentes - a partir da promoção de um “desenvolvimento orgânico” e “harmonioso” que iria permitir o crescimento da cidade do Rio sem maiores implicações à ambiência de seu patrimônio edificado, através da mediação dos vários interesses em jogo na cidade, sejam oriundos das reformulações e propostas de apropriação do espaço urbano pela municipalidade ou das investidas do setor imobiliário, cada vez mais atuante na área.

Desse modo, pretendemos demonstrar que a área central do Rio de Janeiro e, em especial, a Praça XV de Novembro - região historicamente vinculada ao período de formação, não só da cidade, mas do Brasil enquanto nação - seria objeto de disputas em torno de sua memória (NORA, 1993), configurada por diferentes materialidades, no decorrer da década de 1980.

Assim, para entender a formulação e os limites desse desenho projetivo de nação, iremos nos debruçar, nos demais capítulos da tese, sobre alguns dos âmbitos em que essa memória foi continuamente produzida e disputada: nas publicações da Sphan/Pró-Memória; na imprensa; e, por fim, na execução dos projetos de restauração do Paço Imperial e no tombamento da Praça XV de Novembro.

Desse modo, o capítulo 2 é dedicado à discussão da Praça XV nas publicações da instituição, considerando a nova política editorial da Fundação Nacional Pró-Memória, com ênfase nas edições da Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional lançadas na década de 1980.

Em fins dos anos 1970, com a reestruturação da instituição e a criação da Sphan/Pró-Memória, um setor de editoração foi organizado com o objetivo de propor ações

de comunicação institucional e estabelecer estratégias para difundir as novas ideias e atribuições do instituto.

As fontes trabalhadas no capítulo 2 são as publicações editadas pela Pró-Memória, que colaboraram para a consolidação de uma narrativa hegemônica sobre a reestruturação das políticas federais de preservação e para a disseminação do conceito de bem cultural, proposto em substituição à ideia de patrimônio histórico e artístico nacional, constituindo-se como um importante *locus* de produção de história.

É nesse contexto que a Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional seria relançada, após um período de interrupção de cerca de seis anos, propondo um outro olhar sobre a fala canônica dos estudos sobre o patrimônio que integraram a Revista até 1978. O relançamento da Revista trazia um novo formato, dimensões e um desenho moderno, apesar de ainda manter o propósito de promover o intercâmbio entre especialistas, por meio da publicação de mesas redondas e diferentes seções (CHUVA, 2017b).

A análise das quatro revistas publicadas ao longo da década de oitenta enquanto um conjunto, irá nos mostrar que os debates em torno do planejamento urbano e da preservação dos centros históricos ocuparam um número significativo de artigos, revelando um direcionamento objetivo para inquietações do presente.

Para compreendermos esses debates, iremos examinar os textos que trataram os desafios para a preservação do patrimônio frente às transformações urbanas, especialmente no caso dos centros urbanos. Os artigos escritos ou selecionados para publicação nessas edições da Revista abordavam a política de preservação federal, o crescimento desenfreado das cidades, a descaracterização das áreas urbanas, as propostas de apropriação do patrimônio, o uso dos bens culturais e trazem uma reflexão sobre a importância de se pensar as cidades como “*locus* da heterogeneidade e da complexidade” (VELHO, 1986).

O tema da democracia é verificado nas edições da Revista dos anos 1980, por meio dos artigos que se propuseram ao debate da questão urbana e dos modos de apropriação do patrimônio nas cidades, já que as transformações experimentadas por essas áreas expunham o processo de seleção entre as memórias que iriam permanecer ou não nessas espacialidades.

Desse modo, propomos, ainda, uma análise dos artigos que trataram aspectos do patrimônio edificado do Rio de Janeiro, com destaque para os textos sobre a Praça XV e o Paço Imperial. A ideia é compreender como o patrimônio foi retratado nas páginas da Revista, identificando os valores mobilizados e a leitura de sua materialidade feita através dos projetos executados pela Sphan/Pró-Memória.

No capítulo 3, seguiremos investigando o patrimônio da Praça XV, buscando traçar um panorama das matérias publicadas pela imprensa que abordaram temáticas relacionadas à preservação dos aspectos materiais da praça ao longo dos anos 1980.

Nos últimos anos, a SPHAN havia sido alvo de críticas, sendo acusada de um suposto abandono e descaso em relação ao patrimônio do Rio de Janeiro. Diferentes veículos de comunicação abordaram a falta de conservação dos monumentos e os impactos que o crescimento urbano desenfreado e da ausência de um planejamento urbano adequado geraram para a manutenção dos bens da cidade.

Durante esse período, a Praça XV foi objeto de inúmeros projetos urbanísticos, de planejamento e preservação desenvolvidos por diferentes agentes da esfera pública, e volta a ocupar um lugar de centralidade dentro dos debates em torno da importância da conservação e dos usos dos centros históricos do país.

Para entender essa conjuntura de disputas em torno da materialidade da Praça XV, iremos mapear os principais projetos apresentados para a praça, não só pela Sphan/Pró-Memória, mas, também, pela municipalidade e pelo empresariado da região.

Conforme será possível observar, nos anos oitenta, há um grande investimento na construção de uma narrativa positivada sobre a Praça XV, a partir de iniciativas que buscaram evidenciar aspectos de sua materialidade que pudessem testemunhar os “tempos de glórias”¹ da cidade, associados à memória do Rio concebida a partir de sua capitalidade.

A preservação dessa cidade antiga irá se manifestar de forma bastante significativa na Praça XV, passando a interessar, também, enquanto objeto discursivo da identidade nacional (NASCIMENTO, 2018). E teve em seu tombamento como conjunto urbano, em 1990, a reiteração de uma narrativa sobre o seu passado que permaneceria silenciando parte fundamental de sua história, sendo assim recorrentemente invisibilizada a presença negra na cidade.

Por fim, no capítulo 4, iremos analisar as duas iniciativas realizadas na Praça XV pela Sphan/Pró-Memória: a restauração do Paço e o tombamento do conjunto urbano da área central da Praça XV e imediações.

Em ambos os casos, as reflexões foram fundamentadas na pesquisa documental - dos processos de tombamento, das fontes administrativas, do inventário e da documentação do Arquivo Temporário da Fundação Nacional Pró-Memória -, e na bibliografia sobre o tema e imprensa da época.

¹ Revitalização do Centro começa pela Praça XV. O Globo, Rio de Janeiro, 22 jun. 1986.

No projeto de restauro do Paço iremos explorar as escolhas e opções adotadas pelo corpo técnico na execução da obra e nas orientações assumidas no decorrer dos estudos de arqueologia realizados nos limites do prédio, em paralelo ao trabalho dos arquitetos. Refletiremos sobre a abordagem inovadora praticada pela instituição que propunha diretrizes para a apropriação e uso dos bens tombados, restaurados e pensados a partir da exploração para fins culturais; e, também, sobre a permanência, conforme foi possível identificar ao longo da execução da obra, de antigas práticas de preservação que acreditava-se já estarem superadas, tendo em vista a ciência e aceite dos termos das cartas internacionais sobre o assunto e os debates travados na Revista.

No processo de tombamento da "Área Central da Praça Quinze e Arredores" analisaremos os estudos preliminares e a gradual aproximação da Sphan/Pró-Memória em relação à Praça XV. Na proposição do tombamento do conjunto urbano, apesar de considerar exemplares da arquitetura não consagrada, verificou-se que não significou uma abordagem mais diversa e inclusiva do patrimônio, concepções essas defendidas em diversos espaços publicados na Revista, mas representou o reposicionamento da Sphan/Pró-Memória no campo da preservação, tensionado pela atuação de outras esferas do poder público que também desenvolviam ações na área central da cidade

Como iremos observar, os diferentes projetos elaborados para a Praça XV, nos anos 1980, iriam concorrer para um objetivo em comum: preservar e revitalizar a cidade “antiga” do Rio, como se fosse possível a recuperação de um passado distanciado da leitura que se faz dele no tempo presente.

Assim, ao reforçar uma história do país tradicionalmente comunicada pela instituição, que associa a imagem da Praça XV a um espaço de poder, vinculado às memórias do período colonial e a uma nostalgia imperial, o reconhecimento do conjunto arquitetônico da praça demonstra haver, ainda, um longo caminho a percorrer em direção à consolidação de uma política de preservação verdadeiramente democrática e representativa da diversidade cultural brasileira.

Com as reflexões apresentadas ao longo desta tese, pretendemos estimular os debates em torno do patrimônio da Praça XV na década de 1980, ajudando a pensar o significado da manutenção dessas interpretações sobre a memória da praça ainda na atualidade. Contudo, não serão objeto de análise desse trabalho, os sujeitos e as memórias historicamente silenciadas no processo de patrimonialização da Praça XV, sendo o enfoque voltado principalmente para as políticas públicas de preservação na região.

CAPÍTULO 01

A Sphan/Pró-Memória na década de 1980 e a proposta de uma nova perspectiva sobre o patrimônio nacional

O poder é constitutivo da estória. Rastrear o poder por meio de diversos “momentos” ajuda apenas a enfatizar o caráter fundamentalmente processual da produção histórica, insistindo sempre que aquilo que a história é importa menos do que o modo como ela funciona; que o próprio poder trabalha em conjunto com a história (TROUILLOT, 2024).

Os estudos sobre as políticas culturais são relativamente recentes no Brasil. No início do século XX, de acordo com Lia Calabre² (2007), havia um relativo número de trabalhos que tratavam da ação do Estado na cultura, mas não compreendiam tais ações necessariamente como políticas culturais. Assim, segundo a autora, a institucionalização da política cultural seria uma característica dos tempos atuais.

Um dos trabalhos pioneiros sobre o tema é o livro "Estado e Cultura no Brasil", organizado pelo sociólogo Sérgio Miceli³ e publicado em 1984. A obra reúne alguns trabalhos apresentados por ocasião do seminário "Estado e Cultura no Brasil, Anos 70", promovido em São Paulo em 1982 pelo Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo (IDESP), em convênio com a Fundação Nacional de Arte (Funarte) e apresenta debates sobre as "políticas públicas na área cultural", os "mecanismos de estatização da atividade cultural" e as discussões em torno dos "mercados de bens culturais".

A coletânea tornou-se um trabalho incontornável para quem se dedica ao estudo das políticas culturais no país e uma obra seminal para a discussão do tema ainda na atualidade. Em virtude disso, nesse primeiro capítulo propomos a uma leitura de alguns artigos do livro que nos ajudam a pensar o contexto histórico da reestruturação da política federal de preservação que se consolidaria a partir da criação da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e da Fundação Nacional Pró-Memória em 1979.⁴

² Lia Calabre é Doutora em História pela UFF. Pesquisadora e chefe do setor de políticas culturais da Fundação Casa de Rui Barbosa. Autora de diversos livros sobre Políticas Culturais no Brasil.

³ Sérgio Miceli é graduado em Ciências Políticas e Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1967), mestre em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (1971), Doutor em Sociologia - Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales (1978) e em Sociologia pela Universidade de São Paulo (1978). Atualmente é editor responsável da Tempo Social - Revista de Sociologia da USP e professor titular da Universidade de São Paulo. Foi organizador do livro "Estado e Cultura no Brasil", lançado em 1984 e autor de diversos estudos no campo da sociologia da cultura.

⁴ Conforme veremos no Capítulo 02, como parte do esforço para a consolidação de uma historiografia sobre o patrimônio, em 1980, a Sphan/Pró-Memória publica o livro "Proteção e Revitalização do Patrimônio Cultural no Brasil: uma trajetória" (MEC/SPHAN/FNPM, 1980) cuja narrativa foi amplamente reproduzida nos estudos posteriores sobre a história das políticas de patrimônio no Brasil.

Autores como Sérgio Miceli, Gabriel Cohn⁵ e Renato Ortiz⁶ abordam em seus textos a reorganização da área cultural em fins dos anos setenta, refletindo sobre o papel que a área cultural assume no interior das políticas federais do governo militar, propondo análises fundamentais para a compreensão da conjuntura que propiciou as transformações percebidas no campo da preservação.

O discurso em torno da diversidade regional e sua relação com a identidade nacional, vista a partir de uma perspectiva pluralista é o que daria embasamento para a concepção de uma proposta de abordagem da cultura que convergiria para a reconfiguração da área cultural no âmbito federal e para a elaboração de práticas discursivas e de preservação que propunham um maior escopo de bens a serem protegidos pelo Estado.

Nesse sentido, além de propor uma reflexão sobre os estudos das políticas culturais nesse período, buscaremos, ainda, recuperar parte desse histórico a partir da documentação disponível no Arquivo Intermediário da Fundação Nacional Pró-Memória e no acervo do Centro Nacional de Referência Cultural, depositados, respectivamente, no Arquivo Central do Iphan, nas unidades do Rio de Janeiro e Brasília. O intuito foi identificar indícios e mapear as discussões percebidas no interior da instituição que nos ajudassem a pensar esse momento de transição de políticas, direcionamentos e da concepção do corpo de profissionais da recém-criada Sphan/Pró-Memória.

Outro aspecto importante desse período diz respeito à problemática da preservação dos bens históricos e artísticos frente aos impactos do fenômeno da aceleração do crescimento das cidades. Conforme veremos ao longo do capítulo, desde meados do século XX, o IPHAN lidava com inúmeros desafios decorrentes do crescimento urbano vertiginoso, do aumento demográfico, da pressão imobiliária e do processo de verticalização.

No decorrer das décadas de 1960 e 1970, fóruns nacionais e internacionais discutiram amplamente esses temas, denunciando a urgência por medidas mais efetivas de preservação e produzindo as chamadas cartas patrimoniais com recomendações para a elaboração de

⁵ Gabriel Cohn é sociólogo, um dos autores do livro "Estado e Cultura no Brasil" publicado em 1984. Desenvolveu trabalhos no campo da Sociologia da Comunicação e presidiu as entidades: Associação dos Sociólogos do Estado de São Paulo (1983-1985), Sociedade Brasileira de Sociologia (1985-1987) e Associação de Pós Graduação em Ciências Sociais (2005-2006); de 2006 a 2008 foi diretor da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP.

⁶ Renato Ortiz possui graduação em Sociologia - Université de Paris VIII (1972), mestrado em Sociologia - École des Hautes Études en Sciences Sociales (1972) e doutorado em Sociologia/Antropologia - École des Hautes Études en Sciences Sociales (1975). Atualmente é professor titular da Universidade Estadual de Campinas. Alguns livros publicados: "Cultura Brasileira e Identidade Nacional"; "A Moderna Tradição Brasileira"; "Mundialização e Cultura"; "O Próximo e o Distante: Japão e modernidade-mundo"; "Mundialização: saberes e crenças"; "A Diversidade dos Sotaques: o inglês e as ciências sociais".

políticas de patrimônio que considerassem o processo de desenvolvimento das cidades em suas ações.

Esse cenário passou a exigir do IPHAN um redimensionamento de sua atuação, levando a instituição a solicitar apoio à UNESCO para formular uma política de conservação do patrimônio que compatibilizasse as medidas de preservação ao modelo de desenvolvimento vigente no Brasil. Contudo, apesar desses esforços, a concentração desses problemas nas cidades e centros históricos do país, acabaria por expor a limitação técnica e a incapacidade financeira do IPHAN para assegurar a proteção desses patrimônios.

Desse modo, além da narrativa em torno da ampliação do conceito de patrimônio, que é elaborada no processo de reestruturação da instituição, a necessidade de adequação do IPHAN "às solicitações do nosso tempo"⁷ seria, também, usada como justificativa para a incorporação do Programa de Cidades Históricas (PCH) e do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) ao instituto em 1979.

Partia-se do pressuposto que a problemática urbana não havia sido bem equacionada, nas gestões anteriores, propondo-se, portanto, com a criação da Sphan/Pró-Memória uma solução para a questão, baseada na ideia de um “desenvolvimento orgânico” e “harmonioso”. Nesse sentido, a instituição seria responsável por mediar os vários interesses em jogo, sejam oriundos das reformulações e propostas de apropriação do espaço urbano ou das investidas do setor imobiliário, cada vez mais atuante nessas regiões. Assim, pretendia-se garantir o crescimento das cidades sem maiores implicações à ambiência do patrimônio edificado que estaria inserido nessa dinâmica a partir de seu revocacionamento e dinamização.

O Rio de Janeiro, caso exemplar de cidade que teve sua trajetória marcada pela constante reconfiguração de seu tecido urbano, será uma das regiões em que, por diferentes fatores, a instituição irá focar sua atuação nesse período. A Praça XV de Novembro, localizada na área central da cidade, será objeto de duas iniciativas da instituição: a restauração do edifício do Paço Imperial, entre 1982 e 1985; e o tombamento da Área Central da Praça XV de Novembro e Imediações, processo iniciado em 1986 e concluído em 1990.

Para compreender como se constituiu a materialidade da cidade, iremos nos debruçar sobre o processo de transformação do Rio ao longo do século XX, com ênfase na área central da cidade e na Praça XV de Novembro, objeto desse estudo. A ideia é identificar os valores e as memórias reiteradas na trajetória de construção desse espaço urbano e na proposta de releitura do patrimônio remanescente da região, a partir da retomada da imagem de um Rio Antigo, nos anos oitenta.

⁷ MAGALHÃES, Aloísio. IPHAN. Boletim do Iphan, n.0, 1979.

1.1. Sphan/Pró-Memória: a reestruturação da política de preservação federal

Para entendermos a atuação da Sphan/Pró-Memória na Praça XV, ao longo dos anos 1980, precisamos, antes, traçar um breve panorama da conjuntura política em que ocorre o processo de reestruturação das políticas federais de cultura do país. Esse contexto é fundamental para compreendermos a elaboração de uma nova perspectiva patrimonial e as mudanças decorrentes desse novo posicionamento institucional, que, como iremos ver, teriam implicações nas ações de preservação que seriam, posteriormente, promovidas na praça.

Em fins dos anos 1970, durante a presidência de Ernesto Geisel (1974-1979), o governo federal deu início a uma série de medidas que visavam a estruturação institucional da área cultural, que passava a assumir um importante papel dentro das políticas públicas do âmbito federal.

De acordo com o sociólogo Sérgio Miceli (1984c), um dos principais estudiosos das políticas culturais no Brasil e organizador do livro "Estado e Cultura no Brasil" publicado em 1984, obra ainda fundamental para os trabalhos que abordam o tema no país, dois fatores contribuíram para essa tendência de priorização das políticas públicas da área cultural ao longo da década de setenta.

O primeiro deles seria, sem dúvida, a ausência de importantes segmentos de intelectuais e artistas em relação às iniciativas governamentais. A insegurança e o medo resultantes dos desmandos cometidos pelos serviços de segurança e censura, quer sobre pessoas, quer sobre obras, se converteriam em empecilhos à colaboração com os esforços dos dirigentes culturais do regime. Para o autor, "circunstâncias dessa ordem foram progressivamente cerceando a atuação dos órgãos oficiais nas frentes de expansão da produção cultural" (MICELI, 1984c, p.100). O segundo fator seria a "sensibilização de setores de peso no interior da coalizão dirigente para a importância política de se ampliar a presença pública na área de produção cultural" (MICELI, 1984c, p.101).

Ao longo de seu governo, Geisel havia enfrentado um acentuado declínio de sua legitimidade política, moral e legal que somado às dificuldades na aplicação do modelo econômico, a inflação descontrolada e a gigante dívida externa, além da tensão criada pela violência do aparato repressivo da ditadura militar, geraram uma forte oposição de diversos setores sociais (ALVES, 1984).

General Golbery do Couto e Silva, à época Ministro-Chefe do Gabinete Civil e principal ideólogo político do Estado de Segurança Nacional, defendia a necessidade de implementação de uma política de abertura, uma vez que "a pressão que fermentava na

estrutura social punha em perigo a credibilidade do Estado, desse modo, impunha-se levar adiante a política de liberalização, com o desenvolvimento de formas mais flexíveis de controle social" (COHN, 1984, p. 267). Destacando, no entanto, os limites de uma "democracia forte".

Ao refletir sobre a concepção oficial da política cultural nos anos 1970, o sociólogo Gabriel Cohn - outro autor do livro, anteriormente citado, "Estado e Cultura no Brasil" - explica que essa "democracia forte" não indicava a inclusão de setores até então excluídos, cuja participação exigiria a modificação estrutural do Estado e do modelo econômico. A proposta teria uma solução "na criação de mecanismos suficientemente flexíveis para cooptar os setores da elite da oposição organizada, mas coercitivos o bastante para frear a "permissividade" no tocante ao crescente movimento social" (COHN, 1984, p. 267).

A proposta de uma abertura política lenta e gradual, nesse sentido, era entendida como uma solução para manter a oposição distante do Executivo, garantindo a alternância de poder de forma tutelada, restrita aos círculos civis aliados e sem riscos institucionais (SCHWARCZ, 2018).

Miceli afirma que o marketing do regime militar constituiu-se na motivação decisiva das políticas públicas adotadas na área cultural. A denominada política de "abertura" "acarretava forçosamente a exigência de melhorar a imagem de marca do regime, quer dizer, requeria a definição de espaços institucionais para os quais fosse possível canalizar recursos em favor da nova geração de produtores culturais naqueles gêneros mais dependentes do apoio governamental" (MICELI, 1984c, p.101). De acordo com Miceli (1984c), a preservação do patrimônio histórico e artístico, nesse sentido, se converteria num terreno de consenso em torno do qual seria possível fazer convergir os esforços dos agentes cujos interesses e motivações certamente colidiram em gêneros de produção cultural em que a problemática estivesse fortemente referida a questões da atualidade social e política.

À frente do Ministério da Educação e Cultura, durante o governo de Geisel, Ney Braga (1974-1978) assumiu o trabalho da construção institucional e criou condições para um efetivo fortalecimento da área da cultura com a criação de órgãos estatais que passaram a atuar em novas áreas, tais como: o Conselho Nacional de Direito Autoral (CNDIA), o Conselho Nacional de Cinema, a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro e a Fundação Nacional de Arte (Funarte) (CALABRE, 2007b). Segundo Miceli, o fato de o governo Geisel ter escolhido para o Ministério da Educação e Cultura "um militar reformado cuja carreira política se consolidara através de sucessivas vitórias eleitorais e que se beneficiava ainda da imagem de

prócer simpático ao patrocínio das artes evidencia o cálculo de lograr dividendos em função do apoio concedido aos meios intelectuais e artísticos" (MICELI, 1984b, p. 65).

Para o autor, a gestão de Ney Braga se singularizou por ter implementado o primeiro plano oficial abrangente em condições de nortear a presença governamental na área cultural, a Polícia Nacional de Cultura (PNC). Miceli defende que a importância político-institucional desse "ideário de uma conduta" consistiu, sobretudo, "no fato de haver logrado inserir o domínio da cultura entre as metas da política de desenvolvimento social do governo Geisel" (MICELI, 1984b, p. 57).

A Política Nacional de Cultura foi lançada em 1975 e apresentava cinco objetivos principais, a começar com a própria reflexão sobre qual é o teor da vida do homem brasileiro, "passando à preservação do patrimônio, ao incentivo à criatividade - especialmente pela capacitação de recursos humanos para a área da cultura -, à difusão da criação artística e à integração, esta para permitir a fixação da personalidade cultural do Brasil", visando a harmonia com seus elementos formadores e regionais (BRASIL, 1975).

Embora traga a perspectiva da heterogeneidade da cultura nacional, buscando ressaltar o seu caráter plural e o regionalismo de suas expressões, o documento procura estabelecer uma identidade cultural brasileira isenta de conflitos ou tensões. Essa imagem de uma cultura coesa, isto é, "uma unidade na diversidade", será constantemente reiterada no processo de reformulação das políticas culturais do país e retoma uma ideologia de harmonia, característica do pensamento de Gilberto Freyre (ORTIZ, 1985, p.93).

De acordo com o sociólogo Renato Ortiz, autor do livro "Cultura brasileira e identidade nacional", publicado em 1985, no qual propõe um estudo sobre a identidade nacional brasileira e sua profunda relação com uma reinterpretação do popular pelos grupos sociais e com a própria construção do Estado Brasileiro, dentro dessa perspectiva, não há um antagonismo entre as expressões culturais, mas sim uma diferenciação entre manifestações que se complementam. "Os conflitos se resolvem dentro do próprio conceito de diferenciação, que pressupõe a existência de uma sociedade harmônica e equilibrada" (ORTIZ, 1985, p.94).

Ao evocar as dimensões regionais e nacionais, ressaltando a necessidade de valorização da diversidade de manifestações artísticas do país, a Política mobiliza um argumento antielitista que, conforme Gabriel Cohn (1984), torna-se mais matizado e ganha contornos mais utilitários.

Segundo a PNC, uma pequena elite intelectual, política e econômica poderia conduzir, durante algum tempo, o processo do desenvolvimento, mas seria impossível a permanência prolongada de tal situação. Era preciso que todos se beneficiassem dos resultados alcançados

e, para isso, seria necessário que todos, igualmente, participassem da cultura nacional (BRASIL, 1975).

O conjunto de diretrizes que compunham a Política buscava orientar e condicionar a ação governamental, "não como dirigismo, mas como instrumento de estímulo e formação. Respeita o Estado a liberdade de criação e procura incentivar e apoiar o desenvolvimento da cultura, impulsionando os meios ou instrumentos que estimulam suas diferentes manifestações" (BRASIL, 1975).

Desse modo, a Política Nacional de Cultura enfatiza a diversidade regional, compreendendo a identidade brasileira pela perspectiva pluralista, visando criar a ideia de inclusão social e valorização das diferenças (LAVINAS, 2012). Destacando, ainda, a importância atribuída ao papel da cultura em seu texto inicial: "a sobrevivência de uma nação se enraíza na continuidade cultural e compreende a capacidade de integrar e absorver suas próprias alterações. A cultura, com tal sentido e alcance, é o meio indispensável para fortalecer e consolidar a nacionalidade" (BRASIL, 1975).

De acordo com Cohn, a Política Nacional da Cultura⁸ busca um equacionamento da cultura adequado ao regime político que se procurava consolidar, isto é, uma "codificação do controle sobre o processo cultural" (COHN, p. 1984, p. 88), uma vez que era evidente uma relativa hegemonia cultural da oposição. Assim, podemos entender que a cultura assume uma posição estratégica no governo, que buscava a sua legitimação e o controle sobre a construção do ideário da identidade nacional. Para isso, era fundamental circunscrever o percurso das ações desenvolvidas no setor e garantir o protagonismo na construção do discurso que se constituía em torno dele.

Ney Braga, afirmaria, em texto publicado na revista Cultura, em 1976, que o Ministério rejeitava a tese de que a atividade criadora e a função de seus benefícios eram privilégio das elites. Segundo ele, essa concepção correspondia a regimes sociais estratificados, aristocráticos ou oligárquicos. "Uma das manifestações mais elevadas de qualquer regime que busca a democracia como meta a atingir ou a realidade a aperfeiçoar é a da difusão das atividades culturais" (BRAGA, 1976).

Além de tratar da questão da disseminação da cultura, a declaração de Ney Braga deixava explícito que, para o governo militar, a democracia era uma projeto, uma concessão do regime, não resultado de um processo político e da reivindicação dos movimentos sociais

⁸ Gabriel Cohn cita o plano intitulado "Diretrizes para uma Política Nacional de Cultura" divulgado ainda no governo Médici, na gestão de Jarbas Passarinho no MEC em 1973, como um primeiro texto programático desse gênero, mas que foi retirado de circulação logo em seguida da publicação e substituído pelo "Programa de Ação Cultural". Cf. COHN, Gabriel (1984).

do país. Como se a abertura política e a redemocratização decorressem de uma estratégia política do próprio regime autoritário.

Nesse sentido, Renato Ortiz afirma que os aspectos de difusão e de consumo dos bens culturais iriam aparecer “como definidores da política de Estado”, já que a eles se associa ainda “a ideia de “democracia” o que contribuiria para a consolidação do discurso do governo de condução de um processo político rumo à abertura democrática” (ORTIZ, 1985, p. 116).

Em 17 de março de 1978, último ano do governo Geisel, é publicado o Decreto n. 81.454 (BRASIL, 1978), que dispõe sobre a organização administrativa do Ministério da Educação e Cultura. Nele são enumerados os órgãos que constituem a estrutura básica do MEC, dentre eles, a Secretaria de Assuntos Culturais (SEAC), bem como as autarquias, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as fundações a ela vinculadas. O decreto definia, assim, que o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (IJNPS), a Empresa Brasileira de Filmes S/A. (EMBRAFILME), a Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB) e a Fundação Nacional de Arte (FUNARTE) passariam a estar subordinadas à SEAC (BRASIL, 1978).

Para Miceli, “os sucessivos remanejamentos dos órgãos de cúpula do MEC incumbidos de direcionar a intervenção governamental na área cultural expressam não apenas os conflitos de interesses entre as vertentes ‘patrimonial’ e ‘executiva’”, como o autor classificou a diferentes frentes de atuação na área, mas anteviam a gradual diferenciação organizacional, política e doutrinária da vertente ‘cultural’ em seu conjunto (MICELI, 1984b, p. 59).

A SEAC tinha “por finalidade planejar, coordenar e supervisionar a execução da política cultural e das atividades relativas à cultura em âmbito nacional e prestar cooperação técnica e financeira às instituições públicas e privadas, de modo a estimular as iniciativas culturais” (BRASIL, 1978). E, segundo Miceli, a existência de uma secretaria dedicada à área representaria o fortalecimento da vertente ‘cultural’ no interior do MEC (MICELI, 1984b).

A historiadora, ex-chefe do setor de políticas culturais da Fundação Casa de Rui Barbosa (2002-2019) e autora de livros que abordam o tema das políticas culturais no Brasil, Lia Calabre, afirma que a criação da SEAC indicava “uma clara divisão da atuação em duas vertentes distintas dentro de uma mesma secretaria: uma vertente patrimonial e outra de produção, circulação e consumo da cultura” (CALABRE, 2007a, p.6) que, conforme descreve Miceli, assumiriam percursos distintos, sendo o processo de expansão da vertente executiva

do MEC resultado de iniciativas internas como o PAC⁹ e a Funarte e de "demandas feitas pelos principais grupos de interesse entre os próprios produtores culturais", e "as mudanças institucionais e doutrinárias da vertente patrimonial" motivadas, em ampla medida, "por empreendimentos externos ao MEC, sob o patrocínio de outros órgãos oficiais" (MICELI, 1984b, p.77).

Ainda em meados da década de setenta, duas dessas iniciativas foram fundamentais para os encaminhamentos dados, posteriormente, na reestruturação da vertente patrimonial: o Programa de Cidades Históricas (PCH) e o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC).

A primeira dessas iniciativas, o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste, foi criado em 1973, estendendo sua atuação para a região sudeste em 1977, quando passou a ser denominado Programa de Cidades Históricas (PCH) (THOMPSON, 2015).

A concepção do PCH foi resultado de uma ação interministerial que contou com a participação do Ministério da Educação e Cultura, por meio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, do Ministério do Interior, por meio da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), e do Ministério da Indústria e do Comércio, por meio da Empresa Brasileira de Turismo (Embratur), contando, ainda, com recursos da Secretaria de Planejamento (Seplan) (THOMPSON, 2015).

Segundo Miceli, o Programa tinha como finalidade "proporcionar recursos financeiros para a restauração de sítios e monumentos históricos que se prestassem a uma reutilização econômica através do turismo" (MICELI, 1984b, p. 77). Nesse sentido, conforme aponta a socióloga, Maria Cecília Londres Fonseca¹⁰, o PCH tinha como objetivo criar uma infraestrutura adequada ao desenvolvimento e ao suporte de atividades turísticas, bem como o "uso de bens culturais como fonte de renda para regiões carentes do Nordeste, revitalizando monumentos em degradação". De acordo com a autora, a criação do Programa de Cidades Históricas veio suprir basicamente a falta de recursos financeiros e administrativos do IPHAN, continuando a cargo dessa instituição a referência conceitual e técnica (FONSECA, 2005, p. 152).

⁹ O PAC, Plano de Ação Cultural, estava atrelado ao Departamento de Assuntos Culturais (DAC) e foi desenvolvido durante a gestão do Ministro da Educação Jarbas Passarinho (1969-1973).

¹⁰ Maria Cecília Londres Fonseca é socióloga. Foi pesquisadora do CNRC (1976-1979); coordenadora de projetos da FNPM (1979-1989); assessora do Ministro da Cultura (1995-1998); coordenadora-geral de Políticas da Secretaria de Patrimônio, Museus e Artes Plásticas do MinC (1999-2002); membro do Grupo de Trabalho do Patrimônio Imaterial (1998-2000); representante do Brasil na elaboração da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural da UNESCO (2002-2003) e no 1º. Comitê Intergovernamental do Patrimônio Imaterial (2006-2008); foi membro do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural (2004-2022) e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Autora do livro "O patrimônio em processo", que será debatido adiante, e de artigos sobre o tema do patrimônio cultural.

O PCH seria, desse modo, o primeiro programa federal que investiu recursos para a recuperação do patrimônio cultural urbano, visando o desenvolvimento econômico das cidades históricas, dialogando com outros assuntos em pauta na década de 1970, como desenvolvimento regional e o turismo cultural. O PCH apresentava, assim, em sua concepção, critérios de análise e em seus métodos de mensuração de eficiência uma alteração na conduta em relação à degradação das cidades históricas: a cidade passa a ser compreendida como produtora de capital e bem de consumo e o patrimônio como fator de desenvolvimento econômico por meio de seu aproveitamento pelo turismo, possibilitando a criação de um fluxo de recursos necessários à sua autoconservação (CORREA, 2016).¹¹

Miceli destaca que a repercussão do PCH se fez sentir através da expansão considerável do volume de recursos que começaram a ser direcionados para a área patrimonial. No entanto, ao ampliar a escala de operações do IPHAN, as limitações geradas pelo restrito contingente técnico do instituto se tornaram evidentes e as diretrizes das políticas de tombamento (MICELI, 1984b), orientadas por uma concepção de patrimônio mais restrita, começaram a ser alvo de críticas (FONSECA, 2005).

Uma outra contribuição do PCH foi a proposição de uma ação descentralizada mediada pelo caminho do planejamento, estruturando-se a partir da parceria com setores estaduais e municipais que atuavam em conjunto. A experiência do PCH representa, nesse sentido, o início das políticas de preservação urbana e, dentre seus aspectos inovadores, destaca-se a mudança dos critérios de valoração em relação aos projetos aptos a receberem recursos financeiros, ampliando-se, em consequência disto, a recuperação de exemplares arquitetônicos locais ou regionais, independentemente da qualidade que lhes possa ser atribuída, fortalecendo e reconhecendo a importância desse patrimônio local (NOGUEIRA, 2020).¹²

Outro aspecto importante acerca do impacto das ações do PCH diz respeito a uma nova forma de racionalidade administrativa no trato com o patrimônio. Segundo Lia Calabre

¹¹ O artigo da arquiteta Sandra Magalhães Corrêa foi publicado na edição dos Anais do Museu Paulista dedicada ao estudo das cidades como expressão da cultura material e que marca os 40 anos do Programa de Cidades Históricas. O trabalho de Sandra Corrêa é o primeiro a fazer uma abordagem geral do PCH, compreendendo a política a partir de seu processo de formulação e implementação, utilizando-se, para isso, de uma ampla documentação sobre o tema. Um estudo fundamental para o entendimento do programa a partir do aparelho de Estado, cujos principais representantes foram o Ministério do Planejamento e o IPHAN.

¹² O artigo do historiador Antonio Gilberto Ramos Nogueira foi publicado na edição dos Anais do Museu Paulista dedicada aos estudos sobre a década de 1980 e às questões relacionadas à democracia, patrimônio e direitos. O trabalho faz uma análise sobre as relações entre cultura, patrimônio e turismo na concepção de representações do patrimônio do nordeste e na fabricação do popular, como um marcador de singularidade regional, a partir do estudo do caso do Ceará. De acordo com o autor, o Programa de Cidades Históricas integrava os objetivos e metas do I Plano Quinquenal de Desenvolvimento do Estado do Ceará (1975-1979) que previa a realização de projetos em núcleos urbanos selecionados pelo governo federal.

(2009), havia o desejo de que as ações fossem realizadas de forma planejada e sistemática para que fossem, posteriormente, transformadas em políticas públicas.

Lia Calabre (2009) afirma que um ponto forte do PCH foi a qualificação da mão de obra técnica envolvida nos projetos de recuperação dos bens. De acordo com a autora, com a orientação do IPHAN, foram realizados cursos de conservação e restauração de bens móveis, para arquitetos, outros técnicos de nível superior, e mestre de obras.

A formação de arquitetos-especialistas tornaria-se, assim, uma prioridade a partir do PCH. Desse modo, foram realizados três cursos, em diferentes estados do Brasil, estruturados como demandas do Ministério da Educação e Cultura e do IPHAN, nos anos de 1974, 1976 e 1978. A realização dos referidos cursos, ao longo da década de 1970, era justificada pela compreensão de uma certa escassez de mão de obra especializada em patrimônio cultural em diversos níveis. Os cursos representaram, nesse sentido, um importante fórum de debates sobre a prática e a teoria da preservação, uma vez que reuniam professores e alunos com experiências diversificadas (NASCIMENTO, 2016a).¹³

Além de tais iniciativas, esse período foi marcado por um intenso intercâmbio com profissionais estrangeiros, com a vinda ao país de especialistas das mais diversas áreas para atualizar os brasileiros e o envio de técnicos brasileiros ao exterior para cursos e estágios de aperfeiçoamento (CALABRE, 2009). Uma experiência de troca de conhecimentos que teria contribuído para a atualização das práticas institucionais do órgão ou, ao menos, estimulado a emergência de novas perspectivas e abordagens sobre o trabalho de preservação, fazendo com que o instituto direcionasse seus esforços na gestão e na viabilidade econômica dos monumentos protegidos por lei (NASCIMENTO, 2016b).

A segunda iniciativa, o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), teve origem em um convênio firmado em 1975, do qual participaram o então ministro da Indústria e Comércio, Severo Gomes, e o embaixador Wladimir Murtinho, secretário de Educação do Distrito Federal na época¹⁴. No ano seguinte contou também com a incorporação de outras parcerias: a Secretaria de Planejamento da Presidência da República, os ministérios de Educação e Cultura, do Interior e das Relações Internacionais, a Caixa Econômica Federal, a Fundação Universidade de Brasília e a Fundação Cultural do DF; e, em 1977, o Banco do Brasil e o Conselho Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) (THOMPSON, 2015).

¹³ Os cursos realizados em São Paulo (1974), Recife (1976) e em Belo Horizonte (1978) dariam origem ao Curso de Especialização em Restauração e Conservação de Monumentos e Conjuntos Históricos, o CECRE, na Bahia, a partir da realização da quarta edição da formação em Salvador, em 1981.

¹⁴ Wladimir Murtinho foi Secretário de Educação e Cultura do Distrito Federal de 1975 a 1978.

Maria Cecília Londres Fonseca afirma que a ideia da criação do CNRC foi fruto das conversas de um pequeno grupo que se reunia em Brasília, do qual participavam os já citados Ministro da Indústria e Comércio Severo Gomes, o embaixador Wladimir Murtinho, então Secretário de Educação e Cultura do Distrito Federal e Aloísio Magalhães¹⁵, designer e artista plástico. Ao grupo inicial se juntaram, posteriormente, o matemático Fausto Alvim Junior, a documentarista e então diretora do Prodasen, Cordélia Robalinho Cavalcanti, e a socióloga Bárbara Freitag, todos professores da Universidade de Brasília (UnB) (FONSECA, 2005).

Inicialmente, uma comissão interministerial responsável pela implementação da infra-estrutura que viabilizaria o projeto, estabeleceu um grupo de trabalho que tinha por objetivo averiguar a viabilidade de criação de um organismo capaz de estabelecer um sistema referencial básico, a ser empregado na descrição e na análise da dinâmica cultural brasileira (ANASTASSAKIS, 2007).

Em um primeiro momento, o CNRC propunha desenvolver um banco de dados - ou sistema de indexação - sobre a cultura brasileira. A entidade se dedicaria a reunir referenciais de aspectos relevantes da produção cultural brasileira, compreendidos enquanto processo em sua dinâmica de produção e de inter-relação com os contextos local e nacional (ANASTASSAKIS, 2007).

Para Maria Cecília Londres Fonseca a elaboração da indagação que iria conduzir as discussões, nesse sentido, traria a marca de seu tempo. "Por que não se reconhece o produto brasileiro? Por que ele não tem fisionomia própria? Tratava-se de uma nova maneira de equacionar a velha questão da identidade nacional, vinculando a questão cultural à questão do desenvolvimento" (FONSECA, 2005, p. 153).

A concepção do objetivo do CNRC, segundo Maria Cecília Londres Fonseca, que vivenciou diretamente essa experiência, foi sendo elaborada e ampliada, estabelecendo, com isso, ações não para eleger símbolos nacionais, ou "conhecer e divulgar as tradições brasileiras, e sim de buscar indicadores para a elaboração de um modelo de desenvolvimento apropriado às necessidades nacionais" (FONSECA, 2005, p. 154). A questão do desenvolvimento, que já era central no governo Geisel, avança sobre a área da cultura, capturando um novo setor. Desse modo, "deslocava-se o centro de interesse para a questão

¹⁵ Laís Villela descreve as relações sociais e políticas de Aloísio Magalhães desde a época em que atuava como designer. A autora cita a relação de amizade de Aloísio com Wladimir Murtinho, então secretário de Educação e Cultura do Distrito Federal e seu prestígio em alguns grupos militares. A proposta do CNRC, desenvolvida por Aloísio Magalhães, Severo Gomes e Wladimir Murtinho é levada por Severo diretamente ao Golbery do Couto e Silva, João dos Reis Velloso e Ney Braga, para quem pedia apoio político para a implementação do projeto. Cf. Laís Villela Lavinas (2014).

atual do desenvolvimento e articulava-se a cultura às áreas politicamente mais fortes do governo" (FONSECA, 2005, p.154).

Coordenado desde sua criação pelo designer Aloísio Magalhães, o CNRC tinha, assim, a intenção de "mapear e qualificar os "indicadores culturais brasileiros" em condições de imprimir feições "autênticas" aos produtos industriais brasileiros" (MICELI, 1984b, p.79). Objetivo que era relativizado por Sergio Miceli, já nos anos oitenta, ao empregar o uso das aspas ao se referir à pretensão da entidade em determinar os indicadores da cultura brasileira que assegurariam a sua legitimidade.

Visando atingir esse propósito, o perfil dos agentes recrutados por Aloísio Magalhães distinguia-se dos tradicionais funcionários do IPHAN, visto que, conforme pontua Maria Cecília Londres Fonseca (2005), a diversidade na formação acadêmica era um requisito compatível com a proposta do CNRC.

O trabalho do CNRC era dividido em quatro programas de estudo: Mapeamento do artesanato brasileiro; levantamentos socioculturais; história da ciência e da tecnologia no Brasil; levantamento de documentação sobre o Brasil. Sendo desenvolvido em projetos propostos por organizações públicas e privadas em todo o país (CLEROT, 2019).

Na perspectiva da sua vivência, Maria Cecília Londres Fonseca defende que a autonomia de atuação do CNRC representava uma vantagem que o possibilitava ter uma agilidade administrativa para se tornar um espaço de experimentação (FONSECA, 2005). Outro aspecto visto como positivo, este apontado por Miceli, diz respeito à diversidade de fontes de financiamento e de frentes de operação que foi viabilizada pelo fato do CNRC ter se constituído fora da alçada do MEC. Para o autor, o fato de estar fora da jurisdição do MEC permitiu que o Centro resistisse ao assédio dos interesses associados às diversas áreas da chamada cultura de "elite", "voltando-se a atenção quer para as populações carentes do Nordeste, quer para os grupos indígenas, num esforço de buscar raízes sólidas de legitimação cultural do trabalho desenvolvido no CNRC" (MICELI, 1984b, p.80).¹⁶

A sobrevivência institucional do CNRC se justificou, segundo o autor, em um primeiro momento pelo apoio irrestrito do Ministro da Indústria e do Comércio Severo Gomes e, em seguida, "ao fato de a liderança do Centro haver logrado diversificar o rol de patronos e agências oficiais signatárias dos sucessivos prolongamentos do convênio", o que revelava o

¹⁶ Como exemplo podemos citar o projeto "Artesanato indígena do Centro-Oeste" realizado sob a coordenação do antropólogo George de Cerqueira Leite Zarur e o projeto que acompanhou o trabalho do ceramista Amaro de Tracunhaém, em Pernambuco.

amplo espectro das frentes de investigação dos pesquisadores a ele vinculados (MICELI, 1984b, p.79).

Ao final do governo Geisel, no entanto, a equipe do CNRC estava às voltas com a urgência em encontrar alguma fórmula de institucionalização da experiência. E, conforme destaca Miceli (1984b), começa a desenvolver uma outra frente de pesquisa dedicada ao estudo das concepções correntes acerca da cultura brasileira na qual era praticamente inevitável esquivar-se da análise da única tradição intelectual bem-sucedida no trato administrativo oficial com os negócios da cultura, isto é, do legado do grupo de intelectuais e artistas que, sob a liderança de Rodrigo Melo Franco de Andrade¹⁷, organizaram o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico durante a gestão do então Ministro da Educação, Gustavo Capanema. Trata-se de uma perspectiva que também se confronta com a narrativa institucional, publicada (MEC/SPHAN/FNPM, 1980).

Miceli afirma que a partir de uma releitura da proposta inicial formulada por Mário de Andrade, o grupo do CNRC "foi-se dando conta da relegação a que fora condenado todo um acervo de atividades econômicas artesanais e manufatureiras que se colocam na raiz de práticas sociais cuja inteligibilidade estava a exigir a compreensão de seu contexto histórico de ocorrência e reprodução". Assim, dava-se ênfase às práticas, produtores e usuários do que se costumava incluir sob a rubrica de "cultura popular", propondo uma mudança de postura diante das políticas de preservação patrimonial que permaneciam direcionadas aos monumentos chamados de "pedra e cal" (MICELI, 1984b, p.82).

Essa "guinada doutrinária" do CNRC abria um diálogo com o discurso de pluralidade cultural sustentado pelo governo federal ao longo dos anos setenta e consolidado na Política Nacional de Cultura (PNC) em 1975. Conforme destaca Miceli, as relações com "os novos aliados favoráveis às propostas de reformulação da política patrimonial oficial formuladas pela liderança do CNRC" se traduziriam concretamente em crescentes possibilidades de trânsito e negociação junto à cúpula do regime (MICELI, 1984b, p.82).

Miceli afirma, inclusive, que a Chefia do Gabinete Civil da Presidência da República chegou a encomendar um documento-síntese das propostas de reforma do IPHAN e

¹⁷ Rodrigo Melo Franco de Andrade cursou Direito na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro e em outras instituições em Belo Horizonte e em São Paulo. Atuou no movimento modernista, a partir de 1922, quando se aproximou de Mário de Andrade. Em 1926, tornou-se redator-chefe da Revista do Brasil, periódico adquirido, em 1925, por Assis Chateaubriand do escritor Monteiro Lobato. Escreveu para diversos jornais e revistas, tais como o Estado de Minas, A Manhã, O Estado de São Paulo e Módulo. Trabalhou também em O Jornal, chegando a ser seu diretor-presidente, entre 1928 e 1930. Em 1930, foi convidado pelo ministro Francisco Campos, da pasta de Educação e Saúde Pública, para ocupar a chefia de seu gabinete. Mais tarde, em 1936, foi designado pelo ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, para organizar e dirigir o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Esteve à frente do IPHAN de 1937 a 1967. Cf. Analucia Thompson (2010).

incorporação do CNRC que teria sido encaminhado "a intelectuais de prestígio, aos remanescentes do grupo pioneiro do SPHAN e o ao futuro ministro Portella" (MICELI, 1984b, pp.82-83). Tal documento, segundo o autor, continha as duas alternativas que acabaram se concretizando tempos depois: a criação da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e da Fundação Nacional Pró-Memória.

Observa-se, no entanto, que, ao apresentar a sua perspectiva sobre o processo de incorporação do CNRC ao IPHAN, Miceli atribui um certo protagonismo ao Centro, aproximando-se à narrativa oficial elaborada nos anos 1980, que colocava o CNRC como uma das iniciativas responsáveis pelas transformações promovidas nas políticas federais de preservação do país em fins dos anos setenta.

Para Miceli, as experiências do Programa de Cidades Históricas (PCH) e do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) resultaram numa ampliação considerável do montante de recursos disponíveis para o trabalho de conservação do patrimônio, "numa redefinição dos conteúdos e diretrizes da política patrimonial, e na formação de quadros técnicos e de uma nova liderança para a gestão da vertente patrimonial" (MICELI, 1984b, p.77).

Essas mudanças começariam a se concretizar em fins dos anos setenta durante o governo de João Figueiredo (1979-1985). Buscando dar continuidade ao processo de abertura política e consolidar as alterações administrativas na área cultural, iniciadas na gestão anterior, Figueiredo nomeia, em março de 1979, o professor universitário, escritor, crítico literário e editor Eduardo Portella¹⁸ para ocupar o Ministério da Educação e Cultura em um significativo movimento de aproximação com a sociedade civil.

Pouco tempo depois, em 26 de março do mesmo ano, Aloísio Magalhães¹⁹ assumiria o cargo de diretor-geral do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (BRASIL, 1979). Miceli destaca que Golbery do Couto e Silva havia acolhido "com simpatia o projeto inovador de Aloísio Magalhães, afiançando seu nome para substituir Renato Soeiro²⁰ à testa

¹⁸ Eduardo Portella era formado em direito. Na década de 1950, atuou como escritor, crítico literário e professor universitário. Foi funcionário do Ministério da Educação e Cultura desde 1956 e, em 1979, foi nomeado titular da pasta, durante o governo do presidente João Figueiredo. Permaneceu no cargo pouco mais de um ano, sendo demitido por ter apoiado a greve dos professores da Universidade Federal do Rio de Janeiro. De acordo com Sergio Miceli, a indicação de Eduardo Portella teria sido feita pelo escritor e teatrólogo Guilherme Figueiredo, irmão do presidente João Figueiredo. Cf. Sérgio Miceli (1984b).

¹⁹ Durante sua cerimônia de posse no cargo de diretor-geral do IPHAN, Aloísio Magalhães menciona, em seu discurso, sua proximidade com o Ministro Eduardo Portella "em tempos de boemia em Recife", demonstrando a existência de uma relação de longa data. Cf. O novo diretor do Patrimônio Histórico condena imobilismo. Folha de São Paulo, 28 mar 1979.

²⁰ Renato de Azevedo Duarte Soeiro integrou o grupo dos primeiros arquitetos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Em 1938, tornou-se assistente técnico no SPHAN; em 1940, foi contratado como arquiteto. A partir de 1946, desempenhou as funções de diretor da Divisão de Conservação e

do IPHAN desde o início da gestão Portella" (MICELI, 1984b, p. 67). Indicação que teria sido acompanhada pelos "mesmos círculos políticos e intelectuais favoráveis às propostas de reformulação da vertente patrimonial" do IPHAN (MICELI, 1984b, p. 83).

Durante a cerimônia de posse de Aloísio, em Brasília, Eduardo Portella afirmaria que esse ato já era uma advertência quanto a critérios e métodos que pretendia adotar em relação à política cultural, enfatizando que “não se trata aqui de nomear mais um assistente e sim de optar, radicalmente por uma política cultural”.²¹ Em seu discurso, Portella defende que “o professor Aloísio Magalhães saberá combinar produtivamente o tombar e o destombar; o tombar como uma maneira de proteger a memória nacional e o destombar como modo insubstituível de operar o que está tombado”.²² O patrimônio, segundo Portella, “não se exaure no tombamento, na proteção da memória nacional, mas se completa ao colocar os bens móveis e imóveis a serviço da sociedade brasileira, através de um esforço de sua utilização. Imobilismo para mim é sinal de morte, e dentro da política de democratização da informação cultural não pode haver lugar para o imobilismo”.²³ O ministro finaliza seu discurso afirmando que a posse de Aloísio na direção-geral do IPHAN marcaria "um dia especial para o MEC"²⁴.

Durante a solenidade, de acordo com relato publicado no *Jornal do Brasil*, tanto os membros do Conselho Consultivo como os demais funcionários "estavam visivelmente tensos, pois o professor Renato Soeiro acompanhou toda a vida do IPHAN, que nasceu em 1937, e dele faz parte desde 1939."²⁵ O clima que envolvia a substituição na direção do instituto era tão tenso, que o fato, como citado, havia transparecido no relato feito pela própria imprensa.²⁶

Renato Soeiro, que ocupava o cargo de diretor-geral do IPHAN desde 1967, após traçar um breve histórico do trabalho realizado pelo instituto desde a sua criação na década de 1930, fez um alerta a seu sucessor: “esta é a instituição cuja responsabilidade ora lhe

Restauração da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN), cargo que ocupou por 21 anos até ser nomeado diretor da Instituição, substituindo seu primeiro dirigente, Rodrigo Melo Franco de Andrade. Permaneceu no cargo de 1967 a 1979. Cf. Analucia Thompson (2010).

²¹ IPHAN vai seguir nova linha. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 28 mar 1979.

²² *Ibidem*.

²³ O novo diretor do Patrimônio Histórico condena imobilismo. *Folha de São Paulo*, 28 mar 1979.

²⁴ *Ibidem*.

²⁵ Aloísio Magalhães toma posse como diretor do Patrimônio Histórico. *Jornal do Brasil*, 1o. caderno, 30 mar 1979.

²⁶ Segundo Paulo Ormino David de Azevedo, em 43 anos de existência, era a primeira vez que o IPHAN sofria uma ingerência política. E o próprio Renato Soeiro foi surpreendido com a publicação de sua exoneração pelo ministro Eduardo Portella, no *Diário Oficial da União*. Cf. Paulo Ormino David de Azevedo (2013).

transmito”.²⁷ Ao fim, Aloísio Magalhães realizou seu discurso, iniciando de forma pouco protocolar, como reconheceu, com a leitura do soneto “Mudam-se os Tempos”, do poeta português Luís de Camões, que aborda a ideia de mudança, dos tempos e das vontades. Seguiu dissertando sobre a evolução do pensamento humano e destacou sua “intimidade com bens históricos que vem desde a adolescência em Pernambuco”.²⁸ Ao concluir, garantiu ter profunda consciência da responsabilidade do cargo que assumia, afirmando que poderia “trazer elementos para acrescentar ao rico trabalho desenvolvido”²⁹ por seus antecessores.

Ao longo do ano de 1979, a instituição sofreria ainda mais algumas mudanças, resultantes das medidas adotadas pelo governo federal que visavam a reorganização do setor cultural. A primeira delas é o Decreto nº. 84.198 de 13 de novembro, que cria a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) por transformação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) como órgão central da direção superior do Ministério da Educação e Cultura, sem autonomia administrativa e financeira. A Secretaria tinha competências relativas ao exercício das prerrogativas legais de proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, bem como as de formulação e orientação da implementação de políticas públicas do setor (ABRAHÃO, 2012). Passando a estar ao lado da Secretaria de Assuntos Culturais (SEAC) no organograma do MEC, e não mais submetido a ela.

A segunda mudança se dá a partir da publicação da Lei nº 6.757 de 17 de dezembro de 1979, que cria Fundação Nacional Pró-Memória (Pró-Memória), instituição da administração indireta com personalidade jurídica de direito privado, dotada de autonomia administrativa e financeira, nos termos do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937 e do Decreto-Lei nº 900, de 29 de setembro de 1969, supervisionada pelo Ministério da Educação e Cultura (ABRAHÃO, 2012).

O propósito inicial da Lei nº 6.757 foi o de criar dois níveis de gestão: o primeiro referindo-se à Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, órgão da administração direta, encarregado de exercer poderes do Estado, tais como decidir sobre tombamento, providenciar a emissão de embargo administrativo das ações que colocam em risco o patrimônio cultural protegido, dentre outras medidas. E o segundo, atribuído à Fundação Nacional Pró-Memória, órgão da administração indireta, a flexibilidade de gestão, agilidade e capacidade de ajustamento rápido às demandas existentes, de forma a viabilizar com eficácia e competência a execução das ações orientadas para preservação do patrimônio

²⁷ Aloísio Magalhães toma posse como diretor do Patrimônio Histórico. Jornal do Brasil, 1o. caderno, 30 mar 1979.

²⁸ Ibidem.

²⁹ Ibidem.

cultural brasileiro, em conformidade com as políticas públicas estabelecidas pela Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (ABRAHÃO, 2012).

A Fundação Nacional Pró-Memória destinava-se, desse modo, a "contribuir para o inventário, a classificação, a conservação, a proteção, a restauração e a revitalização dos bens de valor cultural e natural existentes no país", e tornava-se responsável pelo patrimônio - que era a partir de então transferido para o seu domínio - representado pelos bens móveis e imóveis da União, que estavam em uso ou sob a guarda de responsabilidade do extinto Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (BRASIL, 1979).

A criação de dois órgãos públicos voltados para a preservação cultural buscava manter os dois instrumentos que o organismo federal possuía, ou seja, o poder de polícia e o foro privilegiado, além de criar uma entidade com mais flexibilidade para a captação de recursos e de pessoal. Essa chamada organização dual formada pela SPHAN e pela Fundação Nacional Pró-Memória³⁰ tinha como objetivo atribuir mais agilidade às ações voltadas para a preservação do patrimônio cultural, superando as limitações impostas pelas normas vigentes da administração pública (THOMPSON, 2015).³¹

A reestruturação das políticas federais de cultura, direcionadas à área de preservação do patrimônio, visava uma renovação não só em seu viés executivo, relacionado às dinâmicas administrativas do IPHAN, mas, sobretudo, em sua abordagem técnica e simbólica, consolidada nas últimas décadas por meio da prática do tombamento.

Esse posicionamento é enfatizado pelo Ministro da Educação e Cultura Eduardo Portella durante discurso proferido na solenidade de assinatura dos documentos que encaminham ao Congresso Nacional o Projeto de Lei que autorizava a instituição da Fundação Nacional Pró-Memória e a exposição de motivos que transferia a responsabilidade de execução do Programa de Cidades Históricas, da Secretaria de Planejamento da Presidência da República para o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Na ocasião, ao se referir ao instrumento do tombamento, Portella dá a entender que a prática, antes necessária para garantir a perpetuação dos bens consagrados, havia se tornado

³⁰ Os estudos iniciais para a criação da Pró-Memória se referem à nova estrutura como um Fundo, que tinha como objetivo resolver as questões relacionadas aos recursos financeiros para as ações do IPHAN. A proposta seria criá-lo a partir da transformação do Fundo Especial de Natureza Contábil do IPHAN. Cf. Portella quer Fundo Pró-Memória. *Jornal de Santa Catarina*, 18 jul 1979.

³¹ A criação de uma organização dual, formada pela SPHAN e pela Fundação Nacional Pró-Memória foi apresentada como uma medida inovadora que, embora trouxesse certa agilidade administrativa, também gerou uma série de disputas e tensões entre as instituições. O sistema funcionou de 1979 a 1990, quando foi extinto e substituído pelo Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC), na época em que o Ministério da Cultura foi rebaixado à Secretaria da Cultura durante o governo do presidente Fernando Collor.

um entrave diante do desenvolvimento da vida nacional.³² O Ministro sugere que era preciso, portanto, superá-la, buscando compatibilizar o patrimônio histórico ao contexto em que esses bens estão inseridos na atualidade.

O patrimônio num determinado instante, parece que passou a ser perturbado pelo verbo que fez sua grandeza e que a partir de um determinado instante ameaçava fazer a sua miséria: o verbo tomba.

Um determinado momento todos nós corremos afluente para os tombamentos, e o Patrimônio foi sendo tombado - os bens móveis e os imóveis; e nos esquecemos que o patrimônio é, sobretudo, uma força vital permanente, que impulsiona a todos nós, que não merece de modo algum o puro e simples isolamento dos tombamentos, mas que, pelo contrário, o ato de preservar deve haver paralelamente um esforço de programação do patrimônio, de vitalização do patrimônio, ou seja, um entendimento de tradição como criação.

(...) Por isso, nós reivindicamos uma política de patrimônio não apenas como recordação, mas como roteiro, convencido de que o tempo é uma estrutura unitária onde se dão por iguais: o passado, o presente e o futuro. Em cada movimento nosso, em cada ação nossa estarão, necessariamente, conjugados esses três tempos: o passado a serviço do presente e do futuro, não o passado imóvel, não o passado apenas tombado - mas o passado vitalizado, o passado posto a serviço da construção nacional.³³

É interessante perceber que a fala de Portella traz alguns pontos importantes para a compreensão do que se apresentava como uma nova abordagem em relação à questão do patrimônio no Brasil.

O primeiro deles é a ideia de que o tombamento determinava certo isolamento dos bens protegidos, destacando-os do contexto socioeconômico com os quais se relacionavam. Conforme veremos mais adiante, as transformações urbanas experienciadas por diversas cidades do país - e pelo Rio de Janeiro, objeto desse estudo - indicavam a urgência em alternativas para garantir a preservação dos monumentos a despeito das pressões imobiliárias e das sucessivas intervenções urbanísticas. O ato de preservar por meio do instrumento do tombamento, por esse motivo, na visão de Portella, deveria ser acompanhado por propostas que buscassem integrar os bens à essa nova dinâmica e não relegassem o patrimônio ao status de um mero vestígio do passado, parado no tempo.

Portella reafirma, com isso, a crítica feita por ele, em março de 1979, ao justificar a troca da direção do IPHAN, quando associou a prática do tombamento à estagnação e ao

³² A imprensa dá grande repercussão ao discurso com as manchetes "Ministro Eduardo afirma que não basta só tomba nosso patrimônio" (Jornal O Dia, 28 mar 1979); "IPHAN vai seguir nova linha" (Jornal do Brasil, 28 mar 1979); "Aloísio ampliará a atuação do IPHAN" (Jornal de Brasília, 28 mar 1979).

³³ Transcrição dos pronunciamentos feitos quando da visita do Presidente João Figueiredo ao Sphan em Brasília, 12/11/1979. Arquivo Central do Iphan Seção Rio de Janeiro, Arquivo Personalidades - Aloísio Magalhães, Cx. 0067-P.00224.

imobilismo. Condição essa que seria incompatível com os esforços do governo federal para o desenvolvimento nacional.

Para o Ministro, mais do que revitalizar os bens tombados, era preciso, antes de tudo, revitalizar a própria instituição federal e suas práticas. E isto não se deu sem que a reestruturação do organismo federal fosse acompanhada, como vimos, de mudanças na direção do instituto dedicado à vertente patrimonial, que passa a ser administrado, pela primeira vez, por uma pessoa externa à instituição, evidenciando uma intenção de ruptura e redirecionamento político.

Nessa disputa era primordial, portanto, que fosse estabelecido um discurso que fundamentasse esse posicionamento. Nesse sentido, justifica-se a ênfase dada pelo ministro Portella às críticas em relação às limitações do instrumento do tombamento, contrapondo a ideia de isolamento/distanciamento, atribuída à condição dos bens tombados - tratados como obras de arte, sem uma destinação social - à busca pela democratização da informação cultural, por meio do uso, seja pelo turismo ou pelo viés cultural.

Outro ponto a ser destacado é a reivindicação de uma política cultural não apenas como recordação, mas como roteiro. Isto é, uma política direcionada não à simples rememoração do passado, mas que propusesse um direcionamento para o futuro, ao mesmo tempo em que oferecesse respostas às demandas do tempo presente.

É possível notar, ainda, que o discurso de Portella, proferido em novembro de 1979, expressava um certo sentimento de esperança, com expectativas em relação ao futuro. E não apenas por tratar-se da intenção de projetar novos rumos para a política cultural que estava sendo delineada, mas, também, por dialogar com o momento político vivido pelo país.

O Brasil estava vivendo um período marcado pela abertura política iniciada no governo Geisel, para o qual o presidente João Figueiredo daria continuidade, ao sancionar, em agosto de 1979 - e, portanto, poucos meses antes do discurso de Portella - a Lei da Anistia³⁴. Os primeiros exilados retornavam ao país sob a promessa de uma abertura política lenta e gradual e do fim do regime militar. Era um período em que se vislumbrava a possibilidade da redemocratização e, sobretudo, de um novo futuro, ainda que isto fosse uma realidade em processo de construção.

Desse modo, a fala de Portella articula-se com esse contexto, buscando, também, dialogar com o ideário democrático como uma possível estratégia de fortalecimento dessa narrativa. Ora, se a esperança é algo que não se inventa, constrói-se com alternativas

³⁴ A Lei da Anistia, Lei nº 6.683, foi sancionada pelo presidente João Batista Figueiredo em 28 de agosto de 1979.

convincentes à situação presente (BOAVENTURA, 2013), o tom assumido no discurso que se elabora sobre a reestruturação das políticas culturais parece se orientar nessa direção, incorporando, no decorrer desse processo, conforme veremos, algumas outras nuances, como a perspectiva da participação social nas ações de preservação do patrimônio e a proposta de se constituir um conjunto de bens mais diverso e representativo da sociedade, retomando, conseqüentemente, o debate em torno da identidade nacional.

A diretoria e o Conselho Curador da Fundação Nacional Pró-Memória tomam posse apenas em março de 1980. Na ocasião, o Secretário do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Aloísio Magalhães assumia, também, o cargo de presidente³⁵ da Fundação, passando a gerir a organização dual que ficaria conhecida por Sphan/Pró-Memória.

Durante a solenidade, o Ministro da Educação e Cultura Eduardo Portella ressalta que a posse de Aloísio Magalhães e do Conselho Curador concretizava um esforço para conduzir as questões do patrimônio histórico e da memória nacional, tendo esse ato um significado especial, sendo, “provavelmente, o mais radical de todos os atos praticados pela política cultural do governo João Figueiredo”³⁶, justamente por dispor-se a romper com a política de preservação praticada por mais de quarenta anos.

Segundo Portella, “a criação da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e a implantação da Fundação Nacional Pró-Memória modificam, transformam, quase que fazem nascer uma estrutura capaz de viabilizar uma política cultural na área do patrimônio extremamente produtiva e conveniente.”³⁷ O Ministro assinala, ainda, que a Secretaria e a Fundação são mais do que dois instrumentos de trabalho, são uma filosofia de trabalho com dois suportes básicos:

o primeiro eu diria que é a própria noção de bem cultural. O bem cultural deixa de ser alguma coisa incorporada passivamente, alguma coisa que perde a sua vida ao transcorrer a sua história, para ser, pelo contrário, alguma coisa que vive conosco a cada instante e, a cada lição. Um conceito de bem cultural que junta o bem móvel e o bem imóvel e que transforma o bem imóvel em bem altamente móvel.
(...) A segunda vertente é a noção do tempo. Até agora repousávamos tranquilamente na noção do tempo regida pelo império do passado. Todo o esforço de memória e a própria palavra memória remetiam irremediavelmente para um acervo, ou um armazém, de coisas placidamente colecionadas. Agora, se nos permitirem, vamos até desejar e imaginar uma memória do futuro. Isto significa que o tempo deixou de ser um corte sincrônico apenas, onde o passado passa imperar, mas ele vem a existir como uma estrutura unitária onde se dão por igual o presente, o passado e o futuro.³⁸

³⁵ Aloísio Magalhães é nomeado por decreto assinado pelo Presidente da República João Figueiredo em 16 de janeiro de 1980.

³⁶ Presidente toma posse no MEC. Boletim Sphan/Pró-Memória, n.5, mar/abr de 1980.

³⁷ Ibidem.

³⁸ Ibidem.

Portella apresenta, de forma sucinta, as duas vertentes que, segundo ele, norteariam as ações do organismo federal a partir da criação da nova estrutura: o conceito de bem cultural³⁹, que detalharemos mais adiante; e a noção do tempo, que não deveria estar mais amparado apenas no passado, mas na apropriação desse passado no presente, para projetar e orientar as ações e políticas para a construção de um futuro.

Nota-se, mais uma vez, o esforço para demarcar os limites entre a política de preservação anterior e o que se propunha, nesse momento, como alternativa. Segundo Portella, se antes prevalecia o olhar para o passado, a partir dessa nova abordagem, o presente, o passado e o futuro passariam a ser compreendidos como uma unidade. Essa noção é descrita por Aloísio Magalhães como a imagem de um tempo multidimensional, não cronológico, isto é, como resultado da “relação entre a anterioridade do passado, a vivência do momento e a projeção que se deve introduzir”.⁴⁰

Se por um lado essa perspectiva visava trazer o dinamismo que se desejava atribuir ao patrimônio, ao compreendê-lo em suas múltiplas dimensões, por outro, buscava, também, expor a necessidade de se pensar os bens patrimonializados a partir da relação com o ambiente em que se inserem e com a comunidade com que se relacionam. Esse entendimento mostra que as propostas do novo grupo buscavam se vincular aos debates travados em fóruns nacionais e internacionais que discutiam, desde meados da década de 1960, como veremos adiante, as problemáticas decorrentes do crescimento das cidades e a urgência na adoção de medidas de preservação do patrimônio urbano.

Os novos tempos presumiam, assim, a opção por novas práticas. E, diante dos inúmeros desafios a serem enfrentados, a criação da Sphan/Pró-Memória seria, nas palavras de Aloísio Magalhães, a resposta para "adequar os serviços deste Instituto às solicitações do nosso tempo."⁴¹

Segundo Aloísio, a fusão do Programa de Cidades Históricas e do Centro Nacional de Referência Cultural, permitiria

enfrentar o desafio de hoje com a esperança de acerto que nos compele a solicitar a participação de todos - do indivíduo à comunidade - para o diálogo contínuo e aberto, imprescindível e contemporâneo a qualquer ação que se faça sentir sobre um patrimônio cultural comum.⁴²

³⁹ O conceito de bem cultural é apresentado em substituição à ideia de patrimônio histórico e artístico, propondo a ampliação dos bens a serem valorados pela instituição. Esse conceito será detalhado no capítulo 02.

⁴⁰ Em debate a concepção de cultura ligada a uma mobilização da sociedade. A defesa do patrimônio cultural brasileiro. Folha de São Paulo, São Paulo, 02 set. 1979. In: MAGALHÃES, Aloísio. E Triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil. Rio de Janeiro, Nova Fronteira; Brasília, Fundação Nacional Pró-Memória, 1985.

⁴¹ IPHAN. Boletim do Iphan, n.0, 1979.

⁴² MAGALHÃES, Aloísio. IPHAN. Boletim do Iphan, n.0, 1979.

Como se fosse possível conceber um patrimônio nacional, sem que essa elaboração não seja, por si só, uma interpretação dos seus valores culturais.

As ações promovidas por ambas as iniciativas, CNRC e PCH, de fato, estimularam uma profunda reflexão em torno das práticas de preservação desenvolvidas no país.⁴³ No entanto, entendemos que essa aproximação também é resultado de um esforço discursivo que buscou justificar a incorporação do CNRC e do PCH ao IPHAN, como um dos pilares que fundamentariam a distinção entre o projeto preservacionista executado desde a criação do Instituto na década de 1930 e o que se propunha como uma adequação “às solicitações do nosso tempo” em fins de 1970.

Essa ideia já havia sido explicitada na Minuta da exposição de motivos para a criação da Fundação Nacional Pró-Memória encaminhada pelo Ministro da Educação e Cultura Eduardo Portella em setembro de 1979. Os fenômenos decorrentes de um projeto de desenvolvimento que acarretou numa violenta concentração de renda, a partir da década de 1960 - dentre os quais ressalta-se a urbanização desenfreada, a especulação imobiliária nas cidades de grande e médio porte, a abertura de novas vias de comunicação e o esperado incremento do turismo - eram apresentados como um desafio significativo à capacidade de ação do IPHAN⁴⁴, alçando, com isso, o Programa de Cidades Históricas e o Centro Nacional de Referência Cultural à condição de dois aliados do Instituto para atender à complexidade da situação em que estava inserida a problemática da preservação dos bens culturais.

Essa perspectiva foi amplamente difundida através da narrativa institucional que é elaborada nesse período, e buscava não só, dar subsídios à reestruturação proposta para o organismo federal, como também, reforçar uma percepção de inaptidão do IPHAN para lidar com os novos problemas que se apresentavam nessa conjuntura.

Os temas suscitados a partir das ações realizadas pelo PCH e pelo CNRC, nos anos 1970, como a própria compreensão da cultura associada ao desenvolvimento, apontam para questões que permaneceriam presentes nos debates no campo do patrimônio ao longo da década de 1980, sendo disseminadas por meio de publicações oficiais⁴⁵ e pela imprensa, e nos

⁴³ Para o aprofundamento desse debate consultar: Maria Cecília Londres Fonseca (2005); Marcia Sant’Anna (2014; 2016); Márcia Chuva e Laís Villela Lavinas (2016); Laís Lavinas (2012); Sandra Magalhães Corrêa (2016); Flávia Brito do Nascimento (2016); Paulo Azevedo (2016); Diogo Brito (2017); Zoy Anastassakis (2007); Antonio Nogueira (2020); dentre outros.

⁴⁴ Memória cultural brasileira: proposta de ação institucional. Minuta da exposição de motivos argumentando pela criação da Fundação Nacional Pró-Memória, encaminhada a Eduardo Portella, então ministro da Educação e Cultural, em setembro de 1979. In: LEITE, João de Souza. (org.). Aloísio Magalhães. Bens culturais do Brasil: um desenho projetivo para a nação. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2017, p. 260.

⁴⁵ Alguns trabalhos que também se dedicam ao estudo das publicações oficiais do IPHAN: Luciano dos Santos Teixeira (2020); Diogo de Souza Brito (2018); Márcia Chuva (2017); Aluizio Victor de Souza Carvalho (2013);

projetos desenvolvidos pela Sphan/Pró-Memória, como veremos nos capítulos seguintes. Mas há, sobretudo, uma dimensão política que é fundamental para a compreensão desse período de transformações.

A reestruturação do organismo federal que é proposta a partir da incorporação ao Instituto (IPHAN), do Centro (CNRC) e do Programa (PCH) visava criar condições para a realização de “profundas mudanças” no interior da instituição, a começar pela adoção do conceito de bem cultural que propunha uma concepção mais abrangente acerca do patrimônio nacional (MEC/SPHAN/FNPM, 1980), sobre o qual falaremos mais adiante.

Essa narrativa seria consolidada com a publicação da obra “Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória”, que iremos abordar mais detalhadamente no capítulo 2, e estabelecia uma periodização da trajetória do órgão que se tornaria predominante nos estudos sobre o tema, definindo dois momentos distintos da política institucional, a saber: a fase “heróica” (1937-1979) e “segunda fase” (pós-1979), relativas à gestão de Rodrigo Melo Franco de Andrade⁴⁶ e de Aloísio Magalhães, respectivamente.⁴⁷

Esse discurso, no entanto, buscava reforçar uma suposta distinção entre a nova política promovida pela Sphan/Pró-Memória e as práticas de preservação tradicionalmente adotadas pela instituição, como mais uma estratégia para dar legitimidade às mudanças que seriam implementadas nesse período.

Assim, embora a denominação das duas fases não dê conta de sintetizar a complexidade da configuração institucional e das disputas de hegemonia no interior da própria agência (CHUVA; LAVINAS, 2016) nesse contexto de interseções - de práticas, abordagens e formas de valoração do patrimônio -, ela nos dá a dimensão da força que a narrativa institucional oficial concebida sobre a reestruturação das políticas federais de preservação assume ao longo do tempo, ao mesmo tempo em que busca reposicionar a própria instituição perante as novas demandas da sociedade.

A função projetiva dessa história oficial busca reformular e reforçar a identidade institucional (BRITO, D. 2018), incorporando questões que já vinham sendo debatidas no contexto dos anos sessenta, no Brasil e no mundo (MOTTA, 2018)⁴⁸ e formulando uma nova

Cláudia F. Baeta Leal, Juliana Sorgine, Luciano dos Santos Teixeira, Analucia Thompson (2012); Welbia Carla Dias (2012).

⁴⁶ Na historiografia oficial da instituição, a gestão de Renato Soeiro (1967-1979) é suprimida do período heróico, sendo obscurecida e relegada a um período de poucas contribuições para o campo. Cf. Diogo de Souza Brito (2018).

⁴⁷ Para o aprofundamento dos debates em torno da periodização nas fases heróica e moderna, bem como as disputas que resultaram na fusão PCH/CNRC/IPHAN, consultar os autores: Maria Cecília Londres Fonseca (2009); Márcia Chuva (2012; 2016); José Reginaldo Santos Gonçalves (2002).

⁴⁸ Lia Motta é arquiteta e servidora do IPHAN desde 1977. Autora do primeiro estudo sobre a Praça XV, realizado em fins dos anos setenta, que subsidiaria o tombamento do conjunto urbano da Praça XV em 1990.

abordagem para a atuação do Estado no setor, que será expressa por meio do conceito de bem cultural, definindo a preservação como uma prática política e não eminentemente técnica, como pretendido anteriormente (SANT'ANNA, 2014). Contudo, não podemos nos furtar a compreender ambas as condutas de preservação em suas dimensões políticas, uma vez que foram estabelecidas a partir de relações de poder (RÉMOND, 2003).

Diversos estudos se dedicaram às análises das formas de valoração e das ações desenvolvidas pelo instituto ao longo dos anos, buscando compreender as implicações dessa condição na construção do patrimônio nacional. Aqui nos interessa refletir sobre a prática discursiva concebida a partir dessa reestruturação institucional e os limites de sua aplicação pela Sphan/Pró-Memória no decorrer dos anos 1980.

Desse modo, entendemos que, diante de um cenário marcado por disputas - de poder, de práticas e de conceitos - a autoridade cultural dos intelectuais e agentes do patrimônio é garantida na medida em que esses indivíduos são capazes de persuadir “sua audiência, seu público, de que eles são capazes de “representar”, através do seu discurso e de sua prática à frente da política oficial de patrimônio, da maneira mais “autêntica”, a identidade cultural da nação” (GONÇALVES, 2002). Por esse motivo, a narrativa oficial que acompanha a reformulação das políticas federais de preservação torna-se tão fundamental para a consolidação da autoridade dessa nova configuração institucional, instaurada a partir da fusão do PCH e do CNRC ao IPHAN, a despeito de todas as tensões entre os grupos e distinções entre suas definições de patrimônio.

Uma vez que, essa “versão naturalizadora e apaziguadora da fusão” iria suprimir, segundo o historiador Diogo de Souza Brito (2017), os conflitos e silenciar os adversários, mobilizando e manipulando a memória visando justificar, com isso, o seu projeto de poder.

A trajetória de Aloísio Magalhães como design possivelmente lhe conferiu experiência para entender a importância da comunicação - visual, simbólica - e, principalmente, da linguagem - em suas múltiplas formas - na criação imagética, como estratégia para estabelecer interpretações e visões de mundo no imaginário coletivo. Talvez o *habitus* da sua formação explique o seu empenho em retomar os trabalhos de divulgação das ações da instituição, com a articulação de um setor de editoração e a elaboração de inúmeras publicações oficiais - tais como o Boletim da Sphan/Pró-Memória, a Revista do Patrimônio, o livro “Proteção e Revitalização do Patrimônio Cultural no Brasil: uma trajetória”, etc.)⁴⁹ -, visando assumir,

Desenvolveu trabalhos sobre o entorno dos bens tombados e a conservação de sítios urbanos, sendo uma referência fundamental para os estudos que se dedicam à prática de preservação do IPHAN sobre o patrimônio material, em especial, no centro histórico do Rio de Janeiro.

⁴⁹ As publicações oficiais serão apresentadas no Capítulo 02.

com isso, o protagonismo e o domínio - tão crucial nesse momento - da construção narrativa sobre a recém-criada Sphan/Pró-Memória.

As primeiras entrevistas de Aloísio Magalhães como dirigente do sistema Sphan/Pró-Memória, desse modo, demonstravam um esforço de divulgação dos novos conceitos que iriam nortear a atuação institucional. A noção de bem cultural, expressão equivalente a bem patrimonial⁵⁰, é apresentada evidenciando seu sentido mais abrangente, que coloca o patrimônio e a produção artística como partes de um todo maior - um universo de bens culturais (SANT'ANNA, 2014). Tratava-se, em outros termos, da intenção por superar o velho critério de “pedra e cal” que havia predominado durante tanto tempo no tratamento do patrimônio histórico e artístico do país.⁵¹

A retórica instituída com a criação da Sphan/Pró-Memória definia-se a partir de pontos de continuidade - como a vinculação com o anteprojeto de Mário de Andrade (CHUVA, 2012) - mas, também, buscava estabelecer demarcações objetivas de distinção com relação ao projeto anterior, resumidas na proposta de ampliação do conceito de patrimônio e, conseqüentemente, do conjunto de bens a serem protegidos pelo Estado.

A partir dessa diretriz, outras propostas foram sendo introduzidas baseadas em noções como a diversidade/pluralidade, o regionalismo, o dinamismo, o revocacionamento/revitalização e, a principal delas, a democracia. Superar o critério que orientou as ações de preservação no país por mais de quarenta anos significava, acima de tudo, democratizar o acesso à informação cultural e torná-la uma expressão mais representativa da identidade nacional imaginada naquele contexto (ANDERSON, 2008). Uma medida estratégica, principalmente, se considerarmos o interesse do regime em controlar o processo de abertura política que estava em andamento nesse período.

Contudo, a elaboração de uma retórica em torno da necessária ampliação do conceito de patrimônio cultural, só seria possível, também, a partir de uma conjuntura, que se formava desde os anos sessenta, em que essas ideias vinham sendo discutidas no campo do patrimônio dentro e fora do país (MOTTA, 2000b; MESENTIER, 2004).

Nos últimos anos, o crescimento acelerado das cidades fez surgir a preocupação em torno dos impactos desse processo para a preservação do patrimônio. A questão urbana começa a ocupar um lugar importante nos debates, na medida em que as transformações,

⁵⁰ Márcia Sant'Anna explica que a expressão “bem cultural” não foi inventada por Aloísio Magalhães, uma vez que já era utilizada nos anos 1960 por Rodrigo Melo Franco de Andrade, como equivalente de bem patrimonial. Cf. Márcia Sant'Anna (2014).

⁵¹ Bem cultural é fator de desenvolvimento. Boletim IPHAN n. 4, jan/fev, 1980.

promovidas pelos projetos urbanísticos e pela própria dinâmica socioeconômica dessas regiões, tornavam-se inevitáveis.

As cidades não poderiam mais ser tratadas como obras de arte finitas (MOTTA, 2000b), como se não estivessem mais sujeitas a alterações de qualquer natureza, já que tratavam-se de cidades vivas, tendo as áreas urbanas e a trajetória de apropriações desses espaços adquirido, também, uma significação histórica, sendo incorporados à noção de monumento tal qual as criações arquitetônicas isoladas.

É sobre essa ideia de cidade e de patrimônio urbano que a Sphan/Pró-Memória irá atuar a partir do fim dos anos setenta, propondo uma nova abordagem sobre o patrimônio e lançando um olhar sobre as relações entre cidade, memória e sociedade (TOURINHO, RODRIGUES, 2020).

Assim, no tópico a seguir, iremos traçar um breve panorama de algumas das principais cartas patrimoniais que buscaram refletir sobre as problemáticas do patrimônio nas sociedades modernas em meados do século XX. Conforme veremos, a questão urbana irá receber, nesse período, um enfoque especial, na medida em que a ameaça da perda, pela destruição ou pela degradação, tornava-se uma realidade não só brasileira, mas mundial.

1.2. Os desafios para a preservação de uma “cidade-viva”

O crescimento acelerado experimentado por diversas cidades brasileiras, nas últimas décadas, havia gerado inúmeros desafios para a atuação do IPHAN na preservação do patrimônio nacional. Essa nova realidade fez com que a instituição buscasse outras formas de ação, considerando a necessária readequação das medidas de proteção às novas dinâmicas urbanas. Solicitando, inclusive, o auxílio da UNESCO para elaborar estratégias para lidar com esse novo cenário.

Contudo, como iremos observar, apesar dos esforços, os problemas enfrentados nas cidades e centros históricos acabariam expondo a limitação técnica e as dificuldades financeiras do instituto, que seriam usadas como justificativa para as mudanças que seriam implementadas no organismo federal em fins dos anos setenta. Reforçando, ainda mais, a narrativa sobre a incapacidade do IPHAN para tratar essas questões.

A narrativa que é concebida em torno da criação da Sphan/Pró-Memória, nesse sentido, buscaria justificar a reestruturação institucional, com a fusão do PCH e do CNRC ao IPHAN, em virtude da necessária adequação do organismo federal “às solicitações do nosso

tempo"⁵², que, segundo Aloísio Magalhães, exigiriam ações mais efetivas da instituição em virtude da complexidade da situação em que estava inserida a problemática da preservação dos bens culturais no país. Afinal, o que estaria ele, Aloísio Magalhães, chamando de “solicitações do nosso tempo”?

Uma possível resposta a essa pergunta, se encontra no trabalho desenvolvido por Márcia Sant’Anna⁵³ sobre patrimonialização de cidades. No seu estudo, Sant’Anna se refere aos problemas que haviam se concentrado nas cidades e centros históricos que tinham passado, nos anos 1950 e 1960, de uma realidade de estagnação econômica para outra de crescimento acelerado e pressão demográfica em virtude da metropolização de algumas regiões, além da intensificação do fluxo turístico experimentado por algumas dessas cidades. Esse impacto foi sentido nas cidades-monumento, mas, também, nas grandes cidades que sofriam, ainda, com a especulação imobiliária que comprometia a paisagem natural e ambiental dos imóveis e pequenos conjuntos tombados em suas áreas centrais (SANT’ANNA, 2014).

Esses temas seriam amplamente debatidos em fóruns nacionais e internacionais, no decorrer das décadas de 1960 e 1970, que produziram recomendações para a elaboração de políticas públicas de preservação que considerassem o processo de desenvolvimento das cidades. As chamadas cartas patrimoniais denunciavam a urgência por medidas de salvaguarda nas áreas urbanas, reconhecendo a relevância de seus testemunhos não só, para a comunidade internacional, mas, sobretudo, para a construção e o fortalecimento das identidades nacionais.

Um dos primeiros documentos a abordar o assunto, nesse período, foi a “Recomendação Relativa à Salvaguarda da Beleza e do Caráter das Paisagens e Sítios”⁵⁴ resultante da Conferência Geral da ONU realizada em Paris em 1962. O documento reconhecia que o desenvolvimento por vezes desordenado dos centros urbanos - por meio de grandes obras e planejamentos físicos territoriais - pelas civilizações modernas pode ter acelerado o processo de empobrecimento do patrimônio cultural. Advertindo que era preciso assegurar a salvaguarda de determinados sítios, “tais como as paisagens e sítios urbanos, que

⁵² MAGALHÃES, Aloísio. IPHAN. Boletim do Iphan, n.0, 1979.

⁵³ Márcia Sant’Anna é arquiteta, professora e autora de diversos trabalhos sobre a patrimonialização das cidades, dentre eles os livros “Da cidade monumento à cidade-documento” e “A cidade-atração: a norma de preservação de áreas centrais no Brasil nos anos 1990”, obras fundamentais para a compreensão da construção do patrimônio urbano do país.

⁵⁴ Recomendação relativa à salvaguarda da beleza e do caráter das paisagens e sítios. Conferência Geral das Nações Unidas. UNESCO, 1962. Cartas Patrimoniais. Rio de Janeiro: IPHAN, 1995. (Caderno de Documentos). Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20de%20Paris%201962.pdf>. Acesso em: 24/11/2024.

são, geralmente, mais ameaçados, especialmente pelas obras de construção e pela especulação imobiliária”⁵⁵, especialmente, nas proximidades de monumentos.

A Recomendação considerava, pela primeira vez em um documento internacional, os centros históricos como parte do meio ambiente, devendo, por esse motivo, integrar o planejamento territorial (MOTTA, 2000b). Entendia-se que essas áreas não deveriam mais ser tratadas como museus, ou seja, como corpos estranhos a serem evitados pelos planos urbanísticos e colocados à margem do funcionamento da cidade. Sua salvaguarda estaria garantida na medida em que fosse reconhecido o seu papel na política de desenvolvimento urbano e territorial e, especialmente, seu valor econômico (SANT’ANNA, 2014).

Embora ainda trate o patrimônio de forma isolada, o documento identificava a importância do entorno dos monumentos para a sua plena preservação⁵⁶, chamando atenção para o impacto das iniciativas de reconfiguração urbana, realizadas nas últimas décadas, para a perda das características culturais dessas espacialidades.

A Carta de Veneza, elaborada a partir do II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos (ICOMOS), realizado em Veneza em 1964, ao definir os critérios de intervenção em monumentos e sítios históricos, irá atualizar o conceito de patrimônio, passando a considerar como monumento histórico a “criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico.”⁵⁷

O documento irá sugerir que a conservação ou a restauração dos monumentos deveria salvaguardar tanto a obra de arte quanto o testemunho histórico, ponderando, dessa forma, que o patrimônio “é inseparável da história de que é testemunho e do meio em que se situa”⁵⁸ e que sua preservação é sempre favorecida por sua destinação a uma função útil à sociedade.

Para além da preocupação com as áreas próximas aos monumentos, disposta na Recomendação de Paris de 1962, a Carta de Veneza reconhecia a relevância das áreas urbanas para a constituição dos patrimônios nacionais, representando uma mudança no conceito de

⁵⁵Recomendação relativa à salvaguarda da beleza e do caráter das paisagens e sítios. Conferência Geral das Nações Unidas. UNESCO, 1962. Cartas Patrimoniais. Rio de Janeiro: IPHAN, 1995. (Caderno de Documentos). Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20de%20Paris%201962.pdf>>. Acesso em: 24/11/2024.

⁵⁶ Essa preocupação com a área próxima aos monumentos será retomada na Recomendação Referente à Conservação dos Bens Culturais Ameaçados por Obras Públicas ou Privadas de 1968.

⁵⁷ Carta de Veneza. II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos (ICOMOS), maio, 1964. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>>. Acesso em: 24/11/2024.

⁵⁸ Ibidem.

patrimônio, ao admitir que “a história não havia se passado apenas nos palácios, ela estava também registrada nas ruas e cidades que haviam testemunhado o cotidiano das multidões anônimas” (MESENTIER, 2004, p.52). Ou seja, reconhecia-se a necessidade de proteção de um maior espectro de bens, inclusive aqueles não vinculados aos critérios de excepcionalidade artística, permitindo a valoração de alguns sítios urbanos enquanto testemunhos históricos, isto é, como fragmentos de uma cidade-documento (SANT’ANNA, 2014).

Em 1967, as Normas de Quito, elaboradas a partir da Reunião sobre conservação e utilização de monumentos e lugares de interesse histórico e artístico da Organização dos Estados Americanos, denunciavam, mais uma vez, a “mutilação e degradações” no perfil arquitetônico das cidades. O documento propunha uma solução conciliatória entre as exigências do progresso urbano com a salvaguarda dos valores ambientais, sinalizando a urgência na adoção de medidas de proteção do patrimônio monumental e artístico, formuladas dentro de “um plano sistemático de revalorização dos bens patrimoniais em função do desenvolvimento econômico-social”⁵⁹, estimulando, conseqüentemente, a apropriação dos patrimônios através do turismo.

No ano seguinte, em 1968, a Recomendação Paris de Obras Públicas ou Privadas, resultante da 15ª Sessão da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas, irá reforçar a preocupação com a conservação dos monumentos, “testemunhos e vestígios do passado”, e das construções mais recentes “que têm uma importância artística, histórica e científica”, “cada vez mais ameaçados pelos trabalhos públicos ou privados resultantes do desenvolvimento da indústria e da urbanização”⁶⁰.

O documento indicava a necessidade de harmonizar a preservação do patrimônio com as transformações promovidas pelo desenvolvimento social e econômico, o que exigiria um planejamento adequado. Recomendando, por fim, medidas para assegurar a proteção de bens ameaçados por projetos de expansão ou de renovação urbana que “ainda que respeitem monumentos protegidos por lei, mas possam vir a modificar estruturas de menor importância e, assim destruir as vinculações e o quadro que envolve os monumentos nos bairros históricos”⁶¹; como a criação de zonas protegidas e regulamentação adequada para preservar o

⁵⁹ Normas de Quito. Reunião sobre conservação e utilização de monumentos e lugares de interesse histórico e artístico. OEA - Organização dos Estados Americanos, nov/dez, 1967. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Normas%20de%20Quito%201967.pdf>>. Acesso em: 24/11/2024.

⁶⁰ Recomendação Paris de Obras Públicas ou Privadas, 19/11/1968. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20de%20Paris%201968.pdf>>. Acesso em: 04/01/2025.

⁶¹ Ibidem.

entorno. De acordo com a Recomendação, “a preservação dos monumentos deveria ser uma condição essencial em qualquer plano de urbanização, especialmente quando se tratar de cidades ou bairros históricos”⁶².

Em 1972, a Convenção de Paris⁶³ irá apontar, mais uma vez, para a ameaça de destruição sofrida pelo patrimônio cultural e natural, em virtude, não só, de causas tradicionais de degradação, mas em decorrência da evolução da vida social e econômica. Alertando para o fato de a ineficiência de proteção desses bens resultarem, muitas vezes, da ausência de recursos disponíveis para a garantia de sua salvaguarda.

Dois anos depois, em 1974, a Resolução de São Domingos defenderia que a “salvação dos centros históricos é um compromisso social além de cultural”⁶⁴ e que as ações desenvolvidas nessas áreas devem permitir a permanência e o melhoramento da estrutura social existente. O documento encorajava a contribuição da iniciativa privada, através de incentivos e dispositivos legais, na conservação e valorização dos centros históricos, propondo - assim como nas Normas de Quito - o turismo, como um meio de preservação dos monumentos.

Em 1976, a Recomendação de Nairóbi irá definir os conjuntos históricos ou tradicionais como a presença viva do passado, testemunhos mais tangíveis da riqueza e da diversidade das criações culturais, religiosas e sociais da humanidade, expressão de sua cultura e, ao mesmo tempo, um dos fundamentos de sua identidade. Aconselhando que, diante dos perigos da uniformização e da despersonalização, tornava-se primordial a adoção de medidas para a sua salvaguarda e integração harmoniosa na vida coletiva, contemporânea.⁶⁵

Outro apontamento feito pela Recomendação indicava que a proteção e a restauração dos conjuntos históricos fossem acompanhadas de atividades de revitalização. Isto é, que fossem criadas ou mantidas funções compatíveis com o contexto econômico e social, urbano, regional ou nacional em que se inserem, considerando o valor cultural das construções e o valor derivado da utilização que delas se possa fazer. De acordo com o documento, “uma

⁶² Recomendação Paris de Obras Públicas ou Privadas, 19/11/1968. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20de%20Paris%201968.pdf>>. Acesso em: 04/01/2025.

⁶³ Ibidem.

⁶⁴ Resolução de São Domingos, Dez/1974. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Resoluc%CC%A7a%CC%83o%20de%20Sa%CC%83o%20Domingos%201974.pdf>>. Acesso em: 05/01/2025.

⁶⁵ Recomendação de Nairóbi. Recomendação relativa à salvaguarda dos conjuntos históricos e sua função na vida contemporânea. UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 1976. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20de%20Nairobi%201976.pdf>>. Acesso em: 24/11/2024.

política de revitalização cultural deveria converter os conjuntos históricos em polos de atividades culturais e atribuir-lhes um papel essencial no desenvolvimento cultural das comunidades circundantes.”⁶⁶

O panorama das principais cartas patrimoniais que trataram a questão urbana entre as décadas de 1960 e 1970, revela que a preservação do patrimônio em áreas urbanas havia se tornado o principal desafio do patrimônio para as sociedades modernas em meados do século XX, especialmente no âmbito da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

A organização vinha empenhando esforços pela preservação do patrimônio cultural em nível mundial, promovendo encontros em diferentes partes do mundo, com o objetivo de regulamentar e definir procedimentos para a identificação e proteção do patrimônio. Esses debates deixavam, cada vez mais claro que, não era mais viável a manutenção de antigas práticas de proteção que tomavam os bens patrimonializados como elementos desvinculados das dinâmicas socioeconômicas a que pertenciam. E, mais do que isso, não era mais sustentável considerar como patrimônio apenas os bens valorados a partir de critérios de excepcionalidade artística.

A Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN) participava dessas reuniões internacionais desde a década de 1950⁶⁷, sendo representada nessas discussões pelo futuro diretor da instituição, Renato Soeiro (AZEVEDO, 2013). O organismo federal, portanto, acompanhava o andamento desses debates e, ao se deparar com o acirramento dos problemas urbanos nas cidades históricas brasileiras, solicita o apoio da UNESCO⁶⁸ para a formulação de uma política de conservação do patrimônio que compatibilizasse as medidas de preservação ao modelo de desenvolvimento vigente no país, propondo ações através do planejamento urbano e do aproveitamento turístico (LEAL, 2008; SANT’ANNA, 2014; FONSECA, 2017).

Ao contrário do que seria disseminado, a partir dos anos 1980, a instituição procurava modernizar e universalizar a sua atuação, em sintonia com as reflexões promovidas no campo do patrimônio, sobretudo, em âmbito internacional. Assim, a partir das missões realizadas

⁶⁶ Recomendação de Nairóbi. Recomendação relativa à salvaguarda dos conjuntos históricos e sua função na vida contemporânea. UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 1976. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20de%20Nairobi%201976.pdf>>. Acesso em: 24/11/2024.

⁶⁷ De acordo com Paulo Ormino de Azevedo, Renato Soeiro era praticamente o embaixador da DPHAN nas reuniões promovidas pela UNESCO. Cf. Paulo Ormino de Azevedo (2013).

⁶⁸ Para um maior detalhamento das missões da UNESCO no Brasil nesse período. Cf. Claudia Feierabend Baeta Leal (2008).

pela UNESCO no Brasil, nos anos 1960, recomendou-se, dentre outras medidas, a adoção de uma ação integrada do poder público como forma de gestão. Cabendo à instituição investir na formação de novos quadros técnicos, ampliar o seu orçamento e descentralizar a tarefa da preservação, repartindo-a com outras esferas de poder (SANT’ANNA, 2014).

No período que se segue, inicia-se uma política de descentralização dos trabalhos de preservação no país, anteriormente sob a responsabilidade apenas do IPHAN, que tinha como objetivo dar uma resposta à crescente demanda por medidas de proteção em todo o território nacional. Esse movimento é marcado pela organização do 1º e 2º Encontro dos Governadores, em Brasília e Salvador, realizados em 1970 e 1971, respectivamente, por iniciativa do governo federal (MOTTA, 2000b).

Os dois encontros deram origem aos documentos “Compromisso de Brasília” e “Compromisso de Salvador” com diretrizes e orientações para a atuação de estados e municípios na preservação de seus patrimônios. No “Compromisso de Brasília” é reconhecida a “inadiável necessidade de ação supletiva dos Estados e Municípios à atuação federal no que se refere à proteção dos bens culturais de valor nacional” e “de valor regional”, com a orientação técnica do IPHAN, sugerindo, ainda, a “utilização preferencial para casas de cultura ou repartições de atividades culturais”, dos imóveis de valor histórico e artístico cuja proteção incumbe ao poder público.⁶⁹ O “Compromisso de Salvador”, por sua vez, apontava para a necessidade de criação de uma legislação complementar “no sentido de proteção mais eficiente dos conjuntos paisagísticos, arquitetônicos e urbanos de valor cultural e de suas ambiências.”⁷⁰ O documento indicava, ainda, a importância de se garantir, na reorganização do IPHAN, os recursos financeiros e humanos capazes de permitir o pleno atendimento de seus objetivos.

É a partir desse contexto que algumas mudanças começam a ser percebidas. No bojo do movimento pela promoção de ações suplementares de preservação e da descentralização das medidas de proteção são criadas diversas instituições estaduais e organismos de turismo, além de iniciativas como o Programa de Cidades Históricas, citado anteriormente. No que se refere ao escopo de atuação do IPHAN, nota-se a inclusão dos sítios históricos sem o rigor do

⁶⁹ Compromisso de Brasília. 1o Encontro de Governadores de Estado, Secretários Estaduais da área cultural, prefeitos de municípios interessados, presidentes e representantes de instituições culturais. Brasília, abril de 1970. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Compromisso%20de%20Brasilia%201970.pdf>>. Acesso em: 24/11/2024.

⁷⁰ Compromisso de Salvador. 2o Encontro de Governadores para Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Natural do Brasil. Salvador, outubro de 1971. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Compromisso%20de%20salvador%201971.pdf>>. Acesso em: 24/11/2024.

critério de excepcionalidade e homogeneidade das características coloniais dos seus primeiros tempos, mas desde que mantivessem certa "harmonia", não sendo introduzidos, no entanto, outros referenciais de valoração do patrimônio além dos já praticados pela instituição (MOTTA, 2000b).

Apesar do esforço para a necessária adequação da instituição a esse novo cenário, o IPHAN continuava lidando com a falta de recursos financeiros e administrativos (LEAL, 2008). E, de acordo com Maria Cecília Londres Fonseca (2017), as críticas em relação à atuação da instituição, iriam deixar de estar restritas apenas às limitações operacionais, passando a serem direcionadas, também, às suas diretrizes conceituais.

Ao propor uma análise da prática de preservação do IPHAN a partir do estudo de caso de Ouro Preto, em 1987, Lia Motta (1987), afirmava que, os trabalhos de auto-reflexão e crítica acerca da conduta da instituição eram ainda recentes, sendo a própria arquiteta uma das responsáveis por promover a renovação desse pensamento no interior do organismo federal.

Segundo ela, em seus primeiros anos, em virtude das ações emergenciais com as quais esteve envolvido e, posteriormente, dada a consolidação de seus métodos, o instituto pouco havia refletido sobre a sua prática. Assim, se nas primeiras ações do patrimônio nos centros tombados, a instituição havia tratado a cidade como expressão estética, a partir de critérios estilísticos que definiam uma valoração que não considerava suas características documentais, o que se percebe, mesmo décadas depois, é que a postura assumida pela instituição iria continuar reiterando as suas antigas práticas de intervenção (MOTTA, 1987).

Desse modo, observa-se que, no final da década de 1970, a abordagem do IPHAN, no que se refere às áreas urbanas, havia permanecido inalterada. O imobilismo, associado à preservação por meio do instrumento de tombamento, sobre o qual falava o ministro Eduardo Portella, como vimos anteriormente, tornava-se alvo de críticas por promover a cristalização de determinados espaços, gerando, um entrave à inserção dos bens históricos e artísticos na dinâmica sócio-econômica das cidades. Esse imobilismo, entretanto, iria assumir outros contornos com a elaboração da narrativa que acompanharia a reformulação das políticas federais de cultura no país no final dos anos setenta.

Nesse momento, a ideia de imobilismo passaria, também, a simbolizar uma interpretação restrita e inflexível de patrimônio que compreendia como monumentos apenas os bens arquitetônicos - constituídos em sua maioria de pedra e cal; uma visão da cidade e dos monumentos como uma obra de arte a ser perpetuada no tempo tal qual imaginada no ato do tombamento; se referir ao fato do instrumento de proteção não ser acompanhado de uma destinação de uso do bem, relegando o patrimônio tombado ao status de mero vestígio do

passado, um ponto isolado em meio a cidades em pleno desenvolvimento; ou até mesmo corresponder a uma prática de preservação pouco propositiva em relação aos usos dos bens e à sua exploração econômica, para além do turismo, como alternativa para criar recursos financeiros para a sua manutenção e garantir a inserção dos monumentos na dinâmica urbana a que pertencem.⁷¹

Logo, em um contexto de disputa de narrativas em torno da política de preservação federal, esse imobilismo simbolizaria, para a vertente representada pela figura de Aloísio Magalhães, a estagnação da instituição, em muitas dimensões. Como se o IPHAN, assim como o patrimônio por ele tombado, tivesse também parado no tempo. E o esforço para vincular a política tradicional do instituto a essa imagem a ser superada, passa a integrar o discurso em torno da reestruturação das políticas públicas de preservação federal promovida em fins dos anos 1970. Sintetizando, por meio da oposição entre imobilismo e dinamização, essa disputa de poder.

A criação da SPHAN/Pró-Memória em 1979, como vimos, foi fundamentada, dentre outros aspectos, a partir da proposta de dinamização da instituição, que projetava a atualização de suas práticas discursivas e de preservação.

No que se refere à problemática das cidades e centros históricos enfrentada pelo IPHAN desde meados do século XX, isso se expressa na intenção de mudança da perspectiva que tomava a cidade como uma figura estática, para uma leitura de cidade como um “organismo vivo”⁷², dinâmico e em constante evolução.

Em fins dos anos setenta, as transformações promovidas no espaço urbano e, sobretudo, nas cidades antigas, passam a ser compreendidas como ações necessárias, sendo o IPHAN, de acordo com o recém-empossado diretor da instituição, Aloísio Magalhães, o “guardião de um conceito do que seja permanência e a revitalização do que seja bem cultural”⁷³, responsável por garantir a continuidade, no sentido de trajetória e de uso, sem que houvesse “nenhum risco de prejuízo e perda dos elementos fundamentais que caracterizem a estabilidade do bem cultural”.⁷⁴

⁷¹ Essas ideias estavam presentes em diversas entrevistas, artigos e pronunciamentos proferidos pelo Ministro da Educação e Cultura, Eduardo Portella e, também, por Aloísio Magalhães, que iria assumir a direção do IPHAN no início de 1979.

⁷² MAGALHÃES, Aloísio. É possível redesenhar as cidades? Do conceito de evolução natural à análise de interferências inadequadas. In: *E Triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira; Brasília, Fundação Nacional Pró-Memória, 1985, p. 208.

⁷³ Entrevista com Aloísio Magalhães. Abril de 1979. Texto datilografado em papel timbrado da Rio Gráfica e Editora, laudas 4-6.

⁷⁴ Ibidem.

Aloísio Magalhães defendia a ideia de uma síntese harmoniosa entre as demandas de preservação e o desenvolvimento urbano, à despeito de todas as tensões que envolviam essa relação, cabendo ao IPHAN assumir a tarefa de negociação, definindo, assim, as dimensões da memória desses lugares a serem guardadas para as gerações futuras.

Em 1981, ao falar do caso de Ouro Preto, Aloísio Magalhães chega a criticar aqueles que desejavam que a cidade fosse tomada como uma cidade morta, imutável “para o grau de deleite e apreciação de uma elite”⁷⁵. Declarando que “ou a cidade é viva, tem sua vida própria, sua dinâmica, ou então não faz sentido”⁷⁶, apontando, por fim, para uma das questões que iria nortear a sua gestão à frente da Sphan/Pró-Memória: afinal, “como equilibrar a preservação e a evolução?”⁷⁷

Em outra ocasião, ao abordar a situação da cidade de Cachoeira na Bahia, durante evento realizado em 1982, Aloísio destacava que a tarefa da preservação do patrimônio cultural brasileiro, “ao invés de ser uma tarefa de cuidar do passado, é essencialmente uma tarefa de refletir sobre o futuro”⁷⁸. Não tendo a ver, portanto, com uma “memória apagada e morta, guardada por uma questão puramente de saudosismo”⁷⁹.

Embora se refira aos casos específicos das cidades históricas de Ouro Preto e Cachoeira, as declarações de Aloísio nos mostram que o desejo de inserir a política de preservação em um modelo de desenvolvimento, proposto pelo governo militar (SANT’ANNA, 2014), parece ter motivado a compreensão do patrimônio urbano como um elemento passível de mudanças, adaptável a um projeto de nação que se desejava construir.

Diante do desafio de equacionar a conservação do patrimônio e o desenvolvimento das cidades, no decorrer da década de 1980, a Sphan/Pró-Memória irá promover ações voltadas para o que considerou como “elementos fundamentais” da cultura nacional nas áreas urbanas, realizando projetos de revitalização e dinamização dos bens patrimonializados.

O Rio de Janeiro, caso exemplar de cidade que teve sua trajetória marcada pela constante reconfiguração de seu tecido urbano, será uma das regiões em que a instituição irá

⁷⁵ Aloísio Magalhães falava sobre o caso da cidade de Ouro Preto em Minas Gerais, mas sua afirmação é interpretada aqui como um posicionamento de sua gestão em relação à abordagem das áreas urbanas como um todo. MAGALHÃES, Aloísio. Entrevista concedida a Zuenir Ventura. Isto é, dez/1981. In: E Triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil. Rio de Janeiro, Nova Fronteira; Brasília, Fundação Nacional Pró-Memória, 1985, p. 189.

⁷⁶ Ibidem.

⁷⁷ Ibidem.

⁷⁸ MAGALHÃES, Aloísio. Cachoeira. Discurso na solenidade de instalação do Seminário sobre Preservação e Valorização do Patrimônio Cultural e Natural da cidade de Cachoeira, Bahia, 23 de março de 1982. In: E Triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil. Rio de Janeiro, Nova Fronteira; Brasília, Fundação Nacional Pró-Memória, 1985, p. 192.

⁷⁹ Ibidem, p. 193.

atuar nesse período. A Praça XV de Novembro, localizada na área central da cidade, será objeto de duas iniciativas da instituição: a restauração do edifício do Paço Imperial, entre 1982 e 1985; e o tombamento da Área Central da Praça XV de Novembro e Imediações, processo iniciado em 1986 e concluído em 1990.

Para compreender como se constituiu a materialidade da cidade, “resultado da superposição e do entrelaçamento de camadas históricas da produção da arquitetura e do urbanismo” (MESENTIER, s.d., p.1), iremos nos debruçar sobre o processo de transformação do Rio ao longo do século XX, com ênfase na área central da cidade e na Praça XV de Novembro, objeto desse estudo. Longe de um pleno equacionamento, a relação entre a preservação e o desenvolvimento urbano na cidade teve impactos tão profundos na percepção do patrimônio da Praça XV que, desde os anos 1950, já gerava manifestações de arquitetos e intelectuais ligados ao organismo federal, levando a Sphan/Pró-Memória a adotar medidas para a defesa dos valores e da memória da Praça XV - e, consequentemente da cidade do Rio - que era preciso salvaguardar.

1.3. Fragmentos do Rio Antigo: um desenho projetivo da nação?

A peculiaridade dessa “cidade plural e capital”, capital do Vice-Reino (1763), sede da monarquia lusitana (1808-1821), Corte imperial (1822-1889) e Capital Federal com a Proclamação da República, em 1889, levou a indistinção da cidade-capital - enquanto “microcosmo da nação” (RODRIGUES, CARRIS, 2024).

Ao longo do século XX, a cidade do Rio de Janeiro foi objeto de diferentes projetos urbanísticos que atuaram sobre a sua materialidade procurando atribuir a ela, valores e signos da modernidade, como referenciais de civilidade.

Eles reforçaram, reiteradamente, uma interpretação dos vestígios remanescentes da cidade que associavam o passado do Rio à sua capitalidade, silenciando, consequentemente, outras narrativas sobre a sua história, ao convergirem para uma ideia de Rio Antigo que se ancorava em uma imagem positivada da velha cidade.

Esse imaginário do Rio Antigo se faria presente, também, no processo de patrimonialização do Rio e, em especial, da Praça XV, região vinculada à fundação da cidade. E iria corroborar, como tentaremos demonstrar no decorrer desse estudo, para a perpetuação de uma leitura excludente que se tornaria hegemônica sobre a materialidade da cidade.

Desde meados do século XVIII, quando se torna capital do então Vice-Reino do Brasil, a cidade do Rio de Janeiro tem sido objeto de inúmeras ações que transformariam suas características físico-territoriais e sua estrutura urbana ao longo dos anos. A cidade moldou-se

para atender as diferentes funções que assumia, constituindo-se desde “um império luso-brasileiro na América” (MOTTA, 2001) a uma cidade que se pretendia moderna no decorrer do século XX, produzindo novos espaços e significados que marcariam profundamente sua história.

Com o início da República em fins do século XIX, funda-se, também, o que se concebeu como o conceito de capitalidade do Rio de Janeiro (NEVES, 1991)⁸⁰, isto é, a condição da cidade enquanto representação da unidade e síntese da nação. Esse status se tornaria definidor da identidade política do Rio que, mesmo perdendo o status de capital do país após a transferência para Brasília, nos anos 1960, permaneceria identificada com a tradição dessa capitalidade (MOTTA, 2001).⁸¹

Por esse motivo, a concepção da centralidade do Rio de Janeiro e de sua imagem como vitrine da nação exigia a elaboração de um discurso que inscrevesse, também, no tecido urbano a possibilidade de construção de uma metrópole “civilizada”, “progressista” e “ordenada”, ao mesmo tempo que antecipava para o resto do país o modelo que seria uma utopia de futuro (NEVES, 1991).

É a partir desse lugar que a cidade irá se remodelar em consecutivas reformas urbanísticas desenvolvidas, sobretudo, ao longo do século XX que visaram inserir o Rio de Janeiro nos signos da modernidade. Embora a análise minuciosa desse percurso não seja o intuito desse estudo, uma vez que já existem diversos trabalhos que se dedicaram ao tema⁸², consideramos necessário traçar um panorama das principais mudanças ocorridas no Rio - e suas motivações - desde o início do século XX, que colaboraram para a constituição da materialidade da cidade existente na década de 1980 que será objeto de análise nesse trabalho.

Sendo assim, nos propomos a apresentar, brevemente, alguns desses projetos urbanísticos que fundamentaram a construção da imagem do Rio percebida em fins do século XX, destacando aspectos que irão contribuir para o entendimento da formação da cidade ao longo dos anos, e trazendo, por fim, alguns apontamentos de arquitetos e intelectuais ligados à

⁸⁰ Margarida de Souza Neves é historiadora e professora da PUC-Rio. Autora do livro “Brasil, acertai vossos ponteiros”, publicado em 1991, em que discute o conceito de capitalidade do Rio de Janeiro.

⁸¹ Em fevereiro de 2025, o prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, manifestou a intenção de formalizar o pedido ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva para que a cidade do Rio seja reconhecida oficialmente como capital honorária do Brasil e cidade federal. Cf. SCHMIDT, Selma. Paes vai pedir a Lula que Rio seja reconhecido como capital honorária do Brasil. O Globo, Rio de Janeiro, 07 fev. 2025. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/noticia/2025/02/07/paes-vai-pedir-a-lula-que-rio-seja-reconhecido-como-capital-honoraria-do-brasil.ghtml>>. Acesso em: 12/02/2025.

⁸² Alguns dos autores que se dedicaram ao estudo das transformações da cidade do Rio de Janeiro são: Antônio Edmilson Rodrigues (2015; 2024); André Nunes de Azevedo (2002; 2016); Maurício Abreu (1988); Sônia Gomes Pereira (1992); Antonio Colchete Filho (2008); Luiz Antonio Simas (2007); dentre outros.

SPHAN, que refletiram sobre a questão urbana e as consequências dessa trajetória de transformações experienciada pelo Rio de Janeiro.

A primeira grande reforma no Rio de Janeiro no século XX é bastante conhecida e estudada. Foi executada entre os anos de 1903 e 1906 durante o governo de Pereira Passos⁸³, na prefeitura do Rio (então Distrito Federal), em conjunto com ações desenvolvidas pelo governo federal.⁸⁴ Essa reforma previa a abertura, o prolongamento e o alargamento de um conjunto de ruas da cidade, modificando o sistema viário e propondo um melhoramento estético da cidade. Orientava-se, assim, por uma noção de progresso “nos campos da cultura, da ética urbana e da estética, ou seja, por uma referência de progresso enquanto desenvolvimento de uma civilização” (AZEVEDO, 2016, p. 172).

Essa ideia de civilização, caracterizava-se a partir de sua referência “a um passado, uma tradição, para a qual a dimensão de historicidade é decisiva” (AZEVEDO, 2016, pp.252-253). Assim, o projeto visava introduzir no imaginário carioca a visão de uma cidade pluralista, moderna, isto é, “inventar uma cidade, uma nova capital, que pudesse dar identidade aos novos elementos da sociedade brasileira, adaptando-os às formas antigas ou às permanências que constituíam sua tradição” (RODRIGUES; CARRIS, 2024, p.68). Em outros termos, a cidade se modificava, mas os sinais de sua tradição que permaneceram, deveriam assumir outros significados.

Desse modo, a reforma buscava enaltecer elementos da tradição do Rio e de seu passado, eliminando os vestígios coloniais, sem apagar a arquitetura colonial de maior interesse (RODRIGUES; CARRIS, 2024), valorizando, com isso, a experiência histórica da cidade de sua relação com o mar, que é incorporado à malha urbana através da construção da Avenida Beira-Mar (AZEVEDO, 2016).

Dentre inúmeras diretrizes assumidas pela intervenção urbanística está a criação de uma Avenida Central, de modelo parisiense e a demolição de diversos casarões coloniais e imperiais no centro da cidade, com o objetivo de transformar as ruas estreitas em amplas avenidas, praças e jardins, propondo uma nova estrutura urbana (SEVCENKO, 1983). Conservando-se, entretanto, a região final da Avenida Central, composta pelo conjunto formado pela Escola de Belas Artes⁸⁵, o Theatro Municipal⁸⁶, Biblioteca Nacional⁸⁷, Palácio

⁸³ Francisco Pereira Passos foi engenheiro e prefeito do Rio de Janeiro, então Distrito Federal entre 1902 e 1906.

⁸⁴ O historiador André Nunes de Azevedo defende que o conjunto de reformas urbanas no Rio de Janeiro realizadas entre 1903 e 1906 foi executada por ações desenvolvidas tanto pelo governo municipal quanto pelo governo federal, e não somente pelo prefeito Pereira Passos.

⁸⁵ A Academia Imperial de Belas Artes foi inaugurada em 5 de novembro de 1826 e demolida em 1938. Em 1890, recebeu o nome de Escola Nacional de Belas Artes.

⁸⁶ O Theatro Municipal do Rio de Janeiro foi inaugurado na Cinelândia, em 14 de julho de 1909.

⁸⁷ Construída entre 1905 e 1910.

Monroe⁸⁸, o Teatro Lírico⁸⁹ e o Conselho Municipal⁹⁰ como uma referência simbólica da civilização no Rio de Janeiro (AZEVEDO, 2016).

As ações adotadas nesse período tinham como objetivo dar à capital do país um ar cosmopolita e eliminar resquícios da cidade que a vinculavam a seu passado colonial (RODRIGUES; MELLO, 2015) ou, ao menos, “transformá-los de tal maneira que passem a representar um passado de glórias que precisa ser retomado pela modernidade” (RODRIGUES; CARRIS, 2024, p. 67).

Por outro lado, nota-se que o esforço pela construção dessa modernidade estava atrelado à necessidade de se estabelecer, um projeto de unidade da nação, criando as bases de uma identidade nacional exemplificada, em primeiro lugar, pela reforma da capital (RODRIGUES; CARRIS, 2024) e, posteriormente, replicada para todos os cantos do país. A criação de um Brasil moderno exigia a construção de um “*locus* de modernidade” que servisse de guia para o resto do país, mas, sobretudo, se tornasse o cartão de visita⁹¹ da nação junto ao mundo “civilizado” (MOTTA, 1992).

Outra proposta de intervenção elaborada para a cidade do Rio de Janeiro foi o Plano Agache, cujo projeto foi estruturado no final da década de 1920 pelo arquiteto e urbanista francês Alfred Agache (1875-1959). Seu objetivo era resolver os problemas funcionais do Rio, dando-lhe uma imagem de capital e definindo a estratégia de entrada da cidade na estética modernista (MOREIRA, 2007; RODRIGUES; MELLO, 2015). O plano dava ênfase à remodelação, com vistas à adequação da cidade aos interesses do capital financeiro, desconsiderando a preservação de sua materialidade, prevendo o alargamento das ruas e a criação de espaços para a construção de edificações de dez ou mais pavimentos (MOTTA, 2000a).

O plano foi pensado para ser uma intervenção pontual, a ser executada no Centro da cidade e, dentre as diretrizes estabelecidas para a utilização desse território, estava a orientação de adequação do Rio de Janeiro aos novos tempos, considerando a valorização gradual de seu espaço urbano (COLCHETE FILHO, 2008; REZENDE, 2014; RODRIGUES; MELLO, 2015).

⁸⁸ Criado pelo governo federal para a Exposição Internacional de St. Louis, em 1904, e construído no final da Avenida Central para ser exibido na Conferência Panamericana de 1906.

⁸⁹ O Teatro Lírico foi demolido entre 1933 e 1934.

⁹⁰ O edifício foi demolido em 1918 para dar lugar ao prédio atual, denominado Palácio Pedro Ernesto, inaugurado em 1923, onde funciona a Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro.

⁹¹ Conforme iremos observar no capítulo 3, essa ideia de tornar o centro do Rio como uma espécie de “cartão de visitas” da cidade - e, porquê não, do país - seria retomada nos projetos desenvolvidos na região nos anos 1980.

Embora as propostas do Plano Agache não tenham sido completamente implementadas, suas ideias iriam nortear as diretrizes urbanísticas para o Rio de Janeiro até os anos 1960, quando um novo plano foi produzido para a então cidade-estado da Guanabara (OLIVEIRA, 2002), como veremos adiante.

A imagem do Rio de Janeiro almejada nos anos iniciais do período republicano - aqui expressa, brevemente, através dos projetos da “grande reforma urbana” de 1903 a 1906 e do Plano Agache - definia-se, portanto, pelo desejo de inserir a cidade-capital na modernidade.

Era preciso dar conta de eliminar quaisquer resquícios da cidade colonial, com seus becos, vielas e precárias habitações em cortiços e favelas, para dar lugar à linha reta, arborizada e limpa, como metáfora do fim que se desejava alcançar (NEGREIROS, 2019). A capital federal forjava-se, assim, a partir da negação de parte de seu passado e da ressignificação das memórias presentes em seu espaço urbano.

Em ambos os projetos, como vimos, havia no horizonte a noção da capitalidade⁹² e a pretensão de se construir uma capital como símbolo da nação, um projeto de futuro. Essa condição iria modelar a cidade, para além da intenção de embelezá-la ou de atribuir a ela características de civilidade. Não se tratava apenas de construir uma capital que representasse o progresso do país, mas de um projeto de cidade que iria criar, deliberadamente, uma materialidade a partir do apagamento de formas de viver e experiências urbanas próprias dessa espacialidade, que não correspondiam a esse imperativo.⁹³

Nesse processo de construção do espaço urbano, constituiu-se, também, a narrativa que elegeu que determinadas pré-existências desse Rio Antigo poderiam permanecer no espaço, por serem representativas da civilização do Rio de Janeiro. Dessa forma, os silêncios sobre as memórias desse lugar se inserem também na produção desse discurso, onde as relações de poder se manifestam, definindo valores e hierarquizando expressões sócio-culturais da cidade (TROUILLOT, 2024).

Assim, na medida em que essa nação era forjada e simbolizada na cidade-capital do Rio de Janeiro, a materialidade remanescente da cidade passaria a interessar ao Estado como um legado do passado do país às gerações futuras. Desse modo, em fins da década de 1930, o

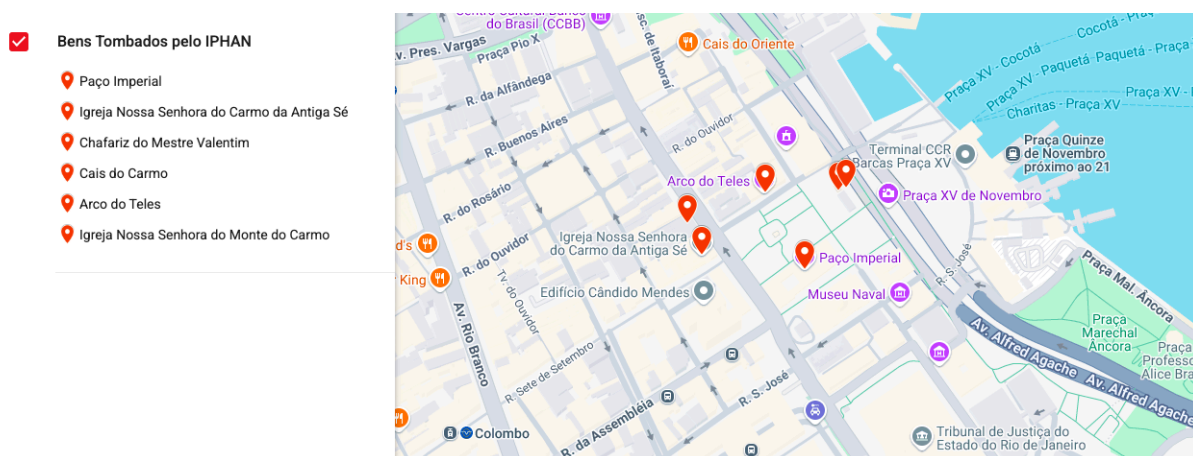
⁹² O conceito de capitalidade é divulgado, no Brasil, pela historiadora Margarida de Souza Neves (1991) como a representação, pela capital, da identidade simbólica do país, a partir do conceito de “cidade-capital” do historiador da arte e da cultura, Giulio Carlo Argan (1984), que compreendia a cidade-capital como uma representação monumental do que denomina a ideologia do poder, isto é, como uma dimensão de representação de um projeto nacional. Outros autores, como Marly Silva da Motta (2001), irão utilizá-lo para falar do processo de constituição da cidade do Rio de Janeiro como a cidade-capital imperial e republicana.

⁹³ André Nunes de Azevedo (2015) defende que, no caso da Grande Reforma Urbana, não se orientou apenas pela ideia de progresso material, mas por uma ideia de progresso nos campos da cultural, da ética urbana e da estética, enquanto desenvolvimento de uma civilização.

Estado irá investir em estratégias de criação da nação, como parte do processo civilizador, como trata Norbert Elias (1993), buscando forjar uma memória colonial como raízes fundadoras da nação (GONÇALVES, 2002; CHUVA, 2017a). A institucionalização da proteção ao patrimônio nacional, com a criação do SPHAN em 1937 foi uma dessas estratégias. Esse assunto já foi bastante estudado, consagrando-se a associação entre o colonial e o moderno, para forjar uma imagem da nação e uma ideia de brasilidade.⁹⁴

Voltando então ao nosso foco no Rio de Janeiro, em especial na região da Praça XV de Novembro, objeto desse estudo, os imóveis que ainda restavam de um “Rio de outrora” (RIO, 1909, p. 153) e que se enquadravam nesses parâmetros, foram protegidos pelo instrumento de tombamento criado pelo Decreto Lei n. 25/1937. Logo, entre 1938 e 1942 foram tombados o Paço Imperial, a Igreja da Ordem Terceira do Carmo, o Chafariz do Mestre Valentim, o Arco do Teles⁹⁵ e a Igreja de Nossa Senhora do Carmo, antiga Sé; exemplares da arquitetura civil e religiosa, inscritos nos livros de Tombo Histórico e de Belas Artes.

Figura 1: Mapa com a localização dos bens tombados pelo IPHAN na Praça XV de Novembro, no Rio de Janeiro.⁹⁶



Nos anos que se seguiram, a então Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN)⁹⁷ se viu impelida a lidar com os desafios oriundos de uma cidade economicamente ativa, atuando, de forma pontual, na preservação dos imóveis já protegidos

⁹⁴ Sobre esse tema há uma extensa bibliografia, tais como: Márcia Chuva (2017), José Reginaldo Santos (2002), dentre outros.

⁹⁵ E as Casas do Arco do Teles n. 32 e n.34.

⁹⁶ Mapa com os bens tombados pelo IPHAN na Praça XV de Novembro, no Rio de Janeiro. Disponível em: https://www.google.com/maps/d/u/1/edit?mid=1XG42FRa9FaiblqCYsME_LgWrN1pZvDE&usp=sharing. Acesso em: 18/07/2025.

⁹⁷ Entre os anos de 1946 a 1970 o IPHAN foi denominado de Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN).

por lei.⁹⁸ Tal situação se agravou, sobretudo entre as décadas de 1950 e 1960, quando o Rio de Janeiro definia-se como um dos principais centros financeiros do país - ao lado de São Paulo - e passou a experimentar um significativo crescimento que teve implicações profundas em sua paisagem urbana (MENDES, 2012; RODRIGUES; MELLO, 2015).

O impacto dessas transformações foi tema de uma nota escrita pelo diretor da Divisão de Estudos e Tombamentos do SPHAN, Lúcio Costa⁹⁹ em junho de 1953, na qual o arquiteto modernista faz uma crítica categórica ao estado em que se encontrava a Praça XV de Novembro àquela época. Segundo ele,

o problema da Praça 15 de Novembro já não tem solução satisfatória do ponto de vista da preservação das suas *características tradicionais*. Quando muito será possível conservar alguns pontos isolados de referência - tais como as casas do chamado Arco do Teles, restauradas; a capela dos irmãos terceiros do Carmo; a portada e o correr de janelas sacadas das antiga residência dos governadores gerais; o chafariz, ainda no primitivo local, capazes de permitir ao observador familiarizado com as velhas estampas e pinturas onde o logradouro é figurado, reconstituir, mentalmente, o conjunto outrora *harmonioso* do primitivo Largo do Carmo, e por onde também verá como o desenvolvimento urbanístico da cidade se processou, no caso, às avessas. E isto tão somente por falta de um plano diretor baseado nos princípios do urbanismo moderno, o qual não só permite conciliar o progresso citadino com a preservação de determinados aspectos locais de significação histórica e feição peculiar, como ainda se enriquece desses contrastes capazes de documentar ao vivo as várias fases porque passam os núcleos urbanos mais densos na sua constante evolução.¹⁰⁰

Embora não haja maiores informações sobre o que teria motivado a elaboração do texto, sua produção se insere em um contexto bastante peculiar, formado pelo período que marca o início da construção do Elevado da Perimetral, obra que iria impactar significativamente na relação histórica da Praça XV com o mar e pelas discussões em torno da transferência da capital do país do Rio de Janeiro para Brasília (MOTTA, 2001; NASCIMENTO, 2017).

⁹⁸ Adriana Gonçalves dos Santos Mendes detalha alguns casos dessa atuação do SPHAN - e, posteriormente, DPHAN. Cf. Adriana Gonçalves dos Santos Mendes (2012).

⁹⁹ Lúcio Costa é o principal intelectual e mentor do modernismo arquitetônico no Brasil. Arquiteto formado pela Escola Nacional de Belas Artes, na cidade do Rio de Janeiro, em 1937, teve um papel destacado na qualidade de especialista em arquitetura colonial e protagonista do movimento moderno. Foi diretor da Escola Nacional de Belas Artes. De 1937 a 1972 foi diretor da Divisão de Estudos e Tombamentos, do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN. Em 1939 venceu o concurso de projetos para construção do Pavilhão Brasil da Feira Mundial de Nova Iorque e convidou Oscar Niemeyer, que havia sido o segundo colocado, para participar dos trabalhos. Em 1957 venceu o concurso para apresentação do projeto do plano piloto de Brasília, para onde seria transferida a nova capital federal. Dentre os diversos projetos de sua autoria está o Palácio Gustavo Capanema, antigo prédio do Ministério da Educação e Saúde Pública, no Rio de Janeiro, em parceria com mais quatro arquitetos. Cf. Lúcio Costa. Verbete. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/brasilia/dhbb/Lucio%20Costa.pdf>>. Acesso em: 14/12/2024; Flávia Brito do Nascimento (2015).

¹⁰⁰ COSTA, Lúcio. Praça Quinze de Novembro, Série Inventário, Rio de Janeiro, RJ, 09/06/1953. I. RJ-037.03a. Arquivo Central do IPHAN, Seção Rio de Janeiro. Grifo meu.

Ambos os episódios teriam implicações profundas na cidade, seja em virtude das alterações na configuração da espacialidade de sua área central ou na própria concepção da identidade carioca, fundamentada na condição de ser cidade-capital e vitrine da nação (MOTTA, 2001).

O texto de Lúcio Costa, apesar de conciso, apresenta elementos importantes para pensarmos não só o posicionamento do arquiteto em relação às transformações na região da Praça XV, mas também, sobre o seu entendimento de que a preservação do patrimônio deveria caminhar junto com o planejamento urbano, questões que, já nessa época, ocupavam o debate em torno da preservação do centro histórico do Rio frente ao desenvolvimento e a urbanização da cidade.

Lúcio Costa inicia o texto, em um tom de lamentação, ao se referir ao estado de preservação das características, entendidas por ele, como tradicionais da região, concluindo que a situação, a seu ver, não teria mais uma solução satisfatória. Segundo ele, a percepção de seu outrora “conjunto harmonioso” só seria possível através da imaginação de seus observadores, que deveriam reconstituir na memória a imagem da Praça XV das “velhas estampas e pinturas onde o logradouro é figurado”, tais como as retratadas por inúmeros viajantes, como o pintor francês Jean-Baptiste Debret ou o austríaco Thomas Ender.¹⁰¹

Percebe-se que para Lúcio Costa o valor do conjunto arquitetônico estava vinculado à permanência dos traços do antigo Largo do Carmo, época em que algumas construções oriundas do período colonial, tombadas nos anos iniciais do SPHAN¹⁰² já integravam a Praça XV.

Embora seja uma de suas denominações mais longínquas, antes de ser o Largo do Carmo, o logradouro já havia recebido outros nomes, como Praia ou Campo de Nossa Senhora do Ó e Várzea do Carmo, entre 1580 e 1608, quando foram construídos o Convento das Carmelitas e a Capela original da Igreja de São José; e Largo do Rocio, Rocio do Carmo ou, popularmente, Terreiro da Polé ou Terreiro do Ferreiro Polé, entre 1630 e 1660¹⁰³, quando

¹⁰¹ As pinturas de Debret e Ender serão retomadas nos estudos para a obra de restauração do Paço Imperial nos anos 1980, conforme veremos no capítulo 04.

¹⁰² De 1937 a 1946 o IPHAN recebeu a denominação de Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) 1937-1946.

¹⁰³ O artista Carlos Gustavo Nunes Pereira, conhecido como Guta, produziu uma série de ilustrações recriando o processo de mudanças na cidade do Rio de Janeiro que integrou uma exposição virtual do Instituto Pereira Passos. Infelizmente, esse trabalho não está mais disponível no site do IPP, mas foi possível recuperá-lo em outros sites, como o que citamos no link dessa referência. No vídeo, é possível visualizar as mudanças na espacialidade e na materialidade Praça XV desde o século XVI. Cf. BRITO, Carlos. Rio 455 anos: obras recriam a ocupação urbana desde a fundação. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/03/01/rio-455-anos-obras-recriam-a-ocupacao-urbana-de-sde-a-fundacao-veja-o-antes-e-o-depois.gh.html>>. Acesso em: 07/05/2025.

se constrói a Casa de Câmara e Cadeia¹⁰⁴ e há a instalação, na praça, de um pelourinho ou polé, uma espécie de obelisco, cuja finalidade era ser um espaço simbólico de poder, onde eram executadas sentenças públicas, como castigos em escravizados. Somente entre 1743 a 1790, a região recebe os nomes de Praça do Palácio e Largo do Carmo, quando são construídas a Casa dos Governadores¹⁰⁵, no local da Casa da Moeda e dos Armazéns Del Rey, e a Igreja Nossa Senhora do Carmo¹⁰⁶ (COLCHETE FILHO, 2008; COLCHETE FILHO, VAZ, 2023; COELHO, 2024).

Em nenhum dos períodos anteriores à existência do Largo do Carmo, no entanto, o conjunto arquitetônico da Praça XV possuía tamanha imponência como a percebida em fins do século XVIII, momento em que o Rio de Janeiro também se tornaria sede do Vice-Reino, adquirindo uma centralidade política mais bem delineada. Além da arquitetura monumental e do status assumido pela cidade entre 1763 a 1808, a chegada da corte no início do século XIX iria atribuir à região outros significados que explicariam a associação, por Lúcio Costa, do caráter “antigo” do Rio a esse período específico da história da praça (THIESEN, BARROS, 2009; AZEVEDO, 2015; COLCHETE FILHO, VAZ, 2023).

As “características tradicionais” da Praça XV, de acordo com o arquiteto, estavam alicerçadas em “pontos isolados”, bens patrimonializados que reafirmavam as raízes portuguesas do país, espaços vinculados ao poder colonial e imperial, e edificações religiosas, tomados como representativos das origens da nação (CHUVA, 2017a). Sua relação com a espacialidade da praça limitava-se a memórias ligadas a eventos históricos que reforçassem esse vínculo, como os retratados em pinturas citadas por Gilberto Ferrez, como a “Parada militar no Largo do Paço” de Leandro Joaquim; a “Aclamação de D. João VI” ou o “Cortejo do batismo de Dona Maria da Glória” de Jean Baptiste Debret; os “Festejos da coroação de D. Pedro I”, de Miss Ann Peppin; a “Coroação de D. Pedro II”, de Louis August Moreau e Abraham-Louis Buvelot; e na fotografia de A. Luís Ferreira, com a imagem da princesa Isabel e o conde d’Eu na janela central do Paço após a assinatura da lei Áurea (FERREZ, 1984).

Nesse sentido, apesar de ressaltar a importância dos aspectos locais de significação histórica e da capacidade desses lugares de documentar as várias fases da região, Lúcio Costa

¹⁰⁴ O prédio da Cadeia Velha foi demolido para a construção do Palácio Tiradentes. Cf. Cadeia Velha. ImagineRio. Disponível em: <<https://www.imagnerio.org/iconography/views/33514359>>. Acesso em: 08/03/2025.

¹⁰⁵ A edificação da Casa dos Governadores deu origem ao atual prédio do Paço Imperial. Cf. Casa dos Governadores. ImagineRio. Disponível em: <<https://www.imagnerio.org/iconography/views/32484236>>. Acesso em: 08/03/2025.

¹⁰⁶ Rua Primeiro de Março, Convento do Carmo e Igreja de Nossa Senhora do Carmo à esquerda, circa 1890. Cf. Rua Primeiro de Março. ImagineRio. Disponível em: <<https://www.imagnerio.org/iconography/views/32482344>>. Acesso em: 08/03/2025.

parece, ele mesmo, estabelecer limites para a historicidade do lugar, ao não considerar o período que precede à consolidação do Largo do Carmo e eleger como “características tradicionais” da praça, o conjunto de edificações construídas anos depois das origens do próprio logradouro.

Embora artistas e pintores, como Debret, tenham registrado em suas obras, a presença massiva de negros na região e o cotidiano da sociedade escravagista no Rio de Janeiro, essa memória não foi integrada na narrativa feita sobre a materialidade da Praça XV pelo Estado, através da atuação do IPHAN, conforme veremos ao longo desse estudo.

Os indícios “representativos da nação” - e reconhecidos como tal não só através do instrumento do tombamento, mas pela escolha reiterada de sua permanência na espacialidade após sucessivas reformas urbanas promovidas pelo poder municipal - simbolizam, acima de tudo, a criação de silêncios em diferentes momentos e através de perspectivas diversas. Se a materialidade da Praça XV é resultado de um processo histórico, é a partir dele que são definidas as narrativas históricas sobre a sua memória (TROUILLOT, 2024). Por isso, a alusão ao Largo do Carmo, por Lúcio Costa, torna-se tão sintomática.

O ímpeto pela conservação de “pontos isolados de referência” frente ao desenvolvimento da cidade é, sobretudo, um desejo manifesto de perpetuação de uma narrativa histórica que inviabilizou, ao longo dos anos, a memória da praça que não estava vinculada à herança luso-brasileira.

Por outro lado, a ausência de indícios de outras memórias possíveis deve ser compreendida, também, como resultado da produção desses silenciamentos (TROUILLOT, 2024). E tornam-se, portanto, um indicativo de como a produção histórica se deu e das relações de poder e tensões envolvidas no processo de construção da identidade nacional por meio da concepção da cidade-capital na primeira metade do século XX.

Como trabalhado por Marly Motta, a identificação do Rio de Janeiro como “símbolo da nação”, como vimos, constituía não apenas a relação da capital com o restante do país, mas também, “um importante componente da identidade da cidade” (MOTTA, 2001, p.88). Por isso, quando o Rio perde a condição legal de capital, há uma preocupação para que a cidade mantenha a aura de capitalidade, continuando a exercer a função de símbolo da nação, para além de sua dimensão político-administrativa.

Com a transferência da capital para a recém-criada Brasília, em 1960, cria-se o Estado da Guanabara formado pelo antigo Distrito Federal, que se diferenciava do estado do Rio de Janeiro, área política onde se localizava a antiga capital. O jornalista e político Carlos Lacerda é eleito o primeiro governador da Guanabara. E em seu projeto de governo usa a perda da

condição de capital como um mecanismo de mobilização, propondo a execução de obras de infraestrutura que buscassem resolver os problemas da, então, cidade-estado (RODRIGUES; MELLO, 2015).

Àquela época, o Rio enfrentava, mais uma vez, um período de mudanças, resultante de um significativo crescimento populacional e da ampliação do transporte rodoviário, com a substituição dos bondes por ônibus elétricos e a construção de vias expressas. Lacerda irá contratar o urbanista grego Constantinos Apostolos Doxiadis que será responsável por elaborar uma proposta, conhecida por Plano Doxiadis, com o objetivo de assegurar o desenvolvimento da Guanabara, tendo como meta o ano 2000. A ideia era que a cidade, no início do milênio seguinte, estivesse urbanizada de acordo com um padrão de crescimento equilibrado e, portanto, pudesse funcionar perfeitamente. Assim, durante o governo de Lacerda, o Rio de Janeiro passaria a ser tratado como a capital do futuro (RODRIGUES; MELLO, 2015; NASCIMENTO, 2017).

Outro fato importante ocorrido durante o governo de Lacerda foram as comemorações do IV Centenário do Rio de Janeiro em 1965. Na ocasião os “administradores-engenheiros” que através de grandes obras urbanísticas “deixaram marcas indeléveis no tecido da cidade” são valorizados como os “heróis do Rio” (MOTTA, 2001, p.244). Personagens que colaboraram para a construção da cidade, tal como percebida em meados do século XX, são relembrados pelas obras que ajudaram a transformar o Rio de Janeiro em uma capital civilizada. Reafirmando-se a capacidade do carioca de “domar a natureza inóspita”, remodelando e embelezando a cidade com o inequívoco intuito de confirmar a capital no papel de “cartão postal do país” (MOTTA, 2001, p.245).

A atuação desses administradores-engenheiros foi fundamental, também, para reiterar a imagem do Rio Antigo, que permaneceria expressa na materialidade da cidade, apesar das intensas transformações promovidas em sua espacialidade, como temos tentado demonstrar ao longo deste capítulo. Já que, embora a cidade tenha se reformulado em inúmeros momentos de sua história, preservava-se, ainda, alguns vestígios do seu passado que pudessem atestar a tradição e a herança europeia da cidade.

Assim, o processo de construção da memória desse Rio de Janeiro “quatrocentão”¹⁰⁷ expõe e corrobora, ao mesmo tempo, “a tradição de identificação do Rio de Janeiro como o lugar da eterna reconstrução” (MOTTA, 2001, p.246). E, mais do que isso, aponta para a opção desses agentes públicos, representantes da estrutura de poder do Estado, por reiterar a busca incessante por uma imagem do Rio de Janeiro forjada sob a luz da modernidade.

Essa hipótese de que o Estado procurou conceber uma memória sobre o passado da cidade do Rio, ancorada em um imaginário associado aos símbolos de poder colonial e imperial, pode nos ajudar a entender as inúmeras críticas direcionadas a uma das obras mais emblemáticas ocorridas na cidade, justamente por impactar profundamente na percepção do que ainda restava do antigo Rio patrimonializado na região da Praça XV. Resultante da chamada “febre viária”, a Avenida Perimetral é inaugurada, parcialmente, ainda nos anos 1960. E, embora buscasse resolver questões relacionadas ao tráfego na região, a construção interrompia visualmente a relação da praça com a linha do mar (COLCHETE FILHO, 2008).

Para a execução da obra foi necessária a demolição do antigo Mercado Municipal e de prédios construídos para a Exposição do Centenário da Independência, evidenciando que, diante do crescimento da cidade, alguns registros da história urbana poderiam ser facilmente descartados (COLCHETE FILHO, 2008), em especial, aqueles que não haviam sido valorados e protegidos pelas políticas de preservação existentes à época.

Nos anos seguintes, a paisagem urbana da Praça XV sofreria, também, com o fenômeno da verticalização - resultado das pressões do setor imobiliário - já experienciado por outras áreas do centro da cidade, ao ver surgir na região, um novo edifício acima do antigo prédio do Arco do Teles e a imensa torre construída pela Universidade Cândido Mendes ao lado do Convento do Carmo (MENDES, 2012; NASCIMENTO, 2017).

Assim como o fenômeno da verticalização da cidade, o expressivo crescimento demográfico que o Rio experimentou nesse momento estava inserido em um contexto mais amplo marcado pela modernização autoritária implementada durante o governo militar. Nessa época, grandes projetos urbanos e obras de infraestrutura foram desenvolvidos pelo país com o objetivo de modernizar os núcleos urbanos (NASCIMENTO, 2017).

¹⁰⁷ As comemorações dos 400 anos de fundação da cidade do Rio foram bem exploradas pelo governo de Carlos Lacerda, sobretudo, por coincidirem com as eleições presidenciais e para o governo da Guanabara. A ideia era mostrar que, a experiência bem sucedida do primeiro governo da Guanabara poderia ser levada para todo o país, sendo a Guanabara, o estado-capital que continuaria sendo uma vitrine da nação. Cf. Marly Silva da Motta (2001). A expressão “Quatrocentão” foi usada na música “Rancho do Rio”, composta por João Roberto Kelly, no mesmo ano, e trazia os versos: “foi Estácio de Sá quem fundou e São Sebastião abençoou. Rio é quatrocentão, mas é um broto no meu coração”. Sendo amplamente reproduzida pela imprensa, já que a data de celebração do aniversário da cidade havia coincidido com a segunda-feira de carnaval. Festejar os 400 anos da cidade significava falar de sua história, destacando a memória de seu passado como capital do vice-reino, sede da Colônia e do Império, capital da República e, desde 1960, estado da Guanabara.

Em 1974, a cidade do Rio de Janeiro sofre mais uma transformação política e administrativa com a fusão, em 1974, dos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro. Tal reconfiguração terá impacto direto na dimensão de recursos a que o Rio passa a dispor e torna-se necessário repensar, mais uma vez, a dimensão urbana e o território da cidade (REZENDE, 2002; COLCHETE FILHO, 2008; NASCIMENTO, 2017).

Em meados da década de 1970, a cidade irá ganhar um novo Plano Urbanístico, o PUB Rio (Plano Urbanístico Básico do Rio de Janeiro). O Plano era resultado de um convênio entre o governo municipal e estadual e, também, de diretrizes da política urbana definida pelo II Plano Nacional de Desenvolvimento, que projetava o controle do crescimento de cidades como o Rio de Janeiro e São Paulo, e do I Plan Rio, que buscava consolidar o Estado do Rio como polo nacional (REZENDE, 2002).

Dentre suas diretrizes, o plano previa definir uma política de apoio ao planejamento municipal; estabelecer uma relação orgânica entre os vários níveis da estrutura urbana compatibilizando-os com as atividades de produção; e reforçar a dependência das políticas federais, integrando a política municipal ao nível nacional. Além disso, é a primeira vez que um plano diretor da cidade do Rio de Janeiro apresenta propostas de incentivo ao turismo e promoção do patrimônio histórico-cultural. E a cidade do Rio passa a ser entendida não mais como uma cidade voltada para o futuro, mas para uma memória do passado em que ocupou o centro do poder político (RODRIGUES; MELLO, 2015).

Isto é, se antes essa memória do passado foi preservada na medida em que colaborava para a construção da imagem da cidade moderna que se pretendia projetar, a partir desse momento, percebe-se a conservação desses vestígios, pela sua relevância histórica, abrindo espaço para a valoração dos aspectos urbanos remanescentes do Rio, considerando a sua heterogeneidade como um testemunho do processo de formação da cidade (NASCIMENTO, 2017). Mas que, em essência, como tentaremos demonstrar, não significaria uma interpretação tão diferenciada sobre o passado da cidade.

Desse modo, a importância da execução do PUB-Rio estava na identificação do valor de alguns ambientes urbanos e, em especial, na área central, a partir do conceito de ambiência ou de ambiente urbano¹⁰⁸, dos ambientes urbanos tradicionais do Rio (NASCIMENTO, 2021).

¹⁰⁸ A Recomendação Relativa à Salvaguarda dos Conjuntos Históricos e sua Função na Vida Contemporânea, resultante da Conferência Geral da Unesco de 1976, definiu o conceito como sendo a ambiência dos conjuntos históricos ou tradicionais o quadro natural ou construído que influi na percepção estática ou dinâmica dos conjuntos, ou se vincula a eles de maneira imediata no espaço, ou por laços sociais, econômicos ou culturais. Cf. Recomendação de Nairóbi. Recomendação relativa à salvaguarda dos conjuntos históricos e sua função na vida contemporânea. UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 1976. Disponível em:

Essa perspectiva passava a considerar não apenas os monumentos de forma isolada, mas a espacialidade como um todo, incluindo os elementos e as características urbanas que compunham o seu meio. Contribuindo para a manutenção de uma espécie de aura da velha cidade ainda presente nessa região.

Para Flávia Nascimento (2017), é no decorrer dos anos 1970 que o tema da preservação como identidade urbana e memória social irá emergir como uma estratégia de combate às históricas demolições e transformações no espaço urbano. No caso do Rio de Janeiro, até esse momento, as medidas de preservação haviam se restringido à conservação dos bens tombados pelo IPHAN, sendo, o casario que envolvia os monumentos, tratado apenas como entorno¹⁰⁹ (MESENTIER, s.d.).

Somente no final da década de 1970¹¹⁰ ocorre a revalorização do Centro, por suas qualidades culturais, resultado da luta de movimentos sociais urbanos que contavam, ainda, com o apoio de intelectuais cariocas e técnicos do setor público preocupados com a descaracterização da fisionomia da cidade (MESENTIER, s.d.). A área passa a ser objeto de diversas iniciativas do poder público, como veremos ao longo dos demais capítulos, que iriam promover a recuperação do espaço por meio de ações de preservação e adaptação de sua materialidade remanescente a novos usos, visando a conservação de seus aspectos considerados originais.

Nessa época, outro arquiteto modernista - da geração de Lúcio Costa - também escreve sobre a trajetória de transformações da cidade do Rio de Janeiro. Em texto datado de 23 de julho de 1980¹¹¹, elaborado durante o período que viveu exilado em Paris, Oscar Niemeyer¹¹² relembra como era o Rio durante sua infância e juventude, imaginando projetos

<<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20de%20Nairobi%201976.pdf>>. Acesso em: 24/11/2024.

¹⁰⁹ Entorno é um instrumento legal definido no Artigo 18 do Decreto-Lei número 25, de 30 de novembro de 1937, voltado para a proteção da vizinhança dos bens tombados, cujo objetivo era impedir construções que comprometessem a visibilidade dos bens tombados. Cf. Lia Motta e Analucia Thompson (2010).

¹¹⁰ Esse período seria marcado, também, pelo início da reestruturação das políticas públicas de cultura federais que resultaram, como vimos anteriormente, na criação da SPHAN/Pró-Memória em 1979.

¹¹¹ O texto da carta e os croquis foram publicados no livro “Rio, de Província a metrópole” lançado em 1980. Cf. NIEMEYER, Oscar. Rio, de Província a metrópole. 1a edição, Rio de Janeiro: Avenir Editora, 1980; 2a edição, Rio de Janeiro: Revan, 2008.

¹¹² Oscar Niemeyer nasceu no Rio de Janeiro em 1907. Em 1929, entrou para a Escola Nacional de Belas Artes no Rio de Janeiro, onde formou-se engenheiro arquiteto, em 1934. Inicia-se na profissão como estagiário no escritório de Lúcio Costa e Carlos Leão. Em 1936, foi designado para colaborar com o arquiteto suíço, Le Corbusier, que estava participando do projeto do Ministério da Educação do Rio de Janeiro, o Palácio Gustavo Capanema. Em 1940 realizou o projeto do Conjunto da Pampulha, formado por um Cassino, a Casa de Baile, o Clube e a Igreja de São Francisco de Assis ou Igreja da Pampulha. Em 1956, a convite do então Presidente Juscelino Kubitschek, Niemeyer participa da concepção de Brasília, junto com Lucio Costa. Cf. Vida e obra de Oscar Niemeyer. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/762>>. Acesso em: 15/12/2024.

arquitetônicos e propondo soluções para questões que a cidade enfrentava à época. Niemeyer afirmava que

muito se tem escrito sobre o Rio Antigo, mas para mim, para os do meu tempo, lembrar esta cidade não é apenas um passatempo saudosista, mas como revê-la outra vez. E sempre é possível encontrar caminhos diferentes e analisar sua metamorfose de maneira mais justa e objetiva. E como todas as outras cidades brasileiras ameaçam seguir o mesmo destino, sinto ser válido este pequeno texto. Realmente, se tivesse prevalecido um exame mais minucioso do problema, uma atitude mais voltada para o futuro, muita coisa não teria sido esquecida, nem sua transformação, de província a metrópole, crivada de desacertos e a cidade desfigurada para sempre.¹¹³

Em um tom saudosista, Niemeyer fala, ao longo do texto, sobre a relação histórica do Rio com mar e “da linha barroca e magnífica” composta pelas montanhas que formavam a cidade. Lamenta, contudo, que o desprezo pela natureza e a destruição gerada pelos “donos do lucro imobiliário” tenham afetado tanto a cidade. Segundo ele,

quem conheceu o centro da cidade e hoje nele é obrigado a caminhar como um autônomo, lembra, sem querer, esses velhos tempos. E a metamorfose urbana daquela área assume um aspecto odioso. Sem nenhuma previsão urbanística, prédios de 4 pavimentos subiram para 20 ou 30, e nas ruas onde cerca de 100 mil pessoas passeavam tranquilas, 2 milhões e 500, pelo menos, hoje as percorrem, aflitos, entre o atropelo do tráfego indisciplinado.¹¹⁴

E finaliza, com uma frase com a qual é quase possível sentir seu suspiro saudosista: “Velhos tempos... Como era bom o antigo centro do Rio”.¹¹⁵

Cabe lembrar que Oscar Niemeyer nasceu no Rio de Janeiro no início do século XX, mais precisamente em 1907, e, portanto, vivenciou de perto muitas das transformações da cidade. Ao longo do texto, aqui citado, o arquiteto faz um relato, também a partir de suas memórias, sobre as modificações urbanas que fizeram da província do Rio, uma metrópole. Nessa breve reflexão aborda temas que perpassam esse percurso da cidade, tais como a substituição das casas individuais pelas habitações coletivas; os problemas da densidade urbana; do aumento do tráfego e da poluição sonora; do desaparecimento das áreas verdes; do afastamento da cidade em relação ao mar; da verticalização dos bairros, dentre outras questões.

¹¹³ NIEMEYER, Oscar. Rio, de Província a metrópole. 1a edição, Rio de Janeiro: Avenir Editora, 1980; 2a edição, Rio de Janeiro: Revan, 2008, pp.8-9.

¹¹⁴ Ibidem, pp.28-30.

¹¹⁵ Ibidem, p.30.

Apesar de reconhecer que se tratava de um tempo diferente, provinciano e restrito, Niemeyer assumia considerá-lo “cheio de encanto”¹¹⁶ e lamentava que esse ambiente “tradicional” não tivesse sido preservado.

Ao rememorar aspectos do centro do Rio, região onde se origina esse “Rio Antigo”, Niemeyer afirmava, no entanto, que não desejava que a área fosse tratada como um museu e não acompanhasse, portanto, a técnica e a urbanização vertical inevitável. Comentando o que parece ser a proposta de reapropriação das ruas do centro promovida pela municipalidade através da iniciativa do Corredor Cultural¹¹⁷.

Segundo Niemeyer,

durante muito tempo prevaleceu, entre os urbanistas, a ideia de que a antiga rua - pequena e tranquila - não mais interessava. Rua pouco higiênica e desatualizada. Mas o passado sempre ensina muita coisa - as distâncias ficaram grandes demais - e uma nova cirurgia urbana surgiu nos grandes centros; voltar à velha rua das antigas cidades, criando grandes áreas de pedestres com animação e lazer. Essa opção, já usada no Brasil com sucesso vai ser adotada no Rio nas ruas do Centro. Devemos aplaudi-las certos de que a circulação de pedestres será bem disciplinada - a dos que passeiam e a dos que trabalham e na sua cidade circulam em massa.¹¹⁸

Como é possível notar, o arquiteto demonstrava certo interesse em relação à proposta de revalorização do ambiente formado pelas ruas remanescentes do antigo Rio, a partir de sua exploração para fins culturais. Afinal, além de uma alternativa para a conservação desse espaço, seria uma maneira “de rever a cidade” e experienciar sua forma urbana de outrora. Isto é, por mais que Niemeyer afirmasse que o desejo pela lembrança da cidade antiga não era apenas um passatempo saudosista, havia em seu discurso, para além de uma preocupação com os caminhos a serem assumidos no processo de desenvolvimento urbano, uma busca efetiva por elementos considerados “tradicionais” dessa espacialidade que seriam capazes de recriar essa atmosfera do Rio Antigo.

Em 1982, o então diretor da Sphan/Pró-Memória, Aloísio Magalhães, também irá manifestar sua apreensão em relação aos rumos que a Praça XV tomou nas últimas décadas. Segundo Aloísio,

no caso da Praça 15 tenho a impressão de que a dinâmica da cidade quase obstruiu a vivência das coisas históricas. Primeiro, foi o elevado, mas este era inevitável e continua sendo, porque os serviços que presta tem uma dimensão macro. Depois, a passarela de pedestres, que contradiz o elevado. Ela pode ter resolvido o problema da

¹¹⁶ NIEMEYER, Oscar. Rio, de Província a metrópole. 1a edição, Rio de Janeiro: Avenir Editora, 1980; 2a edição, Rio de Janeiro: Revan, 2008, p.32.

¹¹⁷ O projeto do Corredor Cultural será apresentado no capítulo 02, por meio dos artigos que abordam a iniciativa na Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e, no capítulo 03, por meio da imprensa.

¹¹⁸ NIEMEYER, Oscar. Op. Cit., pp.65-66.

travessia para as pessoas, mas não resolveu nada conceitualmente. O chafariz de mestre Valentim ficou num canto, esmagado pelo que o cerca. A estátua de Dom João VI foi parar no extremo oposto. Além de todos aqueles terminais de ônibus. Acho que, durante longo período, foram deixados em segundo plano os aspectos que fariam a praça evoluir sem ferir o mais importante em sua configuração histórica.¹¹⁹

Embora expressasse seu descontentamento quanto aos impactos da dinâmica socioeconômica da cidade na percepção dos bens históricos ainda remanescentes na Praça XV, Aloísio Magalhães acreditava que algumas obras executadas na área foram importantes para o desenvolvimento da região. Reiterando, em sua visão, a perspectiva de que era preciso buscar formas para conciliar as necessidades contemporâneas da cidade com a tarefa de preservar seus patrimônios.

Essa ideia será retomada pelo arquiteto e diretor da 6ª Diretoria Regional da Sphan/Pró-Memória, Glauco Campello, em texto publicado no Boletim Sphan/Pró-Memória em 1984.¹²⁰ Nele, Campello fala sobre o problema para encontrar o equilíbrio entre desenvolvimento e preservação. Para o arquiteto, essa problemática apresentava duas faces: a primeira, que corresponde aos interesses do desenvolvimento, das forças que impõe o progresso e a modernização; e a segunda, que corresponde aos interesses da preservação, das forças que resistem à descaracterização e que impõem a permanência dos valores da cultura e da tradição.¹²¹

No que se refere à problemática urbana vivida pelo Rio de Janeiro, Campello acredita que uma possível saída seria relembrar o Rio Antigo, como havia sido exposto por Oscar Niemeyer em texto já citado, publicado em 1980. Segundo Campello,

para não esquecer o passado (ou não apagá-lo), é preciso haver uma atitude voltada para o futuro, ou, invertendo os termos, para preparar o futuro (do Rio) é necessário lembrar (e rever) a cidade antiga. A partir da contraposição passado e futuro, cuja síntese só pode ser elaborada no presente, passa a ter novo sentido a luta pela preservação dos valores da nossa cultura, da nossa paisagem e das nossas tradições.¹²²

¹¹⁹ ANGÉLICA, Joana. Ludwig recebe hoje o Paço da Cidade, que será reformado junto com a Praça 15. O Globo, 19 de março de 1982. Joana Angélica é natural de Sergipe. Jornalista e tradutora formada em Letras Neolatinas pela Universidade Federal de Sergipe e em Comunicação na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atuou como repórter, editora, redatora e colaboradora em diversos veículos, tais como as revistas Ciência Hoje, Elle e Isto É, além do jornal O Globo.

¹²⁰ Texto apresentado na mesa redonda realizada no MAM por ocasião da Exposição Oscar Niemeyer, em junho de 1983. Nele, Glauco Campello faz uma reflexão sobre o livro “Rio, de Província a Metrópole” do arquiteto Oscar Niemeyer. Cf. CAMPELLO, Glauco. Crescimento urbano e preservação. Boletim Sphan/Pró-Memória, n. 29, Mar/abril, 1984.

¹²¹ Ibidem.

¹²² Ibidem.

O arquiteto defendia que a restauração dos monumentos ou a proteção das áreas que se desejava preservar¹²³, poderia resultar na recuperação de valores que iriam induzir “um desenvolvimento urbano orgânico e harmonioso, sem desfigurações ou desacertos”. Nessa perspectiva, “o monumento restaurado ou o ambiente cultural revitalizado passam a ser um foco gerador e disciplinador do crescimento das cidades”¹²⁴

Campello fala sobre a necessidade de se disciplinar as novas construções nas imediações da região, de modo a harmonizá-las com o tecido urbano antigo ou, de forma mais concreta, com a situação correspondente à sua feição original. Citando, como exemplo a ser evitado, a construção do elevado da perimetral “cortando a vista para a baía, desfigurando um longo e precioso trecho da cidade”¹²⁵, caracterizada por ele como uma intervenção desastrosa.

Assim como Niemeyer, Campello também afirma não ser seu desejo que o centro do Rio fosse tratado como um museu¹²⁶, ou seja, como um trecho da cidade cristalizado, parado no tempo. No entanto, destaca que “algumas das edificações mais importantes da época em que se formou a nossa cidade e trechos que guardam o traçado peculiar de um Rio Antigo, acolhedor e cheio de mistérios”¹²⁷, haviam sobrevivido às sucessivas intervenções na cidade, cabendo, portanto, à Sphan/Pró-Memória recuperar essa materialidade ainda impressa no tecido urbano do Rio, citando, como exemplo, a obra de restauração do Paço Imperial na Praça XV de Novembro, coordenada por ele, que estava sendo realizada pela instituição nesse período.¹²⁸

De acordo com Campello, a revitalização do patrimônio seria um caminho para garantir a permanência do que se considerava como “os valores da trajetória histórica e cultural”¹²⁹ do país, ao mesmo tempo em que não se impedia o progresso e o desenvolvimento da cidade. Assim, diante da ameaça da destruição das características “tradicionais” do Rio, propunha-se como alternativa para equilibrar essa equação, a restauração desse patrimônio e a sua reapropriação em iniciativas culturais.

¹²³ Glauco Campello cita a restauração do Paço Imperial na Praça XV e a iniciativa do Corredor Cultural promovida pela Prefeitura do Rio.

¹²⁴ Texto apresentado na mesa redonda realizada no MAM por ocasião da Exposição Oscar Niemeyer, em junho de 1983. Nele, Glauco Campello faz uma reflexão sobre o livro “Rio, de Província a Metrópole” do arquiteto Oscar Niemeyer. Cf. CAMPELLO, Glauco. Crescimento urbano e preservação. Boletim Sphan/Pró-Memória, n. 29, Mar/abril, 1984.

¹²⁵ Ibidem.

¹²⁶ Nota-se que essa concepção de Niemeyer - reproduzida por Campello - em não tratar o centro do Rio como um museu era uma ideia compartilhada entre os arquitetos.

¹²⁷ CAMPELLO, Glauco. Op. cit.

¹²⁸ A obra de restauração do Paço Imperial será abordada no decorrer dos demais capítulos.

¹²⁹ CAMPELLO, Glauco. Op. cit.

Ora, se no início do século XX noções como “civilização” e “progresso”, mobilizadas em torno do discurso da modernidade, ajudaram a construir o Rio como “microcosmo da nação”, a partir da criação da Sphan/Pró-Memória em 1979, a retórica que se constituiu na reformulação das políticas de preservação federais se voltou para os conceitos de “tradição” e “desenvolvimento urbano” que, como é possível perceber, não se distanciam, em essência, dos pressupostos anteriores.

Essa retórica sustentava a resolução da problemática urbana - que não havia sido bem conduzida pelas políticas precedentes - a partir da promoção de um “desenvolvimento orgânico” e “harmonioso” que iria permitir o crescimento da cidade do Rio sem maiores implicações à ambiência de seu patrimônio edificado. A Sphan/Pró-Memória seria responsável, portanto, por mediar os vários interesses em jogo, sejam oriundos das reformulações e propostas de apropriação do espaço urbano pela municipalidade ou das investidas do setor imobiliário, cada vez mais atuante na área.

Apesar do papel de agenciador do patrimônio, a Sphan/Pró-Memória não será a única a atuar na construção de narrativas sobre a memória da cidade. Como veremos mais adiante, a área central do Rio de Janeiro e, em especial, a Praça XV de Novembro - região historicamente vinculada ao período de formação, não só da cidade, mas do Brasil enquanto nação - será objeto de disputas em torno de sua memória, tangível e simbólica, no decorrer da década de 1980.

A retomada da imagem de um Rio Antigo - patrimonializado ou não -, em pleno período de transição política, pode ser entendida, desse modo, como consequência de um movimento mais amplo de reinvenção da nacionalidade baseada em princípios democráticos. E no que diz respeito à atuação da Sphan/Pró-Memória na região, demonstraria uma tentativa de formulação de novas leituras sobre o patrimônio da cidade a partir de valores como a pluralidade e a diversidade que buscavam, em última análise, superar os antigos critérios de valoração associados aos monumentos de “pedra e cal”.

O retorno a essa cidade antiga por meio dos fragmentos remanescentes no centro histórico, entretanto, procurou reviver um “traçado peculiar” e uma atmosfera do Rio não muito diferente do que havia sido proposto nos anos iniciais do IPHAN na década de 1930.

Conforme iremos tentar demonstrar ao longo dessa tese, a narrativa que a Sphan/Pró-Memória - e não só ela - elaborou sobre a Praça XV nos anos oitenta, promoveu uma leitura “romantizada” desse trecho da cidade, identificada na memória positivada de um Rio Antigo, que evitou incorporar os significados que as ausências e, também, as permanências na materialidade da praça representavam.

Assim, para entender a formulação e os limites desse desenho projetivo de nação, iremos nos debruçar, nos próximos capítulos, sobre alguns dos âmbitos em que essa memória foi produzida e disputada: nas publicações da Sphan/Pró-Memória; na imprensa; e, por fim, na execução dos projetos de restauração do Paço Imperial e no tombamento da Praça XV de Novembro e imediações.

CAPÍTULO 02

A Praça XV em debate na nova política editorial da Fundação Nacional Pró-Memória

Desde a sua criação, em 1937, a Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional tem sido um importante espaço de divulgação e de legitimação das ações do organismo federal de preservação do país.

Em fins dos anos 1970, com a reestruturação da instituição e a criação da Sphan/Pró-Memória a partir da fusão do CNRC e do PCH ao IPHAN em 1979, um setor de editoração é organizado com o objetivo de propor ações de comunicação institucional e estabelecer estratégias para difundir as novas ideias e atribuições do instituto.

É nesse contexto que a Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional é relançada em 1984, após um período de interrupção de cerca de seis anos, integrando um conjunto de medidas adotadas pelo setor. Como veremos ao longo deste capítulo, além da Revista, o setor de editoração será responsável por inúmeras publicações, dentre as quais destacam-se neste estudo, o Boletim Sphan/Pró-Memória, editado de 1979 a 1989 e o livro “Proteção e Revitalização do Patrimônio Cultural no Brasil: uma trajetória” de 1980, livro que funda uma narrativa sobre a história da preservação do patrimônio no país.

Em virtude disso, as publicações da Sphan/Pró-Memória são compreendidas, ao longo desse estudo, como um importante *locus* de produção de história, entendida como o processo social e, sobretudo, como as narrativas elaboradas sobre esse processo (TROUILLOT, 2024). Desse modo, conforme iremos observar, as obras lançadas pela instituição no decorrer dos anos oitenta, iriam contribuir para a construção de uma narrativa do patrimônio que iria se tornar hegemônica no campo, reforçando silenciamentos a respeito das tensões e disputas no interior do órgão, e consolidando uma leitura sobre esse período de transformações que seria amplamente difundida nos trabalhos que se dedicaram ao tema.

No que concerne à temática da Praça XV, objeto dessa tese, nota-se que dentre as publicações da Sphan/Pró-Memória na década de 1980, a Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional é a que mais nos oferece subsídios para a compreensão dos debates em torno de sua materialidade, justamente por ser um espaço privilegiado para a percepção de discursos dissonantes sobre a questão da preservação do patrimônio da Praça, ao incorporar artigos oriundos de pesquisas acadêmicas, de ações desenvolvidas pelas demais esferas do poder público, de outras áreas do setor cultural, além de textos elaborados por especialistas vinculados à instituições acadêmicas.

Assim, ao longo deste capítulo, pretendemos investigar o papel das publicações da Sphan/Pró-Memória como um espaço de difusão e legitimação da nova política de preservação federal, com especial ênfase à análise da Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. A partir do exame dos artigos selecionados para compor as quatro edições lançadas nesse período, que buscaram discutir questões que se relacionavam com os dilemas enfrentados pela Praça XV na década de 1980, temos a intenção de compreender como a Sphan/Pró-Memória atuou na região, propondo medidas para a proteção dos bens patrimonializados e produzindo narrativas sobre a sua materialidade que iriam reiterar uma leitura já consagrada sobre a praça.

2.1. As publicações da Sphan/Pró-Memória¹³⁰ como espaço de difusão e legitimação da nova política de preservação federal

Conforme vimos no capítulo anterior, a reestruturação da política de preservação federal havia gerado uma série de mudanças no IPHAN no final da década de setenta.

Para além das articulações que dariam origem a posterior “organização dual” Sphan/Pró-Memória (THOMPSON, 20015), diversas outras medidas seriam adotadas com o objetivo de modernizar a instituição, com a justificativa de garantir as condições - administrativas e técnicas - necessárias para lidar com os desafios que se impunham às ações de preservação no país desde meados do século XX.

Essa premissa integrou uma narrativa que foi amplamente difundida durante esse período de transição na política de preservação federal e fazia parte de uma estratégia de comunicação instituída com a chegada de Aloísio Magalhães ao IPHAN que se mostrou bastante eficaz.

Em 1979, Aloísio reuniu um grupo de profissionais com o objetivo de desenvolver ações para trazer a público a questão do patrimônio (CARVALHO, 2013), visando, com isso, difundir as novas ideias e atribuições do instituto.¹³¹

¹³⁰ Optamos por usar o nome da Sphan/Pró-Memória pelo fato da maioria das publicações abordadas no capítulo terem sido lançadas já nesse período, com exceção do Boletim que em seus 5 primeiros números tinha o nome de Boletim IPHAN. A edição de número 6, de mai/jun de 1980 irá abordar a troca de nome para Sphan/Pró-Memória, com o fim do processo de fusão entre o CNRC e o PCH ao IPHAN.

¹³¹ Em entrevista a Aluizio Victor de Souza Carvalho (2013), o design João de Souza Leite afirma que havia, inicialmente, um grupo responsável pela assessoria de Aloísio Magalhães no Rio de Janeiro e, um grupo dedicado à elaboração do Boletim do IPHAN e à assessoria de imprensa em Brasília. Somente após a morte de Aloísio, em 1982, segundo João Leite, iria se configurar um núcleo de editoração na instituição. Em 1985, já é possível identificar, no Relatório de atividades da Fundação Nacional Pró-Memória, a existência de uma Coordenação das Atividades de Editoração que seria responsável pela realização de projetos e produções na área de comunicação visual, trabalhos fotográficos, captação de recursos e divulgação das atividades de preservação e

Esse setor seria responsável por modificar o marketing institucional, ao idealizar canais próprios de comunicação e promoção das ações, posicionamentos e práticas da instituição que eram, eventualmente, divulgadas em jornais de grande circulação no país (CHUVA, 2020).

Além de evidenciar uma preocupação com a capacidade de diálogo do órgão com a sociedade (CHUVA, 2020), essa medida demonstrava o interesse da nova gestão em assumir certo protagonismo na construção narrativa a respeito das transformações experienciadas pela instituição no fim da década de 1970.

Assim, mais do que divulgar os trabalhos da instituição, as publicações editadas pelo setor de editoração ajudaram a forjar uma memória institucional, inaugurando uma historiografia do patrimônio que iria consolidar a narrativa oficial sobre a fusão do CNRC e do PCH ao IPHAN, a partir da criação da Sphan/Pró-Memória, que se tornou hegemônica no decorrer dos anos.

Essa narrativa se fez tão predominante nos trabalhos que abordam a história do IPHAN que é, por si só, um desafio para os estudos que pretendem se dedicar a essa temática. Portanto, em virtude disso, consideramos ser necessário, antes de avançarmos sobre o tema principal deste capítulo, apresentar o contexto de criação do setor de editoração e algumas das principais publicações da instituição lançadas ou reeditadas nesse momento, uma vez que, é a partir dessas obras que essa narrativa seria disseminada, tendo essa perspectiva assumido uma primazia sobre outras possíveis narrativas acerca desse período de mudanças vivido pela instituição.

Diante desses apontamentos, entendemos que a implementação de um setor dedicado ao trabalho de editoração é um indício da importância atribuída à área de comunicação, especialmente, em um momento marcado pela transição da gestão de Renato Soeiro, funcionário de carreira do IPHAN e sucessor de Rodrigo Melo Franco de Andrade, para a de Aloísio Magalhães, que acabava de chegar ao órgão. Afinal, era preciso criar mecanismos eficazes de legitimação da nova gestão e justificar a reestruturação da organização, assegurando, ao menos no campo discursivo, uma ideia de unidade para a recém-criada Sphan/Pró-Memória.

difusão do patrimônio cultural, dentre elas, a publicação de livros sobre projetos executados pela instituição. Cf. FUNDAÇÃO NACIONAL PRÓ-MEMÓRIA. Relatório de Atividades. 1985. Arquivo Intermediário da Fundação Nacional Pró-Memória. Arquivo central do Iphan, Seção Rio de Janeiro.

É também por meio dessas publicações que seriam difundidas as ideias em torno da proposta de ampliação do conceito de patrimônio, sintetizadas na noção de bem cultural¹³², que havia sido descrita inicialmente, ainda no âmbito do CNRC, por seu então diretor, Aloísio Magalhães.

Embora seja um tema bastante discutido nos estudos sobre o patrimônio, propomos aqui, uma breve inflexão sobre esse conceito e em como ele foi sendo estruturado por Aloísio Magalhães desde o CNRC até a sua chegada ao IPHAN, uma vez que, conforme vimos no capítulo 1, com a sua adoção, havia a intenção de superar o antigo critério de “pedra e cal” que tinha prevalecido no tratamento do patrimônio histórico e artístico nacional desde a criação do instituto em 1937.

O conceito de bem cultural foi apresentado por Aloísio em 1978 no documento intitulado "Bens culturais: instrumento para um desenvolvimento harmonioso"¹³³. Nele, Aloísio propunha uma abordagem do patrimônio que evidenciasse o caráter pluralista e diverso da cultura brasileira, criticando o fato do conceito de bem cultural, no Brasil, ainda estar restrito aos bens móveis e imóveis “impregnados de valor histórico (essencialmente voltados para o passado) ou aos bens da criação individual espontânea, obras que constituem o nosso acervo artístico (música, literatura, cinema, artes plásticas, arquitetura, teatro), quase sempre de apreciação elitista.” Destacando que, permeando as duas categorias, havia uma vasta gama de bens “procedentes sobretudo do fazer popular, que por estarem inseridos na dinâmica viva do cotidiano” não eram considerados como bens culturais. Mas que, segundo ele, permitiriam o reconhecimento dos valores mais *autênticos* de uma nacionalidade.¹³⁴

Ao longo do texto datado de 1978, Aloísio já mencionava a possibilidade de "ampliar e revitalizar"¹³⁵ o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, sugerindo a sua

¹³² Segundo Márcia Sant'Anna, ao contrário do que se pensa, Aloísio não foi o inventor dessa expressão. Ela já era utilizada nos anos 1960 por Rodrigo M. F. de Andrade como um equivalente de bem patrimonial. Na realidade, Magalhães conferiu à expressão um sentido mais abrangente, que colocava o patrimônio e a produção artística como partes de um todo maior - um universo de bens culturais - que incluiria produtos e manifestações procedentes também do fazer popular, os quais “por estarem inseridos na dinâmica viva do cotidiano”, não eram tradicionalmente considerados bens culturais “nem utilizados na formulação das políticas econômica e tecnológica.” Cf. Márcia Sant'Anna (2014).

¹³³ O texto foi elaborado para ser debatido no âmbito do CNRC em 1978, e encaminhado ao então Chefe da Casa Civil da Presidência da República, no governo de Ernesto Geisel, General Golbery do Couto e Silva, enviado também, posteriormente, ao Ministro da Educação e Cultura do governo João Figueiredo, Eduardo Portella. Cf. MAGALHÃES, Aloísio. Bens culturais: instrumento para um desenvolvimento harmonioso. In: LEITE, João de Souza. (org.). Aloísio Magalhães. Bens culturais do Brasil: um desenho projetivo para a nação. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2017, p.151.

¹³⁴ Ibidem, p.156. Grifo meu.

¹³⁵ Ibidem, p.157.

dinamização a partir da abrangência de um maior espectro de bens culturais¹³⁶, e definindo, por isso, como uma questão vital, "uma conceituação nova e abrangente de bens culturais".¹³⁷

É possível observar, ainda, como Aloísio Magalhães, à época diretor do Centro Nacional de Referência Cultural, colocava a noção de bem cultural como um conceito capaz de definir os valores “mais autênticos” da nacionalidade, ao contrário do sentido atribuído tradicionalmente pela instituição federal, colocando em evidência uma disputa - também no campo conceitual - que iria adquirir contornos mais definidos na medida em que se consolidava a aproximação do CNRC ao IPHAN.¹³⁸

Como veremos mais adiante, Aloísio irá, aos poucos, assumir uma postura mais conciliadora em relação às críticas direcionadas ao IPHAN, buscando, inclusive, estabelecer pontos de convergência entre as iniciativas do CNRC e as práticas do instituto, sobretudo, ao assumir a direção do IPHAN no início de 1979.

Essa mudança de postura parece ter reverberado, também, na forma como Aloísio iria descrever o próprio conceito de bem cultural durante esse período.

Em 1980, por exemplo, logo após assumir a direção da Sphan/Pró-Memória, Aloísio retomaria a definição de bem cultural e, embora ainda sustentasse a crítica ao que caracterizava como dimensão elitista do patrimônio ligada ao “belo” e ao “velho”, uma vez que entendia que a cultura é “muito mais ampla e rica”, a reconhecia como uma “síntese maravilhosa”, expressa nos objetos de arte, e nos monumentos tombados, como o “prédio extraordinário de pedra e cal”¹³⁹.

No ano seguinte, em 1981, Aloísio voltaria a falar sobre o conceito afirmando ser muito difícil defini-lo em “uma nação que ainda não se estabilizou em sua formação”, com vários contextos, momentos, hábitos e costumes que poderiam caracterizar e gerar um bem. Enfatizando que um bem cultural não seria “uma coisa estática, necessariamente fixa”, mas que dependia de algumas constantes que pudessem ser identificadas, isto é, algo que, segundo

¹³⁶ O Documento "Bens culturais: instrumento para um desenvolvimento harmonioso" escrito em 1978 nos dá mais indícios de que Aloísio Magalhães já nessa época pensava em uma alternativa para a manutenção das atividades do Centro Nacional de referência Cultural, uma vez que os projetos do CNRC poderiam subsidiar a ampliação da abordagem dos bens culturais. Em entrevista em 1979 à Revista Manchete, Aloísio afirma que havia começado a se preocupar com a institucionalização do CNRC desde o ano anterior, isto é, em 1978. Cf. Aloísio Magalhães. A memória nacional em suas mãos. Manchete, Rio de Janeiro, 16 jun. 1979. In: MAGALHÃES, Aloísio. E Triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil. Rio de Janeiro, Nova Fronteira; Brasília, Fundação Nacional Pró-Memória, 1985, p. 113.

¹³⁷ MAGALHÃES, Aloísio. Bens culturais: instrumento para um desenvolvimento harmonioso. In: LEITE, João de Souza. (org.). Aloísio Magalhães. Bens culturais do Brasil: um desenho projetivo para a nação. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2017, p.158.

¹³⁸ Como vimos no capítulo anterior, Aloísio Magalhães irá assumir a direção do IPHAN em março de 1979.

¹³⁹ MAGALHÃES, Aloísio. Do discurso na abertura do I Encontro sobre Inventários de Proteção do Patrimônio Cultural. Salvador, 25 ago 1980. In: MAGALHÃES, Aloísio. E Triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil. Rio de Janeiro, Nova Fronteira; Brasília, Fundação Nacional Pró-Memória, 1985, p.63-64.

ele, tivesse sido reiterado ao longo da trajetória da nação.¹⁴⁰ E que, apesar dos puristas exigirem uma situação estática, o Brasil não permitiria esse ímpeto por “parar o tempo”, pois, segundo ele, o país ainda não estava “em situação de ter lugares mortos.”¹⁴¹

Como vimos no capítulo anterior, a crítica à ideia imobilista do patrimônio, da existência de “lugares mortos”, como museus, parecia ser um senso comum entre os intelectuais ligados à instituição nesse período. No caso de Aloísio, que compreendia a cultura como um aspecto da economia e um elemento fundamental para o desenvolvimento do país¹⁴², podemos pressupor que essa visão não admitia que o patrimônio fosse um entrave a uma certa concepção de crescimento da nação, o que criava brechas para que projetos, como o da nova sede da Bolsa de Valores ou do prédio da Cândido Mendes no Rio de Janeiro, fossem propostos no entorno dos bens tombados, a exemplo do que ocorreu na Praça XV, conforme veremos no capítulo 3.

Por outro lado, há outro aspecto importante a ser considerado nas reflexões de Aloísio Magalhães sobre o conceito de bem cultural no início dos anos oitenta. Embora haja uma constante referência ao caráter dinâmico dos bens - em contraposição ao imobilismo da política de “pedra e cal” criticada nesse momento -, há, também, um desejo contraditório de encontrar elementos reiterados ou valores permanentes da nação que seriam responsáveis por definir a identidade da cultura nacional, que, no caso do Rio de Janeiro, como vimos no capítulo 1, estariam atrelados aos valores associados à ideia de modernidade definida no início do século XX.

De acordo com Aloísio, os valores permanentes da nação estariam expressos nos bens culturais, que seriam os pontos de referência sobre os quais a ideia de nacionalidade deveria estar fundamentada. Em 1982, o design afirmaria, por exemplo, que “tudo aquilo que foi sendo *crystalizado* nesse processo, que ao longo desse processo histórico se pode identificar como valor permanente da nação brasileira”¹⁴³ deveria subsidiar o processo projetivo de nação.

Esse essencialismo presente na busca por valores reiterados na cultura do país evidenciava, em certa medida, a adoção de critérios que fixavam a valoração dos bens a

¹⁴⁰ ANGÉLICA, Joana. Aloísio Magalhães e o patrimônio cultural. O Globo, Rio de Janeiro, 18 mai. 1981.

¹⁴¹ Ibidem.

¹⁴² MAGALHÃES, Aloísio. Bens culturais: instrumento para um desenvolvimento harmonioso. In: LEITE, João de Souza. (org.). Aloísio Magalhães. Bens culturais do Brasil: um desenho projetivo para a nação. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2017.

¹⁴³ MAGALHÃES, Aloísio. Discurso na instalação do I Encontro dos Conselhos Estaduais de Cultura das Regiões Centro-Oeste e Norte. Goiânia, 26 mai. 1982. In: MAGALHÃES, 1985, op. cit., p. 41. Grifo meu.

características consideradas autênticas da cultura brasileira, em uma perspectiva não muito diversa da política associada à patrimonialização dos bens de "pedra e cal".

Além disso, o entendimento dos bens culturais como um acervo de referenciais do que era compreendido como a identidade brasileira parecia estar amparado, também, em uma abordagem do patrimônio desenvolvida no âmbito do CNRC ainda nos anos setenta, no qual o mapeamento dessas referências da dinâmica da cultura brasileira eram pensadas a partir de um projeto de design¹⁴⁴, cuja proposta era a criação de um "design novo, o design brasileiro"¹⁴⁵ por meio da identificação dos elementos essenciais da cultura do país.

Pensando a partir dessa perspectiva, os bens culturais seriam responsáveis por sintetizar a identidade da nação, projetando, consequentemente, a imagem de brasilidade que se desejava forjar nesse momento. Essa interpretação atribuída ao conceito de bem cultural, tal como apresentada por Aloísio Magalhães, deve ser compreendida, por isso, a partir da conjuntura da abertura política e de mobilização social que demandou cada vez mais a preservação de bens que não correspondiam aos padrões adotados historicamente pela instituição, provocando a necessidade de revisão desses critérios de valoração (MOTTA, 2017). Entretanto, é preciso destacar que isso não a torna a visão mais autêntica da cultura brasileira, justamente por ser apenas um dos sentidos possíveis do que seria a identidade nacional que, em sua origem, resulta de um processo de escolha, um recorte daquilo que era considerado representativo da cultura do país.

Nesse sentido, compreendemos o conceito de bem cultural como uma construção simbólica de uma imagem da cultura nacional que a Sphan/Pró-Memória propôs nesse contexto. E, em virtude disso, faz sentido pensar que, com a adoção da noção de bem cultural Aloísio Magalhães havia transferido sua energia projetiva, como design, para as questões da cultura, com um propósito de projetar e pensar o Brasil (LEITE, 2017), conforme pressuposto por João de Souza Leite.¹⁴⁶

Por isso, visando consolidar essa perspectiva projetiva, observa-se um empenho de Aloísio na disseminação de suas ideias e propostas, reiteradamente, como é possível

¹⁴⁴ MAGALHÃES, Aloísio. Entrevista concedida a Elias Fajardo da Fonseca. O Globo, Rio de Janeiro, 05 jan 1977.

¹⁴⁵ Ibidem.

¹⁴⁶ João de Souza Leite é designer, doutor em Ciências Sociais e professor-adjunto do programa de pós-graduação da Escola Superior de Desenho Industrial da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Esdi/Uerj). Ainda estudante, trabalhou como assistente de Aloísio Magalhães em seu escritório de design, sendo convidado por ele para integrar o Centro Nacional de Referência Cultural. Trabalhou na Fundação Nacional Pró-Memória, desde sua criação, sendo diretor do Núcleo de Editoração da Instituição, entre 1983 e 1990.

identificar em suas inúmeras entrevistas na mídia impressa¹⁴⁷, televisiva¹⁴⁸, em artigos, apresentações públicas e, sobretudo, nas publicações oficiais da instituição, que, como veremos no decorrer deste capítulo, tiveram um papel fundamental para que essa narrativa se tornasse hegemônica na historiografia.

Para João de Souza Leite, as ideias de Aloísio se manifestavam em diversos contextos e, por esse motivo, ocorria, muitas vezes, uma superposição de declarações nas quais Aloísio valia-se da reiteração intencional, típica de processos argumentativos que visam efetivar o convencimento de seus interlocutores (LEITE, 2017).

De fato, Aloísio pode ter adotado a estratégia deliberada de retomar uma mesma lógica narrativa e argumentativa em seus textos e entrevistas como uma tentativa de estabelecer uma coesão discursiva e fortalecer a imagem pública da recém-criada Sphan/Pró-Memória.

Isto se torna perceptível ao analisarmos a narrativa institucional que se estabelece a partir de sua gestão à frente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, por meio da qual busca-se justificar a fusão entre IPHAN, CNRC e PCH, apresentando-a como um processo harmonioso, e propondo a adoção do conceito de bem cultural como um retorno à noção de patrimônio presente no anteprojeto original de Mário de Andrade, buscando inserir, com isso, a nova fase das políticas públicas federais de preservação na trajetória histórica da instituição, como veremos adiante.¹⁴⁹

É justamente nesse momento que, conforme citado anteriormente, uma equipe de profissionais do ramo da comunicação é reunida com o objetivo de pensar estratégias para a promoção do patrimônio e para a difusão das ações institucionais (DINIZ, 2020). Embora ainda não houvesse uma área de comunicação propriamente dita e uma estrutura formalmente estabelecida, percebe-se que internamente já havia um direcionamento discursivo que, ao que parece, dedicou-se a uniformizar a narrativa sobre as transformações pelas quais a instituição

¹⁴⁷ Em uma busca na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional é possível recuperar entrevistas de Aloísio Magalhães abordando o tema do Bem Cultural e a fusão entre o IPHAN, CNRC E PCH já a partir de maio de 1979. Cf. AZEVEDO, Marinho de. Aloísio Magalhães, novo diretor do Iphan. Salvar Ouro Preto, Olinda, painéis de barro e todas as coisas vivas. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 11 mai. 1979.

¹⁴⁸ Em entrevista à TV Globo em março de 1980, Aloísio Magalhães reiterava o lugar historicamente ocupado pela instituição, ao colocá-la como a responsável por definir quais seriam os valores legítimos da identidade nacional ao afirmar que "nenhum país formará sua identidade, seu desenho projetivo de nação, se ele não souber usar reiteradamente todos os componentes que a trajetória histórica indicar. Não há progresso sem que seja feita a base com identificação com os valores próprios de uma nação. Só assim poderemos ter um Brasil com desenvolvimento harmonioso da nossa base cultural. Por isso, o valor do bem cultural em países em desenvolvimento atinge um nível muito mais alto. Ou seja, eles são componentes indispensáveis do desenho projetivo da nação. E essa é a grande ênfase que procuraremos dar na Fundação Nacional Pró-Memória." Cf. Fundação Pró-Memória. Jornal da Globo. Rio de Janeiro: TV Globo, 19 mar. 1980.

¹⁴⁹ Para um histórico sobre a aproximação com a figura de Mário de Andrade. Cf. Márcia Chuva (2012).

é submetida nesse período, em especial, a sua reestruturação com a criação da Sphan/Pró-Memória.

O Relatório das principais realizações do IPHAN em 1979, por exemplo, traz uma prévia do que seria, tempos depois, amplamente difundido na historiografia sobre a Instituição. Ao descrever a trajetória do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, recorre-se à dicotomia expressa nos termos continuidade e mudança para tentar sintetizar tal processo.

Continuidade entendida como o prosseguimento de uma linha de ação que se veio definindo e consolidando ao longo dos quarenta e três anos de existência de um órgão voltado para as tarefas de inventariar, classificar, tomba, conservar e restaurar monumentos, obras, documentos e demais bens de valor histórico, artístico e arqueológico existentes no país, bem como tomba e proteger o acervo paisagístico do Brasil.

Mas a própria ideia de continuidade, encarada do ponto de vista de uma instituição que se quer dinâmica e em constante renovação para enfrentar os desafios de uma problemática que se torna cada dia mais complexa, traz forçosamente em seu bojo a exigência de mudança. Daí poder-se dizer que as solicitações aparentemente contraditórias de continuidade e mudança foram metabolizadas pela instituição, transformando-se em objetivos complementares e até convergentes. Mudar para continuar - eis a meta que se propôs o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 1979.¹⁵⁰

Essa linha narrativa não se limitou apenas à circulação interna da instituição, por meio de relatórios, como o citado acima, ou em documentos técnico-administrativos. Mas se fez presente, sobretudo, nas inúmeras entrevistas concedidas por Aloísio Magalhães à imprensa.¹⁵¹

O fato de Aloísio ser uma personalidade conhecida no meio social contribuiu fortemente para que a Sphan/Pró-Memória tivesse espaço na mídia, o que funcionaria como mais uma ferramenta para a construção da imagem pública da instituição (DINIZ, 2020). De acordo com João de Souza Leite, Aloísio Magalhães sempre esteve muito presente na imprensa, seja concedendo entrevistas ou integrando matérias, sendo muito requisitado pela mídia (LEITE, 2020).

Outro ponto fundamental para essa construção narrativa foi o investimento direcionado às publicações, como as obras que abordavam os trabalhos desenvolvidos nos projetos da Sphan/Pró-Memória e a trajetória histórica da instituição, a criação de um Boletim e o relançamento da Revista do Patrimônio. Mais uma vez, a instituição do patrimônio adota a

¹⁵⁰ Relatório das principais realizações do Iphan em 1979. Arquivo da Superintendência Regional do Iphan no Rio de Janeiro.

¹⁵¹ Zoy Anastassakis afirma que Aloísio Magalhães tem presença constante em jornais e revistas de grande circulação desde a criação do CNRC em 1975. Cf. Zoy Anastassakis (2011).

estratégia de ter uma produção editorial própria, que atuaria na legitimação de um conhecimento especializado agenciado pelo órgão estatal.¹⁵²

Segundo a pesquisadora Welbia Dias¹⁵³, autora do trabalho que é, possivelmente, o primeiro estudo a abordar a experiência do Boletim da Sphan/Pró-Memória como fonte e tema de pesquisa, o Boletim surge em 1979, primeiro ano da gestão de Aloísio Magalhães, como uma ferramenta ou meio de comunicação para divulgação das práticas da instituição, e, também, para ajudar na compreensão do período de transformações enfrentado pelo organismo federal, marcado por questionamentos em relação às práticas institucionais e pela reformulação de alguns conceitos (DIAS, 2012).

Composto por pequenas matérias e reportagens que expressavam ideias dos componentes da instituição, o Boletim trazia notas, editoriais, artigos e entrevistas que divulgavam para a população e para os demais servidores, os fatos e atos da gestão de Aloísio Magalhães, bem como as ações e projetos desenvolvidos pelos técnicos da Sphan/Pró-Memória em todo o país. O objetivo de Aloísio Magalhães, de acordo com Welbia Dias, era, justamente, ter uma publicação que materializasse a ideia de uma identidade institucional. O Boletim Sphan/Pró-Memória surgia, assim, para dar visibilidade à fusão das três entidades que iriam formar o novo sistema e, sobretudo, para divulgar aos técnicos do IPHAN, do PCH e do CNRC as mudanças experimentadas pelo organismo (DIAS, 2012).

Segundo Welbia Dias, o Boletim teve início com uma tiragem de 3 mil exemplares, chegando a quantidade de 30 mil em 1989, ano de seu encerramento. Com distribuição gratuita, dentro e fora do país, seu objetivo era sensibilizar a sociedade e profissionais do campo para a importância da preservação do patrimônio, dando destaque em suas publicações, para as discussões sobre práticas, conceitos e políticas relacionadas ao tema (DIAS, 2012).

É possível afirmar que o conceito de patrimônio cultural foi cuidadosamente trabalhado por Aloísio Magalhães. Em sua edição de número 0¹⁵⁴, o editorial escrito por Aloísio abre a publicação de quatro páginas discorrendo acerca do conceito de bem cultural que, conforme explicitado anteriormente, passaria a nortear as ações institucionais. O texto constrói uma ponte entre as ideias de Aloísio Magalhães e o anteprojeto de Mário de Andrade

¹⁵² Márcia Chuva aborda a importância da constituição das linhas editoriais do Sphan na gestão de Rodrigo Melo Franco de Andrade. Cf. Márcia Chuva (2017a).

¹⁵³ Welbia Carla Dias é bacharel em Comunicação Social pela Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal de Goiás (FIC/UFG). Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPHAN/UFRJ). Atuou como coordenadora adjunta de tutoria e docente na Especialização Interdisciplinar em Patrimônio, Direitos Culturais e Cidadania do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Direitos Humanos (EIPDCC/NDH) da UFG.

¹⁵⁴ IPHAN. Boletim do Iphan, n.0, 1979.

que teria dado origem ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 1937 e defende que o pensamento de Rodrigo Melo Franco de Andrade, primeiro diretor-geral do IPHAN, encontrava-se "em perfeita consonância com o de Mário"¹⁵⁵, e que a ênfase conferida, na época, aos bens monumentais arquitetônicos "fazia-se realmente necessária"¹⁵⁶, "diante da ameaça de total destruição a que se achavam expostos aqueles bens na década de 30"¹⁵⁷.

Por fim, Aloísio constata que

diante de uma sociedade em permanente e desigual transformação, num momento histórico diverso, é nossa tarefa procurar adequar os serviços deste Instituto às solicitações do nosso tempo. Inscrevem-se nessa preocupação os estudos atualmente em curso objetivando integrar ao IPHAN dois outros órgãos que nos últimos anos vêm ampliando nosso envolvimento com os bens culturais brasileiros: o Programa de Cidades Históricas e o Centro Nacional de Referência Cultural. A fusão desses esforços nos permitirá enfrentar o desafio de hoje com a esperança de acerto que nos compele a solicitar a participação de todos - do indivíduo à comunidade - para um diálogo contínuo e aberto, imprescindível e contemporâneo a qualquer ação que se faça sentir sobre um patrimônio cultural comum.¹⁵⁸

Nas duas páginas que se seguem, o Boletim traça um breve histórico dos 43 anos de atividades do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e apresenta as iniciativas do CNRC e do PCH como importantes contribuições que dariam "continuidade à tarefa proposta à época de sua criação, quando seus criadores imaginaram-no como instituição capaz de cuidar da preservação e revitalização do bem cultural de maneira abrangente e ativa."¹⁵⁹

O editorial do Boletim escrito por Aloísio Magalhães em 1979 sinaliza alguns pontos importantes para pensarmos o percurso da construção discursiva institucional sobre a trajetória da instituição e, sobretudo, a percepção de patrimônio elaborada nesse contexto.

O primeiro deles é a mudança do posicionamento de Aloísio que, a partir de determinado momento, assume uma abordagem mais conciliadora - em relação à gestão de Rodrigo Melo Franco de Andrade e à política de preservação praticada pelo IPHAN -, se comparada aos pronunciamentos anteriores, da época em que ocupava a função de Coordenador Geral do CNRC. Aloísio parece ter ajustado gradualmente sua visão em relação às ações realizadas nos primeiros anos do IPHAN, se antes acusava-as categoricamente de elitistas, agora tecia uma série de justificativas para as escolhas dos bens patrimonializados nos anos 1930, reforçando o caráter "heróico" do grupo precursor e assumindo, assim, uma postura mais diplomática e harmoniosa em suas críticas.

¹⁵⁵ IPHAN. Boletim do Iphan, n.0, 1979.

¹⁵⁶ Ibidem.

¹⁵⁷ Ibidem.

¹⁵⁸ Ibidem.

¹⁵⁹ Ibidem.

O segundo ponto trata, justamente, do interesse em estabelecer uma identidade institucional baseada no resgate das ideias que teriam dado origem à instituição nos anos 30. Assim, de acordo com o antropólogo José Reginaldo Santos Gonçalves¹⁶⁰, autor da primeira tese sobre política patrimonial no Brasil, escrita em 1989 e publicada pelo IPHAN em 1996, Aloísio Magalhães propõe uma alternativa para a política de patrimônio do instituto, que visava a reformulação de sua atuação, a partir das ideias de Mário de Andrade (GONÇALVES, 1993), contidas no anteprojeto apresentado por ele, em 1936, a pedido do então ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema para a organização de um serviço voltado para a preservação do patrimônio, no qual propõe a criação do Sphan (Serviço do Patrimônio Artístico Nacional) e que define como patrimônio artístico nacional “todas as obras de arte pura ou de arte aplicada, popular ou erudita, nacional ou estrangeira, pertencentes aos poderes públicos, a organismos sociais e particulares nacionais, a particulares estrangeiros, residentes no Brasil” (MEC/SPHAN/FNPM, 1980).

Em entrevista datada de abril de 1979, Aloísio Magalhães discorre sobre a ideia de bem cultural como um novo olhar sobre o patrimônio e sua ligação com as diretrizes apresentadas no referido anteprojeto. Ao ser indagado sobre suas propostas de mudança ao assumir a direção-geral do IPHAN, Aloísio afirmava que era preciso

recuar um pouco na base, no fundamento da criação do Iphan. Quando o Gustavo Capanema teve a ideia, foi sensibilizado pela ideia de formação de uma instituição a nível de serviço, que se ocupasse do patrimônio cultural brasileiro de uma maneira extremamente lúcida - consultou Mário de Andrade. Portanto, o cerne principal desta ideia desaguou, digo, foi ao encontro da personalidade de Mário de Andrade. Que, no momento, sem dúvida nenhuma, pode-se dizer que seria o intelectual brasileiro que reunia as melhores condições de compreensão do fenômeno bens culturais: preservação, proteção, dinamização. (...) O que quero dizer é que, no início, o conceito era extraordinariamente abrangente. Na verdade, o texto de Mário de Andrade sobre a criação de um serviço do patrimônio tinha essa conotação extremamente ampla.¹⁶¹

Aloísio sustenta a ideia de que a abordagem proposta no conceito de bem cultural nada mais é do que a retomada das orientações apresentadas por Mário de Andrade em 1936. Segundo ele,

¹⁶⁰ José Reginaldo Santos Gonçalves é autor da primeira tese sobre política patrimonial no Brasil, datada de 1989 e defendida no Departamento de Antropologia da Universidade de Virgínia, nos Estados Unidos, sob a orientação de Richard Handler. A tese foi publicada pelo IPHAN em 1996, sob o título “A Retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil” e é, até hoje, uma referência para os estudos no campo do patrimônio, propondo uma leitura sobre as narrativas concebidas em torno do patrimônio nacional do país.

¹⁶¹ Entrevista sem indicação de autor das perguntas, datada de abril de 1979, o momento em que Aloísio está chegando ao IPHAN. In: LEITE, João de Souza. (org.). Aloísio Magalhães. Bens culturais do Brasil: um desenho projetivo para a nação. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2017, p. 204-205.

a preferência pelo bem imóvel arquitetônico, civil ou religioso, no conceito do monumento arquitetônico do nosso passado, a ênfase nisso foi uma espécie...uma forma de inevitabilidade. Quer dizer, é provável, é uma hipótese, que o que se oferecia de mais imediato, o que se apresentava como mais prioritário, era uma ação preservadora dos grandes monumentos brasileiros que estava desaparecendo, que estavam sendo derrubados por uma incompreensão e uma inexistência de conceituação clara do valor da preservação do monumento arquitetônico.¹⁶²

Destacando que o Centro Nacional de Referência Cultural, instituição da qual era um dos fundadores, e que estaria na iminência de ser incorporada ao IPHAN, já desenvolvia parte do que

está contido no pensamento original de Mário de Andrade e concretizado na formação legal de Rodrigo no Iphan. Apenas o Iphan não teve condições - por razões históricas que se pode identificar - de dar ênfase a um maior número e maior abrangência do conceito de bens culturais. Porque ele enfrentava basicamente a emergência de dar prioridade aos bens culturais imóveis - o prédio de natureza civil ou religiosa.¹⁶³

Esboçava-se, desse modo, um percurso discursivo que atribuiria uma dimensão histórica às ações propostas pela nova gestão. A recorrente referência à figura de Mário de Andrade, como fundador das práticas de preservação cultural no Brasil seria, assim, estratégica, na medida em que carregava um forte simbolismo, legitimando a atuação daqueles que reivindicavam parte de sua herança, mesmo após mais de 50 anos de sua morte (CHUVA, 212).

Segundo o historiador Diogo Brito¹⁶⁴(2018), pretendia-se usar o passado, a partir da memória de Mário de Andrade, para constituir as bases históricas da nova proposta que, apesar de projetar o futuro, ainda trazia consigo alguns aspectos de continuidade.

Assim, a retomada do ideário de Mário de Andrade e a redefinição do conceito de bem cultural foram fundamentais para estabelecer uma relação entre o interesse do Centro Nacional de Referência Cultural e os objetivos do órgão de preservação federal do país (SANT'ANNA, 2014).

Os anos oitenta marcaram um momento de mudança e de construção de uma nova abordagem historiográfica do patrimônio no Brasil. E o patrimônio cultural, como campo de

¹⁶² Entrevista sem indicação de autor das perguntas, datada de abril de 1979, o momento em que Aloísio está chegando ao IPHAN. In: LEITE, João de Souza. (org.). Aloísio Magalhães. Bens culturais do Brasil: um desenho projetivo para a nação. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2017, p. 204-205.

¹⁶³ Ibidem.

¹⁶⁴ Diogo de Souza Brito é doutor em História pela Universidade de São Paulo. Possui graduação e mestrado em História pela Universidade Federal de Uberlândia. Tem experiência na área de História do Brasil, atuando principalmente na gestão de projetos educacionais e na pesquisa dos seguintes temas: música, cultura popular, patrimônio cultural. Autor da tese "A SPHAN/Pró-Memória e a preservação do patrimônio cultural no Brasil (1975-1990)" e do artigo "Escrever a história do IPHAN: disputas pela memória, problemas para a história".

disputas políticas e intelectuais, passou a ser visto como uma construção social e não mais como um lugar isento ou apenas um conjunto de bens, vestígios e lugares representativos da memória e da identidade da nação (TEIXEIRA, 2020).

Essa nova abordagem encontrava-se amplamente disseminada em diversos trabalhos publicados isoladamente e ainda não havia sido reunida em uma única obra sobre o tema. Isto iria ocorrer apenas nos anos 1980, quando é inaugurada uma abordagem historiográfica sobre o patrimônio no Brasil (TEIXEIRA, 2020).

Como parte desse esforço para a consolidação de uma narrativa sobre as origens e a história da preservação do patrimônio no Brasil e, conseqüentemente, da identidade institucional da recém-criada Sphan/Pró-Memória, a própria instituição iria publicar, em 1980, a obra intitulada "Proteção e Revitalização do Patrimônio Cultural no Brasil: uma trajetória".

A publicação tinha como objetivo "fornecer uma visão panorâmica - atual e retrospectiva - da questão do patrimônio cultural do país" (MEC/SPHAN/FNPM, 1980) e apresentava cinco capítulos: os antecedentes; o início da institucionalização do campo da preservação com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN)¹⁶⁵; o Programa de Cidades Históricas; o Centro Nacional de Referência Cultural e a fusão SPHAN/Pró-Memória.

A obra buscava organizar cronológica e metodologicamente o histórico de ações desenvolvidas pelo órgão, estabelecendo uma divisão entre as políticas implementadas por ele em uma trajetória organizada em duas fases, a saber: a fase heroica, representada pela gestão de Rodrigo Melo Franco de Andrade (1937-1967); e a denominada segunda fase, delimitada pela gestão de Renato Soeiro (1967-1979).

Segundo a publicação, a primeira fase contempla os trinta primeiros anos do órgão e recebia a denominação de heroica por "corresponder à realidade do trabalho que se levou efeito nesse período". Nos anos iniciais da atuação do órgão de proteção do patrimônio nacional, "sua principal atividade concentrou-se em não deixar que as edificações civis e religiosas, semi-abandonadas, ou deficientemente usadas, desabassem, desaparecessem por ruína" destacando-se as ações "em favor dos bens culturais isolados, os quais foram estudados, documentados, consolidados e divulgados". Já a segunda fase é apresentada como

¹⁶⁵ O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) foi a primeira denominação do órgão federal de proteção ao patrimônio cultural brasileiro, hoje, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). O órgão teve esse nome do ano de sua criação em 1937 a 1946. Cf. Maria Beatriz Rezende, Bettina Gieco, Luciano Teixeira, Analucia Thompson (2015).

o momento em que é iniciada "uma nova política de tombamentos, dirigida mais para a preservação de conjuntos" (MEC/SPHAN/FNPM, 1980). Uma vez que,

o rápido desenvolvimento urbanístico e viário do país, sua crescente industrialização e sobretudo a valorização imobiliária daí decorrente impuseram a implantação de medidas mais enérgicas e abrangentes. Procurou-se, a partir de então, conciliar a preservação dos valores tradicionais com o desenvolvimento econômico das regiões.¹⁶⁶

O texto segue com uma breve descrição, nos dois capítulos seguintes, acerca do Programa de Cidades Históricas e do Centro Nacional de Referência Cultural, respectivamente, destacando as colaborações de ambas as iniciativas e a integração ao Iphan em 1979. O CNRC com a retomada da proposta de um conceito mais amplo de bem cultural, tal qual exposto no anteprojeto de Mário de Andrade, e o PCH que teria explicitado a preocupação em relação "à colocação ou reinserção dos bens recuperados no contexto socioeconômico e cultural das comunidades a que pertencem" (MEC/SPHAN/FNPM, 1980), trazendo uma importante problemática que seria posta em debate no campo do patrimônio.

Assim, a fusão IPHAN/CNRC/PCH é apresentada como um "marco na trajetória da preservação e valorização do patrimônio cultural no Brasil" (MEC/SPHAN/FNPM, 1980), tendo como um importante catalisador dessas transformações a ideia de bem cultural e sua proposta de expansão da noção de patrimônio, que, segundo a publicação, desejava retomar o anteprojeto original de Mário de Andrade.

O discurso em relação às medidas adotadas pelo Iphan nas décadas anteriores (isto é, na primeira e segunda fases) assume um tom mais resignado ao defender que, embora o conceito inicial de bem cultural fosse mais abrangente, "as condições concretas do momento não permitiram sua fiel operacionalização, e sequer sua codificação integral", justificando a opção pela preservação dos bens de "pedra e cal" pela "ameaça da destruição que pesava sobre os bens monumentais arquitetônicos" (MEC/SPHAN/FNPM, 1980).

Esse direcionamento teria gerado uma "hipertrofia do setores dedicados à conservação e restauração dos monumentos de pedra e cal, com ênfase principalmente nos representativos da aculturação da arquitetura européia no Brasil" e que, diante desse desequilíbrio, "deformador da fisionomia da instituição, impunha-se a formulação de um conceito mais envolvente de bem cultural, atento para as múltiplas manifestações do fazer do homem

¹⁶⁶ MEC/SPHAN/FNPM. Proteção e Revitalização do Patrimônio Cultural no Brasil: uma trajetória. Brasília: SPHAN/Pró-Memória, 1980, p. 19.

brasileiro e para as condições do meio ambiente em que se insere esse fazer"(MEC/SPHAN/FNPM, 1980).

A incorporação do CNRC e do PCH, portanto, possibilitaria as condições necessárias para que o Iphan retomasse tais preocupações, atuando de forma sistemática e descentralizada, direcionando suas ações às demandas específicas de cada região do país (MEC/SPHAN/FNPM, 1980).

Desse modo, o Centro Nacional de Referência Cultural e o Programa de Cidades Históricas são descritos como atividades complementares ao Iphan, que permitiriam o alargamento e o aprofundamento de seu envolvimento com os bens culturais, demonstrando a "tomada de consciência, por parte da instituição, da necessidade de se colocar à altura das exigências suscitadas pelo trato dos bens culturais num contexto histórico de alta complexidade". Esse processo, segundo o texto, deveria "ter fundamento no passado das três áreas agora integradas" e precisaria evitar "o mero prosseguimento de atividades diferentes", ou seja, a manutenção de linhas de ação independentes dentro de um único sistema (MEC/SPHAN/FNPM, 1980).

A obra "Proteção e Revitalização do Patrimônio Cultural no Brasil: uma trajetória" torna-se, segundo a historiadora Márcia Chuva¹⁶⁷(2012), a primeira versão oficial sobre a história de preservação do patrimônio cultural no Brasil, onde se configura a trajetória das medidas de proteção no país e se estabelece uma periodização que se tornaria consagrada no campo e que define duas fases para a trajetória da instituição: a fase heróica e a fase moderna.

A obra atenderia a diferentes propósitos, sendo talvez o principal deles inserir as propostas da nova gestão na trajetória histórica da instituição, estabelecendo, para isso, pontos de convergência e continuidade com as iniciativas anteriores, mantendo aspectos fundamentais para a sua distinção, que ajudariam a justificar as inúmeras mudanças executadas nesse período.

De acordo com Márcia Chuva (2012), no contexto dos anos setenta, inúmeras estratégias foram adotadas visando dar sentido à reforma institucional promovida com a fusão do CNRC ao IPHAN, que desconsideravam, por exemplo, a relação de Mário de Andrade e o grupo que havia formulado as políticas para a cultura popular, que estavam vinculados, nesse

¹⁶⁷ Márcia Chuva é autora da tese "Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)", datada de 1998 e publicada em 2009 pela editora UFRJ. A tese analisa o processo de institucionalização das práticas de preservação no Brasil, compreendendo a política de seleção de bens como uma estratégia de construção da nação. Márcia atuou no IPHAN desde os anos 1980 e é autora de diversos trabalhos sobre a prática de preservação da instituição que trouxeram uma perspectiva inovadora para o campo, distanciando-se da narrativa que tornou-se hegemônica nos estudos sobre o tema. Atualmente é professora do Departamento de História da UNIRIO e representante da Associação Nacional de História no Conselho Consultivo do IPHAN.

momento, à Funarte. Sendo uma dessas estratégias, a já citada, construção de uma conexão entre o Centro e o Instituto, que foi fundamentada na referência à figura de Mário de Andrade.

A obra "Proteção e Revitalização do Patrimônio Cultural no Brasil: uma trajetória" iria, nesse sentido, consagrar uma versão da história da instituição que estabelecia uma narrativa capaz de conceber uma linha de continuidade para a noção de patrimônio cultural (CHUVA, 2012), contribuindo para justificar, por isso, a própria incorporação do CNRC ao IPHAN.

Outro aspecto importante a ser considerado a respeito da publicação é a construção de uma narrativa em que a incorporação do CNRC e do PCH se dá de forma quase inevitável diante das contribuições de ambas as iniciativas, além de indicar que esse processo de fusão havia se dado sem maiores conflitos, seja no campo teórico ou na prática laborativa.¹⁶⁸

De acordo com Diogo Brito (2018), a obra descrevia a fusão do PCH e do CNRC ao IPHAN como a junção de três experiências que, não só inauguravam um novo órgão, mas um novo momento da prática institucional. Cumprindo, com isso, um papel significativo na estratégia de consolidação do projeto institucional que se configurava naquele momento, na medida em que suprimia tensões, resistências, oposições e apresentava uma memória a ser compartilhada entre um corpo de técnico diverso, oriundo das diferentes entidades.

A nova narrativa da história oficial tratava as possibilidades futuras como se fossem algo já instituído (BRITO, 2018), em uma tentativa de estabelecer, ao menos no campo discursivo, a unidade das três experiências no interior de uma única estrutura. Isto evidencia a "função projetiva" da história oficial, cuja intenção era reformular e reforçar a identidade institucional. Para Diogo Brito (2018), a obra não narrava uma memória única partilhada entre todos os componentes da instituição, mas se apropriava de várias memórias para forjar um sentimento de pertencimento que não existia naquele momento, além de conceber uma imagem exemplar para a Sphan/Pró-Memória, como parte do esforço de operacionalizar um futuro da instituição que já havia sido projetado.

Como vimos, as publicações oficiais, como o Boletim Sphan/Pró-Memória e o livro "Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória" cumpriram um papel fundamental no processo de construção e consolidação de uma memória histórica oficial da instituição, seja por meio da difusão de informativos sobre as atividades

¹⁶⁸ No relatório de atividades da Fundação Nacional Pró-Memória de 1983, por exemplo, o Programa de Cidades Históricas e o Centro Nacional de Referência Cultural são apresentados como dois aliados do IPHAN para atender os problemas relacionados com a preservação dos bens culturais. Cf. Relatório de atividades da Fundação Nacional Pró-Memória. Arquivo Intermediário da Fundação Nacional Pró-Memória. Arquivo Central do Iphan, Seção Rio de Janeiro.

desenvolvidas pelo seu corpo técnico ou pela elaboração de um discurso que ajudaria a forjar a identidade institucional projetada para a entidade.

Outra publicação que teve uma função significativa nesse período é a Revista do Patrimônio, relançada em 1984, dois anos após a morte de Aloísio Magalhães¹⁶⁹. Segundo os autores Analucia Thompson, Cláudia F. Baeta Leal, Juliana Sorgine e Luciano dos Santos Teixeira (2012), a partir da década de 1980, a Revista iria acompanhar o movimento de reposicionamento da instituição no campo da preservação cultural, refletindo os debates em torno da ampliação do conceito de patrimônio.

De acordo com os autores, o editorial da edição número 19 de 1984, e o contexto em que se deu tal relançamento, indicavam a intenção de se retomar o compromisso fundamental da Revista de atingir um público mais amplo e publicizar as ações institucionais. Nota-se, ainda, um destaque dado à discussão sobre o próprio conceito de patrimônio cultural, tema que ocupava os debates do campo desde o final dos anos setenta. (THOMPSON et al, 2012)

Assim, segundo os autores, a participação de outros especialistas e instituições assumia, por isso, um papel central nessa nova perspectiva (THOMPSON et al, 2012), na medida em que propunha-se ampliar as discussões em torno da questão do patrimônio para além dos limites do organismo federal, trazendo outras interpretações para o mesmo tema.

O relançamento da Revista é, por isso, uma importante estratégia não só para reiterar a autoridade da instituição no campo, mas sobretudo, para fortalecer um discurso em torno da ampliação do debate, ao incorporar artigos oriundos de pesquisas acadêmicas, de ações desenvolvidas pelas demais esferas do poder público, de outras áreas do setor cultural, além de textos elaborados por especialistas vinculados a instituições acadêmicas.

De acordo com Analucia Thompson (THOMPSON et al, 2012), havia uma preocupação da Revista em atingir um público mais amplo, o que revela, ainda, uma atenção especial à sensibilização da população quanto à importância do patrimônio cultural. Essa característica torna a Revista uma fonte fundamental para compreendermos como o esforço para a construção de uma identidade institucional e para a consolidação da noção de bem cultural, desenvolvida pelo novo grupo que assumia a gestão das políticas federais de preservação do patrimônio, reverberou para além dos limites institucionais da Sphan/Pró-Memória.

Além disto, a publicação tem a intenção de apresentar diferentes visões sobre a questão do patrimônio, visto que a curadoria dos textos considerava artigos não só de profissionais ligados à Sphan/Pró-Memória, mas também de professores universitários,

¹⁶⁹ Aloísio Magalhães faleceu no dia 13 de junho de 1982, na cidade de Pádua, Itália.

especialistas ligados à instituições do campo da cultura, preservação, história, arquitetura, antropologia, história da arte, etc., como veremos adiante.

Embora ainda restrito a um universo formado por especialistas e estudiosos do setor e de áreas correlatas, as edições da Revista do Patrimônio publicadas ao longo da década de oitenta permitem a percepção de vozes dissonantes diante de um cenário marcado pelo esforço para o estabelecimento de um discurso hegemônico acerca das políticas públicas de patrimônio.

A proposta de se apresentar enquanto um periódico aberto às discussões em torno das temáticas relacionadas à cultura foi destacada pela imprensa, conforme é possível verificar em matéria publicada no Jornal do Brasil, por ocasião de seu relançamento em 04 de julho de 1984, cujo título era "Revista do Patrimônio, páginas reabertas para o debate da cultura".¹⁷⁰

A nota ressaltava que mais do que “uma simples divulgação e propaganda da instituição” a Revista desejava ocupar um espaço ainda não ocupado, ou seja, das pesquisas, da discussão, do debate em torno do patrimônio cultural do país. E que pretendia cobrir “áreas como a de musicologia, biblioteconomia, artes plásticas e que tenha a colaboração de intelectuais ligados a elas”.¹⁷¹

Em entrevista do jornal O Globo, o editor da Revista João de Souza Leite afirmou que não se pretendia, nesse renascimento, que a publicação “fosse um órgão da instituição, embora vinculada à Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional”. Pelo contrário, havia a intenção de que a publicação fosse “mais do patrimônio cultural do que da Subsecretaria”, que mantivesse “o caráter de revista aberta à pesquisa e ao debate.”¹⁷²

Esse discurso seria amplamente reproduzido pela imprensa da época que enfatizava o propósito do relançamento da Revista, ao reiterar a ideia de que a publicação não tinha o desejo de ser apenas um meio de divulgação e propaganda da instituição, mas um espaço para discussão e debate, ainda que tenha priorizado a escolha de artigos sobre os projetos da instituição em sua edição de relançamento.

Outro aspecto importante é o fato do relançamento da Revista ter sido realizado no canteiro de obras do Paço Imperial¹⁷³, escolha bastante simbólica, se considerarmos a visibilidade que a ação teve na imprensa da época, quando era apresentada como a "maior

¹⁷⁰ Revista do Patrimônio, páginas reabertas para o debate da cultura. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 04 jul. 1984.

¹⁷¹ Ibidem.

¹⁷² A "Revista do Patrimônio" está de volta. Hoje no Paço. O Globo, Rio de Janeiro, 04 jul. 1984.

¹⁷³ A mesma estratégia foi usada para o lançamento da Revista do Patrimônio n. 20, realizado no Palácio do Catete durante a abertura à visitação após as obras de restauração com a inauguração da exposição "Aspectos da restauração do Palácio do Catete". Cf. Lance-Livre. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 27 jan. 1985; Exposição. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 09 fev. 1985.

obra já realizada pela Fundação Nacional Pró-Memória"¹⁷⁴ e a pretensão de se promover ambas as iniciativas por meio de narrativas que convergiam: a Revista como um lugar de reflexões sobre o patrimônio cultural em seus aspectos mais diversos e o Paço Imperial como a materialidade dessa proposta, na medida em que consolidava as ações de recuperação e difusão de valores de um bem cultural nacionalmente reconhecido.

Como veremos mais adiante, o Paço Imperial e a Praça XV seriam temas amplamente discutidos nas páginas da Revista do Patrimônio na década de 1980, ganhando, inclusive, um dossiê específico dedicado à análise dos projetos desenvolvidos pela Sphan/Pró-Memória em torno da intervenção realizada no Paço no início dos anos oitenta.

Para refletirmos sobre a atuação da Sphan/Pró-Memória na Praça XV, portanto, compreendemos ser primordial o estudo dos artigos publicados na Revista ao longo dos anos oitenta, que se dedicaram à investigação de aspectos relacionados às práticas discursivas elaboradas a partir da materialidade percebida na região.

A Revista ocupa, ainda hoje, papel fundamental como um lugar de reflexão sobre a questão do patrimônio nacional, tornando-se incontornável para quaisquer estudos sobre o tema no Brasil. Após um breve panorama sobre a história do periódico, o foco será nas edições publicadas na década de oitenta e, especificamente, nos artigos dedicados à análise da atuação da Sphan/Pró-Memória sobre a materialidade remanescente na Praça XV dos anos oitenta.

Ao nos debruçarmos sobre esse enfoque, vamos perceber que as temáticas do planejamento urbano e da preservação dos centros históricos ocuparam um número significativo de artigos, o que demonstra um direcionamento objetivo da Revista para as inquietações e demandas daquela década.

Vendo-se impelida a lidar com as problemáticas advindas do desenvolvimento urbano e do progresso na Praça XV, a Sphan/Pró-Memória irá atuar na região conciliando os diversos interesses envolvidos na área, ao mesmo tempo em que pretendia imprimir em suas ações a pluralidade proposta por meio do ideário difundido a partir da noção de bem cultural.

Assim, por meio do exame dos artigos que abordaram a Praça XV publicados na Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nos anos 1980, pretendemos investigar como a materialidade da praça foi discutida para além dos limites da instituição, seja por especialistas e intelectuais do campo do patrimônio ou pelos próprios técnicos vinculados à Sphan/Pró-Memória. A ideia é verificar como a memória dessa espacialidade foi apropriada

¹⁷⁴ De volta à velha forma, o Paço reabre suas portas. O Globo, Rio de Janeiro, 06 mar. 1985.

e/ou produzida ao longo da década, identificando a leitura (ou leituras) que foram feitas a seu respeito nesse contexto marcado por tantas transformações.

2.2 A Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Publicada pela primeira vez em 1937, no mesmo ano de criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, a Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nasce com o objetivo de "divulgar o conhecimento dos valores de arte e de história que o Brasil possui e contribuir empenhadamente para o seu estudo"¹⁷⁵. Segundo Rodrigo Melo Franco de Andrade, à época presidente do SPHAN, estudos que abordavam a temática do patrimônio encontravam-se dispersos em folhetos, jornais e revistas, e, por esse motivo, a Revista do SPHAN surgiria com a finalidade de estabelecer um esforço de sistematizar essas informações apresentando trabalhos que ajudassem a compreender o assunto em seus variados aspectos.

A proposta pretendia se distinguir de uma mera propaganda institucional, visto que as ações do SPHAN ainda eram incipientes no campo, e apresentava-se como uma tentativa de produzir trabalhos e estudos sobre os patrimônios artísticos nacionais sem, no entanto, esgotar os temas tratados em seus artigos. A ideia, portanto, era criar um espaço para que esses debates fossem aprofundados, estimulando reflexões que pudessem extrapolar as práticas do órgão.

A elaboração de uma publicação do SPHAN, entretanto, era uma sugestão que já integrava o anteprojeto elaborado por Mário de Andrade¹⁷⁶ a pedido do ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, em 1936, no qual destacava-se o papel indispensável de uma revista da instituição, “como meio permanente de propaganda e força cultural. Nela serão gradativamente produzidas também as obras de arte pertencentes ao patrimônio artístico nacional” e publicados estudos técnicos, críticas de especialistas, pesquisas estéticas e todo material folclórico do país (MEC/SPHAN/FNPM, 1980).

¹⁷⁵ ANDRADE, Rodrigo M. F. de. Programa. In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 1, 1937, p. 5.

¹⁷⁶ O Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema convocou, em 1936, o escritor Mário de Andrade, então diretor do Departamento de Cultura do município de São Paulo, a elaborar um anteprojeto para instituir no país um sistema de proteção aos monumentos históricos, arqueológicos e naturais, assim como aos bens móveis que constituíam o patrimônio artístico. Sendo assim, em 23 de março de 1936, Mário de Andrade apresenta o documento que, embora visasse diretamente apenas à organização do "Serviço do Patrimônio Artístico Nacional", serviu de base à elaboração do projeto que se converteu no Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Cf. Rodrigo Melo Franco de Andrade (2012).

A existência de uma revista, como propunha Mário de Andrade, seria acompanhada da "publicação de livros, de monografias com estudos biográficos, críticos, técnicos, descritivos, comparativos, dos autores, coleções e obras individualmente tombadas", dentre outros materiais, além dos quatro livros do tombo, que seriam ações associadas a um setor de publicidade da instituição, cuja função seria publicizar informações indispensáveis aos estudiosos do tema, mas, sobretudo, teriam valor moral de incitamento à cultura e à aquisição de obras de arte (MEC/SPHAN/FNPM, 1980).

Nesse sentido, com a institucionalização do órgão de patrimônio, a produção editorial do SPHAN tornou-se um importante campo de atuação, configurando-se como um *locus* privilegiado de legitimação dos agentes envolvidos e da própria atuação da instituição (CHUVA, 2017a). Isto é, um lugar de produção e difusão do pensamento da instituição que resultaria em duas séries de publicações, a Revista do SPHAN, objeto desse estudo, e a chamada Publicações do Sphan.¹⁷⁷

Segundo Márcia Chuva (2017a), as publicações do Sphan representavam a posituação de uma excelência institucional e tiveram uma grande circulação nos meios intelectuais e acadêmicos, garantida por um significativo investimento político que visava a manutenção da qualidade de seus artigos e a colaboração de autores de prestígio, além de uma periodicidade que não se confirmaria nos anos que se seguiram.

De acordo com a autora, a Revista do SPHAN desempenharia um papel fundamental em um momento em que a instituição se esforçava para construir uma arte brasileira que se enquadrasse nos padrões universais. E seu conjunto de autores assegurava, além da qualidade literária inquestionável, a legitimidade científica necessária, configurada na própria atuação do SPHAN, para a produção desse conhecimento (CHUVA, 2017a).

Nesse sentido, a Revista tornava-se um meio de consolidação da nova área de intervenção do Estado, na medida em que contribuía para o processo de criação da “causa” do patrimônio. Tendo seus autores colaborado para a concepção de uma visão hegemônica sobre o patrimônio histórico e artístico nacional que, coincidia, fundamentalmente, com o conjunto de bens selecionados para tombamento (CHUVA, 2017a).

Isto se dava, também, em alguma medida, pelo esforço de sistematização do conhecimento elaborado pela instituição, em especial, acerca dos estudos das artes e da arquitetura barroca do período colonial no Brasil, conforme destacado pelo arquiteto Augusto

¹⁷⁷ Segundo Márcia Chuva, a Revista se direcionava a uma circulação mais ampla do que as publicações, sendo distribuída e também vendida para intelectuais e professores do extenso círculo de relações de Rodrigo Melo Franco de Andrade e para instituições afins. Cf. Márcia Chuva (2017).

da Silva Telles¹⁷⁸(1984) ao afirmar que essas produções começaram a ser fundamentadas, em critérios científicos, apenas a partir da criação do SPHAN em 1937. Segundo o autor, ao longo da gestão de Rodrigo Melo Franco de Andrade foi executada uma campanha de pesquisas e levantamento documental cujos dados, acumulados nos arquivos do órgão, foram sendo divulgados nas edições da Revista e nas publicações que o SPHAN editou.

Embora a proposta inicial não fosse a de ser um instrumento restrito à divulgação das atividades da instituição, a Revista se ocupou em seus anos iniciais, majoritariamente, de temáticas relacionadas a essas ações, conforme já antecipava Rodrigo Melo Franco de Andrade em texto de apresentação da Revista no. 01, no qual afirmava que ressentia que tal edição versava "quase todo sobre os monumentos arquitetônicos, como se o patrimônio histórico e artístico nacional consistisse principalmente nestes"¹⁷⁹. Mas que, tratando-se de um vasto domínio, cujo estudo demandaria longos anos de trabalho, a Revista se propunha a registrar periodicamente as iniciativas direcionadas à preservação do patrimônio tal qual definido pelo Decreto-Lei no. 25/1937.

A criação da Revista teve certa ressonância na imprensa da época que repercutiu o seu surgimento em diversas notas, seja anunciando objetivamente a nova publicação ou destacando seus autores e proposta.¹⁸⁰ A edição do Jornal do Brasil de 09 de dezembro de 1938, por exemplo, destacava que

como iniciativa marcante dos anais de publicidade da cultura brasileira, acaba de surgir a Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, do Ministério da Educação e da Saúde. (...) A nova Revista está moldada num formato discreto e elegante, agradando pelas suas modernas linhas de apresentação e impondo-se pelas contribuições de grande interesse nos domínios que lhes foram atribuídos. A colaboração, entregue a especialistas doutos nas matérias relacionadas com a finalidade da excelente publicação, registra considerável material descritivo, literário e valiosa documentação fotográfica do mobiliário nacional, sendo de assinalar as ilustrações sobre os aspectos dos monumentos de arquitetura religiosa do Brasil. (...) A questão de arrolar o nosso patrimônio e de coligir e coordenar os estudos que lhe dizem respeito e que há longos anos vem sendo feitos por competentes autoridades no assunto e por diversas instituições culturais, torna-se agora tanto mais imperiosa quanto é necessário anular, com base segura, críticas

¹⁷⁸ Augusto da Silva Telles é arquiteto e técnico por quase 40 anos do IPHAN, professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRJ. Exerceu, também, o cargo de Secretário e Presidente da Fundação Nacional Pró-Memória.

¹⁷⁹ ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. Programa. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 1, 1937.

¹⁸⁰ Alguns periódicos destacaram a criação da Revista em suas colunas como: Novidades. O Imparcial., Maranhão, 01 mai. 1938; Bibliografia. Revista Marítima Brasileira, Rio de Janeiro, jan/fev. 1937; Livros recebidos. O Jornal, Rio de Janeiro, 08 jan. 1969. Enquanto outros dedicaram notas mais extensas, destacando a autoria de alguns artigos da primeira edição, como o caso de: O conhecimento dos valores de arte e de história do Brasil. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 09 dez. 1938; Literário. Vamos Ler, Rio de Janeiro, 19 mai. 1938; Novas Diretrizes: Política, Cultura, Economia, Rio de Janeiro, nov. 1938.

surgidas no estrangeiro quanto à carência de elementos elucidativos sobre os monumentos históricos em nosso país.¹⁸¹

A crítica a que se refere a nota trata do mesmo assunto indicado por Rodrigo Melo Franco de Andrade em texto anteriormente citado¹⁸², e que está direcionada a uma suposta lacuna de trabalhos de estudiosos brasileiros dedicados à questão do patrimônio. A Revista, nesse sentido, surgiria com o desafio de se contrapor a essas suposições, consolidando um espaço legitimado pelo recém-criado órgão do patrimônio para a publicação de reflexões sobre a temática. Podemos dizer, portanto, que o Sphan/Pró-Memória assumiu um importante papel de articulador e fomentador desses estudos em um momento fundamental para a estruturação das políticas públicas do setor.

Segundo Márcia Chuva (2017a), a Revista do SPHAN tinha como enfoque o patrimônio cultura brasileiro, divulgando e noticiando informações a seu respeito, como se ele fosse, aos poucos, sendo revelado a partir das novas descobertas. Para a autora, uma das estratégias para atribuir um caráter científico ao periódico era a indicação, pelos editores da Revista, de que a responsabilidade sobre o conteúdo dos artigos cabia a seus respectivos autores. Tendo a publicação, ainda, o formato que se aproximava ao de um livro, sendo composta por uma coletânea de artigos, que traziam uma variedade de abordagens sobre o patrimônio, em virtude da diversidade de temas tratados e da distribuição territorial, sempre variada.¹⁸³

A existência da Revista estabelece, assim, um espaço que contribui para a sustentação de um discurso específico, um "lugar de fala" da instituição, que se constituía a partir da reiterada reafirmação do significado das categorias de histórico, de passado, de nacional e de estético presentes na ideia de patrimônio (SANTOS, 1996). Tratando-se, por isso, de um meio discursivo fundamental e que, mesmo pretendendo ser um lugar de exposição de ideias autônomas e, por vezes, contraditórias, ajudou a consolidar determinadas narrativas sobre o patrimônio nacional que, tradicionalmente, estavam atreladas às atividades do SPHAN.

Segundo os autores Analucia Thompson, Cláudia F. Baeta Leal, Juliana Sorgine e Luciano dos Santos Teixeira (2012), é possível dizer que a Revista complementou as ações do SPHAN, ora ampliando o campo de atuação da instituição, ora reforçando critérios e práticas

¹⁸¹ O conhecimento dos valores da arte e da história do Brasil. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 09 dez. 1938.

¹⁸² Em seu texto de abertura da edição no. 01 da Revista do Sphan, "Programa", Rodrigo Melo Franco de Andrade destaca críticas levianas de um escritor inglês de que não havia um interesse pelos assuntos relacionados aos monumentos artísticos brasileiros.

¹⁸³ Cabe destacar que a autora analisa apenas os onze primeiros números da Revista do Sphan.

adotadas por ela, propondo, ainda, o debate com outros setores da sociedade, enfatizando, sobretudo, a aspectos da civilização material no Brasil.

Para os autores, essa aproximação dos artigos da Revista com as políticas da instituição poderia ser explicada, em parte, pelo fato do posto de editor ser assumido pelo diretor do órgão, o que indicava uma vinculação entre o seu conteúdo e a gestão do instituto. Desse modo, Rodrigo Melo Franco de Andrade, diretor do SPHAN entre 1937 a 1967, seria responsável pelos números 1 a 16, sendo sucedido por Renato Soeiro, que teria organizado as edições de número 17 e 18, referentes aos anos de 1969 e 1978, publicadas durante sua gestão (THOMPSON et al, 2012).

Renato Soeiro, diretor da SPHAN entre 1967-1979, afirmou, em seu texto de apresentação da edição de número 17, que Rodrigo Melo Franco de Andrade selecionava pessoalmente os "textos, sugeria temas, indicava novas pesquisas"¹⁸⁴ corroborando um direcionamento das temáticas a serem abordadas no periódico e que certamente contribuiu para um alinhamento entre os estudos publicados e as ações de proteção do Sphan ao longo dos anos.

No entanto, o estudo realizado pela historiadora Márcia Chuva (2017a), sobre as categorias temáticas das onze primeiras edições da Revista, mostra que alguns dos autores, em especial, os membros do Conselho Consultivo, abordavam temas mais diversos, o que garantia a ampliação do escopo analítico do periódico. De acordo com a autora, os membros do Conselho Consultivo e os "amigos de gabinete" (categoria formulada pela autora para se referir aos intelectuais do círculo mais próximo de Rodrigo M. F. de Andrade) eram responsáveis pela definição da diversidade dos assuntos abordados, assegurando, não só, a ampliação das perspectivas e das abordagens dos debates no campo da preservação, mas, sobretudo, a legitimação do SPHAN e do patrimônio histórico e artístico nacional "possível".

Ainda que os trabalhos relacionados às artes e arquitetura colonial fossem predominantes¹⁸⁵, a identificação de um escopo mais abrangente, converge com a proposta da Revista em apresentar-se como uma publicação cujos autores detinham autonomia e um compromisso com os debates em torno da temática do patrimônio. Nesse sentido, o estudo mais detalhado de seus artigos é uma fonte valiosa para a percepção de nuances nos discursos, eventuais conflitos e disputas conceituais que se desenvolveram ao longo das últimas décadas.

¹⁸⁴ SOEIRO, Renato. Apresentação. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 17, 1967.

¹⁸⁵ Os estudos de Márcia Chuva (2009) e Analucia Thompson et al (2012) discutem a predominância dos temas relacionados ao patrimônio material nas primeiras edições da Revista.

A Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional¹⁸⁶, publicada desde 1937, assumiria um novo formato com uma nova política editorial em meados dos anos 1980. Essa nova fase representaria a busca pela afirmação de uma nova perspectiva do patrimônio, mais abrangente, que estaria fundamentada a partir do diálogo com vários setores da sociedade (THOMPSON et al, 2012)

De 1937 a 2019 foram publicadas 40 edições¹⁸⁷ que acompanham a evolução das discussões teóricas, práticas e da trajetória da própria instituição federal. E o estudo de suas publicações torna-se uma fonte inevitável para os estudos do patrimônio no Brasil.

2.3 O relançamento da Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nos anos 1980 e os debates sobre as transformações urbanas nos centros históricos

Ao longo dos anos de 1937 a 1978, período que corresponde às gestões de Rodrigo Melo Franco de Andrade e Renato Soeiro na presidência do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, foram publicadas 18 edições da Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Após esse período, a publicação permaneceu suspensa por alguns anos, retornando apenas em 1984, com um novo formato e uma nova política editorial.

As quatro edições subsequentes, de números 19 a 22, lançadas ao longo da década de 1980, correspondem ao que foi classificado como o segundo projeto gráfico da Revista do Patrimônio, que estaria vinculado às propostas da gestão de Aloísio Magalhães (1979-1982), embora tenham sido efetivamente realizadas sob a direção de Marcos Vinícios Vilaça¹⁸⁸ (1982-1985) (CARVALHO, 2013).

Em seu editorial de relançamento, afirma-se que

a publicação - multidisciplinar por excelência e aberta à colaboração acadêmica, inclusive estrangeira - pretende, antes de tudo, incorporar e refletir a inquietação teórica em torno do que é cultura, do que é patrimônio cultural e de como preservá-lo, mesclando artigos especializados à discussão de conceitos e idéias de interesse geral.¹⁸⁹

¹⁸⁶ Até a edição no. 09 a publicação era intitulada como Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

¹⁸⁷ Todas as edições estão disponíveis para consulta e download no site do IPHAN. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/publicacoes>>. Acesso em 04/11/2022.

¹⁸⁸ Marcos Vinícios Vilaça substituiu Aloísio Magalhães à frente da SEC/MEC após seu falecimento. Nomeado por Rubem Ludwig, Ministro da Educação e Cultura, em junho de 1982. Foi membro do Conselho Curador da Pró-Memória e Secretário da Cultura do MEC até 1985, quando ocorre a criação do Ministério da Cultura, no mês de março. Em seguida, assumiu a função de Secretário particular do então presidente José Sarney. Cf. Marcos Vinícios Vilaça. Verbete. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/vilaca-marcos>>. Acesso em: 04/02/2025.

¹⁸⁹ Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 19, 1984, p.3.

De acordo com a arquiteta Beatriz Kühl¹⁹⁰ (2020), identificar a Revista de número 19 como um "relançamento" não marca apenas a retomada da publicação do ponto de vista cronológico, mas uma mudança em relação à sua proposta com a reformulação de seus objetivos e estrutura.

Se compararmos a edição n. 18 de 1978, vinculada à primeira fase da Revista, com a edição de relançamento, em 1984, é possível notar que a primeira era composta por artigos voltados às artes e à arquitetura, enquanto a segunda, trazia um escopo de temas mais amplo, abordando desde os projetos realizados pela instituição aos debates em torno do planejamento urbano, uso do solo, o futuro do patrimônio, arquitetura, artesanato, ecologia e patrimônio natural.

Para Márcia Chuva (2017b), a primeira edição de 1984 propunha um outro olhar sobre a fala canônica dos estudos sobre o patrimônio que integraram a Revista até 1978. O relançamento trazia um novo formato, com novas dimensões, ilustrações e um desenho moderno, apesar de ainda manter o propósito de promover o intercâmbio entre especialistas, que era garantido com a publicação de mesas redondas e diferentes seções, que possibilitavam a emergência de posicionamentos diversos e, em alguns casos até divergentes quanto às políticas de patrimônio.

Cabe destacar, ainda, que nesse período ocorre uma estruturação da área de editoração do órgão, como anteriormente citado, e a Revista passa a ser editada por um profissional do campo do design gráfico pertencente ao quadro técnico da instituição - João de Souza Leite, que havia integrado a equipe do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) -, o que demonstrava uma preocupação com a qualidade da publicação e sua melhor aceitação por parte de seus possíveis leitores (CARVALHO, 2013).

Conforme afirma João de Souza Leite, coordenador do núcleo de editoração do patrimônio, um conjunto de ações foi elaborado com o intuito de trazer a público, de uma maneira positiva, a questão do patrimônio cultural, uma vez que, Aloísio desejava “vulgarizar a expressão patrimônio cultural, e, num certo sentido, trazê-la à população”¹⁹¹.

¹⁹⁰ O artigo da arquiteta Beatriz Mugayar Kühl foi publicado na edição dos Anais do Museu Paulista dedicada aos estudos sobre a década de 1980 e às questões relacionadas à democracia, patrimônio e direitos. O trabalho faz uma análise das questões relacionadas ao restauro arquitetônico nos anos 1980 no Brasil, com base nos exemplos citados nas edições da Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional publicadas nesse período. A proposta é evidenciar como a questão do restauro aparece na Revista, debatendo o discurso que é elaborado em torno das iniciativas. Sua abordagem nos ajuda a compreender a intervenção realizada pela Sphan/Pró-Memória no Paço Imperial a partir das diretrizes conceituais do campo do restauro.

¹⁹¹ LEITE, João de Souza. Entrevista de João de Souza Leite concedida à Aluizio Victor de Souza Carvalho em 18 ago. 2012. Cf. Aluizio Victor de Souza Carvalho (2013).

Em 1979, durante o Seminário IPHAN/CNRC/PCH¹⁹², promovido para discutir as mudanças realizadas na área de preservação dos bens culturais, um dos grupos de trabalho foi dedicado para a elaboração de propostas de ações para o melhor aproveitamento e divulgação de conhecimentos acumulados. O grupo, composto por representantes do IPHAN, Antonio Pedro Gomes de Alcântara, Cyro Corrêa de Oliveira Lyra, Edgard Jacintho da Silva, Fernando da Rocha Peres, Herval Cruz Braz, João de Souza Leite, José Laurenio de Melo e Rui Mourão; do PCH, Hélió Polito Lopes; e do CNRC, Vera Americano Bueno¹⁹³, avaliou que, naquele momento, não havia um aproveitamento do conhecimento acumulado eficaz, na medida que era precário, quando não impossível, o acesso a esse conhecimento.

Segundo relatório do grupo de trabalho, havia uma subutilização de todos os recursos de comunicação que poderiam ser usados para essa devolução; a ausência de circulação de conhecimento metodológico dentro e entre os órgãos culturais; a falta de uma política que possibilitasse o acesso ao conhecimento pelo povo, objetivando estimular uma consciência cultural, e, por fim, apontava como uma força restritiva a inexperiência na área de comunicação social, propondo como linha de ação a criação de um sistema interno de comunicação, a atualização da política editorial e a criação de uma linha de produção visando a devolução do conhecimento através de canais formais e não-formais de comunicação.¹⁹⁴

Nesse sentido, conforme citado no início desse capítulo, Aloísio formou uma equipe, já em 1979, que funcionaria como uma assessoria, composta por João de Souza Leite, José Laurênio de Melo¹⁹⁵, Herval da Cruz Braz¹⁹⁶ e Lélia Coelho Frota¹⁹⁷, e que viria a formar o

¹⁹² O Seminário IPHAN/CNRC/PCH ocorreu entre os dias 11 a 14 de junho de 1979 em Brasília. Com patrocínio da Secretaria de Modernização e Reforma Administrativa/SEMOR, o evento reuniu organizações responsáveis pela orientação e implementação de ações na área de preservação dos bens culturais, e visava discutir as mudanças organizacionais e modificações no setor. A proposta era promover uma oportunidade de integração de profissionais envolvidos com o tema. Desse modo, sob a gestão de Aloísio Magalhães, o IPHAN convoca representantes do CNRC e do PCH para discutir os rumos das políticas de patrimônio federais e a já vislumbrada fusão entre as três entidades.

¹⁹³ O Relatório cita os referidos membros e as respectivas vinculações institucionais. Cf. Relatório do Seminário IPHAN/CNRC/PCH realizado em Brasília de 11 a 14 de junho de 1979. Arquivo Central do Iphan Seção Brasília. Centro Nacional de Referência Cultural, pasta 14, P.14.05.

¹⁹⁴ Relatório do Seminário IPHAN/CNRC/PCH realizado em Brasília de 11 a 14 de junho de 1979. Arquivo Central do Iphan Seção Brasília. Centro Nacional de Referência Cultural, pasta 14, P.14.05.

¹⁹⁵ José Laurênio de Melo foi um poeta, tradutor e editor. Foi um dos fundadores do Gráfico Amador, junto com Aloísio Magalhães, que tornou-se um marco na história do design gráfico brasileiro, produzindo pequenas tiragens experimentais de grande apuro visual e qualidade gráfica. Em 1979, iniciou intensa colaboração com Aloísio, a quem acompanhou durante o tempo em que este esteve ligado aos órgãos federais de administração da cultura. Foi incorporado aos quadros do IPHAN com a função de ser o responsável pelo setor de comunicação. Cf. Zoy Anastassakis (2007).

¹⁹⁶ Herval da Cruz Braz, jornalista que passou a integrar o IPHAN em 1977, por meio de contrato relacionado ao Programa das Cidades Históricas, PCH, com o objetivo do fortalecimento institucional, passando em 1979 a compor a equipe de Comunicação. Integrou a assessoria de imprensa durante a gestão de Renato Soeiro na presidência do IPHAN (1967 a 1979).

¹⁹⁷ Lélia Coelho Frota (nome artístico) ou Lélia Gontijo Soares (nome de nascimento) formou-se em Museologia pelo Museu Histórico Nacional, em 1964, e realizou cursos de especialização no Museu de Artes e Tradições

núcleo de editoração da instituição. A partir da formação desse núcleo, a equipe passou a contar com outros colaboradores, chegando a ter em torno de 17 profissionais, um contingente que, por si só, já demonstrava a importância que era atribuída ao setor.

A reestruturação da publicação justificava-se, também, conforme afirmava João de Souza Leite, pelo desejo de que a Revista chegasse ao público, deixasse de ser um objeto de colecionador ou de um grupo reduzido de pessoas. Segundo ele, “o projeto de revista se inclui dentro de um espírito de divulgação da noção de patrimônio histórico”¹⁹⁸. Fato que reforça a intenção de ampliar o alcance dos debates sobre o patrimônio para além da comunidade formada por intelectuais, servidores e técnicos, possibilitando, quem sabe, que a visão de bem cultural se tornasse um senso comum entre a sociedade.

No que diz respeito à proposta temática da Revista buscou-se afirmar uma abordagem multidisciplinar, propondo um diálogo com diferentes setores da sociedade (THOMPSON, 2012), convergindo com a proposta revisionista das políticas da instituição federal na qual se discutia os limites do conceito de patrimônio.

Assim, é possível identificar que a desejada ampliação do debate acerca do conceito de patrimônio resulta no aumento da quantidade de artigos e autores e na diversidade de temas abordados pelas edições da Revista da década de 1980.

A estrutura da Revista passa a ser composta por seções, a saber: temas, com artigos que abordam temáticas relacionadas à cultura, patrimônio e políticas públicas do setor; documentos, com textos inéditos apresentados por especialistas¹⁹⁹; projetos, sobre as atividades desenvolvidas pela SPHAN; ideias e ensaios, com reflexões diversas; fatos, apresentando análises sobre temas da atualidade; pesquisa, com detalhamento de resultado de trabalhos; e, por fim, estado e cultura e preservação, com artigos que buscavam traçar uma análise das ações do órgão federal durante meio século de existência.

Populares de Paris e no Centro de Antropologia Cultural de Lisboa. Integrou o Centro Nacional de Referência Cultural, conforme consta no Relatório do Seminário IPHAN/CNRC/PCH realizado em Brasília de 11 a 14 de junho de 1979, disponível no Arquivo Central do Iphan, seção Brasília. Em maio de 1982, Léia assumiu a direção do Instituto Nacional do Folclore. Em 22 de novembro de 1990, foi nomeada para a presidência do Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC). Gerenciou o programa Apoio ao Desenvolvimento Cultural do Vale do Jequitinhonha, pela Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais, de 1995 a 1996. Foi diretora do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Foi membro de diversas entidades, como da Associação Brasileira de Críticos de Arte (ABCA), da Associação Internacional de Críticos de Arte (AICA), da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e da União Brasileira dos Escritores. Cf. Analucia Thompson (2009).

¹⁹⁸ LEITE, João de Souza. Entrevista de João de Souza Leite concedida à Aluizio Victor de Souza Carvalho em 18 ago. 2012. Cf. Aluizio Victor de Souza Carvalho (2013).

¹⁹⁹ Segundo João de Souza Leite, a seção “Documento” da Revista busca “valer-se sempre de um documento inédito. Em outros termos, quase um furo de reportagem. No baú de Dona Graciema, viúva de Rodrigo Mello Franco de Andrade, foi encontrado um texto de Le Corbusier sobre “A arquitetura e as belas-artes”, escrito a bordo de um zeppelin, em 1936, com destino ao Brasil. Pois este texto, apresentado por Lúcio Costa, está no número 19 da Revista do Patrimônio.” Cf. A “Revista do Patrimônio” está de volta. Hoje no Paço. O Globo, Rio de Janeiro, 04 jul. 1984.

Figura 2: Distribuição de edições durante evento de relançamento da Revista do Patrimônio no Paço Imperial (1984).²⁰⁰



Figura 3: Público no canteiro de obras durante evento de relançamento da Revista do Patrimônio no Paço Imperial (1984).²⁰¹



A Revista número 19, publicada em 1984, é dividida em cinco seções: temas, documento, projetos, ideias e ensaios. Sendo a seção dedicada aos temas, subdividida em subtemáticas como "A casa brasileira", "Solo urbano e política e preservação" e "Ecologia e

²⁰⁰ O relançamento da "Revista do Patrimônio", realizado no canteiro das obras de restauração do Paço Imperial, contou com a presença do Secretário de Cultura, Marcos Vilaça, do vice-governador Darcy Ribeiro, e de outras autoridades. Cf. Lançamento da Revista do Patrimônio no Paço Imperial do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: TV Globo, 04 jul. 1984.

²⁰¹ Lançamento da Revista do Patrimônio no Paço Imperial do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: TV Globo, 04 jul. 1984.

governo". Foram ao todo 14 artigos que versavam sobre a arquitetura, centros históricos, planejamento urbano, preservação do patrimônio natural, artesanato brasileiro e identidade cultural. O conjunto de 14 autores possuía uma diversidade de formações: antropólogos, arquitetos, biólogos, membros de instituições estaduais e federais ligadas à cultura e professores universitários; dentre os quais, apenas 04 tratavam-se de servidores vinculados à Sphan/Pró-Memória.

Quadro 1: Relação de autores, biografia fornecida pela Revista, seção e título do artigo na Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 19, 1984.

AUTORES	BIOGRAFIA FORNECIDA PELA REVISTA²⁰²	SEÇÃO	TÍTULO
Roberto DaMatta	Antropólogo, Professor do Museu Nacional	Temas: A casa brasileira	Casa, rua & outro mundo: reflexões sobre o espaço e a sociedade
Godofredo Filho	Escritor, professor, Membro do Conselho Estadual de Cultura da Bahia	Temas: A casa brasileira	A influência do Ecletismo na arquitetura baiana
Augusto C. da Silva Telles	Arquiteto, Diretor da Divisão de Tombamentos e Conservação da SPHAN	Temas: Solo urbano e política de preservação	Centros históricos: notas sobre a política brasileira de preservação
Maurício Nogueira Baptista	Arquiteto, Secretário-Executivo adjunto do Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano do Ministério do Interior	Temas: Solo urbano e política de preservação	O planejamento urbano como instrumento de preservação
Antônio Luiz Andrade	Arquiteto, Diretor regional da SPHAN em SP e professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP	Temas: Ecologia e governo	O tombamento na preservação de áreas naturais

²⁰² A descrição da formação dos autores foi retirada da biografia que consta no rodapé de cada artigo da Revista original, permitindo verificar como a Revista apresentava sua posição na época.

Iêda Lúcia Carneiro da Paixão	Bióloga, Subsecretária de ecossistemas da Secretaria Especial do Meio Ambiente do Ministério do Interior	Temas: Ecologia e governo	Pelo conhecimento amplo de nossos ecossistemas
Ângela Tresinari Bernardes Quintão	Arquiteta do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal	Temas: Ecologia e governo	Patrimônio natural: utilitarismo versus ética ecológica
Lúcio Costa	Arquiteto	Documento	Le Corbusier: a arquitetura e as Belas Artes
Fernando Machado Leal	Arquiteto, coordenou projeto de estabilização e conservação das ruínas da Igreja de São Miguel das Missões	Projetos	São Miguel das Missões: estudo de conservação e estabilização das ruínas da igreja
Jurema Kopke Eis Arnaut	Arquiteta da Diretoria de Tombamento e Conservação da SPHAN, coordenadora do Projeto Morro da Conceição	Projetos	Morro da Conceição, Rio: uma proposta de preservação sem tombamento
Michel Parent	Presidente do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) da Unesco, Inspetor geral dos Monumentos da França	Ideias	O futuro do patrimônio arquitetônico
Augusto C. da Silva Telles	Arquiteto, Diretor da Divisão de Tombamentos e Conservação da Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	Ensaaios	O barroco no Brasil: análise da bibliografia crítica e colocação de pontos de consenso e de dúvida
Lélia Gontijo Soares	Antropóloga, Diretora do Instituto Nacional do Folclore da Funarte	Ensaaios	Produção de artesanato popular e identidade cultural
Giovanna Rosso Del Brenna	Historiadora da Arte, Professora da PUC-RJ,	Ensaaios	Rio: uma capital nos trópicos e seu modelo

	Coordenadora de Arquitetura e Urbanismo no Solar Grandjean de Montigny		européu
--	---	--	---------

Nesta primeira edição da segunda fase, há um número maior de artigos em relação ao último número publicado na fase anterior, em 1978, que contou com apenas 7 artigos. Dos 14 autores, 08 são arquitetos, e se dedicam a escrever sobre questões relacionadas ao patrimônio material, evidenciando que arquitetos definiram a linha temática dessa edição, embora fosse evidente a preocupação em superar, em alguma medida, o antigo escopo das análises sobre o patrimônio.

A Revista número 20, publicada em 1984, teve como objetivo central a discussão do sentido da preservação de bens culturais e contou com 27 artigos, divididos em 06 seções (Fatos, Temas, Documento, Ideias, Projetos e Ensaios) que abordaram temáticas como: política de preservação; Cinema e Memória Nacional; projetos como da Praça XV e da restauração do Paço Imperial; carnaval; artes plásticas, entre outros. Em seu editorial, reafirma-se o compromisso da publicação com a divulgação de discussões e pesquisas dedicadas a temas e aspectos particulares da cultura brasileira, tornando-se um espaço de reflexão - necessariamente pluralista - sobre os projetos nacionais e dá destaque aos conceitos de qualidade de vida e identidade cultural como expressões fundamentais no pensamento preservacionista da época, pois

ambos apontam sentidos finais da preservação: de um lado, garantir ou melhorar as condições de existência, e, de outro, salvaguardar o reconhecimento de produções e projetos comuns de vida, práticas e aspirações constantes que caracterizam um povo e permanecem legitimadas pela vontade coletiva. Relembrem, portanto, uma evidência muitas vezes esquecida ou subestimada: seja qual for o conceito de patrimônio cultural, sua significação plena só é alcançada no cotidiano, enquanto vivência, bem partilhado pela coletividade.²⁰³

Os 27 artigos foram escritos por um conjunto de 31 autores, das mais diversas áreas: historiadores, arquitetos, antropólogos, artistas plásticos, designers, cineastas, jornalistas, engenheiros, membros de instituições municipais e federais ligadas à cultura e professores universitários.

²⁰³ Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 20, 1984.

Quadro 2: Relação de autores, biografia fornecida pela Revista, seção e título do artigo na Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 20, 1984.

AUTORES	BIOGRAFIA FORNECIDA PELA REVISTA.²⁰⁴	SEÇÃO	TÍTULO
Geraldo Edson de Andrade / Alcídio Mafra de Souza	Crítico e professor de História da Arte / Professor de História da Arte e Diretor do Museu Nacional de Belas Artes	Fatos	O legado de Djanira
Jaelson Trindade e Régis Duprat	Historiador, funcionário da 9a. Diretoria Regional da SPHAN/Pró-Memória / Doutor em Musicologia e professor do Instituto de Artes do Planalto, UNESP	Fatos	O achado de Mogi
Benedito Lima de Toledo	Arquiteto, professor de História da Arquitetura da USP	Temas: Política de Preservação - Opções e perspectivas	Bem cultural e identidade cultural
Ulpiano Bezerra de Meneses	Professor do departamento de História da USP	Temas: Política de Preservação - Opções e perspectivas	Identidade cultural e patrimônio arqueológico
Gilberto Velho	Antropólogo, Doutor em Ciências Humanas pela USP, Chefe do Departamento de Antropologia do Museu Nacional e membro do Conselho Consultivo da SPHAN e do Conselho Científico da SBPC	Temas: Política de Preservação - Opções e perspectivas	Antropologia e patrimônio cultural
Aloísio Magalhães	Artista plástico e designer, Ex-presidente da SPHAN/Pró-Memória	Temas: Política de Preservação - Opções e perspectivas	Bens culturais: instrumento para um desenvolvimento harmonioso
Joaquim Falcão	Pesquisador na Fundação Joaquim Nabuco e professor na	Temas: Política de Preservação - Opções e	Política de preservação e democracia

²⁰⁴ A descrição da formação dos autores foi retirada da biografia que consta no rodapé de cada artigo da Revista original, permitindo verificar como a Revista apresentava sua posição na época.

	UFPE	perspectivas	
Célia Camargo e Lúcia Lobo	Historiadoras do CPDOC da FGV	Temas: Cinema e Memória Nacional	A pesquisa histórica e as fontes não convencionais
Silvio Tendler	Cineasta e professor da PUC-RJ	Temas: Cinema e Memória Nacional	Cinema, história e paixão
Silvio Júlio Nassar	Jornalista, editor da Rede Globo e professor de Comunicação na PUC-RJ	Temas: Cinema e Memória Nacional	Televisão: a balzaqueana desmemoriada
Carlos Roberto de Souza	Funcionário da Cinemateca Brasileira, professor de Cinema da USP	Temas: Cinema e Memória Nacional	Cinema brasileiro: por uma consciência de preservação
Maria Christina Guido	Pesquisadora do Projeto Portinari/FINEP/PUC-RJ	Documento	Cândido Portinari: um estudo inédito de Mário de Andrade
Abraham Moles	Diretor do Instituto de Psicologia Social da Universidade de Strasbourg na França	Idéias	As funções da luz na cidade
Márcio Tavares d'Amaral	Ex-Secretário de Assuntos Culturais do Ministério da Educação e Cultura. Professor de Comunicação da UFRJ	Idéias	Informática e cultura: o impacto da informatização da sociedade
Jean Barthélemy	Professor da Faculdade Politécnica de Mons, na Bélgica	Idéias	Nosso patrimônio no ano 2000
Dora Alcântara	Arquiteta na Divisão de Tombamento e Conservação da SPHAN e livre docente da UFRJ	Projetos: Praça XV - Problemas e propostas	Praça XV e imediações: estudo de uma área histórica no Rio de Janeiro
João Antônio	Jornalista e escritor	Projetos: Praça XV - Problemas e propostas	Praça XV, ai!
Augusto Ivan	Arquiteto e diretor do Fundo Municipal de Desenvolvimento Social da Prefeitura do Rio de Janeiro e autor do projeto original do Corredor Cultural	Projetos: Praça XV - Problemas e propostas	A permanência do espaço: intervenções urbanísticas na Praça XV

Pedro Calmon	Historiador, Presidente do IHGB, membro da ABL e do Conselho Consultivo da Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	Projetos: A restauração do Paço Imperial	História e ressurreição de um palácio
Glauco Campello	Arquiteto, Ex-diretor da 6a. Diretoria Regional da SPHAN	Projetos: A restauração do Paço Imperial	A restauração do Paço: revendo 240 anos de transformações
Cyro Corrêa Lyra	Arquiteto na Divisão de Tombamentos e Conservação da SPHAN e professor do departamento de Arquitetura da UFF	Projetos: A restauração do Paço Imperial	O novo Paço: uma obra para debates
José de Souza Reis	Arquiteto da SPHAN	Projetos: A restauração do Paço Imperial	Estudos preliminares para a restauração do Paço
Regina Coeli Pinheiro da Silva, Edna Morley e Catarina Ferreira da Silva	Arqueólogas do Núcleo de Arqueologia da SPHAN/Pró-Memória	Projetos: A restauração do Paço Imperial	A pesquisa arqueológica no Paço: primeiras notas
Carlos A. C. Lemos	Arquiteto e professor de História da Arquitetura na USP	Ensaaios	Azulejos decorados na modernidade arquitetônica brasileira
Maria Laura Viveiros de Castro	Antropóloga e pesquisadora no Instituto Nacional do Folclore da Funarte	Ensaaios	Barracão de escola e barracão de ala: breve estudo dos bastidores do carnaval
Mário Barata	Professor de História da Arte na UFRJ e na Unirio	Ensaaios	Notas sobre Debret nos 150 anos do "Viagem Pitoresca e Histórica do Brasil"
João Moreira Garcez Filho	Engenheiro, colecionador de arte	Ensaaios	Joaquim do Rego Monteiro: importante e desconhecido pintor

Essa edição trouxe um número maior de autores e de perspectivas de diversos campos. Dos 31 autores, apenas 07 são arquitetos, 03 arqueólogos e 06 historiadores. É interessante perceber, também, a participação de profissionais como jornalistas, engenheiros e cineastas. Essa edição traz, ainda, um número maior de servidores e técnicos do SPHAN. Sete autores são ligados à instituição e isto pode se explicar pelo protagonismo que essa edição dá aos projetos desenvolvidos pela instituição na região da Praça XV de Novembro no Rio de Janeiro: como as discussões em torno da área histórica da praça e a restauração do Paço Imperial. Justificando, portanto, a participação significativa de técnicos da Sphan/Pró-Memória na autoria dos artigos, em virtude da participação prática no desenvolvimento dos referidos projetos.

A revista de número 21²⁰⁵, por sua vez, teve 20 artigos escritos por 27 autores, divididos em 07 seções (Fatos, Temas, Pesquisa, Documento, Ideias, Projeto e Ensaaios), que abordaram assuntos como o tombamento da serra do mar; política brasileira de arquivos; identidade dos bairros e expansão urbana; tecelagem manual no triângulo mineiro; mitos indígenas; universidade e a cultura brasileira; centros urbanos; núcleos históricos; arquitetura vernacular; arte de terreiros; entre outros.

Quadro 3: Relação de autores, biografia fornecida pela Revista, seção e título do artigo na Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 21, 1986.

AUTORES	BIOGRAFIA FORNECIDA PELA REVISTA ²⁰⁶	SEÇÃO	TÍTULO
Aziz Nacib Ab'Sáber	Geógrafo, Professor da USP. Foi presidente do Condephaat.	Fatos	O tombamento da serra do mar no Estado de São Paulo
José Pedro de Oliveira Costa	Arquiteto, professor da USP, secretário executivo do Conselho Estadual do Meio Ambiente e conselheiro do Condephaat.	Fatos	Patrimônio natural e estatuto de tombamento

²⁰⁵ A Revista do Patrimônio número 21 foi lançada no Paço Imperial. Revistas. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 22 jun. 1986.

²⁰⁶ A descrição da formação dos autores foi retirada da biografia que consta no rodapé de cada artigo da Revista original, permitindo verificar como a Revista apresentava sua posição na época.

René Armand Dreifuss	Cientista político, professor na UFMG.	Temas: Por uma política brasileira de arquivos	Ao arquivo, com carinho
Celina Moreira Franco	Chefe do departamento de pesquisa do CPDOC da FGV.	Temas: Por uma política brasileira de arquivos	Uma proposta radical de trabalho
José Maria Jardim	Coordenador do Sistema Nacional de Arquivos e dos Arquivos Intermediários do Arquivo Nacional.	Temas: Por uma política brasileira de arquivos	Instituições arquivísticas: estrutura e organização, a situação dos arquivos estaduais
Marco Aurélio Garcia	Historiador, professor da Unicamp.	Temas: Por uma política brasileira de arquivos	A memória nacional aprisionada
Gilson Antunes, Marcus Vinicius Toledo Ribeiro e Sydney Solis	Equipe do Pró-documento.	Temas: Por uma política brasileira de arquivos	O programa nacional de preservação da documentação histórica
Gilberto Velho	Antropólogo, Doutor em Ciências Humanas pela USP. Chefe do Departamento de Antropologia do Museu Nacional e membro do Conselho Consultivo da SPHAN e do Conselho Científico da SBPC.	Temas: Identidade dos bairros e expansão urbana	A grande cidade brasileira: sobre heterogeneidade e diversidade culturais
Lucia Helena Fontes, Maria das Graças Spencer Coelho, Alice Amaral dos Reis e Maria Lucia Neves	Arquitetas	Temas: Identidade dos bairros e expansão urbana	Preservação e desenvolvimento, as duas faces de uma moeda urbana
Xavier Maureau	Fotógrafo, integrou a equipe da Pró-Memória que fez o inventário da tecelagem	Pesquisa	Tecelagem manual no Triângulo Mineiro
Eduardo Batalha Viveiros de Castro	Especialista em etnologia indígena brasileira. Professor do	Documento	Curt Nimuendaju: 104 mitos indígenas nunca publicados

	Museu Nacional.		
Michel Maffesoli	Professor na Sorbonne	Ideias	O paradigma estético (a sociologia como arte)
Hélio Jaguaribe	Cientista político, decano do Instituto de Estudos Políticos e Sociais.	Ideias	A Universidade e a cultura brasileira
Mario Perniola	Filósofo, professor de estética na II Universidade de Roma.	Ideias	A arte mimética
Jorge Hardoy	Pesquisador do Centro de Estudos Urbanos e Regionais da Argentina.	Projeto	A cidade latino-americana: a vigência dos centros históricos
Vera Bosi	Arquiteta, coordenadora do Programa de Recuperação e Revitalização de Núcleos Históricos, da Fundação Nacional Pró-Memória.	Projeto	Núcleos históricos: recuperação e revitalização, a experiência de Olinda
Maria Conceição Beltrão e Tânia Andrade Lima	Professora da UFRJ e chefe do setor de arqueologia do Museu Nacional, coordenadora do projeto Central, pesquisa arqueológica / Subcoordenadora do projeto Central, pesquisa arqueológica.	Ensaaios	Projeto Central Bahia: os zoomorfos da serra Azul e da serra de Santo Inácio
Antônio Luiz Dias de Andrade	Arquiteto, diretor regional da 9o DR da SPHAN, professor da USP.	Ensaaios	Arquitetura vernacular: Vale do Paraíba
Maria Bernardete Capinam e Orlando Ribeiro	Antropóloga / Arquiteto	Ensaaios	A coroa de Xangô no Terreiro da Casa Branca
João Moreira Garcez Filho	Engenheiro. Foi professor da USP e da	Ensaaios	Iconografia paulista: a cidade de São Paulo antes da fotografia

	Universidade Mackenzie		
--	------------------------	--	--

No texto de abertura, Angelo Oswaldo de Araújo Santos, Secretário da SPHAN, refere-se à Revista do Patrimônio como um "testemunho de consciência e de desempenho, oferecendo a leitura detalhada do universo conceitual do patrimônio e das lutas empreendidas em favor de seu conhecimento e proteção, assim como das realidades que, pelo mundo afora, se multiplicam sobre o legado da História."²⁰⁷

Esta é a primeira Revista no contexto do processo de abertura política, fato que é destacado em seu texto inicial no qual aborda-se a restauração dos princípios republicanos e federativos no governo do primeiro presidente civil José Sarney, e celebra-se o singular significado da publicação que deveria dimensionar, com nitidez, as vertentes que assinalam pensamento e ação patrimoniais "nesta etapa de transformações desde muito sonhadas"²⁰⁸. Indicando o desejo de que a publicação refletisse esse movimento em direção à redemocratização, reverberando, por isso, a intenção de construção de um patrimônio mais diverso e inclusivo.

Na última edição publicada na década de oitenta, a Revista de número 22 apresentou 31 artigos divididos em 02 seções (Estado e Cultura e Preservação, sendo esta última subdividida nas subseções, Problemática Geral, Tombamento, Patrimônio edificado, Bens móveis, Patrimônio arqueológico e Patrimônio natural). Participaram, ao todo, 33 autores (filósofos, historiadores, sociólogos, museólogos, antropólogos, arquitetos, jornalistas, historiadores da arte, cientistas políticos, arquivistas, arqueólogos e membros de instituições estaduais e federais ligadas à cultura e professores universitários, que escreveram trabalhos que tratavam do conceito de cultura, a relação com o Estado, tombamentos, patrimônio documental, bens móveis, patrimônios arqueológico e natural, dentre outros temas.

Esta é a edição que comemora os 50 anos da criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e contou com a publicação da transcrição de mesas-redondas que apresentaram um panorama dos debates na área e estabeleceram uma avaliação das realizações e dos avanços ao longo de meio século no campo da preservação, definindo, ainda, proposições para o campo do patrimônio.

²⁰⁷ Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 21, 1986.

²⁰⁸ Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 22, 1987.

Quadro 4: Relação de autores, formação, título do artigo e seção da Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 22, 1987.

AUTORES	BIOGRAFIA FORNECIDA PELA REVISTA.²⁰⁹	SEÇÃO	TÍTULO
Gabriel Cohn	Professor titular de Sociologia do Departamento de Ciência Política da USP	Estado e Cultura	Concepção oficial de cultura e processo cultural
Leandro Konder	Filósofo	Estado e Cultura	O Estado e os problemas da política cultural no Brasil de hoje
Luiz Costa Lima	Doutor em Teoria Literária e Literatura Comparada	Estado e Cultura	O Estado e a cultura
Guilherme Pereira das Neves	Historiador e professor da UFF	Estado e Cultura	Da história como memória da nação à história enquanto crítica da memória nacional
Regina Clara Simões Lopes	Diretora-geral do Departamento de Estudos, Pesquisas e Patrimônio da Secretaria de Cultura do Estado do RJ, membro do Conselho Estadual de Tombamento do RJ	Estado e Cultura	A propósito de política cultural
Octavio Ianni	Sociólogo, professor do Departamento de Ciências Sociais da USP	Estado e Cultura	Cultura popular
Maria Ignez Mantovani Franco	Museóloga	Estado e Cultura	Lei Sarney: desafio à competência
Sem autor	-	Estado e Cultura	Sphan: resumo cronológico
Celso Furtado	Ministro da Cultura	Estado e Cultura	Pronunciamento do Ministro Celso Furtado
Angelo Oswaldo de Araújo Santos	Chefe do Gabinete do Ministro da Cultura	Preservação: Problemática Geral	Restaura-se o Patrimônio
Antônio Cândido	Escritor, sociólogo	Preservação:	Patrimônio interior

²⁰⁹ A descrição da formação dos autores foi retirada da biografia que consta no rodapé de cada artigo da Revista original, permitindo verificar como a Revista apresentava sua posição na época.

		Problemática Geral	
Olympio Serra	Antropólogo	Preservação: Problemática Geral	O Paço ou o povo: uma visão possível do quinquentenário
Sergio Miceli	Livre docente em Sociologia da Universidade Estadual de Campinas	Preservação: Problemática Geral	Sphan: refrigério da cultura oficial
Antonio Augusto Arantes	Antropólogo, professor da Unicamp e Secretário de Cultura de Campinas	Preservação: Problemática Geral	Documentos históricos, documentos de cultura
Luiz Fernando P. N. Franco	Arquiteto, editor assistente da Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	Preservação: Problemática Geral	Cultura na veia, saudade em lata (por uma crítica da economia do espírito)
Dina Lerner, Dora Alcântara, Lúcia Helena de Oliveira Fontes, Maria das Graças Spencer Coelho e Sônia Rabelo	Arquiteta, diretora do Inepac / Arquiteta, responsável pelo setor de Tombamento do Sphan/Pró-Memória / Coordenadora de Estruturação urbana da secretaria de desenvolvimento urbano do RJ / Arquiteta, representando a escritora Rachel Jardim, diretora do Departamento Geral de Patrimônio Cultural da Secretaria de Cultura do RJ / Advogada, assessora jurídica da Sphan/Pró-Memória	Preservação: Tombamento	Mesa-redonda: Tombamento
Roberto Marinho de Azevedo	Jornalista, Conselheiro do Instituto Estadual do Patrimônio Cultural do RJ	Preservação: Tombamento	Algumas divagações sobre o conceito de tombamento
Paulo Ormino de Azevedo	Coordenador do Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia e consultor da UNESCO	Preservação: Tombamento	Por um inventário do patrimônio cultural brasileiro
Maria Tarcília Guedes	Historiadora do setor de inventário de Bens Imóveis da Coordenadoria de Registro e Documentação da Sphan/Pró-Memória	Preservação: Tombamento	Inventário nacional dos bens imóveis tombados: instrumento para uma proteção eficaz

Antônio Pedro Alcântara, Augusto Silva Telles, Carlos Alberto Reis Campos, Lia Motta e Rodrigo Andrade	Arquiteto da 6a. DR da Sphan/Pró-Memória / Arquiteto, diretor da Diretoria de Tombamento e Conservação da Sphan / Professor da Faculdade de Arquitetura da UFBA / Arquiteta da Sphan/Pró-Memória / Urbanista, presidente do IEPHA	Preservação: Patrimônio edificado	Mesa-redonda: Patrimônio edificado I: Conservação/restauração
Sem autor	-	Preservação: Patrimônio edificado	Carta de Veneza: carta internacional sobre conservação e restauração de monumentos e sítios
Lia Motta	Arquiteta, coordenadora do setor de inventário de bens imóveis da coordenadoria de registro e documentação da Sphan/Pró-Memória	Preservação: Patrimônio edificado	A Sphan em Ouro Preto: uma história de conceitos e critérios
Augusto Ivan de Freitas Pinheiro, Carlos Nelso Ferreira dos Santos, Fernanda Colagrossi, Jurema Kopke Eis Arnaut, Luiz Fernando Franco e Vera Bosi	Arquiteto, do corredor cultural / Arquiteto do Instituto Brasileiro de Administração Municipal / Presidente da Associação de Amigos de Petrópolis / Arquiteta da Sphan/Pró-Memória / Arquiteto da Sphan/Pró-Memória / Arquiteta da Sphan/Pró-Memória	Preservação: Patrimônio edificado	Mesa-redonda: Patrimônio edificado II: Sítios históricos/núcleos urbanos/entorno
Vera Bosi	Arquiteta urbanista da Pró-Memória	Preservação: Patrimônio edificado	Participação e pesquisa na preservação do patrimônio cultural
Lygia Martins Costa	Historiadora da arte e museóloga, consultora técnica da Sphan/Pró-Memória	Preservação: Bens móveis	A defesa do patrimônio cultural móvel
Orlando Ramos Filho	Ex-chefe do setor de bens móveis e integrados do IPAC-Bahia e IEPHA-Minas Gerais, professor da Fundação de Arte de Ouro Preto e restaurador	Preservação: Bens móveis	Restauração de bens móveis e integrados: 40 anos
Maria de Lourdes Parreiras Horta	Coordenadora-geral de acervos museológicos da Pró-Memória	Preservação: Bens móveis	Teatro da memória

Jannice Monte-Mór	Ex-diretora da Biblioteca Nacional	Preservação: Bens móveis	Patrimônio bibliográfico e a problemática das bibliotecas nacionais
Gilson Antunes, Jaelson Bitran Trindade, José Maria Jardim e René Armand Dreifuss	Coordenador geral da área de acervos bibliográficos e arquivísticos da Pró-Memória / Historiador e pesquisador da 9a DR da Sphan / Historiador e coordenador do Sistema Nacional de Arquivos / Cientista político	Preservação: Bens móveis	Mesa-redonda: Acervos arquivísticos
Sydney Sérgio Fernandes Solis e Vivien Ishaq	Cientista político, professor e coordenador de registro e documentação da Sphan/Pró-Memória / Historiadora, chefe do setor de inventários do Pró-Documento da Pró-Memória	Preservação: Bens móveis	Proteção do patrimônio documental: tutela ou cooperação?
Helen Dodd Ferrez, Jerusa Gonçalves de Araújo e Rosely Curi Rondinelli	Coordenadora da coordenadoria de tratamento técnico do acervo co MHN / Diretora do centro de documentação da Fundação Casa de Rui Barbosa / Arquivista da Fundação Casa de Rui Barbosa	Preservação: Bens móveis	O desafio da indexação nos arquivos permanentes textuais
Maria da Conceição de M. C. Beltrão, Maria Elisa Solá, Paulo Junqueira, Regina Coeli Pinheiro da Silva e Ulpiano T. Bezerra de Meneses	Professora da UFRJ, chefe do setor de arqueologia do Museu Nacional, Membro do conselho consultivo da Sphan / Arqueóloga do IEPHA / Coordenadora de arqueologia da Sphan/Pró-Memória / Arqueólogo, professor do departamento de História da USP	Preservação: Patrimônio arqueológico	Mesa-redonda: Patrimônio arqueológico
Ulpiano T. Bezerra de Meneses	Arqueólogo, professor do departamento de História da USP	Preservação: Patrimônio arqueológico	Para uma política arqueológica da Sphan
Regina Coeli Pinheiro da Silva	Coordenadora de arqueologia da Sphan/Pró-Memória	Preservação: Patrimônio arqueológico	Sobre a preservação dos sítios arqueológicos brasileiros
Edna June Morley	Arqueóloga da Sphan/Pró-Memória	Preservação: Patrimônio	Fazer arqueologia: resgatar memórias

		arqueológico	
Wanda Martins Lorêdo	Arqueóloga da Sphan/Pró-Memória	Preservação: Patrimônio arqueológico	Conservação arqueológica
Aziz Ab'Sáber, Ibsen Câmara, José Lutzenberger, José Tabacow e William Rodrigues	Professor de geografia da USP / Presidente da Fundação Brasileira para a conservação da natureza / Fundador da Associação gaúcha de proteção do ambiente natural / Diretor do Museu Mello Leitão / Membro do Instituto de pesquisa da amazônia	Preservação: Patrimônio natural	Mesa-redonda: Patrimônio natural
Carlos Alberto Ribeiro de Xavier	Coordenador do programa de proteção ao patrimônio natural da Fundação Nacional Pró-memória	Preservação: Patrimônio natural	A natureza no patrimônio cultural do Brasil
Aziz Ab'Sáber	Professor de geografia da USP	Preservação: Patrimônio natural	Ambiente e culturas: equilíbrio e ruptura no espaço geográfico ora chamado Brasil

Essa edição deu um destaque especial para os debates em torno da relação entre Estado e Cultura, abordada em 07 dos 30 trabalhos, trazendo autores ligados à área de pesquisa, acadêmicos, em sua maioria, vinculados a instituições federais de ensino superior. O debate acerca das políticas culturais do país, nesse sentido, estava sendo apresentado por intelectuais não associados diretamente ao Sphan/Pró-Memória, cumprindo o compromisso com o viés mais crítico da Revista, ao ampliar as perspectivas e abordagens para além do âmbito do órgão federal. Por outro lado, convoca a participação desse segmento da sociedade para refletir sobre o estado da cultura no país após mais de duas décadas de ditadura militar, e a propor possíveis caminhos para o desenvolvimento cultural brasileiro que contemplem um conjunto maior de sujeitos sociais.

Ao analisarmos as quatro revistas publicadas ao longo da década de oitenta enquanto um conjunto, notamos que os debates em torno do planejamento urbano e da preservação dos centros históricos ocupam um número significativo de artigos, demonstrando um direcionamento objetivo para inquietações do presente.

Para além da revisão da prática preservacionista, em que se buscou superar o enfoque na proteção de monumentos e edificações isoladas, ampliando o escopo de bens e de sua representatividade, era preciso pensar a relação com a cidade e com sua população. Compreender que a dinâmica socioeconômica e cultural desses espaços demandava uma ação inovadora e que dialogasse com questões como os usos e a conservação desses bens na contemporaneidade, considerando o crescimento cada vez mais vertiginoso dos núcleos urbanos.

Na edição n.19, no artigo "Centros históricos: notas sobre a política brasileira de preservação", Augusto Carlos da Silva Telles²¹⁰ afirma que a modificação do enfoque da política de preservação havia sido provocada por dois fatores:

a constatação da inviabilidade de preservação do monumento isolado, diante do crescente aumento demográfico urbano, da metropolização das cidades, que vem ocorrendo neste século, com as descaracterizações agressivas que daí decorrem, com a renovação do acervo edificado visando maiores gabaritos e a especulação imobiliária crescente e, bem assim, com a necessidade de ampliação das infra-estruturas urbanas, notadamente das vias de trânsito; por outro lado, começou a ser dada ênfase maior à valorização do bem cultural de sentido social, diga-se, popular, ou vernacular, frente àquele de origem erudita, estilista, de valor "estético" ou "histórico", até então tido como de maior ou exclusiva importância.²¹¹

Assim, segundo o autor, a nova política proposta passou a privilegiar a proteção dos núcleos urbanos, dos centros históricos, dos conjuntos arquitetônicos ou urbanísticos, das paisagens urbanas ou rurais, “no mesmo nível em que era preservada uma excepcional edificação, obra de um notável arquiteto ou artista, obra-prima representativa da cultura de uma época.”²¹²

Observa-se, portanto, a partir dos artigos publicados na Revista, uma abertura para a discussão de outras possibilidades na abordagem das políticas de preservação, que

²¹⁰ Arquiteto e professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Ingressou no quadro do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 1957. Em 1982, passou a ser membro do Conselho Estadual de Tombamento do Rio de Janeiro, assembleia que presidiu de 1994 a 2006. Entre 1988 e 1989, dirigiu a Fundação Pró-Memória. No final da década de 1970, tornou-se titular da Diretoria de Tombamento e Conservação, DTC (anteriormente denominada Divisão de Conservação e Restauração, DCR), que compreendia a seção de projetos e de obras, sendo o setor responsável pelo desenvolvimento de estudos técnicos dos monumentos e obras de arte; além da fiscalização dos bens tombados. A DTC tinha, dentre outras atribuições, classificar, inventariar e propor o tombamento de bens de valor histórico, artístico, etnográfico, arqueológico, etc., instruindo os processos e propondo a definição do entorno dos bens. Durante os anos 1980, a DTC desenvolveu projetos inovadores, como os estudos sobre o Morro da Conceição, coordenado pela arquiteta Jurema Arnaut, e sobre a Praça XV de Novembro, no Rio de Janeiro, feito pela arquiteta Lia Motta, que iremos abordar no capítulo 4. Cf. Analucia Thompson (2010).

²¹¹ TELLES, Augusto C. da Silva. Centros históricos: notas sobre a política brasileira de preservação. In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 19, 1984, p. 29.

²¹² Ibidem.

evidenciava as disputas em torno da concepção de bem cultural travadas, no interior da própria instituição, nesse contexto.

A preocupação com o crescimento desenfreado das cidades e a consequente descaracterização dos centros urbanos também é uma das questões abordadas no artigo de Jurema Kopke Eis Arnaut²¹³, "Morro da Conceição, Rio: uma proposta de preservação sem tombamento"²¹⁴ publicado na mesma edição. A autora ressalta que as cidades como um todo estavam sofrendo com um processo de urbanização descaracterizante, mas que os centros antigos, em especial, estavam sendo alvo de investidas renovadoras mais violentas.

Ao se referir à região do Morro da Conceição como um dos trechos "sobreviventes" da cidade do Rio, por exemplo, Jurema Arnaut dava a dimensão da intensidade das transformações urbanas e das tensões entre a preservação e a modernização experimentadas pela área central da cidade. Segundo a autora,

o Rio de Janeiro vem pagando um alto preço por essa urbanização 'compressora', que tem modificado radicalmente tanto sua conformação física, como sua estrutura social. Em sua área Central promovem-se as alterações mais radicais, responsáveis pela perda de sua identidade; do tecido mais antigo sobrevivem apenas poucas manchas-documentos da história de identificação homem-espço que chegou ao nosso século.²¹⁵

A Revista n. 19 traz, ainda, outros dois textos que valem ser destacados, a saber: "O futuro do patrimônio arquitetônico", de Michel Parent²¹⁶, artigo originalmente apresentado no Seminário de Arc-et-Senans, organizado pela Fundação Claude Nicolas Ledoux, em Amsterdã em 1975; e "Rio: uma capital nos trópicos e seu modelo europeu", de Giovanna Rosso Del Brenna²¹⁷, comunicação originalmente apresentada em maio de 1983 no Congresso 'Forma e funzione della città capitale' realizado em Capri, na Itália.

Diferentemente dos dois artigos citados anteriormente, os textos de Michel Parent e Giovanna Rosso Del Brenna não foram elaborados especificamente para a Revista, foram sim trabalhos selecionados para compor a edição. Nesse sentido, acredita-se que tal escolha tenha sido feita com o objetivo de oferecer subsídios para o debate em torno das questões acerca do

²¹³ À época da publicação desse artigo, Jurema era arquiteta na Diretoria de Tombamento e Conservação da SPHAN e coordenadora do Projeto Morro da Conceição.

²¹⁴ ARNAUT, Jurema Kopke Eis. Morro da Conceição, Rio: uma proposta de preservação sem tombamento Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 19, 1984, p. 97.

²¹⁵ Ibidem.

²¹⁶ À época da publicação, presidente do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), da UNESCO e Inspetor Geral dos Monumentos da França.

²¹⁷ À época da publicação era professora agregada da PUC-RJ e coordenadora de arquitetura e urbanismo no Solar Grandjean de Montigny.

patrimônio material e dos centros urbanos tão latentes nesse momento, por meio das reflexões de dois autores reconhecidos no campo.

Em seu texto, ao analisar o futuro do patrimônio arquitetônico, Michel Parent alertava para o fato de que era preciso

conservar sistematicamente uma vez que a degradação também é sistemática. E é então uma questão fundamental saber se a preservação global do patrimônio arquitetônico tem um futuro ou se, ao contrário, não passa de um álibi momentâneo da recusa a enfrentar um futuro diferente, se não é, afinal de contas, senão a máscara transparente, inútil e provisória de uma ausência cabal do projeto criador.²¹⁸

O autor ressaltava, nesse sentido, a necessária e constante avaliação dos propósitos da preservação do patrimônio arquitetônico, diante dos avanços de uma iminente perda. Questionar, afinal, se o ato da preservação significava uma resistência às transformações urbanas ou, até mesmo, um apego à materialidade original de um passado que não existia mais. Destacando que não era mais possível ignorar o fato de que a conservação se deparava, já naquela época, com um constante ímpeto pela mudança, expresso em diferentes níveis, não só nas mentalidades, mas da prática social.

Isto é, a manutenção desses espaços e resquícios históricos estaria diante de um movimento inevitável de transformação, seja no âmbito conceitual, quanto de reestruturação das cidades. Afirmando, por fim, que "toda a história do patrimônio se confunde com a de uma morte perpétua, mas também com uma ressurreição".²¹⁹

A analogia do patrimônio com a vida pode ser compreendida, aqui, como uma forma de indicar uma dimensão transitória do conceito de patrimônio, que se transformaria de acordo com a mentalidade do tempo em que é concebido. A partir dessa perspectiva, conforme destaca Michel Parent, compreende-se o passado enquanto uma interpretação elaborada no presente, isto é, uma leitura que é indissociável dos sujeitos, da época e do contexto daqueles que a produzem.²²⁰

Cabe destacar que Michel Parent escreve seu texto na época em que o campo da história vivia a chamada "virada cultural", na qual os aspectos das culturas, no plural e em um sentido cada vez mais amplo, passaram a ser objeto de estudo e a narrativa histórica passou a incorporar inúmeras possibilidades narrativas que contestavam, em última análise, a existência de uma suposta homogeneidade cultural (BURKE, 2008).

²¹⁸ PARENT, Michel. O futuro do patrimônio arquitetônico. SPHAN/-PRÓ-MEMÓRIA. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 19, 1984, p. 112.

²¹⁹ Ibidem, p. 112.

²²⁰ Ibidem, p. 114.

O impacto desse contexto historiográfico no âmbito do patrimônio é apontado por Márcia Chuva ao afirmar que o reflexo dessa perspectiva colaborou para a quebra de paradigmas em relação às versões tradicionais da história e, em especial, quanto às visões restritas da cultura e de suas manifestações (CHUVA, 2017b). Ideias que podem ter favorecido as mudanças conceituais propostas para o campo, sobretudo, se considerarmos a conjuntura sociopolítica vivida pelo país, conforme já mencionado.

No mesmo texto, Michel Parent apresenta, ainda, duas problemáticas bastante pertinentes para o debate que viria a ser desenvolvido nas demais edições da Revista dos anos oitenta: primeiro, a "conservação adequada", em que analisa as questões acerca da conservação e da restauração de bens históricos; e, segundo, a "conservação no quadro do desenvolvimento cultural", que dá subsídios para os estudos sobre a ação do poder público, a manutenção dos saberes profissionais e técnicos e o uso social do patrimônio.

Sobre o primeiro ponto, Michel Parent, afirma que "o modo de apropriação do patrimônio está, mais do que nunca, na dependência do consumo"²²¹, atrelado ao uso atribuído ao bem, seja ele o primordial ou não. Assim,

é por razões sócio-econômicas ou mercantis que a destruição deliberada se torna mais ativa do que a ruína espontânea, ou que a noção de adaptação entra mais frequentemente em conflito com a noção de conservação, e que entre as duas a noção de restauração se torna equívoca.²²²

Ainda de acordo com o autor,

há a grande problemática da restauração, aos cuidados de arquitetos outrora quase sempre parteiros de novos edifícios através dos antigos. (...) Mas segundo que critérios prolongar a 'vida' do quase inerte: o da história desejada? o da história vivida? o da estética? Será que todo edifício é um livro do saber onde se deve ler e explicar cada acontecimento, ou é uma obra única cuja misteriosa essência se deveria preservar, às vezes inevitavelmente restituir, ao mesmo tempo que a existência? Mas, se cada acontecimento, mesmo os que o transformaram, concorreram para sua individualidade histórica, em que data ou sob que tipo de procedimento essas modificações se tornam ilegítimas e recusadas pela História?²²³

Segundo Parent, "a inevitável escolha do que permanece, em confronto com o que muda, dependerá de práticas sociais que ultrapassam em todos os sentidos os critérios históricos."²²⁴

²²¹ PARENT, Michel. O futuro do patrimônio arquitetônico. SPHAN/-PRÓ-MEMÓRIA. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 19, 1984, p. 113.

²²² Ibidem, p. 113.

²²³ Ibidem, p. 113.

²²⁴ Ibidem, p. 114.

No que concerne ao debate em torno da conservação dos bens, o autor destaca a

problemática da sobrevivência global do patrimônio diante dos perigos permanentes ou circunstanciais que abreviam a vida, particularmente os que se originam das transformações profundas que marcam nosso meio ambiente e nossas práticas atuais: políticas industriais, concentrações turísticas, retalhamentos, desfigurações, distorções decorrentes dos próprios efeitos do "gosto" pelo patrimônio, adaptações a usos irreconciliáveis com sua própria natureza, etc.²²⁵

Afirmando que as ações de preservação precisam responder simultaneamente à deterioração natural do bem; aos efeitos dos agentes naturais externos; aos efeitos agravantes da poluição desses mesmos agentes, aos efeitos das grandes obras sobre o regime dos solos; aos efeitos acentuados dos campos de vibrações diversas (tráfego rodoviário, tráfego supersônico, etc.); e à agressão humana devida à frequência turística (que deve ser moderada pela determinação de certos limites) etc.²²⁶

Sobre o segundo ponto, Michel Parent enfatiza a relação entre a conservação material do patrimônio à sobrevivência de certos tipos de comportamentos, mentalidades e de técnicas. Provocando os leitores ao questionar se a elaboração do futuro quadro de vida não implicaria inclusive na diversificação das qualificações dos profissionais envolvidos nessas ações.²²⁷

E finaliza, afirmando que

construção, conservação, destruição e recriação: esse movimento incessante da história traduz-se, à força de adições e subtrações, por um balanço finalmente acumulativo, e essa acumulação não é em absoluto obra do acaso ou das coerções naturais. Pode ter sido também deliberado e voluntário: a própria constituição de um patrimônio revela justamente uma intenção e uma capacidade prospectivas. O estudo do patrimônio nos leva, portanto, a duas reflexões complementares e reversas: sobre o sentido do futuro no passado e sobre o destino do passado no futuro.²²⁸

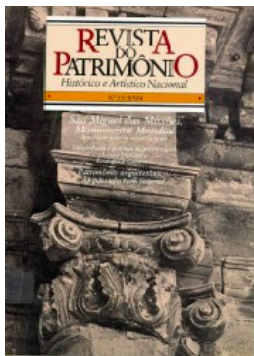
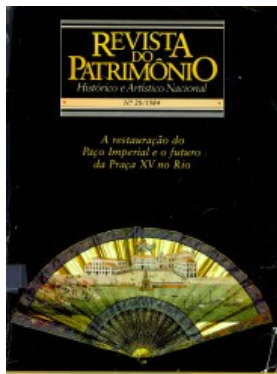
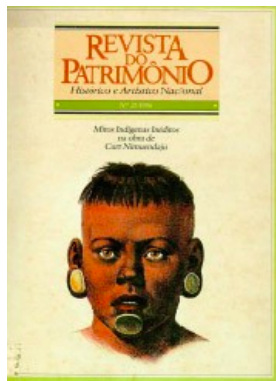
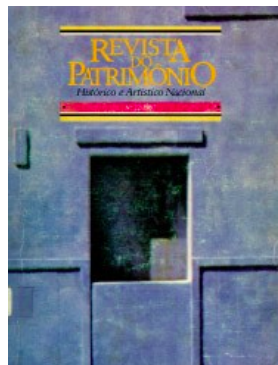
²²⁵ PARENT, Michel. O futuro do patrimônio arquitetônico. SPHAN/-PRÓ-MEMÓRIA. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 19, 1984, p. 115.

²²⁶ Ibidem, p. 116.

²²⁷ Ibidem, p. 116.

²²⁸ Ibidem, p. 121.

Quadro 5: Relação de capas da Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional publicadas na década de 1980.

Revista do Patrimônio nº 19 Edição: 1984 Tema da capa: São Miguel das Missões, monumento mundial 	Revista do Patrimônio nº 20 Edição: 1984 Tema da capa: A restauração do Paço Imperial e o futuro da Praça XV no Rio 	Revista do Patrimônio nº 21 Autor: Iphan Edição: 1986 Tema da capa: Mitos indígenas inéditos na obra de Curt Nimuendaju 	Revista do Patrimônio nº 22 Autor: Iphan Edição: 1987 Tema da capa: 50 anos da criação da SPHAN 
---	--	---	--

O artigo de Michel Parent é publicado na Revista de número 19, edição que antecede à publicação do dossiê dedicado ao Paço Imperial e à Praça XV. A escolha desse artigo é bastante simbólica, na medida em que demonstra que os temas nele abordados estavam sendo discutidos dentro e fora do país. Assuntos como a dicotomia entre conservação x degradação; o impacto das transformações urbanas; a operação de escolha entre o que deveria ou não ser preservado; e as problemáticas em torno da conservação adequada e da restauração de bens patrimonializados diante do desenvolvimento cultural das regiões em que estão inseridos se apresentam, portanto, como questões em foco no campo do patrimônio.

Outro ponto interessante é a discussão a respeito do modo de apropriação do patrimônio e sua relação com a dependência do consumo, do uso atribuído ao bem. Tais aspectos dialogam diretamente com as ações realizadas pela Sphan/Pró-Memória na região da Praça XV na década de oitenta e estabelecem inúmeras conexões com os debates que se desenvolviam no setor. A inclusão do artigo de Parent na edição de relançamento da Revista do Patrimônio, indicaria, desse modo, uma tentativa de aproximar as medidas adotadas pela instituição federal às discussões presentes nos fóruns internacionais e inserindo-as em um debate mais amplo sobre a problemática do patrimônio nos centros históricos.

Giovanna Rosso Del Brenna, por sua vez, apresenta a trajetória de transformação da cidade do Rio de Janeiro e os projetos urbanísticos desenvolvidos ao longo do século XX. A

autora faz um histórico da formação da cidade destacando o sentimento de "constrangimento diante da cidade existente, construída 'sem arte' e 'sem gosto'"²²⁹ e o sonho da construção de uma capital à europeia

que fez parte do repertório de lugares-comuns usados nos ambientes progressistas e burgueses. E a condenação da cidade completa-se com o anátema dos médicos sanitaristas (dirigido tanto contra a cidade, construída 'sem método', onde os pobres se amontoam em 'perigosa promiscuidade', como contra o ambiente natural: os morros, que impedem a circulação dos 'ventos purificadores' provenientes da baía) e dos técnicos, preocupados com a circulação de homens e mercadorias nas ruas estreitas e sinuosas do centro.²³⁰

Ao relemburar o discurso do presidente Rodrigues Alves²³¹ ao Congresso em 03 de abril de 1903 em que afirmara que "os defeitos da capital afetam e perturbam todo o desenvolvimento nacional"²³², a autora parece ressaltar uma visão que carrega, em certa medida, um embrionário sentimento de incômodo perante os empecilhos que a antiga cidade apresentaria à transformação e ao progresso, característico da modernidade.

Evidentemente, a fala de Rodrigues Alves se insere em um contexto histórico diversado que virá a ser o recorte temporal dos anos oitenta, mas o que se pretende assinalar nesse estudo é a relevância desse debate acerca das sucessivas modificações pelas quais o Rio de Janeiro foi submetido, estar presente justamente na edição que visa retomar a publicação da Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Mais uma vez é a cidade que está sendo posta em discussão.

Outro texto que merece menção, selecionado para compor a Revista n. 20, é o texto escrito por Aloísio Magalhães quando ainda dirigia o CNRC, intitulado "Bens culturais: instrumento para um desenvolvimento harmonioso", já citado anteriormente.²³³

A inclusão desse texto na Revista publicada em 1984 nos interessa porque traz a perspectiva do bem cultural a partir de sua dimensão econômica, enquanto parte de um universo do produto brasileiro.

Escrito em 1978 - e, portanto, no contexto de ações como o Programa das Cidades Históricas que tinha como objetivo a preservação e o desenvolvimento econômico de alguns

²²⁹ BRENNNA, Giovanna Rosso Del. Rio: uma capital nos trópicos e seu modelo europeu. SPHAN/-PRÓ-MEMÓRIA. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 19, 1984, p. 148.

²³⁰ Ibidem.

²³¹ Presidente do Brasil entre 1902 e 1906, época em que foi executada a primeira grande reforma no Rio de Janeiro, como detalhado no capítulo 1.

²³² BRENNNA, 1984, op. cit., p. 149.

²³³ O documento escrito em 1978 foi encaminhado ao então Chefe da Casa Civil da Presidência da República, ainda no governo do General Ernesto Geisel, General Golbery do Couto e Silva, e posteriormente, ao ministro da Educação e da Cultura do governo João Figueiredo, Eduardo Portella.

dos conjuntos urbanos brasileiros patrimonializados através do estímulo ao uso turístico (AGUIAR, 2016), o artigo é escolhido para compor a edição que conta com o dossiê dedicado ao Paço Imperial e à Praça XV, apontando para uma possível retomada do debate sobre a viabilidade econômica do patrimônio que, nesse momento, buscava se fundamentar em atividades culturais propostas no revocacionamento da região, conforme veremos no capítulo 4.

A Revista de número 21, traz o artigo do antropólogo Gilberto Velho²³⁴ intitulado "A grande cidade brasileira: sobre heterogeneidade e diversidades culturais"²³⁵. Nele, Gilberto Velho fala sobre as transformações urbanas e o aumento demográfico e, especialmente, do caso do Grande Rio, defendendo que os processos de modernização e urbanização fizeram da grande metrópole o "*locus* da heterogeneidade e da complexidade."²³⁶

De acordo com o autor, a sociedade se transformava, periodicamente, e, ao mudar, elaborava outras maneiras de ocupar os espaços. Nesse sentido, as particularidades percebidas nos bairros, ruas e em diferentes áreas da cidade representavam marcadores de identidades de sua população, que se expressavam, ainda, na forma de ocupação desses mesmos lugares em diferentes períodos do dia. Isto é, em uma só espacialidade era possível identificar perspectivas de ser e estar no mundo bem diversas.²³⁷

Gilberto Velho trazia uma leitura sobre o Rio como um lugar múltiplo, ao ressaltar a possibilidade de interpretações e visões acerca de seus aspectos urbanos. O antropólogo integrava o Conselho Consultivo da SPHAN e havia sido, em 1984, o relator do processo de tombamento do terreiro da Casa Branca, em Salvador, na Bahia. O primeiro terreiro tombado pela instituição em quase cinco décadas de atuação.

A publicação de seu artigo na Revista de número 21, em 1986, talvez representasse a tentativa de Gilberto Velho em propor um debate sobre as narrativas elaboradas para a cidade do Rio, sobretudo, se considerarmos que seu texto integrava a edição imediatamente posterior à que continha um dossiê da Praça XV²³⁸. Já que o autor pontuava, em suas reflexões, que "o convívio entre os diversos estilos de vida dificilmente pode ser uma harmonia completa"²³⁹,

²³⁴ À época da publicação, antropólogo, chefe do Departamento de Antropologia do Museu Nacional e membro do Conselho Consultivo da SPHAN e do Conselho Científico da SBPC. Doutor em Ciências Humanas pela USP.

²³⁵ VELHO, Gilberto. A grande cidade brasileira: sobre heterogeneidade e diversidades culturais. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. n. 21, 1986, p. 49-50.

²³⁶ Ibidem, p. 49.

²³⁷ Ibidem, p. 49-50.

²³⁸ Os artigos sobre a Praça XV serão abordados no tópico 2.4.

²³⁹ VELHO, Gilberto. Op. Cit., p. 50.

uma vez que, segundo ele, "a grande cidade, a metrópole, por suas dimensões e complexidade" havia se tornado "o cenário privilegiado da expressão dessas contradições".²⁴⁰

Desse modo, de acordo com o antropólogo, uma das tarefas mais instigantes de uma política do patrimônio cultural em um período de mudança social seria

encontrar fórmulas adequadas que não cristalizem as diferenças, mas que legitimem os símbolos materiais e imateriais desta heterogeneidade. É mais simples em sistemas autoritários forçar a homogeneidade cultural. Em sociedades pluralistas e democráticas há que se buscar sempre o delicado equilíbrio entre diferentes projetos e valores.²⁴¹

Embora tenha sido publicado na Revista de 1986, o artigo de Gilberto Velho foi escrito em março de 1985, pouco tempo depois da eleição do presidente Tancredo Neves, que marca o fim do período de 21 anos de ditadura militar no Brasil. Talvez também por esse motivo, o texto procure dar ênfase à relação entre a pluralidade cultural e os contextos democráticos, vendo com desconfiança uma pretensa homogeneidade nos símbolos materiais e imateriais da cultura nacional.

Além de ser uma clara crítica à política de preservação instituída em 1937, com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional durante o regime autoritário do Estado Novo²⁴², que, como vimos, havia privilegiado a proteção de bens vinculados ao poder colonial e imperial, o texto nos leva a questionar a própria ideia de uma síntese harmoniosa da cultura, tal como proposto por Aloísio Magalhães através do conceito de bem cultural. Manifesta, também, como iremos observar, na interpretação feita sobre a Praça XV, nos artigos publicados na Revista ao longo dos anos 1980.

Assim, ao destacar os espaços urbanos como detentores de expressões diversificadas da cultura e, portanto, como lugares privilegiados para a apreensão dessa complexidade cultural, o artigo de Gilberto Velho nos ajuda a pensar, também, o caso da Praça XV de Novembro que, por diversos momentos teve sua memória associada a um imaginário em torno do Rio Antigo, nostálgico, fundado em um "passado de glórias" (RODRIGUES; CARRIS, 2024), e que, em 1985, era novamente reiterado no projeto de restauração do Paço Imperial, conforme veremos no capítulo 4.

O tema das transformações urbanas e a relação entre preservação e desenvolvimento das cidades está presente no artigo "Preservação e desenvolvimento, as duas faces de uma

²⁴⁰ VELHO, Gilberto. A grande cidade brasileira: sobre heterogeneidade e diversidades culturais. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. n. 21, 1986, p. 50.

²⁴¹ Ibidem, p.50.

²⁴² O SPHAN foi criado em 1937, na estrutura do então Ministério da Educação e Saúde Pública, durante o regime autoritário do Estado Novo implantado no Brasil em 1937.

moeda urbana", das arquitetas Lucia Helena Fontes, Maria das Graças Spencer Coelho, Alice Amaral dos Reis e Maria Lucia Neves publicado na edição de número 21, de 1986.

Nele, as autoras afirmam que "preservação e desenvolvimento são, frequentemente, vistos como atividades irreconciliáveis".²⁴³ Isto porque há um receio de que sejam perdidos os elementos que simbolizam a relação entre o lugar e seus habitantes.

De acordo com as autoras, “a necessidade de conservar os elementos que tornam as cidades mais humanas faz com que a preservação assuma um significado mais amplo”, pois representaria uma garantia de permanência do caráter das áreas e contribuiria para o entendimento do conjunto dos elementos que as caracterizam. Por isso, a preservação não deveria ser um “privilégio de alguns, de uma 'elite intelectual', mas sim um importante fator para a estabilidade da cidade e de seus habitantes”.²⁴⁴

É possível notar a partir desse breve panorama de artigos selecionados da Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - publicados ao longo da década de 1980 - e que tiveram como temática a relação do patrimônio com as transformações urbanas e os centros históricos, que as noções de *desenvolvimento urbano* e *progresso*, bem como a de *bem cultural* e seu caráter *plural* estiveram na ordem do dia.

A defesa de um patrimônio cultural que se propunha mais diverso, isto é, mais amplo e plural, estava presente em grande parte dos artigos e demonstrava a busca por representações mais democráticas da identidade cultural brasileira, em um contexto que, o próprio conceito de democracia encontrava-se em disputa.

No que diz respeito aos artigos que abordaram estudos relacionados ao monumento do Paço Imperial e a Praça XV, observa-se que foram publicados em uma seção intitulada de "Projetos", demonstrando uma preocupação em apresentar o andamento dos trabalhos na região, uma vez que estão reunidos em uma espécie de dossiê repleto de imagens, recebendo destaque na parte da Revista dedicada, sobretudo, à exposição das atividades desenvolvidas pela Sphan/Pró-Memória. Isso pode ser compreendido como um indício de que, não só a Revista era um espaço importante para a exposição dessas informações, como também, de consolidação e legitimação de narrativas.

A disputa pela hegemonia dessas interpretações sobre o patrimônio, em especial da Praça XV, é significativa, conforme destacado, anos depois, por Maria Cecília Londres Fonseca em seu icônico texto intitulado "Muito além da pedra e cal",

²⁴³ FONTES, Helena Lucia et al. Preservação e desenvolvimento, as duas faces de uma moeda urbana. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 21, 1986, p. 49.

²⁴⁴ Ibidem, p. 50.

Nesse local não é possível encontrar nenhuma marca ou menção, atualmente, à presença constante dos escravos pegando água no Chafariz do Mestre Valentim, que lá ainda permanece apenas como mera extensão do Paço Imperial. Se, como pesquisas históricas vêm comprovando, o Rio de Janeiro foi uma cidade quase africana durante a primeira metade do século XIX, essa informação não ficou registrada nos bens que ali são identificados como patrimônio cultural brasileiro, nem na leitura que deles fazem os órgãos de preservação (FONSECA, 2009).

Diante disso, pretendemos examinar a seguir, os artigos que abordaram as duas ações desenvolvidas pela Sphan/Pró-Memória nos anos oitenta na região da Praça XV e que também fizeram parte do referido dossiê: a restauração do Paço Imperial e o tombamento do conjunto urbano da área central da Praça XV de Novembro e suas imediações. O objetivo é identificar como a instituição propôs a interpretação da materialidade da praça no contexto da redemocratização.

2.4. O patrimônio material em debate no Rio de Janeiro: os artigos sobre a Praça XV e o Paço Imperial nas edições dos anos oitenta

Os artigos sobre a Praça XV e o Paço Imperial publicados na Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional na década de 1980 integram a edição de número 20, lançada em 1984, como parte de um dossiê sobre a região. Divididos entre dois temas, “Praça XV: problemas e propostas” e “A restauração do Paço Imperial”, os textos procuram discutir o impacto das transformações urbanas e as mudanças nas formas de ocupação e uso social da área ao longo dos anos, além de apresentar algumas ações realizadas pelo poder municipal e pela Sphan/Pró-Memória na praça.

Embora a Revista se proponha a apresentar o debate sobre a questão urbana e os desafios para a preservação na região, nota-se que o espaço concedido para a exposição do projeto da Prefeitura do Rio, o Corredor Cultural, é menor do que o número de páginas dedicado ao detalhamento da restauração do Paço Imperial, executada pelo poder federal.

Como veremos no capítulo 3, essa disputa se fez presente também através da imprensa que constantemente cobrava ações mais efetivas para a conservação dos bens da região e citava a ação da municipalidade como um exemplo de sucesso na área.

Por esse motivo, entendemos que a publicação desse dossiê foi uma escolha estratégica que visava dar publicidade aos esforços da Sphan/Pró-Memória para a preservação do patrimônio tombado da Praça XV, tendo como medida inicial a restauração do Paço. Assim, a instituição utilizava-se da Revista para se colocar no debate, propondo a releitura do

patrimônio da praça também a partir da perspectiva de uso e revocacionamento dos bens patrimoniais.

A Revista de número 20 dedicou 08 de seus 27 artigos à temática da Praça XV, reservando toda a seção de "Projetos" para discutir e apresentar as iniciativas da Sphan/Pró-Memória na região. Em seu editorial eram apresentados os propósitos das medidas de preservação:

de um lado, garantir ou melhorar as condições de existência, e, de outro, salvaguardar o reconhecimento de produções e projetos comuns de vida, práticas e aspirações constantes que caracterizam um povo e permanecem legitimadas pela vontade coletiva. Relembrem, portanto, uma evidência muitas vezes esquecida ou subestimada: seja qual for o conceito de patrimônio cultural, sua significação plena só é alcançada no cotidiano, enquanto vivência, bem partilhado pela coletividade.²⁴⁵

E reiterava-se que "na diversidade de discursos, destaca-se, porém, a consciência de que pensar o patrimônio cultural é pensar em condições e alternativas de vida, o que implica em analisar todas as políticas de desenvolvimento."²⁴⁶

Pensar a cultura brasileira, nesse sentido, exigiria o diálogo com outras políticas públicas que afetam o cotidiano das cidades e dos cidadãos que nela vivem. Sendo assim, a edição de número 20 da Revista convida o leitor a compreender a cidade do Rio de Janeiro a partir da área central da Praça XV, de suas imediações e do Paço Imperial, em reflexões que visaram relacionar o monumento, bem isolado, com seu território, a região da Praça XV e suas apropriações sociais.

O conjunto de artigos é apresentado com um texto inicial intitulado "A praça, o Paço", em que busca-se reafirmar o protagonismo das medidas desenvolvidas pelo organismo federal, colocando a restauração do Paço como a ação que teria motivado os debates em torno do patrimônio da praça nos anos oitenta.

A restauração do Paço - em fase final de execução pela diretoria regional da SPHAN - torna oportuna, mais do que nunca a reflexão sobre a Praça XV, espaço histórico de valor inestimável não apenas do ponto de vista documental, mas como cenário cotidiano de expressão popular.²⁴⁷

²⁴⁵ Editorial. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 20, 1984.

²⁴⁶ Ibidem.

²⁴⁷ Ibidem.

O primeiro artigo "Praça XV e imediações: estudo de uma área histórica no Rio de Janeiro"²⁴⁸ de Dora Alcântara²⁴⁹, trata dos trabalhos de levantamento e análise do conjunto arquitetônico da Praça XV realizados ainda antes da restauração do Paço.

De acordo com Dora,

a Praça XV de Novembro e seus arredores constituíram-se centro de crescente valor econômico e político, não só local, como para todo o Brasil, desde que o Rio de Janeiro, no século XVIII, assumiu o papel de porto exportador do ouro vindo do interior. (...) Os monumentos já tombados, nela e nos seus arredores, bem refletem a sua importância - o Paço Imperial; o antigo Conjunto Conventual da Ordem do Carmo e ainda o Arco e o Oratório de Nossa Senhora da Boa Esperança a ele ligados; a Igreja da Irmandade da Santa Cruz dos Militares; a da Irmandade da Lapa dos Mercadores; o Arco do Teles e casas nº 32 e 34, junto a este; a antiga Praça do Comércio e a Igreja de Nossa Senhora da Candelária.²⁵⁰

Segundo a autora, a análise dos dados levou à conclusão de que o desenvolvimento urbano dessa área, a primeira a ser povoada na parte plana da cidade, retrata nitidamente a história do Rio de Janeiro, o que é confirmado pelas características fundamentais da arquitetura que nela se encontra.

Dora se dedica a apresentar detalhes sobre as transformações na arquitetura da região, que revelam as mudanças nas formas de ocupação e usos sociais das construções ao longo dos anos.²⁵¹ E conclui,

essa arquitetura que, em grande parte, conserva a alvenaria de pedra da construção original e lhe vai alterando as proporções, adaptando vãos às crescentes exigências da legislação, ou recebendo decoração correspondente a novos gostos, além de outras mudanças para acomodar as funções que se multiplicam, retrata a própria história dessa área urbana, que teve de crescer, modificar-se e engalanar-se para dar a um modesto conjunto arquitetônico, elevado sobre o terreno ingrato, o aspecto de principal centro de uma capital do Império.²⁵²

²⁴⁸ ALCÂNTARA, Dora. Praça XV e imediações: estudo de uma área histórica no Rio de Janeiro. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 20, 1984, p. 114-120.

²⁴⁹ À época da publicação era arquiteta coordenadora do Setor de Tombamento da Diretoria de Tombamento e Conservação (DTC) da SPHAN, dirigida por Augusto Carlos da Silva Telles e professora livre docente na FAU-UFRJ. Seu artigo é resultado do inventário dos imóveis da região da Praça XV. Dora Alcântara havia coordenado os trabalhos de levantamento e análise do conjunto arquitetônico da Praça XV, no Rio de Janeiro, nos anos 1980, feito com o apoio de seus alunos da FAU/UFRJ. Seu estudo dará subsídios ao tombamento do conjunto urbano da Praça XV e imediações em 1990 pela Sphan/Pró-Memória.

²⁵⁰ ALCÂNTARA, Dora. Praça XV e imediações: estudo de uma área histórica no Rio de Janeiro. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 20, 1984, p.114.

²⁵¹ Não trataremos, nesse trabalho, de um estudo mais aprofundado em relação às questões pertinentes a essas transformações na arquitetura da cidade.

²⁵² ALCÂNTARA, 1984, op. cit., p.120.

O jornalista e escritor João Antonio²⁵³ é o autor do segundo artigo do dossiê, "Praça XV, ai!"²⁵⁴, em que relata, com evidente pesar, o estado de abandono da região. "É ali que se planta sofrida a atual Praça XV humilhada por absurdos, de engenharia urbana e geografia física; e patética, constrangedora geografia humana."²⁵⁵ Seu lamento é dirigido à existência do viaduto da Perimetral²⁵⁶ que "sobrepaira e atravessa os ares" da praça, mas se amplia à descaracterização de alguns símbolos históricos da área, como o chafariz do Mestre Valentim, com suas "águas verdejando de sujas onde se atira de um tudo" e à descrita insegurança diante da "vadiagem".

O autor faz um relato extremamente elitista e preconceituoso em relação à população e costumes do local. Descrevendo a sua epopeia, resultado de uma recente visita à praça XV, com inúmeras referências e terminologias historicamente datadas, concluindo com a queixa de que sua Praça XV "não existe mais", permanecendo, apenas, em seu saudosismo.

O terceiro artigo "A permanência do Espaço: intervenções urbanísticas na Praça XV"²⁵⁷, de Augusto Ivan de Freitas Pinheiro²⁵⁸ aborda, justamente, as transformações a que a área da Praça XV foi submetida. De acordo com o autor, mesmo sendo objeto de permanentes modificações, a capacidade de resistência do sítio seria inegável.

Augusto Ivan cita o fato de a região ser uma área de intenso tráfego de veículos e pedestres, o que explica as inúmeras intervenções urbanas que acabaram comprometendo sua escala ambiental e produzindo rupturas irreversíveis no espaço como a construção da Perimetral, a ampliação do terminal de barcas e a edificação de prédios de gabarito elevado.²⁵⁹ E apresenta o projeto do Corredor Cultural²⁶⁰ que propunha a preservação e revitalização de

²⁵³ João Antônio Ferreira Filho é autor do livro "Malagueta, Perus e Bacanaço". Trabalhou como redator especial no caderno de cultura do Jornal do Brasil. Participou, em 1966, da equipe fundadora da revista Realidade, onde desenvolveu uma forma original de texto jornalístico, o conto-reportagem. Trabalhou ainda na revista Manchete, no jornal Pasquim e em diversos órgãos da imprensa alternativa. Em 1987, recebeu uma bolsa para residir em Berlim e realizou palestras em cidades da Alemanha, Holanda e Polônia.

²⁵⁴ ANTONIO, João. Praça XV, Ai! Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 20, 1984, p. 121-125.

²⁵⁵ Ibidem, p.121.

²⁵⁶ O elevado da Perimetral teve sua construção feita em etapas e iniciada nos anos 1950. O primeiro trecho (que ligava o Aeroporto Santos Dumont e a Igreja de Nossa Senhora da Candelária) foi inaugurado em 1960 e o segundo em 1978 (compreendia o percurso em torno da Zona Portuária).

²⁵⁷ PINHEIRO, Augusto Ivan de Freitas. A permanência do Espaço: intervenções urbanísticas na Praça XV. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 20, 1984, p. 127-134.

²⁵⁸ À época da publicação, arquiteto e diretor do Fundo Municipal de Desenvolvimento Social da Prefeitura do Rio de Janeiro e autor do projeto original do Corredor Cultural.

²⁵⁹ PINHEIRO, 1984, op. cit., p. 128.

²⁶⁰ O projeto do Corredor Cultural foi uma iniciativa da Prefeitura do Rio criada em fins da década de 1970 e propunha a preservação de parte significativa da área central da cidade do Rio, a partir de ações de planejamento urbano. O projeto será detalhado no capítulo 03.

alguns setores ainda remanescentes do centro histórico do Rio de Janeiro, sem a aplicação do instrumento do tombamento.²⁶¹

Segundo o autor, dentre os objetivos básicos do projeto estavam:

a preservação da ambiência dos bens tombados e dos conjuntos de prédios considerados de valor histórico e arquitetônico significativos, revogando todos os projetos de renovação para a área;

A minimização dos impactos causados pelas obras já executadas, bem como dos efeitos negativos do tráfego e do sistema viário. Pretendeu-se, com isto, harmonizar os condicionantes físicos às características funcionais do lugar na tentativa de restabelecer sua escala ambiental e a relação entre o espaço edificado e o mar;

A reciclagem dos espaços, tanto arquitetônicos quanto urbanísticos, no sentido de tornar a área mais atraente para os usuários e de reproduzir os benefícios dos investimentos públicos e privados no local.²⁶²

O autor discorre, ainda, sobre os desafios enfrentados em cada um desses objetivos, ressaltando que a área oferece

um expressivo potencial de utilização, não só por seu constante movimento de pedestres, como também por envolver os transeuntes numa atmosfera muito especial de espaços diversificados: praças amplas, becos, vielas, sobrados antigos e monumentos fazem parte deste acervo muitas vezes surpreendente e cheio de significados.²⁶³

Por fim, destaca o prédio do Paço Imperial como um importante pólo de atração para a revitalização do local, o que demonstra um interesse, também da esfera municipal, nos potenciais usos do monumento.

O historiador Pedro Calmon²⁶⁴ é o autor do quarto artigo intitulado "Paço Imperial: história e ressurreição de um palácio"²⁶⁵ em que apresenta a trajetória histórica do monumento desde meados do século XVIII à década de 1980. Relembrando os usos e diversas reformas da "casa-grande do largo do Paço"²⁶⁶, confere especial leitura aos eventos históricos e políticos dos quais a edificação foi testemunha, corroborando sua importância enquanto vestígio fundamental da memória nacional.

No entanto, lamenta que "apagaram-se os candeeiros do Paço"²⁶⁷ e

²⁶¹ PINHEIRO, Augusto Ivan de Freitas. A permanência do Espaço: intervenções urbanísticas na Praça XV. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 20, 1984, p. 128.

²⁶² Ibidem, p. 128.

²⁶³ Ibidem, p. 132.

²⁶⁴ À época da publicação, presidente do IHGB (1968-1985), membro da ABL e do Conselho Consultivo da Sphan (1946-1985). Historiador, foi Ministro da Educação e Cultura (1950-1951), reitor da Universidade do Brasil (1948-1966).

²⁶⁵ CALMON, Pedro. Paço Imperial: história e ressurreição de um palácio. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 20, 1984, p. 135-138.

²⁶⁶ Ibidem, p. 135.

²⁶⁷ Ibidem, p. 137.

de primeira casa do país passou à modéstia e ao anonimato de repartição pública. Transformou-se em Telégrafos Nacionais. Extraíram-lhe os dourados, substituídos pela fiação elétrica. Consertos imprudentes mascaram o autêntico e solene dos ambientes notáveis. Abandonado pelas pompas, viveu obscuramente o desterro dos palácios em que morre a grandeza, para que sobreviva à mediocridade.²⁶⁸

Contudo, por meio da ação da Sphan/Pró-Memória, que havia tomado dos Correios a posse do monumento no início dos anos oitenta, "restitui-lhe o feitio nas medidas próprias. Reintegra-o no panorama do antigo Rio, capital do império luso-brasileiro."²⁶⁹ O Palácio, enfim, seria "ressuscitado".

Os quatro artigos que se seguem foram escritos por técnicos da Sphan/Pró-Memória que atuaram na restauração do Paço Imperial e apresentam diferentes aspectos dos trabalhos desenvolvidos no monumento.²⁷⁰

O primeiro deles, "A restauração do Paço: revendo 240 anos de transformações"²⁷¹ foi escrito pelo arquiteto Glauco Campello, que liderou o projeto como diretor da 6ª Diretoria Regional da SPHAN²⁷². Glauco faz um breve histórico das transformações da edificação, ressaltando os desafios na execução da restauração. Segundo o arquiteto, buscou-se "a reabilitação ou revalorização das marcas deixadas pelas diferentes fases históricas e pelas sucessivas intervenções."²⁷³

Elas serão, tanto quanto possível, restabelecidas em um único organismo plurivalente e complexo, apto a reunir aspectos diversificados e até conflitantes sob a unidade de valores arquitetônicos e históricos preponderantes. O Paço restaurado será portanto esse novo organismo, constituído dos espaços e dos elementos arquitetônicos remanescentes ou recapturados. A sua forma, resultante de processo não ortodoxo de restauração, será definida pela aglutinação de valores persistentes e a captação de significados especiais relacionados com a sua vocação histórica e importância cultural.²⁷⁴

²⁶⁸ CALMON, Pedro. Paço Imperial: história e ressurreição de um palácio. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 20, 1984, p. 137.

²⁶⁹ Ibidem, p. 138.

²⁷⁰ O trabalho "Casa-grande da cultura": (re)patrimonialização e revocacionamento do Paço Imperial no Rio de Janeiro (1980-1990)." aborda a retomada do edifício do Paço Imperial pela Fundação Nacional Pró-Memória, a restauração do monumento e sua reabertura como espaço cultural no início dos anos 1980. Cf. Alessandra Schimite da Silva (2021).

²⁷¹ CAMPELLO, Glauco. A restauração do Paço: revendo 240 anos de transformações. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 20, 1984, p. 139-151.

²⁷² A 6ª Diretoria Regional da Sphan era a representação da SPHAN nos estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo. Atualmente é denominada como Superintendência Estadual do IPHAN no Rio de Janeiro, sendo, apenas a representação do estado do Rio de Janeiro. O Estado do Espírito Santo esteve vinculado à representação do RJ até o ano de 2004, quando o decreto no. 5040 de 07/04/2004 criou a Superintendência Estadual do IPHAN no Espírito Santo. Cf. Lia Motta (2015).

²⁷³ CAMPELLO, Glauco. Op. Cit., p. 139.

²⁷⁴ Ibidem, p. 139.

Como é possível perceber, Glauco dá indícios, em seu texto, de um interesse em manter, em certa medida, resquícios das modificações que o prédio sofreu ao longo das últimas décadas, como parte integrante do projeto. Como se as marcas históricas ajudassem a contar a trajetória do próprio monumento e de suas diferentes apropriações ao longo do tempo.

Ao contrário de um discurso saudosista e conservador, o arquiteto sustenta a narrativa de que os trabalhos, "embasados em princípios modernos de restauração e na experiência profissional dos técnicos da SPHAN"²⁷⁵, consideraram a relação com o ambiente urbano em que o monumento está inserido, reforçando a importância da dinâmica socioeconômica e cultural nas diretrizes adotadas pelos profissionais envolvidos. No entanto, confessa que

depois, à medida que a demolição dos acréscimos ia revelando aspectos surpreendentes de sua dignidade antiga e relações espaciais novas, passando a entender com mais clareza o material histórico e iconográfico à disposição. Tornara-se então irresistível a atração pela integridade de sua imagem barroca representada nas gravuras antigas.²⁷⁶

Isto é, apesar do suposto compromisso com as diversas temporalidades expressas na materialidade do monumento, o deslumbre diante da possibilidade de se restaurar a imagem barroca faz com que a equipe de arquitetos privilegie, mais uma vez, os critérios estéticos na condução da intervenção do Paço, como veremos mais detalhadamente no capítulo 4.

Em seu artigo, Glauco dá, ainda, detalhes do projeto de restauração e do método adotado, que aliou a ação empírica a uma pesquisa histórico-iconográfica. Afirmando que, através desse método, instala-se um tipo de ação na qual o edifício é também protagonista.²⁷⁷ Isto é, aprende-se "com o objeto de restauração como se apropriar de sua arquitetura; como reutilizá-lo convenientemente e o conduzir a uma nova relação harmoniosa com o sítio urbano onde está inserido."²⁷⁸

Sobre essa relação harmoniosa com o sítio urbano, Glauco afirma que embora o monumento e sua arquitetura sejam dados preexistentes, e que devem ser preservados, é indispensável a sua revitalização e readaptação a um novo uso e a sua reintegração no ambiente social e urbano, tal como ele se apresenta na contemporaneidade.²⁷⁹ Ainda que seu

²⁷⁵ CAMPELLO, Glauco. A restauração do Paço: revendo 240 anos de transformações. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 20, 1984, p. 142.

²⁷⁶ Ibidem, p. 142.

²⁷⁷ Ibidem, p. 142.

²⁷⁸ Ibidem, p. 142.

²⁷⁹ Ibidem, p. 142.

uso permaneça o mesmo, é preciso considerar o reflexo da vida social e urbana sobre o bem cultural.

Como finaliza o autor,

cabe aí um esforço de ajustamento para que o monumento permaneça vivo e continuem vivos com ele os valores a preservar. É que o significado do bem cultural esmaece quando o isolamos do contexto social em que está inscrito. Por outro lado, o monumento interage com o crescimento urbano. Da relação entre o edifício histórico e seu novo ambiente, nasce uma situação nova, com novos valores e novos significados.²⁸⁰

O sexto artigo, "O novo Paço: uma obra para debates"²⁸¹, de Cyro Corrêa Lyra²⁸², aborda a obra de restauração propriamente dita e as discussões em torno "da conservação da fisionomia arquitetônica neocolonial, resultante da reforma levada a efeito, no final da década de vinte, pelos Correios e Telégrafos, em nome da 'tese' de incorporação ao monumento de todas as etapas de sua história".²⁸³ Cyro apresenta as etapas de trabalho, desde o levantamento da história do edifício realizada pelo historiador Gilberto Ferrez.

Segundo o arquiteto, pensou-se, a princípio, em preservar o edifício tal como chegara aos anos oitenta, limitando a intervenção com obras de conservação e reciclagem de uso. Porém, na medida em que os trabalhos de remoção de materiais em mau estado e as prospecções se realizavam, "a presença do antigo Paço se impunha".²⁸⁴ Sobrevivia, sob os resquícios de inúmeras alterações, "uma arquitetura monumental de maior interesse cultural".²⁸⁵ Isto é, apesar do que se propunha inicialmente, o projeto se encaminhava para a busca de um feição supostamente original do monumento, seguindo uma prática de restauro tradicionalmente adotada pela instituição.

Cyro enumera os critérios utilizados em algumas decisões que contemplavam a permanência ou não de alguns elementos ou a reconstrução de outros, apontando algumas exceções que foram assumidas pela equipe no sentido de garantir uma "conveniência harmônica"²⁸⁶ com determinados aspectos do edifício. E finaliza,

²⁸⁰ CAMPELLO, Glauco. A restauração do Paço: revendo 240 anos de transformações. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 20, 1984, p. 142.

²⁸¹ LYRA, Cyro Corrêa. O novo Paço: uma obra para debates. SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 20, 1984, p. 152-154.

²⁸² À época da publicação, arquiteto da Divisão de Tombamento e Conservação da SPHAN e professor no Departamento de Arquitetura da UFF. Participou de todo o projeto de restauração do Paço, contribuindo, sobretudo, na definição de critérios e linhas de restauração.

²⁸³ LYRA, Cyro Corrêa. Op. Cit., p. 152.

²⁸⁴ Ibidem, p. 153.

²⁸⁵ Ibidem, p. 153.

²⁸⁶ Ibidem, p. 154.

o Paço que os visitantes deste final de século vinte vão conhecer não é a reconstituição de uma época determinada. Na verdade, é um novo Paço que, liberto de seus acréscimos espúrios, revela de forma inequívoca as fases significativas das transformações de sua arquitetura, do início do XVIII aos dias de hoje.²⁸⁷

O relato de Cyro Corrêa Lyra, assim como o de Glauco Campello, expunha que a equipe de arquitetos envolvida na obra ainda estava imersa na tradição do antigo SPHAN, na qual as ações de restauração tinham como objetivo a restituição dos aspectos “originais” dos monumentos, retirando-lhe todos os elementos considerados estranhos à sua arquitetura e que prejudicavam a harmonia de estilo que se pretendia alcançar com a intervenção (CHUVA, 2017a).

O sétimo artigo, "Estudos preliminares para a restauração do Paço"²⁸⁸, de José de Souza Reis²⁸⁹ trazia um breve panorama da pesquisa histórica desenvolvida sobre o edifício do Paço Imperial no início da década de 1980²⁹⁰ a pedido do então diretor-geral do IPHAN, Aloísio Magalhães.²⁹¹ José de Souza Reis relembra o trabalho de campo realizado com o historiador Gilberto Ferrez e a sua predileção pela restauração do monumento à forma representada por Thomas Ender²⁹², no início do século XIX. Ao contar que

com o passar dos dias, a vista constante das fotos atuais e das gravuras antigas, acrescidas daquela de Burchell que mostra a forma original da cobertura do lado da rua Primeiro de Março, foi agindo dialeticamente em nosso julgamento, passando a pôr em dúvida toda aquela argumentação inicial e nos fazendo passar a ver o Paço em sua forma atual como que uma contrafação do antigo, como se fora um edifício no chamado estilo 'neocolonial', tão em voga à época do centenário da Independência.²⁹³

Ou seja, o Paço, tal como havia chegado nos anos 1980, após sucessivas modificações promovidas em sua forma, teria, segundo a equipe de arquitetos, características de uma arquitetura neocolonial que reproduzia elementos já perdidos no passado. E a comparação de

²⁸⁷ LYRA, Cyro Corrêa. O novo Paço: uma obra para debates. SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 20, 1984, p. 154.

²⁸⁸ REIS, José de Souza. Estudos preliminares para a restauração do Paço. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 20, 1984, p. 155-157.

²⁸⁹ Arquiteto modernista, um dos antigos colaboradores de Rodrigo Melo Franco de Andrade no SPHAN. Atuou em alguns projetos com os arquitetos Lúcio Costa (Cidade Universitária da Quinta da Boa Vista, em 1936) e Oscar Niemeyer (Concurso para o Ministério da Fazenda, em 1936). Elaborou, juntamente com o historiador Gilberto Ferrez, os estudos e pesquisas iniciais para a restauração do Paço Imperial nos anos 1980.

²⁹⁰ Em 30 de outubro de 1980 era publicado no Diário Oficial a portaria número 49, designando o arquiteto José de Souza Reis, assessor do Diretor Geral e o historiador Gilberto Ferrez para procederem a pesquisas e estudos objetivando a recuperação do antigo Paço Imperial, localizado na Praça Quinze de Novembro no Rio de Janeiro.

²⁹¹ José de Souza Reis havia sido convocado por Glauco Campello para integrar a comissão que iria orientar o projeto definitivo da restauração do Paço Imperial e trabalhou durante cerca de seis meses até o estabelecimento de um projeto final, que deveria atender, também, a necessária adaptabilidade para o funcionamento de suas futuras finalidades de natureza cultural, conforme fora determinado por Aloísio Magalhães.

²⁹² Pintor, aquarelista, gravador e desenhista austríaco, que esteve no Brasil em 1817.

²⁹³ REIS, 1984, Op. Cit., p. 155.

sua configuração arquitetônica no início da década de 1980, com as imagens da edificação no início do século XIX, quando este ainda apresentava aspectos da monumentalidade barroca, fez com que a própria premissa de se manter os vestígios das diferentes temporalidades e usos do prédio passasse a ser questionada por eles.

O oitavo e último artigo, "A pesquisa arqueológica: primeiras notas"²⁹⁴, de Regina Coeli Pinheiro da Silva, Edna Morley e Catarina Ferreira da Silva²⁹⁵ traz uma breve síntese do trabalho executado pela equipe de arqueologia nas dependências do Paço Imperial. A pesquisa arqueológica desenvolvida no edifício do Paço visava dar subsídios para a elaboração dos trabalhos de restauração arquitetônica, com o intuito de oferecer mais elementos para as abordagens técnicas. O trabalho esteve focado em áreas consideradas prioritárias, como a Casa da Moeda e os limites entre esta e os Armazéns Reais e Casa dos Governadores, pois o projeto de restauração do prédio previa a exposição de algumas estruturas arqueológicas, assim como o material cultural associado.²⁹⁶

Como é possível notar, há um protagonismo dos arquitetos na apresentação da narrativa técnica da atuação da Sphan/Pró-Memória tanto na abordagem das temáticas relativas à região da Praça XV e imediações, quanto ao Paço Imperial. Embora haja uma evidente importância atribuída à trajetória histórica dos vestígios materiais, que, em muitos casos, é o que fundamenta a eleição desses bens como passíveis de medidas de proteção, são os elementos arquitetônicos que pareciam ainda orientar os debates em torno do patrimônio material nos anos oitenta.²⁹⁷

A análise dos artigos publicados na Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional ao longo da década de 1980, nos permite observar que para além do destaque dado à atuação da Sphan/Pró-Memória na região da Praça XV, há reflexões importantes que apontam para a necessidade de se pensar a questão urbanística e os novos usos do patrimônio, em diálogo com as medidas para a preservação dos centros históricos. A cidade, nesse momento, é compreendida em sua dimensão material a partir da inevitável interação social, cada vez mais intensa e considerando, sobretudo, o impacto que fatores econômicos e as decisões políticas podem causar em sua materialidade.

Sobre esse último aspecto, cabe destacar que no momento em que a região da Praça XV e arredores ocupa o foco de debates sobre as transformações urbanísticas da área central

²⁹⁴ SILVA, Regina Pinheiro da et al. A pesquisa arqueológica: primeiras notas. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 20, 1984, p. 158-165.

²⁹⁵ À época da publicação, eram arqueólogos do Núcleo de arqueologia da Sphan/Pró-Memória.

²⁹⁶ SILVA, Regina Pinheiro da et al., Op. Cit., p. 165.

²⁹⁷ No capítulo 04 iremos abordar a intervenção do Paço Imperial detalhando as escolhas realizadas no percurso da obra e a interrupção dos trabalhos de arqueologia realizados na área do Paço.

da cidade do Rio de Janeiro e torna-se objeto de políticas públicas municipais e federais e, ainda, da especulação imobiliária, o imaginário que é recuperado sobre a sua história reforça a imagem e os aspectos materiais de seu passado colonial.

A valorização desse passado conferiria uma ancestralidade e uma profundidade histórica à região que, mais uma vez, estaria se referenciando a uma matriz portuguesa, europeia (CHUVA, 2017a).

De todos os textos publicados na Revista do Patrimônio, aqui analisados, apenas o de Dora Alcântara historiciza o espaço urbano da Praça XV, mostrando os distintos usos da região - a primeira a ser povoada na parte plana da cidade - desde à época de “cidade-real” ao período em que serviu como área de moradia e comércio, conforme fora adequando-se às novas funções e necessidades de cada tempo. Embora recorrendo ao uso de ilustrações, que revelam uma dimensão do uso social da praça e de suas imediações, para demonstrar as transformações que a área sofreu ao longo dos anos, limita-se a descrever os aspectos arquitetônicos das construções que foram objeto de seu estudo, não mencionando a existência de uma significativa população negra que circulava cotidianamente nesses espaços.²⁹⁸

Com a proposta de ser uma publicação voltada para a reflexão sobre o patrimônio histórico e artístico nacional, em suas variadas perspectivas, a inexistência de trabalhos que abordassem criticamente os aspectos da cidade do Rio de Janeiro e, em especial, da Praça XV que desapareceram ao longo do tempo, assim como as concessões às pressões do mercado imobiliário e à verticalização da região, torna-se reveladora. A ausência de menções à herança negra na região, justificada pela suposta carência de documentação e pela falta de vestígios materiais, é reiterada pela narrativa que se estabeleceu sobre essa espacialidade e se constitui, por si só, um importante indício a ser estudado.

Dos 14 artigos publicados nas quatro edições da Revista da década de 1980 que abordam a temática da Praça XV, do Paço Imperial e/ou do centro histórico do Rio de Janeiro, 09 deles integram a seção de “projetos” destinada à apresentação de medidas desenvolvidas pela Sphan/Pró-Memória e a maioria deles tem a autoria de funcionários ligados à instituição e às ações discriminadas, com exceção de apenas um texto, “Praça XV, ai!” escrito pelo jornalista João Antônio.

²⁹⁸ Na cidade do Rio de Janeiro, em 1860, havia cem mil escravizados para uma população total de 250 mil habitantes, 60% dos quais envolvidos com o serviço doméstico. Nas ruas do Centro, escravizados domésticos misturavam-se aos de ganho, alugados por seus senhores por hora ou dia. Somam-se a estes os libertos pelas várias vias institucionais, brechas na legislação que regulava a escravidão que aumentavam à medida que findava o século e intensificava-se a ação abolicionista. O contingente de libertos nas cidades chegou a proporções surpreendentes nesse período. Em 1872, no Rio de Janeiro, dos 125 mil pretos e pardos da cidade, quase a metade da população total, eram 47 mil os escravizados. Os libertos exerciam vários ofícios – de sapateiros a barbeiros, cirurgiões, lavadeiras e, as mais comuns, quitanda e cangalha. Cf. Raquel Rolnik (1989).

Ao circunscrever a discussão em torno da Praça XV e de seus arredores à seção de projetos, a Revista parece optar por um certo controle discursivo em torno das práticas de preservação executadas na região. Se por um lado essa escolha demonstra um interesse em difundir o papel da Sphan/Pró-Memória na conservação dessa memória histórica e cultural, por outro, contribui para silenciar possíveis tensões e narrativas que porventura não convergissem com a imagem que a instituição desejava estabelecer naquele momento.

A Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional deve ser compreendida, portanto, como um importante veículo de disseminação de ideias e, sobretudo, de narrativas institucionais acerca do patrimônio nacional e que, conforme podemos observar nesse capítulo, de forma deliberada ou não, determinou a abrangência dos debates que se dispôs a apresentar em suas publicações.

CAPÍTULO 03

Das denúncias de abandono aos projetos de revitalização: o patrimônio da Praça XV através da imprensa da década de 1980

Que nos resta mais do velho Rio antigo, tão curioso e tão característico? Uma cidade moderna é como todas as cidades modernas. O progresso, a higiene, o confortável, nivelam almas, gostos, costumes, a civilização é a igualdade num certo poste, que de comum acordo se julga admirável, e, assim como as damas ocidentais usam os mesmos chapéus, os mesmos tecidos, o mesmo andar, assim como dois homens bem vestidos hão de fatalmente ter o mesmo feitio da gola do casaco e do chapéu, todas as cidades modernas têm avenidas largas, squares, mercados e palácios de ferro, vidro e cerâmica. As cidades que não são civilizadas são exóticas, mas quão mais agradáveis. Não há avenidas, há outras coisas e quem vinha ao Rio gozava o interesse de uma cidade diferente das outras e tão curiosa no seu feitio.²⁹⁹

Em 1908, o jornalista João do Rio³⁰⁰ escreve a crônica intitulada “O velho mercado”³⁰¹ para o jornal Gazeta de Notícias³⁰², na qual manifestava certo ressentimento quanto às mudanças que o Rio de Janeiro experienciava no início do século XX, indagando-se sobre o que ainda restaria daquela velha cidade.

Ao contrário de outros jornalistas, como Alexandre Gasparoni³⁰³ que, diante da modernização da então capital do país, comemorava nas páginas da Revista Fon-Fon³⁰⁴ que o Rio civilizava-se³⁰⁵, João do Rio se apegava aos aspectos de um “Rio antigo” que se perdiam frente ao ímpeto de construção de uma cidade moderna.

²⁹⁹ RIO, João do. O velho mercado. Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 16 fev. 1908. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/103730_04/16727>. Acesso em: 16/02/2025.

³⁰⁰ João do Rio é o pseudônimo do jornalista, memorialista e cronista João Paulo Emílio Cristovão dos Santos Barreto, autor de inúmeras crônicas sobre a cidade do Rio de Janeiro no início do século XX e de livros como “A alma encantadora das ruas” e “As religiões do Rio”. Trabalhou nos jornais “Gazeta de Notícias”, “O Paiz”, “A Pátria”, “A Tribuna”, “Correio Mercantil”, dentre outros. Foi membro da Academia Brasileira de Letras (ABL).

³⁰¹ O texto escrito em fevereiro de 1908 tratava da mudança do antigo Mercado da Candelária na Praça do Mercado (local que atualmente abriga o prédio da Bolsa de Valores na Rua do Mercado) para o Largo do Moura, atual praça Marechal Âncora, em 1907. Cf. Planta do terreno do antigo Mercado da Candelária. Disponível em: <<https://memoria-spu.gestao.gov.br/acervo-historico/planta-dos-terrenos-do-antigo-mercado-da-candelaria/>>. Acesso em: 16/02/2025.

³⁰² Gazeta de Notícias foi um jornal carioca diário fundado em 2 de agosto de 1875 por José Ferreira de Sousa Araújo. Foi um dos principais jornais da capital federal durante a Primeira República. Cf. Gazeta de Notícias. Verbete. Rio de Janeiro, FGV. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/GAZETA%20DE%20NOT%C3%8DCIAS.pdf>>. Acesso em: 16/02/2025.

³⁰³ Alexandre Gasparoni era jornalista e diretor da Revista Fon-Fon. Utilizava o pseudônimo de D. Picolino.

³⁰⁴ Fon-Fon foi uma revista ilustrada semanal fundada por Jorge Schmidt na cidade do Rio de Janeiro em 13 de abril de 1907 e extinta em agosto de 1958. Cf. Fon Fon. Verbete. Rio de Janeiro, FGV. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/FON%20FON.pdf>>. Acesso em: 16/02/2025.

³⁰⁵ GASPARONI, Alexandre. O chat noir. Revista Fon-Fon, Rio de Janeiro, 18 jan. 1908. Disponível em: <https://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/fonfon/fonfon_1908/fonfon_1908_041.pdf>. Acesso em: 16/02/2025.

Embora tenham sido publicadas em 1908, época da grande reforma urbana do Rio de Janeiro³⁰⁶, as notas escritas pelos jornalistas João do Rio e Alexandre Gasparoni mostram que, desde, pelo menos, o início do século passado, a imprensa tem sido um importante espaço de debate sobre a cidade.³⁰⁷

Nas décadas que se seguiram, diferentes jornais publicaram notícias que abordavam a reconfiguração de sua espacialidade e os impactos dessa transformação na permanência dos vestígios materiais da antiga cidade. Anunciavam que o Rio Antigo desaparecia de forma vertiginosa, na medida em que não havia tempo “nem mesmo para pensar bem no que desaparece”³⁰⁸, criticando o progresso que obrigava “a cidade a sacrificar o seu passado histórico”³⁰⁹, estando o centro da cidade sofrendo, “em maior grau, o impacto das escavadeiras que, em poucos momentos, jogam em baixo monumentos que testemunharam a vida do Rio Antigo.”³¹⁰ Mas revelavam, também, algumas opiniões favoráveis, como na matéria publicada no jornal *Correio da Manhã*, em 1950, em que noticiava-se que o Rio Antigo era demolido “para abrir espaço ao novo Rio.”³¹¹

Verifica-se que o espaço urbano do Rio de Janeiro foi discutido nas páginas dos principais jornais³¹² do Rio e do país que acompanhavam suas transformações, ora fazendo denúncias e críticas, ora elaborando pautas positivas, colaborando para a construção da imagem da cidade e da leitura que se fez dela no decorrer dos anos, sendo uma fonte de pesquisa fundamental para a compreensão da produção e da disputa de narrativas em torno de sua memória.

Ao longo dos anos, o termo “Rio Antigo” foi comumente usado pela imprensa para designar aspectos da cidade que remetiam ao período colonial e imperial³¹³. Contudo, não se restringia apenas a isto, aludindo, com certa frequência, a uma atmosfera da velha cidade que estava desaparecendo em decorrência das mudanças em seu tecido urbano. Características

³⁰⁶ A grande reforma urbana do Rio de Janeiro foi abordada no capítulo 1.

³⁰⁷ Cabe destacar que essa afirmação se refere ao período que antecede o surgimento das redes sociais, que representaram mudanças significativas na forma de comunicação no mundo.

³⁰⁸ O gaz muda-se. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 15 ago. 1911. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/103730_04/27642>. Acesso em: 16/02/2025.

³⁰⁹ DUARTE, Fernando. Largo do Boticário. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 08 fev. 1960. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/093718_04/965>. Acesso em: 16/02/2025.

³¹⁰ *Ibidem*.

³¹¹ REGO, Pedro da Costa. Carioca de cinquenta anos. *Correio da Manhã*, 11 jun. 1950. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/089842_06/3199>. Acesso em: 16/02/2025.

³¹² No caso dos telejornais, esse tema aparece apenas nas matérias veiculadas a partir do fim dos anos 1970, de acordo com o mapeamento realizado no acervo da TV Globo no Rio de Janeiro.

³¹³ Como vimos no capítulo 1, as características da cidade do Rio de Janeiro vinculadas ao período colonial e imperial foram alvo de uma política de eliminação sistemática durante a Primeira República.

que, como citado por João do Rio, faziam dela “uma cidade diferente das outras” e que se relacionavam, portanto, com a concepção de sua própria identidade.

Como vimos no capítulo 1, conceitos como “civilização” e “progresso” e, posteriormente, a ideia de “tradição”, nortearam as ações executadas sobre a sua materialidade e contribuíram para permanência de parte da antiga cidade evocada por memorialistas e cronistas, tais como João do Rio.³¹⁴ Como se a singularidade da cidade estivesse assegurada pela manutenção dos vestígios que atestassem a herança europeia e, conseqüentemente, a ancestralidade da nação (CHUVA, 2017a) sobre a qual a identidade do Rio também teria sido forjada.

Dos anos 1900 até a década de 1980³¹⁵, nota-se que a imprensa utilizou a expressão “Rio Antigo” para referir-se, justamente, a essa materialidade sobrevivente da cidade. Não à toa, é possível verificar o uso do termo em matérias publicadas nos anos 1980, período a que esse estudo se dedica, que abordaram a preservação do patrimônio de seu centro histórico e, mais especificamente, da área da Praça XV.

Nesse período, a imprensa também noticiou os projetos propostos pelo poder público e pelo empresariado para a região que valeram-se da memória da antiga cidade para produzir novas narrativas e disputar a sua espacialidade. Ao longo deste capítulo iremos apresentar alguns deles e analisar como a mídia ajudou a associar os vestígios remanescentes ainda existentes na Praça XV a uma imagem nostálgica e positivada do Rio Antigo.

Para a elaboração desse mapeamento foram pesquisadas, primeiramente, as matérias onde a expressão “Rio Antigo” foi identificada, dentro do recorte temporal aqui analisado. Nos casos em que não houve a menção exata do termo, o enfoque foi em reportagens que abordaram questões pertinentes à preservação do patrimônio na Praça XV, com ênfase nos projetos executados pelos governos municipal e estadual, e pela Sphan/Pró-Memória, bem como as discussões em torno da construção do edifício da Bolsa de Valores em seu entorno.

Assim, o levantamento considerou as notas, matérias e notícias publicadas e/ou veiculadas entre os anos de 1979³¹⁶ e 1990³¹⁷ em jornais e telejornais de circulação regional e nacional. Além dos termos associados aos projetos que são objeto dessa tese - a saber, a restauração do Paço Imperial e o tombamento da Praça XV de Novembro e imediações -,

³¹⁴ Cf. João do Rio (1995); Luiz Edmundo (2003), dentre outros.

³¹⁵ Em um breve mapeamento na hemeroteca da Biblioteca Nacional foi possível identificar o uso do termo desde fins de 1900.

³¹⁶ Consideramos o ano de 1979 em virtude da criação da Sphan/Pró-Memória.

³¹⁷ Consideramos o ano de 1990 em virtude das matérias publicadas sobre o tombamento da Praça XV e da extinção da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e da Fundação Nacional Pró-Memória, substituídas pelo Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC).

foram pesquisados conteúdos relacionados ao Corredor Cultural, ao prédio da Bolsa de Valores, ao Chafariz do Mestre Valentim, ao antigo Cais e à Praça XV³¹⁸.

A pesquisa foi realizada na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, no site do Acervo do jornal O Globo e na sede da Rede Globo, no Rio de Janeiro. Constatou-se que, as principais matérias sobre o assunto foram divulgadas em jornais de circulação nacional, como o Jornal do Brasil³¹⁹, O Globo³²⁰, Última Hora³²¹ e regionais como a Tribuna da Imprensa³²²,

³¹⁸ Foram consideradas as menções à Praça XV e às variações de sua nomenclatura usadas nas matérias jornalísticas, tais como “Praça 15” e “Praça Quinze”.

³¹⁹ Jornal do Brasil é um jornal carioca diário e matutino fundado em 9 de abril de 1891 por Rodolfo de Sousa Dantas e Joaquim Nabuco. Em julho de 2010 foi anunciado o fim da edição impressa do jornal que, a partir de 1º de setembro do mesmo ano passou a existir somente na versão online. Nos anos 1980, o Jornal do Brasil se posicionou a favor da abertura política, dando destaque a campanha da anistia e, posteriormente, apoiando o candidato à presidência da República Tancredo Neves. Cf. Jornal do Brasil. Verbete. Rio de Janeiro, FGV. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/JORNAL%20DO%20BRASIL.pdf>>. Acesso em: 10/02/2025.

³²⁰ O jornal O Globo é um jornal carioca inicialmente vespertino, mais tarde matutino, fundado por Irineu Marinho em 29 de julho de 1925. Com a morte de Irineu, Roberto Marinho assume o cargo de diretor-redator-chefe do jornal, função que desempenhou até sua morte, em agosto de 2003. Em 1964, o jornal publicou um editorial em que sinalizava apoio ao governo militar, reiterando seu posicionamento anos depois, em 1975, ao reafirmar o propósito do jornal de dar “firme combate à subversão”. O projeto de distensão “lenta, gradual e segura”, apresentado pelo regime militar foi apresentado pelo jornal como um processo contínuo de transição para a democracia e a Constituição de 1988 vista como uma expressão da recuperação da cidadania, tendo sido “moldada sobre a soberania popular”. Somente em 2013, o jornal iria publicar um editorial em que admitia ter sido um erro o apoio à ditadura militar. Cf. O Globo. Verbete. Rio de Janeiro, FGV. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/GLOBO.%20O.pdf>>. Acesso em: 10/02/2025; Editorial. Apoio editorial ao golpe de 64 foi um erro. O Globo, Rio de Janeiro, 31 ago. 2013. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/politica/apoio-editorial-ao-golpe-de-64-foi-um-erro-9771604>>. Acesso em: 10/02/2025.

³²¹ Última Hora foi um jornal diário e vespertino fundado no Rio de Janeiro em 12 de junho de 1951 por Samuel Wainer. A partir de 1952, passou a ser editado também em São Paulo. Em 1955, ganhou uma edição matutina no Rio de Janeiro, ao mesmo tempo em que começava a ser articulada a Rede Nacional de Última Hora que resultou em uma edição nacional, impressa no Rio e complementada em Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife, Niterói, Curitiba, Campinas, Santos, Bauri e na Região do ABC paulista. Em 1971, o jornal foi vendido a um grupo empresarial liderado por Maurício Nunes de Alencar, que havia arrendado o Correio da Manhã. De 1973 até 1987, a responsabilidade pela edição do jornal passou à Arca Editora S.A., do empresário Ari de Carvalho, período em que o jornal teve um vice-presidente militar, o tenente-coronel Kurt Pessek, tolerante com diversas medidas adotadas pelo governo militar à época. Após ser vendido ao empresário José Nunes Filho, a Última Hora encerrou definitivamente suas atividades em 26 de julho de 1991, quando teve sua falência decretada pela Justiça. Cf. A última de Samuel Wainer. Biblioteca Nacional. Disponível em: <<https://bndigital.bn.gov.br/artigos/acervo-da-bn-a-ultima-de-samuel-wainer/>>. Acesso em: 12/02/2025; Última Hora. Atlas Histórico do Brasil. Rio de Janeiro, FGV. Disponível em: <<https://atlas.fgv.br/verbete/6400>>. Acesso em: 12/02/2025.

³²² Tribuna da Imprensa é um jornal carioca diário e vespertino, fundado em 27 de dezembro de 1949 por Carlos Frederico Werneck de Lacerda. Em 1962, a Tribuna da Imprensa foi adquirida por Hélio Fernandes, que foi proprietário do jornal até o seu falecimento em 2021. Deixou de circular em papel em 2 de dezembro de 2008, mantendo, porém, uma edição online. O jornal manteve uma postura crítica em relação ao governo militar e apoiou o processo de abertura política e retomada dos direitos políticos democráticos, sendo a favor das eleições diretas. Cf. Tribuna da Imprensa. Atlas Histórico do Brasil. Rio de Janeiro, FGV. Disponível em: <<https://atlas.fgv.br/verbete/6390>>. Acesso em: 10/02/2025.

O Fluminense³²³, Jornal dos Sports³²⁴ e o Diário do Paraná³²⁵. Outras fontes analisadas foram a revista Módulo³²⁶, criada pelo arquiteto Oscar Niemeyer, especializada no campo da arquitetura e arte, e o acervo audiovisual da TV Globo³²⁷, uma das maiores emissoras do Brasil.

Observa-se que o debate público em torno da preservação do patrimônio da região da Praça XV nos anos 1980 foi realizado, especialmente, através da imprensa, como é possível notar, ainda, pela existência de jornalistas dedicados à cobertura do tema nos principais jornais do país e das inúmeras entrevistas concedidas por agentes públicos, responsáveis pelos projetos desenvolvidos na praça, a esses veículos de comunicação.

Como veremos ao longo deste capítulo, as iniciativas propostas para a área da Praça XV, nesse período, previam o uso dos monumentos, das ruas e vielas em seu entorno; o revocacionamento de bens culturais; o estímulo ao comércio e restaurantes; e a reapropriação dos vestígios da antiga cidade como um produto para consumo por meio da exploração turística e cultural.

³²³ Jornal O Fluminense foi fundado em Niterói em maio de 1978 pelos majores da Guarda Nacional Francisco Rodrigues de Miranda e Prudêncio Luís Ferreira Travassos, membros do Partido Conservador durante o período imperial. Inicialmente era publicado três vezes por semana, mas a partir de 1892, começou a ser editado diariamente, circulando na cidade de Niterói e no Rio de Janeiro. Durante a ditadura militar, o jornal manteve-se numa posição governista, apoiando o governo Geisel. Cf. O Fluminense. Verbete. Rio de Janeiro, FGV. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/FLUMINENSE,%20O.pdf>>. Acesso em: 08/03/2025.

³²⁴ O Jornal dos Sports foi um jornal de notícias esportivas da cidade do Rio de Janeiro, fundado pelo jornalista Argemiro Bulcão em 1931. Consolidou-se em 1936 a partir da chegada do jornalista Mario Filho à direção do jornal.

³²⁵ Diário do Paraná foi um jornal vespertino que integrava os Diários e Emissoras Associados, de Assis Chateaubriand. Foi fundado em 1955, encerrando suas atividades em janeiro de 1983.

³²⁶ A Revista Módulo foi lançada em março de 1955 pelo arquiteto Oscar Niemeyer. Veiculava artigos predominantemente sobre arquitetura, mas também publicava textos sobre artes, urbanismo, design e cultura. Encerrou as atividades em 1986.

³²⁷ TV Globo é uma rede de emissoras de televisão criada a partir da inauguração da TV Globo do Rio de Janeiro, em 26 de abril de 1965 e cuja primeira logomarca foi elaborada por Aloísio Magalhães. É composta de cinco emissoras geradoras em rede e mais de cem estações afiliadas em todo o país. Criada pelo empresário Roberto Marinho, sendo parte do maior complexo de comunicação do país, as Organizações Globo, que incluem o jornal O Globo, o Sistema Globo de Rádio, com 70 emissoras entre próprias e afiliadas, uma agência de notícias, uma editora, um parque gráfico e uma gravadora. No início da década de 1990, a Rede Globo de Televisão era a quarta do mundo em porte e detinha cerca de 75% do total de verbas publicitárias destinadas à televisão no país. Cf. Rede Globo. Atlas Histórico do Brasil. Rio de Janeiro, FGV. Disponível em: <<https://atlas.fgv.br/verbete/6348>>. Acesso em: 11/02/2025.

De acordo com a arquiteta e historiadora Flávia Brito do Nascimento³²⁸ (2018), autora de diversos trabalhos sobre as relações entre a questão urbana e o patrimônio da Praça XV, apesar de alguns desses projetos não terem sido executados parcial ou integralmente, a preservação desse Rio antigo apareceu com muita força nos anos 1980 já que a sua conservação passou a interessar como objeto discursivo de identidade nacional.

Esse fenômeno pode ser explicado pela busca, pelo poder público e pelo empresariado envolvido nos referidos projetos, por diferenciais de identidade vinculados ao patrimônio urbano que pudessem atribuir a ele um valor econômico, para além dos valores estético e histórico, a que tradicionalmente estavam associados (CHOAY, 2001; SANT'ANNA, 2017).

Esse movimento, contudo, não era uma especificidade do caso do Rio de Janeiro, sendo percebido em outros centros históricos pelo mundo, nos quais eram propostas intervenções para a reutilização dos monumentos em iniciativas cujas finalidades econômicas se beneficiavam simbolicamente de seu status histórico e patrimonial (CHOAY, 2001).

Entretanto, essa é apenas uma dimensão da questão. O que nos interessa, no caso do centro histórico do Rio de Janeiro e, mais especificamente, da Praça XV, é o fato dos projetos propostos para a região reforçarem, em diferentes aspectos, uma narrativa sobre a velha cidade que privilegiava as memórias vinculadas aos grandes eventos históricos e lugares associados ao poder colonial e imperial, que evitavam menções ao passado escravagista tão recente do país, cuja praça é, reconhecidamente, testemunha ocular.

É significativo, portanto, que nesse contexto, o termo Rio Antigo seja recuperado para referir-se aos vestígios remanescentes na praça, sendo utilizado, como vimos anteriormente, por intelectuais e arquitetos ligados ao campo da preservação, sendo também retomado pela imprensa na divulgação desses projetos.

Nesse sentido, esse capítulo se propõe a refletir como a disputa em torno da materialidade da Praça XV foi apresentada pela imprensa nos anos 1980, identificando as propostas apresentadas para a região e as narrativas concebidas em torno delas.

³²⁸ Flávia Brito do Nascimento é historiadora, arquiteta e urbanista, autora de diversos artigos sobre a história das políticas de patrimônio no Brasil e sobre o patrimônio urbano do Rio de Janeiro, com ênfase na região da Praça XV de Novembro, nos quais se dedicou à análise da relação entre as políticas urbanas e preservação, a partir do estudo de algumas ações desenvolvidas na área, como o projeto da Prefeitura do Rio, Corredor Cultural. Flávia é professora Livre-Docente na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, FAUUSP. Foi arquiteta do IPHAN, diretora de Pesquisa do Inepac – Instituto Estadual do Patrimônio Cultural do Rio de Janeiro e conselheira no Condephaat e Conpresp. Atualmente é diretora do Centro de Preservação Cultural da USP – Casa de Dona Yayá e conselheira suplente no Conselho Consultivo do Iphan.

3.1. Praça XV de Novembro: um patrimônio negociado

Ao longo dos anos 1980, a Praça XV de Novembro foi objeto de inúmeros projetos urbanísticos, de planejamento e preservação propostos por diferentes agentes da esfera pública, que a colocaram em um lugar de centralidade dentro dos debates em torno da importância da conservação e dos usos dos centros históricos do país.

No entanto, antes de falarmos sobre como essas iniciativas foram noticiadas através da imprensa da época, precisamos entender a praça tal como era percebida no início da década de 1980. Isto é, a partir da materialidade que sobreviveu às consecutivas mudanças na cidade e da concepção de seu entorno³²⁹, consideravelmente alterado, sobretudo, nos anos que antecederam o recorte temporal desse estudo.

A Praça XV que chega aos anos oitenta é constituída por bens tombados isoladamente pelo IPHAN, em sua maioria, nos anos 1930³³⁰. Conforme explica Flávia Brito do Nascimento (NASCIMENTO, 2017), a conduta do instituto em relação à cidade do Rio de Janeiro, nas décadas anteriores, havia correspondido à diretriz geral do órgão, a partir da qual foram realizados tombamentos pontuais seguindo critérios de monumentalidade e excepcionalidade, evitando-se os grandes centros urbanos, já que a proteção legal poderia interferir no desenvolvimento da cidade.

De acordo com a autora, a Praça XV parecia sintetizar, por meio de sua trajetória ao longo do século XX, a história das políticas de preservação no Brasil, tendo sua materialidade sido valorizada através do tombamento de monumentos isolados, passando por uma gestão da área com muitas concessões ao mercado imobiliário, e, por fim, chegando às ações de preservação realizadas pela municipalidade e o tombamento do conjunto urbano pelo organismo federal (NASCIMENTO, 2018a), que será abordado no capítulo 4.

Flávia Brito do Nascimento (NASCIMENTO, 2018a) destaca que, desde a sua criação em 1937, o IPHAN havia se tornado um novo agente das transformações do Centro do Rio e,

³²⁹ Segundo Lia Motta e Analucia Thompson, o entorno de bens tombados é um instrumento legal, definido pelo Artigo 18 do Decreto-Lei n. 25/1947, voltado para a proteção da vizinhança dos bens tombados, visando, inicialmente impedir construções que comprometessem a sua visibilidade. Essa concepção foi sendo ampliada ao longo dos anos. Denominações como áreas de vizinhança e ambiência também referem-se ao conceito, configurando a área que envolve o bem tombado, cuja preservação é necessária para manter sua integridade. Cf. Lia Motta; Analucia Thompson (2010).

³³⁰ Dentre os primeiros exemplares selecionados como objeto das ações de proteção do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ainda no ano de 1938, nove imóveis integram o conjunto da Praça XV de Novembro. São eles: a Antiga Alfândega (atual Casa França-Brasil), o Paço Imperial, as Igrejas da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo, de Nossa Senhora da Lapa dos Mercadores, e de Santa Cruz dos Militares, o Chafariz do Mestre Valentim, Arco do Teles e as casas número 32 e 34 do Arco do Teles, todos inscritos tanto no Livro Histórico quanto no Livro das Belas Artes. A casa localizada na Praça Quinze de Novembro, nº 101 (antigo Convento do Carmo) foi tombada apenas em 1964.

embora sua atuação não tenha impedido a verticalização e as mudanças urbanas que ocorreram na região, serviu para negociar a permanência dos vestígios do Rio de Janeiro colonial e imperial perante as alterações da cidade no século XX.

Segundo a autora, a conservação de algumas edificações da praça como monumentos nacionais não havia contribuído para o entendimento da área como núcleo urbano histórico da cidade do Rio de Janeiro, já que os bens haviam sido patrimonializados por suas características individuais e não enquanto um conjunto de importância histórica e cultural (NASCIMENTO, 2018a). Desse modo, por não contar com manchas urbanas preservadas, o centro do Rio de Janeiro foi se verticalizando e se modificando de forma significativa desde, pelo menos, a década de 1930 (NASCIMENTO, 2021).

O fato do Rio de Janeiro possuir uma quantidade expressiva de bens tombados em áreas de solo muito valorizado também ajudaria a explicar a intensidade da especulação imobiliária na cidade, de acordo com a arquiteta Márcia Sant'Anna (SANT'ANNA, 2014). Para a autora, essa condição somada ao boom imobiliário dos anos 1970 teriam colaborado para o crescimento vertiginoso e a verticalização do Rio durante esse período, cooperando para a concepção de sua área urbana tal como percebida no início dos anos 1980.

De todas as transformações ocorridas na cidade e, mais especificamente, na área da Praça XV, desde meados do século XX, três delas representaram um maior impacto na percepção do centro histórico e com frequência são mencionadas nos estudos sobre a região. São elas: as construções do Elevado da Perimetral, do edifício anexo ao Arco do Teles e o prédio do grupo Cândido Mendes³³¹ no terreno do antigo Convento do Carmo.³³²

Construído entre os anos 1950 e 1970, o Elevado da Perimetral foi projetado como uma via suspensa de ligação entre a Zona Portuária e o Aeroporto Santos Dumont e objetivava interligar os bairros da Zona Norte com os da Zona Sul, sem que fosse necessário cruzar o centro da cidade (MENDES, 2012).

A construção da Perimetral rompia com a relação histórica da Praça XV com o mar e impactou de modo severo seu ambiente urbano (NASCIMENTO, 2018a). O Elevado atravessava a região da Praça e possuía vias para fluxo de veículos em toda a sua extensão e na avenida localizada abaixo do viaduto, onde foi construída, ainda, uma passarela de

³³¹ O Edifício Centro Cândido Mendes foi projetado pelo escritório de arquitetura Harry James Cole. Foi construído pela empresa Cetenco Engenharia e inaugurado em 1982, na época o mais alto da cidade, situando-se até hoje entre os mais altos da cidade do Rio de Janeiro. Cf. Edifício Centro Cândido Mendes. História. Disponível em: <<http://www.ceccm.com.br/sobre-nos.php>>. Acesso em: 02/09/2024.

³³² Adriana Gonçalves faz uma análise das negociações para a realização das três obras em seu trabalho. Cf. Adriana Gonçalves dos Santos Mendes (2012).

pedestres para ligar a Praça XV à estação das Barcas, como é possível ver nas imagens veiculadas em telejornais locais da época.

Figura 4: Vista de cima da Praça XV. Na imagem, vê-se a Perimetral, a estação das Barcas e a passarela de pedestres (1985).³³³



Figura 5: Aspectos da passarela de pedestres localizada abaixo da perimetral que ligava a Praça XV à Estação das Barcas (1987).³³⁴



A reconfiguração da malha rodoviária no centro, na qual o projeto de construção da Perimetral estava inserido, fez com que a área da Praça XV se tornasse, aos poucos, um local, predominantemente, de passagem e ponto de conexão para os demais meios de transporte público.

Essa situação se agravaria, posteriormente, com o crescimento do número de pedestres que comumente circulava pela praça, possivelmente em virtude da construção da primeira linha do metrô, que ligava os bairros de Botafogo e Tijuca, passando pela área central e, em especial, devido à inauguração da estação da Carioca em 1981.

Conforme aponta o arquiteto e urbanista Antonio Colchete Filho³³⁵(COLCHETE FILHO, 2008), autor do livro “Praça XV: projetos do espaço público”, no qual analisa a evolução urbana da cidade do Rio de Janeiro e a criação de uma imaginária urbana do espaço público, apesar de não ter sido incluída no percurso da linha, a Praça XV experienciou um aumento do fluxo de pedestres na região, após a inauguração do primeiro trecho do projeto, já

³³³ Secretaria dos Transportes convoca reunião no Paço Imperial entre empresários de ônibus, representantes dos trabalhadores, motoristas e cobradores, e o arquiteto Jaime Lerner. RJ TV. TV Globo, Rio de Janeiro, 24 jan. 1985.

³³⁴ Projeto do Corredor Cultural cria centro de cultura na Praça XV. RJ TV. TV Globo, Rio de Janeiro, 16 dez. 1987.

³³⁵ Antonio Colchete Filho é arquiteto e urbanista. Autor do livro “Praça XV: projetos do espaço público” no qual analisa como os elementos urbanos da praça - monumentos, esculturas e mobiliário urbano - foram objeto de interesse e de ações de diferentes grupos ao longo da história, a fim de entender a evolução urbana da cidade do Rio e de sua área central, do início do século XIX aos anos 2000.

que havia uma ligação contínua entre a estação da Carioca e as barcas, por meio das ruas Sete de Setembro, São José e Assembleia. Uma intensa circulação de “passantes apressados”³³⁶ que aliados à poluição e ao ruído do trânsito compunham um cenário, descrito pela imprensa da época, como caótico.

Além da construção do Elevado da Perimetral, outras duas obras realizadas na região são constantemente citadas nos estudos sobre a área em virtude do impacto na compreensão do patrimônio existente na Praça XV: o edifício sobre o Arco do Teles e o prédio da Cândido Mendes, no terreno do antigo Convento do Carmo³³⁷. O primeiro, resultado de uma negociação entre a entidade federal do patrimônio e o proprietário do imóvel, que havia exigido uma solução que lhe assegurasse um maior aproveitamento da propriedade. O SPHAN autorizou a construção de um edifício aos fundos da antiga construção que rompia com a lógica da espacialidade colonial e alterava o gabarito da área. E o segundo, autorizado perante a condição de que o Convento do Carmo, protegido legalmente apenas em 1964 como parte das tratativas para a aprovação do novo prédio, não fosse demolido pelo grupo Cândido Mendes, que havia adquirido o imóvel de seu antigo dono, o Banco do Brasil (NASCIMENTO, 2018a).³³⁸

Embora não tenhamos a intenção de nos aprofundar nas análises em torno da negociação do patrimônio da Praça XV nos anos que antecederam esse estudo³³⁹, a menção a esses três casos tem o objetivo de destacar que, além da pressão imobiliária, a condução da própria política de preservação federal e as ações de planejamento urbano da cidade do Rio³⁴⁰ haviam interferido na conservação e na permanência de sua materialidade nos últimos anos.

Como bem definiu o arquiteto e urbanista Leonardo Mesentier³⁴¹, a relação entre preservação e desenvolvimento estava longe de um pleno equacionamento, e a perpetuação do patrimônio era constantemente negociada pelo poder público (MESENTIER, s.d.).

³³⁶ PORTINARI, Maribel. Praças do Rio. Sujas, decadentes, perigosas, mas, ainda assim, redutor de lazer. O Globo, Rio de Janeiro, 19 abr. 1981. Maribel Portinari é jornalista e crítica de dança. Começou a trabalhar no jornal O Globo em 1968, escrevendo sobre cultura no Segundo Caderno a partir de 1971. Deixou o jornal em 1983.

³³⁷ O Convento do Carmo foi tombado em 1964, inscrito no Livro do Tombo Histórico.

³³⁸ Flávia Brito do Nascimento detalha ambos os casos no artigo “A Praça XV do Rio de Janeiro como patrimônio cultural: história e materialidade em disputa”. Cf. Flávia Brito do Nascimento (2018a).

³³⁹ Diversos autores abordaram o tema. Cf. Flávia Brito do Nascimento (2017; 2018; 2020); Márcia Sant’anna (2014); Leonardo Mesentier (s.d.); Antonio Colchete Filho (2008), dentre outros.

³⁴⁰ Flávia Brito do Nascimento desenvolve o tema da preservação através do planejamento urbano no Rio de Janeiro em diversos artigos (2018a; 2018b; 2021).

³⁴¹ Leonardo Mesentier é arquiteto e urbanista, professor da UFF. Ingressou no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 1984, onde atuou como coordenador de projetos especiais e coordenador de estudos e pesquisas. É autor de diversos artigos sobre as relações entre urbanização e patrimônio cultural; intervenções em áreas urbanas patrimoniais; e revitalização urbana.

Assim, com tantos interesses em jogo, o que se viu, nesses casos, foi a primazia “às demandas do tempo presente” (NASCIMENTO, 2018a). E, no caso da política de preservação federal, isso se refletiria na busca por justificativas que conciliassem essas demandas às práticas que vinham sendo desenvolvidas no campo do patrimônio.

Diante dessa correlação de forças, o patrimônio da Praça XV que alcançou a década de 1980 foi resultado de uma disputa historicamente desigual quanto ao tratamento de seus vestígios, tendo sido impactado em seu conjunto, pelas concessões a construção de novos edifícios e pelas transformações realizadas em seu sistema viário (NASCIMENTO, 2021).

Como veremos a seguir, nos anos 1980, a compreensão do centro do Rio começaria a mudar a partir da revalorização da área por suas qualidades culturais, como resultado da luta de movimentos sociais urbanos, preocupados com a descaracterização da fisionomia da cidade, e do interesse de setores empresariais e do Estado diante de seu potencial para atividades de lazer, turismo e comércio (MESENTIER, s.d.).

Assim, nota-se que a Praça XV passa a ser percebida como a região com potencial para se tornar um polo cultural da cidade, a exemplo de outras intervenções urbanas que ocorriam pelo mundo, justamente por reunir alguns dos mais importantes exemplares do acervo histórico do Rio (COLCHETE FILHO, 2008).

Seria a partir desse entendimento que a imprensa iria publicar uma série de matérias que denunciavam a falta de ordenação urbana e o estado de conservação dos monumentos da praça, cobrando por medidas mais eficazes do poder público, e colocando-se, mais uma vez, como um importante *locus* de debate sobre o patrimônio urbano do Rio.

3.2. "Catalogada e abandonada": as denúncias de descaso com o patrimônio da Praça XV na imprensa dos anos 1980

Ao longo dos anos 1980, foram produzidas inúmeras reportagens que abordavam temas relacionados ao patrimônio e à dinâmica urbana da Praça XV. Parecia haver um especial interesse da imprensa pela região, o que se nota pela regularidade com que os projetos propostos para a área ocupavam as manchetes e as páginas dos principais jornais do país, que repercutiam as ações realizadas na praça pelas diferentes esferas do poder público e pelo empresariado local.

Nessa época, a imprensa classificava a situação da Praça XV como um caos urbano, responsável por transformar o logradouro em uma espécie de “estacionamento e estação de

ônibus"³⁴², que sem conservação adequada, colecionava buracos formados pelas pedras portuguesas soltas e uma iluminação precária, condição que se agravava pelo lixo espalhado por todos os cantos e um cheiro forte de peixe, provocado pelo comércio de pescado que atravessava a madrugada.³⁴³

Esse cenário é descrito por diferentes veículos de comunicação mapeados para esse estudo, que definiam a Praça XV como um espaço desagradável, marcado pelo abandono e pela insegurança, no qual pouco havia restado dos vestígios da antiga nobreza e do período colonial.³⁴⁴

De todo o conteúdo produzido acerca das temáticas citadas, identificado ao longo dessa pesquisa, algumas matérias publicadas em jornais de grande circulação, como o *Jornal do Brasil* e *O Globo*, nos ajudam a compreender a forma como a imprensa se inseriu no debate em torno da questão do patrimônio urbano do Rio, apontando, principalmente, a ineficácia das ações dos órgãos competentes e as consequências das iniciativas de planejamento urbano para a preservação de seu centro histórico e, mais especificamente, da Praça XV.

Observa-se que o posicionamento de alguns desses jornais contribuiu para forjar uma imagem de descaso sobre a memória da cidade e do patrimônio existente na área central do Rio. Atuando sobre a opinião pública, ao pautar problemas que influenciavam na permanência desses vestígios, mas que também impactavam a qualidade de vida da população que transitava pela área e tinham implicações econômicas, na medida em que a situação da região não favorecia quaisquer investimentos financeiros.

Essas matérias iriam expor, ainda, uma preocupação com a perda da memória de um passado do Rio de Janeiro que permanecia ligado aos símbolos do período colonial e imperial, recuperando um imaginário do Rio Antigo que reforçava uma narrativa positivada da velha cidade. Não à toa, como veremos mais adiante, essa mesma imprensa irá ver com certo otimismo as iniciativas desenvolvidas para a preservação dessa imagem do Rio, enaltecendo projetos como o Corredor Cultural e a restauração do Paço Imperial.

³⁴² Revitalização do Centro começa pela Praça XV. *O Globo*, Rio de Janeiro, 22 jun. 1986.

³⁴³ Cf. Mais de 20 pontos de ônibus criam caos na Praça Quinze. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 30 dez. 1984; Cheiro forte de peixe atinge roupa e sapatos e afasta até as namoradas. *O Globo*, Rio de Janeiro, 21 jan. 1985; Noite na Praça Quinze: um caos de caminhões ambulantes e sujeira. *O Globo*, Rio de Janeiro, 09 jun. 1985; Praça XV: pescado e sujeira. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 24 mar. 1989; PEREIRA, Mauro Cezar. A Praça Quinze do tempo da Colônia. *O Globo*, Rio de Janeiro, 09 abr. 1989.

³⁴⁴ PEREIRA, Mauro Cezar. A Praça Quinze do tempo da colônia. *O Globo*, Rio de Janeiro, 9 abr. 1989. Mauro Cezar Pereira é jornalista. Atuou no jornal *O Globo*, *Jornal do Brasil*, *Jornal dos Sports*, *O Dia* e *Valor Econômico*.

Sendo assim, verifica-se que os jornais foram mais um agente a tensionar o poder público, demandando por medidas para que essa memória - que, como vimos no capítulo 1, alicerçava a identidade da própria cidade - tivesse sua perenidade garantida através da conservação de sua materialidade.

Nesse sentido, é possível notar que os agentes públicos ligados a organismos de preservação precisaram ir a público responder os diversos questionamentos colocados pela mídia, demonstrando que a imprensa era, de fato, um espaço para a discussão, não só sobre a questão urbana, mas, sobretudo, a respeito da conservação do patrimônio do Rio.

Uma das matérias mais representativas do papel assumido pela imprensa nesse período foi publicada pelo Jornal do Brasil em 08 de fevereiro de 1981. Sob a manchete "Catalogada e abandonada, memória de uma cidade: prédios e monumentos do Rio, tombados ou não pelo Patrimônio, acumulam as cicatrizes do descaso"³⁴⁵, o texto escrito pelo jornalista José Emílio Rondeau³⁴⁶ enumerava uma série de bens históricos da cidade cujas condições de preservação eram claramente insuficientes, responsabilizando diretamente a SPHAN por tal cenário.

Logo no início do artigo, Rondeau lamenta-se a respeito do estado de conservação do edifício do Paço Imperial³⁴⁷, "onde a Princesa Isabel assinou a Lei Áurea, entre muitos outros episódios vitais à história brasileira", que, tendo sido destinado a um uso administrativo pelos Correios e Telégrafos³⁴⁸ desde o início da República, havia se resumido, apenas, a portões enferrujados, vidros quebrados nas janelas, paredes rachadas e um vitral do telhado reduzido à metade.³⁴⁹

³⁴⁵ RONDEAU, José Emílio. Catalogada e abandonada memória de uma cidade: prédios e monumentos do Rio, tombados ou não pelo Patrimônio, acumulam as cicatrizes do descaso. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 08 fev. 1981. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/030015_10/26664>. Acesso em: 14/07/2024.

³⁴⁶ José Emílio Rondeau é jornalista e cineasta, escrevia sobre cultura para o Jornal do Brasil nos anos 1970 e 1980. Trabalhou em diversos veículos da imprensa, como o jornal O Globo, Jornal do Brasil, Folha de São Paulo, Rolling Stone, Época, Marie Claire, Trip, Playboy, Cláudia, Veja, Bizz, Set, Jornal de Música, Pipoca Moderna, Somtrês e Pop. Além disso, José Emílio produziu discos para as bandas Legião Urbana, Camisa de Vênus e Picassos Falsos e é um pioneiro do videoclipe no Brasil. Como produtor de televisão, realizou alguns projetos jornalísticos para a Rede Globo e para as redes Telecine e CineCanal. Atualmente é sócio do Estúdio Consequência (de criação, animação e produção de entretenimento digital), diretor do FAROL (plataforma online de informação cultural do Brasil e do mundo) e colaborador da revista Veja.

³⁴⁷ Desde setembro de 1980, o Paço Imperial era objeto de negociação entre os Correios e o Patrimônio da União. Em janeiro de 1982, a TV Globo veiculou uma matéria sobre o imbróglio jurídico envolvendo o prédio, destacando a situação de abandono do monumento. A repórter Glória Maria visitou o interior do edifício e afirmou em reportagem do Jornal Nacional que o Paço Imperial estava totalmente abandonado, com paredes rachadas por infiltrações, assoalho podre, tapetes velhos e gastos pelo tempo e pela sujeira, com goteiras no teto, fios e canos aparecendo na parede e os corredores alagados. Cf. Paço Imperial ameaçado de destruição. Acervo TV Globo, Rio de Janeiro, Jornal Nacional, 11 jan. 1982.

³⁴⁸ Somente em março de 1982 a ECT e a Fundação Nacional Pró-Memória assinam o termo de imissão de posse do prédio, formalizando a transferência do bem à Pró-Memória. Cf. Pró-Memória recebe a chave do Paço Imperial com banda e Calmon discursa. Jornal do Brasil, 1o caderno, 20 de março de 1982.

³⁴⁹ RONDEAU, José Emílio. Catalogada e abandonada memória de uma cidade: prédios e monumentos do Rio, tombados ou não pelo Patrimônio, acumulam as cicatrizes do descaso. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 08 fev. 1981. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/030015_10/26664>. Acesso em: 14/07/2024.

Rondeau critica a ausência de medidas para a preservação dos monumentos e da memória do Rio que, segundo ele, “estava doente, vítima da burocracia, da falta de recursos e dos impedimentos políticos que cercam o trabalho da SPHAN”. E que, no caso específico da Praça XV³⁵⁰, enfrentava, ainda, o impacto da especulação imobiliária na região, que, de acordo com ele, aproveitava-se da situação precária das construções históricas e avançava sobre suas ruínas.³⁵¹

O diagnóstico da situação da SPHAN, apresentado pelo jornalista, ressaltava a incapacidade da instituição que, segundo ele, era “teoricamente responsável pela guarda dos bens tombados no país”³⁵².

O uso intencional do termo “teoricamente” visava demonstrar a inaptidão do organismo federal para lidar com o problema, já que Rondeau defendia o uso de investimentos oriundos da iniciativa privada, como alternativa possível para a questão, pois apenas “bom senso e boa vontade”³⁵³ da SPHAN já não seria mais suficiente para garantir uma solução ao tema.

O tom atribuído à matéria do Jornal do Brasil chega a ser por vezes irônico e bastante incisivo ao criticar a atuação da SPHAN mesmo ponderando as dificuldades financeiras e o fato de haver um número reduzido de técnicos disponíveis para os trabalhos de fiscalização e acompanhamento dos bens. Além disso, o jornal destina 06 páginas inteiras ao texto de Rondeau, que incluem fotografias de alguns bens citados, como o Paço Imperial, o Tribunal Eleitoral, a Biblioteca Nacional, o Convento do Carmo e o Chafariz do Mestre Valentim, detalhando, caso a caso, o suposto estado de abandono dos bens.

E aqui cabe destacar que a matéria de Rondeau foi publicada semanas antes da retomada dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito formada pela Câmara dos Deputados para investigar a situação do patrimônio histórico e artístico nacional e avaliar a política do governo federal para a sua conservação³⁵⁴. A CPI havia realizado sua primeira reunião em dezembro de 1980, ao fim do ano legislativo, e retomaria os trabalhos em março de 1981 para a aprovação do roteiro que orientaria as investigações.³⁵⁵

³⁵⁰ No capítulo 02 vimos que o abandono da Praça XV é tema do artigo de João Antônio na Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional publicada em 1984. Cf. ANTONIO, João. Praça XV, Ai! Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 20, 1984, pp.121-125.

³⁵¹ RONDEAU, José Emílio. Catalogada e abandonada memória de uma cidade: prédios e monumentos do Rio, tombados ou não pelo Patrimônio, acumulam as cicatrizes do descaso. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 08 fev. 1981. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/030015_10/26664>. Acesso em: 14/07/2024.

³⁵² Ibidem.

³⁵³ Ibidem.

³⁵⁴ O detalhamento dos trabalhos da CPI não será um tema abordado nesta tese.

³⁵⁵ Aproxima-se a CPI do patrimônio. Boletim Sphan n. 10, jan/fev 1981.

A CPI foi estruturada a partir do projeto de Resolução n. 78, de 1979, motivada pelas frequentes denúncias da imprensa sobre o abandono e desprezo dos bens que integram o patrimônio histórico e artístico nacional, e das dificuldades enfrentadas para a sua defesa pelo IPHAN.³⁵⁶ De acordo com a justificativa apresentada para a criação da Comissão, esses bens estariam entregues à sua própria sorte, correndo o risco de desaparecer, e que as velhas cidades estavam sendo descaracterizadas, “às vezes não apenas com a complacência, mas por força até mesmo de obras que os poderes públicos executam, sem qualquer orientação.”³⁵⁷ Sugerindo, por fim, que era preciso criar a consciência de que a defesa desse patrimônio é interesse fundamental da nação. Interesse cultural e econômico, por terem um valor incalculável e constituírem fonte permanente de atração turística.

A imprensa havia repercutido a criação da comissão no fim de 1980, como é possível verificar nas notas publicadas nos jornais O Globo³⁵⁸, O Fluminense³⁵⁹ e no Diário do Paraná³⁶⁰. Contudo, apenas o Jornal do Brasil parecia querer se antecipar à apuração da CPI³⁶¹ ao posicionar-se de forma tão categórica através da matéria de José Emilio Rondeau, dando a entender, inclusive, que a SPHAN estaria se omitindo de sua responsabilidade ao defender que, em virtude de falta de funcionários para fiscalizar os monumentos tombados, era preciso conscientizar a população de seu papel na preservação dos bens culturais.

Dois dias depois da publicação da matéria de Rondeau, em 10 de fevereiro de 1981, o diretor da Sphan/Pró-Memória e então secretário de Cultura do MEC, Aloísio Magalhães³⁶² se manifesta sobre as acusações de descaso com alguns prédios e monumentos tombados do Rio de Janeiro em uma breve entrevista concedida ao jornal O Globo. Segundo ele, tal situação se justificava por uma falta de ação do Estado do Rio, já que com a criação dos patrimônios

³⁵⁶ Em 1979 a instituição ainda tinha a denominação de Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

³⁵⁷ Projeto de Resolução n. 78 de 1979. Dispõe sobre a criação de CPI destinada a investigar a situação do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e avaliar a política do Governo Federal para sua defesa e conservação. Disponível em

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?jsessionid=EA707C2BF3AFEA3D1344B5F525FCFDB4.proposicoesWeb2?codteor=1244806&filename=Dossie+-PRC+78/1979>. Acesso em: 23/02/2025.

³⁵⁸ Câmara cria CPI do patrimônio histórico. O Globo, Rio de Janeiro, 11 set. 1980.

³⁵⁹ Patrimônio. O Fluminense, Rio de Janeiro, 06 dez. 1980. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/100439_12/8992>. Acesso em: 23/02/2025.

³⁶⁰ Comissão investiga o patrimônio. Diário do Paraná, Paraná, 07 jun. 1980. Disponível em: <<http://memoria.bn.gov.br/DocReader/761672/144613>>. Acesso em: 23/02/2025.

³⁶¹ O relatório e as conclusões da CPI são aprovadas em 07 de maio de 1982. Cf. Projeto de Resolução n. 304 de 1982. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1244409&filename=Dossie-PRC%20304/1982%20CPIPH>. Acesso em: 23/02/2025.

³⁶² Aloísio Magalhães é o primeiro a depor na CPI, em abril de 1981, e usa o espaço para contestar a acusação de que a falta de recursos seria o que impedia uma atuação efetiva para a preservação do patrimônio histórico e artístico nacional. Cf. Aloísio Magalhães: Coragem é que preserva patrimônio. O Globo, Rio de Janeiro, 24 abr. 1981.

regionais estimulava-se o controle do bem cultural pelos poderes municipal e estadual.³⁶³ Ressaltando, ainda, que o prédio do Paço Imperial - um dos principais alvos das críticas de Rondeau - estava sendo objeto de negociação entre o patrimônio da União e os Correios para que o edifício fosse entregue para restauração, revelando que o arquiteto José de Souza Reis e o historiador Gilberto Ferrez já haviam iniciado os estudos para a recuperação do prédio.³⁶⁴

Nota-se que Aloísio Magalhães opta por responder, através da imprensa, as críticas e questionamentos públicos direcionados à SPHAN, utilizando o espaço para discriminar a existência de atribuições distintas quanto ao patrimônio da Praça XV e ponderar que, ao contrário das denúncias, o órgão federal estava sim atuando na região.

Ainda em abril de 1981, O Globo aproveita a polêmica levantada pela crítica de Aloísio Magalhães e publica uma matéria com a intenção de apresentar o trabalho do Instituto Estadual de Patrimônio Cultural (Inepac), que, conforme ressaltava o jornal, era “um órgão ainda desconhecido do grande público” e havia sido recentemente criticado por Aloísio Magalhães que “lhe atribuiu um certo descaso com alguns prédios e monumentos tombados”.³⁶⁵

O arquiteto e diretor da Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico do Inepac, Ítalo Campofiorito³⁶⁶ concede uma entrevista para a matéria defendendo o instituto, justificando as dificuldades enfrentadas pelo órgão devido à falta de recursos e de pessoal. Segundo ele, apesar de trabalhar na escassez, as ações eram realizadas a partir de critérios de valorização fornecidos pela própria comunidade local e não baseados em “preconceitos culturais elitistas”³⁶⁷, em uma provável referência às tradicionais práticas de seleção e proteção de bens culturais da SPHAN. E em um esforço para delimitar as responsabilidades envolvidas quanto ao patrimônio do Rio, relaciona os bens tombados pelo Inepac, destacando que na Praça XV,

³⁶³ Lia Motta aborda a descentralização das práticas de preservação no Brasil, como ação supletiva aos trabalhos do IPHAN. Cf. Lia Motta (2000).

³⁶⁴ Spahan culpa o Rio pelo descaso com monumentos. O Globo, Rio de Janeiro, 10 fev. 1981.

³⁶⁵ A preservação sem recursos do acervo fluminense. O Globo, 23 abr. 1981.

³⁶⁶ Ítalo Campofiorito era arquiteto e crítico de arte. Trabalhou no escritório do arquiteto Oscar Niemeyer entre 1958 e 1961, na época da construção de Brasília. Integrou o grupo de implantação do Corredor Cultural no Rio de Janeiro, participando da Câmara Técnica formada na gestão do prefeito do Rio Israel Klabin para pensar estratégias de intervenção na área central da cidade visando a sua preservação. Foi diretor da Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico do Instituto Estadual de Patrimônio Cultural (INEPAC) entre 1979 e 1983, durante o governo de Chagas Freitas, assumindo a direção do instituto em 1983, no governo de Leonel Brizola, permanecendo no cargo até 1985. Posteriormente, secretário da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e presidente da Fundação Nacional Pró-Memória de 1989 a 1990.

³⁶⁷ A preservação sem recursos do acervo fluminense. O Globo, Rio de Janeiro, 23 abr. 1981.

apenas o restaurante Albamar³⁶⁸, torreão do antigo mercado, estava sob a tutela do poder estadual naquele momento.³⁶⁹

O debate em torno das responsabilidades pela preservação do patrimônio histórico e artístico do Rio travado através da imprensa, acaba expondo uma tensão entre os diferentes organismos do poder público ligados ao patrimônio, que concorriam, não só por recursos³⁷⁰, mas pela representação da memória da velha cidade.

Observa-se, ainda, que ao contrário dos poderes estadual e federal, a Prefeitura do Rio não é citada pelas matérias que denunciavam o suposto abandono dos monumentos da cidade.³⁷¹ Isto pode ser explicado pelo fato da municipalidade já desenvolver, desde o final dos anos 1970, o projeto do Corredor Cultural, que tinha como objetivo a revitalização do centro do Rio, incluindo a área da Praça XV. Uma iniciativa bem avaliada e constantemente citada pela imprensa, conforme constatou-se a partir do levantamento de jornais e reportagens veiculadas nesse período.

O que se percebe, por meio da análise dessas fontes, é que a grande imprensa considerava o Corredor Cultural uma solução apropriada à problemática da conservação dos bens culturais no centro histórico do Rio, por propor a preservação de um acervo que lembrava o Rio Antigo³⁷² e uma memória pouco tradicional da cidade³⁷³, visando, com isso, a melhoria da qualidade de vida na região, através de sua ocupação por atividades ligadas à cultura e ao lazer.³⁷⁴

Esse discurso, sustentado pelos agentes envolvidos no projeto, é assumido por parte da imprensa, como o jornal O Globo, e trata de dois aspectos importantes para esse estudo. O primeiro, diz respeito ao contexto de reivindicação por uma maior representatividade no patrimônio protegido pelo poder público, que encontra na ideia do Rio Antigo uma expressão distinta e considerada mais abrangente em relação aos elementos culturais e históricos da cidade. E o segundo, tem no uso da retórica da perda (GONÇALVES, 2002) o amparo para as

³⁶⁸ Restaurante Albamar (Torreão do antigo mercado municipal). Processo: E-03/038.234/78. Tombamento provisório em 11/01/1979. Tombamento definitivo em 26/01/1983.

³⁶⁹ A preservação sem recursos do acervo fluminense. O Globo, Rio de Janeiro, 23 abr. 1981. Lia Motta aborda a atuação do INEPAC e a valorização dos aspectos regionais do Estado do Rio. Cf. Lia Motta (2000).

³⁷⁰ Aloísio Magalhães aborda a disputa por recursos para a preservação dos bens culturais em entrevista ao jornal O Globo em maio de 1981. Cf. ANGELICA, Joana. Aloísio Magalhães e o patrimônio cultural. O Globo, Rio de Janeiro, 18 mai. 1981.

³⁷¹ Considerando-se o conjunto de matérias mapeadas para essa tese.

³⁷² Corredor Cultural, um acervo lembra o Rio Antigo. O Globo, Rio de Janeiro, 04 ago. 1983.

³⁷³ MARTINS, Alexandre. Cortiços, pinturas de bares, memória de um Rio pouco tradicional. O Globo, Rio de Janeiro, 21 ago. 1986.

³⁷⁴ Fundação Rio. A cultura na praça. O Globo, Rio de Janeiro, 31 ago. 1980.

cobranças por medidas quanto à conservação dos vestígios desse passado ainda existente na área central do Rio.

Sobre o primeiro aspecto, cabe destacar que, apesar do projeto do Corredor Cultural propor uma ruptura com o urbanismo modernista, defendendo uma prática de preservação que fundamentava-se menos na estética e mais nas características culturais e históricas da cidade, valorizando um traçado urbano colonial (NASCIMENTO, 2021), sua abordagem ainda se sustentava a partir de elementos que corroboravam esse imaginário positivado em torno do Rio Antigo, que é assumido pela imprensa como uma imagem da antiga cidade a ser alcançada.

Essa imagem da velha cidade, contudo, não correspondia a superação de uma narrativa já consagrada sobre o Rio, que evitava incorporar passados sensíveis e difíceis às leituras de sua materialidade no presente (CHUVA, 2020), e evocava uma memória fundada na capitalidade e em uma concepção limitada de sua história, a partir de uma representação bucólica do “Rio de outrora”³⁷⁵.

A imprensa teve um papel significativo na disseminação desse imaginário, publicando matérias que convidavam o cidadão a reviver o Rio Antigo³⁷⁶ e a “poesia nas ruas do Centro”³⁷⁷. E, nesse sentido, a Praça XV torna-se foco de diversas reportagens justamente por possuir um número significativo de bens tombados em seu conjunto urbano que colaboravam para recriar essa atmosfera simbólica do “Rio de antigamente”³⁷⁸.

Entretanto, em meados da década de 1980, quando algumas iniciativas como o próprio Corredor Cultural e a restauração do Paço Imperial já estavam em andamento, nota-se que a imprensa muda o enfoque de sua abordagem, ao tratar de outros aspectos relacionados à Praça XV, cujas implicações afetavam a percepção de seus elementos históricos, como o aumento do tráfego de veículos no seu entorno, os terminais de ônibus e o volume de lixo gerado pelo comércio de pescado na madrugada.

Há, portanto, nesse momento, uma compreensão de que a conservação do ambiente urbano era necessária para garantir, não só, a melhoria da qualidade de vida³⁷⁹ da população

³⁷⁵ RIO, João do, 1881-1921. A alma encantadora das ruas: crônicas / João do Rio. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Dep. Geral de Doc. e Inf. Cultural, Divisão de Editoração, 1995, p. 153.

³⁷⁶ Rio Antigo pode ser revivido no Centro. O Globo, Rio de Janeiro, 11 dez. 1987.

³⁷⁷ A poesia nas ruas do Centro do Rio. Passeie, olhe, sinta. O Globo, Rio de Janeiro, 15 out. 1985.

³⁷⁸ A arquiteta da SPHAN e autora do inventário da Praça XV realizado nos anos 1980, Dora Alcântara, afirmou em entrevista ao O Globo que a Praça XV possuía muito potencial de lazer e turismo, justamente por guardar todo um resquício do que foi o Rio de antigamente. Cf. ALMEIDA, Maria Helena Gomes de. No centro do Rio um passeio pela história. Jornal do Brasil, 19 de março de 1984. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/030015_10/116493>. Acesso em 17/06/2024.

³⁷⁹ Essa ideia estava presente no PUB-Rio e amparava o projeto do Corredor Cultural. Cf. Flávia Brito do Nascimento (2021).

que usufruía da região, mas, também, a manutenção dessa imagem do Rio Antigo, já que, verificava-se que somente as ações de proteção voltadas ao patrimônio da praça não eram suficientes para assegurar a perenidade de seus vestígios.³⁸⁰

Em junho de 1984, por exemplo, o *Jornal do Brasil* publica uma matéria abordando o impacto do trânsito intenso no entorno da Praça XV e na percepção da área, onde, ainda àquela época, a história da cidade estava impressa com maior nitidez. De acordo com a jornalista Maria Helena Gomes de Almeida³⁸¹, autora do texto, quem andava pela rua Primeiro de Março, sofria com os tímpanos bombardeados pela buzina dos automóveis e o ar repleto de dióxido de carbono lançado pelos carros.³⁸²

Ao descrever de forma quase sensorial a experiência de quem transitava na Praça XV em meados dos anos oitenta, a jornalista parecia ter a intenção de acentuar os impactos da poluição do ar e sonora na fruição do patrimônio da praça. E concluía que

difícilmente alguém se deteria a pensar que está circulando na parte plana da Cidade, no século XVI, aproveitando uma restinga arenosa que se estendia entre o mar e uma área pantanosa, e que determinou o princípio de conquista do que é hoje, com seus 6 milhões de habitantes, a cidade do Rio de Janeiro.³⁸³

No ano seguinte, em junho de 1985, a situação na Praça XV é retratada como um "perfeito caos" e o descaso em relação aos monumentos históricos volta a ser citado em reportagem publicada pelo *Jornal O Globo*. Segundo a matéria, a Praça XV, com seus arredores históricos, era, durante o dia, um ponto de referência para passeios pelo Centro da cidade, onde localizavam-se o Paço Imperial, o chafariz do Mestre Valentim, o Arco do Teles, a antiga catedral e as igrejas. Entretanto, à noite, a mudança “é quase um violento contraste”.

Um forte cheiro de peixe, vindo do Entrepasto da Cibrazem, toma conta do ar que se respira e um comércio de estranhas características se espalha pelas calçadas, que se transformam no paraíso dos camelôs, de certos peixeiros que desconhecem a higiene, de desocupados e mendigos. (...) A Praça Quinze é, à noite, um perfeito caos, com suas dezenas de pontos de ônibus, nas duas pistas da Avenida Alfred Agache, congestionado pelos caminhões-frigoríficos de pescado. O descaso pelos monumentos históricos fica evidente, então, e a maior vítima é o chafariz. (...) Lembrando pequeno castelo cercado de espelho d'água, o chafariz é uma das maiores vítimas do

³⁸⁰ O arquiteto Antonio Colchete-Filho afirma que, nesse momento, há a percepção de que a Praça XV reunia alguns dos mais importantes exemplares do acervo histórico do Rio e que poderia ser utilizada como pólo cultural da cidade, a exemplo de outras intervenções urbanas que ocorriam pelo mundo. Cf. Antonio Colchete Filho (2008).

³⁸¹ Maria Helena Gomes de Almeida é jornalista. Atuou no *Jornal do Brasil* na década de 1980 escrevendo matérias sobre cultura e patrimônio.

³⁸² ALMEIDA, Maria Helena Gomes de. No centro do Rio um passeio pela história. *Jornal do Brasil*, 19 de março de 1984. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/030015_10/116493>. Acesso em 17/06/2024.

³⁸³ Ibidem.

movimento noturno na Praça Quinze. A água em volta está com mau cheiro, tem um aspecto pastoso e apresenta um estranho brilho fosco resultante dos restos de peixe que ali são jogados e das lavagens de vasilhames e de sacos plásticos dos inúmeros peixeiros ambulantes que fazem comércio à noite no local.³⁸⁴

A descrição minuciosa do cenário era usada, novamente, como um recurso para acentuar a percepção de desorganização e abandono do logradouro, salientado no descaso quanto ao Chafariz do Mestre Valentim³⁸⁵, tombado em 1938, e na sujeira causada pelo comércio do entreposto de pesca, situações que não se adequavam mais ao futuro que a imprensa projetava para a praça.³⁸⁶

Em janeiro de 1986, o tema foi mais uma vez abordado pela imprensa. Em matéria publicada no *Jornal dos Sports* denunciava-se o que era descrito como uma “agressão ao direito ao lazer do cidadão carioca, traduzida no estado físico das suas praças, inseguras, sujas e habitadas, quase sempre, por mendigos”. Segundo o jornal, um dos pontos mais críticos era a Praça XV, “uma das mais sacrificadas da cidade”. Movimentada, com vários pontos de ônibus, servindo de passagem a quem vai e volta das barcas, prejudicada pelo cheiro de peixe que os pescadores empilham durante a madrugada para comercialização. Enfatizando que, devido à sujeira e ao mau trato, o aspecto histórico da praça, com exceção do Paço Imperial, recém restaurado, encontrava-se praticamente perdido.³⁸⁷

A narrativa sobre o “caos urbano” instaurado na Praça XV era, ainda, reforçada com o endosso de autoridades ligadas ao campo do patrimônio. Em entrevistas concedidas ao jornal *O Globo*, o presidente da Fundação Nacional Pró-Memória, entre 1986 e 1987, Joaquim Falcão e o diretor-executivo do Paço Imperial, entre 1986 e 1990, Paulo Sérgio Duarte³⁸⁸ afirmaram que a situação na área havia transformado “o que historicamente foi a principal entrada do Rio e o principal espaço para reunião do povo, ou seja, a Praça Quinze e seus arredores, num grande estacionamento e estação de ônibus”, o que seria uma “agressão à qualidade de vida dos cariocas”, já que no meio da correria do dia-a-dia, o Paço Imperial e outras construções históricas desapareciam.³⁸⁹ Além disso, o intenso tráfego de veículos na

³⁸⁴ Noite na Praça Quinze: um caos de caminhões ambulantes e sujeira. *O Globo*, Rio de Janeiro, 09 jun. 1985.

³⁸⁵ O Chafariz do Mestre Valentim seria objeto de medidas de preservação em 1987.

³⁸⁶ Lia Motta aborda o processo de enobrecimento da área nos anos 1990, com a extinção da função do Entreposto de pesca da Praça XV no início da década. Cf. Lia Motta (2000a).

³⁸⁷ Rio deixou de ser boa praça. Perigo, abandono e pouco lazer nos nossos jardins. *Jornal dos Sports*, Rio de Janeiro, 12 jan. 1986. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/112518_05/33850>. Acesso em: 22/03/2025.

³⁸⁸ Paulo Sérgio Duarte alegava que o fluxo de carros abalava a estrutura do prédio, que, por conta disso, precisava receber constantes injeções de concreto em suas paredes estruturais. Cf. Diretor do Paço quer fechar rua no Centro. *O Globo*, Rio de Janeiro, 21 jan. 1988. Paulo Sérgio Duarte é crítico de arte. Foi diretor-executivo do Paço Imperial de 1986 a 1990 e coordenador do Programa Nacional de Referência Cultural da Pró-Memória.

³⁸⁹ Entrevista com presidente da Fundação Pró-Memória, Joaquim Falcão. Cf. Presidente do Pró-Memória faz planos para o Paço. *O Globo*, 22 de junho de 1986.

região também tinha impactos significativos na conservação de seus monumentos, como o Paço, que precisava receber constantes injeções de concreto em suas paredes estruturais.³⁹⁰

As críticas apresentadas pelos jornais citados tinham, ainda, nas matérias veiculadas pela TV Globo, entre os anos de 1985 a 1989, um apelo imagético, ao mostrarem a expressiva movimentação nas vias no entorno da Praça XV, localizadas abaixo do viaduto da Perimetral, na rua Primeiro de Março e na extensão da Rua da Assembleia, em uma das laterais do edifício do Paço Imperial, entre as ruas Alfred Agache e Primeiro de Março; além da sujeira deixada na praça, após a comercialização de peixe realizada durante a madrugada.

Figura 6: Vista de cima de rua na lateral do edifício do Paço Imperial. Na imagem, vê-se o início da passarela de pedestres logo à frente da fachada do Paço Imperial (1985).³⁹¹



Figura 7: Circulação de ônibus embaixo da Perimetral, na Praça XV (1986).³⁹²



³⁹⁰ Diretor do Paço quer fechar rua no Centro. O Globo, Rio de Janeiro, 21 jan. 1988.

³⁹¹ Inauguração do Paço Imperial que foi restaurado pelo MEC, Secretaria da Cultura e Sphan. Jornal Hoje. TV Globo, 06 mar. 1985.

³⁹² Arquiteto Jaime Lerner elabora projeto de revitalização do centro do Rio de Janeiro. RJ TV. TV Globo, Rio de Janeiro, 19 jun. 1986.

Figura 8: Peixe descartado no chão da região da Praça XV após comercialização de peixe durante a madrugada (1989).³⁹³



Figura 9: Intensa circulação de veículos e pedestres nos arredores da Praça XV e do Paço Imperial (1986).³⁹⁴



Até o final da década de 1980, a desorganização do trânsito na região e o lixo decorrente das atividades no entreposto de pesca da Praça XV eram considerados os "vilões" da revitalização da praça³⁹⁵ sendo constantemente denunciados pela mídia, que cobrava o Estado por uma resposta definitiva para os problemas relatados.

Dos diferentes veículos de comunicação que abordaram os impactos da falta de um planejamento urbano eficiente para a preservação dos vestígios remanescentes na Praça XV, o jornal O Globo foi, sem dúvida, o que mais repercutiu o assunto. E uma provável explicação para o fato estaria no envolvimento da Fundação Roberto Marinho³⁹⁶, instituição que integra o conglomerado Globo, em alguns dos projetos realizados na praça, como o Corredor Cultural³⁹⁷ e a restauração do Paço Imperial.³⁹⁸

Entretanto, apesar da aparente preocupação com os efeitos da ocupação desordenada do centro histórico do Rio pela imprensa, não se verificou a mesma postura crítica em relação à pressão pela verticalização do entorno dos bens tombados na Praça XV, ainda identificada nos anos 1980.

³⁹³ Entreposto de pesca da Praça XV já não comporta toda a produção de peixe da cidade e gera muitos problemas à área do Centro. TV Globo, Rio de Janeiro, 07 jun. 1989.

³⁹⁴ Arquiteto Jaime Lerner elabora projeto de revitalização do centro do Rio de Janeiro. RJ TV. TV Globo, 19 jun. 1986.

³⁹⁵ Cf. Peixe e ônibus, os vilões. O Globo, Rio de Janeiro, 01 mar. 1988; Praça XV: Pescado e sujeira. Tribuna da Imprensa, Rio de Janeiro, 24 mar. 1989.

³⁹⁶ A Fundação Roberto Marinho apoiou financeiramente diversas ações de preservação, não só no Rio de Janeiro, mas em todo o país, atuando, inclusive, em projetos da SPHAN. Cf. Centro histórico do Rio. Convênio destina CR\$10 milhões para oito projetos de recuperação. O Globo, Rio de Janeiro, 10 out. 1981; Fundação Roberto Marinho apóia preservação do Centro. O Globo, Rio de Janeiro, 27 jan. 1983.

³⁹⁷ Decreto do Corredor Cultural terá tarde de festa no Centro. O Globo, Rio de Janeiro, 06 jul. 1983.

³⁹⁸ Fundação Roberto Marinho apóia esforço de preservação. O Globo, Rio de Janeiro, 15 jan. 1982.

Nesse sentido, o caso da Bolsa de Valores é emblemático, já que foi considerado por alguns veículos de imprensa, como o próprio O Globo e o Jornal do Brasil, como uma iniciativa que iria contribuir com o processo de revitalização da Praça XV³⁹⁹, embora previsse a construção de um edifício de 39 pavimentos na área que integrava o Corredor Cultural, estando localizada, portanto, ao lado de monumentos, como o Paço Imperial, o Arco do Teles e o Chafariz do Mestre Valentim.

Conforme veremos a seguir, a Praça XV foi objeto de diversos projetos no decorrer da década de 1980 que buscaram oferecer respostas aos problemas apontados pela imprensa e contribuíram para a construção simbólica do passado da cidade, manifesto na área da Praça XV e arredores, por meio de ações realizadas sobre a sua materialidade.

A ideia de revitalizar a área por meio de usos culturais que fomentariam a economia local e o turismo, surgiria, nesse momento, como uma alternativa para solucionar o estado de abandono e o caos urbano amplamente denunciado pela imprensa, sendo o mote para as diferentes iniciativas propostas para a região.

Valorizada por seus aspectos estético, histórico, arquitetônico e, agora, também, cultural, a Praça XV torna-se, mais uma vez, objeto de disputas e interesses que, traduzidos em ações de ocupação, de planejamento urbano, de restauração, e de proteção de seus bens e do conjunto urbano, fazem com que essa área seja um lugar de tantas complexidades.

Por meio do mapeamento dos projetos que atuaram sobre os vestígios remanescentes na Praça XV, através das matérias publicadas durante os anos oitenta, pretende-se, portanto, identificar como a imprensa atuou na elaboração de narrativas sobre o passado da praça, perseguindo uma imagem do Rio Antigo fundamentalmente nostálgica a partir das iniciativas propostas para a região.

3.3. A Praça XV em disputa: preservação e planejamento urbano através da imprensa dos anos 1980

Ao longo dos anos 1980, como já mencionado, a Praça XV foi objeto de iniciativas que buscavam oferecer respostas às demandas sociais por melhor qualidade de vida e pela preservação dos vestígios ainda remanescentes no centro histórico do Rio.

³⁹⁹ Cf. Preservar. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 25 jul. 1980; Eixo cultural do Rio vai girar na Praça Quinze. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 12 set. 1982; Novo pregão da Bolsa vai revitalizar a Praça Quinze. O Globo, Rio de Janeiro, 26 dez. 1988;

Esses projetos iriam atuar na espacialidade da praça, reapropriando-se do que havia restado da velha cidade, concebendo narrativas sobre a sua materialidade, produzindo e reiterando sentidos para as suas pré-existências.

A imprensa noticiou o planejamento e a execução dessas ações, concedendo um espaço profícuo para a divulgação e o debate de suas ideias, destacando-se, por isso, como uma fonte incontornável para a compreensão da problemática da preservação do patrimônio urbano no contexto dos anos oitenta.

Nesse sentido, a partir de uma seleção de matérias que abordaram esses projetos, observa-se que a materialidade da Praça XV passa a ser entendida não só pelo seu valor simbólico, dada a sua importância histórica inequívoca, mas, sobretudo, pelos referenciais de identidades (MOTTA, 2000) manifestos em sua espacialidade, que tornam-se objeto de tais iniciativas como um dispositivo para a valorização cultural e consumo.

Mas, afinal, quais aspectos do passado da Praça XV essas ações pretendiam rememorar? E como a imprensa atuou para disseminar essas leituras sobre os resquícios da antiga cidade ainda presentes na praça? Para tentar responder a essas questões, iremos nos debruçar sobre algumas reportagens publicadas pela imprensa nos anos 1980 que discutiram cada um desses projetos.

Pioneira dentre essas iniciativas, o Corredor Cultural⁴⁰⁰ começou a ser desenvolvido ainda em fins dos anos 1970⁴⁰¹ durante a gestão do então prefeito do Rio, Israel Klabin⁴⁰².

Segundo Flávia Brito do Nascimento (NASCIMENTO, 2021), o Corredor Cultural é criado como um projeto municipal de revitalização urbana na área central do Rio de Janeiro, e promoveu a proteção de uma parcela significativa da região, executando ações de intervenção e conservação de edificações históricas do Rio, além de fomentar atividades culturais no centro histórico da cidade.

O projeto iria estimular a mudança de perspectiva quanto à preservação do patrimônio artístico e cultural que deixava de ser apenas uma atitude de restauro e conservação, para ser uma atitude de revitalização e/ou requalificação do ambiente urbano (CARDOSO, 2005). O que é percebido a partir da delimitação da área do projeto correspondente à Praça XV, que considerava a ligação histórica da praça com o mar e sua tipologia arquitetônica e morfológica, entendendo que a conservação de suas características só estaria assegurada com a proteção do conjunto urbano em toda a sua ambiência e não apenas com o tombamento

⁴⁰⁰ Sobre o Corredor Cultural. Cf. Flavia Brito do Nascimento (2018b, 2021); Márcia Sant'Anna (2017); Lia Motta (2000); Ricardo José Brugger Cardoso (2005);

⁴⁰¹ O projeto do Corredor Cultural foi lançado em maio de 1979.

⁴⁰² Israel Klabin foi prefeito do Rio de Janeiro entre 1979 e 1980, indicado pelo então governador Chagas Freitas.

isolado de alguns monumentos, especialmente, devido ao intenso tráfego e a especulação imobiliária na região (COLCHETE FILHO, 2008).

Nesse sentido, uma das principais mudanças implementadas pelo projeto, de acordo com Flávia Brito do Nascimento (NASCIMENTO, 2021), estava no fato da preservação legal dos bens não figurar entre os seus objetivos, uma vez que a fixação das áreas do Corredor Cultural pela legislação de 1983⁴⁰³ já garantia a conservação dos edifícios históricos. Assim, não havia, inicialmente, uma preocupação com a arquitetura. Valorizava-se, em contrapartida, o olhar para a rua, para a paisagem e para o cotidiano da cidade, o que distinguia a iniciativa municipal do enfoque na monumentalidade que marcava as práticas de patrimônio urbano no país.

O projeto buscava se diferenciar, também, segundo o arquiteto Ítalo Campofiorito⁴⁰⁴ ao propor a preservação da “continuidade do processo cultural”⁴⁰⁵ sem impedir que a cidade vivesse o progresso. Logo, por esse motivo, não seria possível conservar nenhum conjunto de bens em sua totalidade, já que “o progresso não poderia ser tolhido”.⁴⁰⁶

Visão que era corroborada pela arquiteta e assessora de Programas Especiais da Secretaria Municipal de Obras, Sônia Maria Caúla, ao pontuar que o Corredor Cultural não visava o “congelamento da renovação urbana”, mas a criação de condições para que as atividades existentes fossem mantidas, integrando-se e completando as áreas renovadas.⁴⁰⁷

De acordo com Márcia Sant’Anna, uma das características mais marcantes do Corredor Cultural foi a ideia de uma preservação dinâmica, fundamentada na “identificação e preservação das características essenciais dos conjuntos arquitetônicos protegidos e na liberação dos demais para transformação” (SANT’ANNA, 2017, p. 132).

Essa abordagem ancorava-se na oposição à rigidez comumente associada à aplicação do instrumento de tombamento pela política federal de preservação do país⁴⁰⁸, e colocava-se como uma alternativa possível para conciliar as medidas de proteção e o pleno

⁴⁰³ PREFEITURA DO RIO. Decreto nº 4141, de 14 de julho de 1983. Aprova o PA 10.290 e o PAL 38.871 e fixa os limites da área abrangida pelo Corredor Cultural. Disponível em: <https://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4354360/4107413/centro_dec4141_83_corredor_cultural.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2025.

⁴⁰⁴ Ítalo Campofiorito é apresentado como gerente do projeto de preservação e renovação de espaços físicos. Cf. MOREIRA, Virgílio Moretzsohn. O Corredor Cultural. Em debate, as funções e os problemas do centro histórico da cidade. O Globo, Rio de Janeiro, 21 jul. 1981.

⁴⁰⁵ Conferência defende a harmonia entre o progresso e a preservação cultural. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 23 jul. 1981.

⁴⁰⁶ Ibidem.

⁴⁰⁷ Ibidem.

⁴⁰⁸ Como vimos no capítulo 1, essa crítica se fazia presente, também, em declarações feitas pelo diretor da Sphan/Pró-Memória, Aloísio Magalhães e pelo arquiteto e diretor da 6ª Diretoria Regional da Sphan/Pró-Memória, Glauco Campello, que buscavam se distinguir do projeto institucional anterior como um meio de legitimar as mudanças propostas para a instituição em fins dos anos setenta.

desenvolvimento socioeconômico da cidade.⁴⁰⁹ Uma perspectiva que tinha muitas similaridades com as ideias defendidas pelo grupo que havia assumido a direção do IPHAN em fins dos anos setenta, como vimos no capítulo 1.

O arquiteto Augusto Ivan de Freitas Pinheiro, coordenador do projeto, iria abordar o tema anos depois, em entrevista, também ao O Globo, ao defender que a iniciativa visava a preservação da área central do Rio dos “abusos desenvolvimentistas, além da depredação e do abandono”, pois havia a filosofia de fazer com que a memória da cidade e o progresso, que lhe é indispensável, caminhassem de mãos dadas.⁴¹⁰

O patrimônio que durante anos esteve apartado das demais políticas urbanas, é colocado, a partir desse momento, como um elemento fundamental para o desenvolvimento da cidade. E o Corredor Cultural apresentava-se como uma possibilidade de concatenar os diferentes interesses que envolviam o centro histórico do Rio, ao propor a promoção de ações de preservação das “características arquitetônicas originais da área”⁴¹¹, aliada à realização de atividades culturais e turísticas, que trariam impactos positivos para a economia local, como noticiado, posteriormente, pela imprensa.⁴¹²

Por meio do levantamento realizado nos jornais desse período, verificou-se que a imprensa concedeu um espaço significativo para a divulgação das ações realizadas pelo Corredor Cultural desde a sua criação, descrevendo-o como um dos projetos mais importantes da Fundação Rio, instituição criada pelo prefeito Israel Klabin para incentivar a cultura no município.⁴¹³

Conforme apontado anteriormente, o projeto teve na imprensa um importante aliado na tarefa de despertar na sociedade o interesse pela preservação dos aspectos históricos e culturais do centro histórico da cidade, identificados, conforme apontado pela escritora que presidiu a Câmara Técnica do projeto, Rachel Jardim⁴¹⁴, “nas ruas estreitas, na iluminação da época, nas belíssimas fachadas e nos ambientes tão próprios do Rio Antigo”.⁴¹⁵

⁴⁰⁹ Em matéria publicada no jornal O Globo, destacava-se que o objetivo do projeto não era impedir a iniciativa imobiliária em todo o centro da cidade, apenas delimitar áreas de maneira a manter um equilíbrio entre a parte nova e a parte antiga, para que essa última não desapareça. Cf. Bandas, serpentinhas, baile. O Centro festeja sua preservação. O Globo, Rio de Janeiro, 14 jul. 1983.

⁴¹⁰ RENATO, Cláudio. Para preservar um corredor do passado. O Globo, Rio de Janeiro, 11 abr. 1989.

⁴¹¹ RENATO, Cláudio. A arquitetura preservada. O Globo, Rio de Janeiro, 26 mar. 1989.

⁴¹² O jornal O Globo aponta os impactos do projeto na economia que, além de representar um investimento para as lojas comerciais instaladas na zona protegida, fez ressurgir a atividade econômica dos reformadores. Cf. RENATO, Cláudio. A arquitetura preservada. O Globo, Rio de Janeiro, 26 mar. 1989.

⁴¹³ Fundação Rio. A Cultura na praça. O Globo, Rio de Janeiro, 31 ago. 1980.

⁴¹⁴ Rachel Jardim era escritora, advogada e funcionária da prefeitura do Rio de Janeiro, lotada no Departamento de Comunicação Social da Secretaria Municipal de Urbanismo durante a gestão de Israel Klabin. Foi diretora da Câmara Técnica do Corredor Cultural.

⁴¹⁵ MOREIRA, Virgílio Moretzsohn. O Corredor Cultural. Em debate, as funções e os problemas do centro histórico da cidade. O Globo, Rio de Janeiro, 21 jul. 1981.

Com frequência, os jornais disponibilizavam páginas inteiras ou espaços de destaque à apresentação das proposições e ações do projeto, como é possível observar nas matérias publicadas por ocasião da assinatura do decreto que aprovava a instalação do Corredor Cultural em 1983.

A Módulo, por exemplo, publicou uma extensa matéria sobre o projeto em sua edição de número 77, na qual a revista congratulava-se com a população carioca pela conquista, ao apontar que o Corredor Cultural era testemunho do que uma administração pública preocupada com a comunidade era capaz de realizar.⁴¹⁶

Dentre os inúmeros assuntos tratados no artigo estavam a preocupação da iniciativa com a qualidade de vida dos moradores e usuários da área, e a tentativa de deter o processo de descaracterização do centro histórico do Rio, assegurando à região aquilo que lhe era mais peculiar: “ser o coração da metrópole”⁴¹⁷.

Das entrevistas que compunham o texto - como as de Augusto Ivan de Freitas Pinheiro, Rachel Jardim, Sonia Maria Caúla e Ítalo Campofiorito -, a de Campofiorito, sem dúvida, melhor resumia as ideias transmitidas nas 08 páginas dedicadas a apresentação do projeto, ao explicar que o Corredor Cultural propunha preservar a arquitetura como cenário do ambiente urbano, que também era cultural, por ser de natureza cumulativa, pregando, por isso, a diversidade.

A revista do jornal Última Hora, por sua vez, enaltecia a iniciativa que pretendia devolver ao Centro da cidade “o espírito do Rio Antigo”, através da preservação de “magníficas obras do conjunto arquitetônico”, do período colonial à primeira república.⁴¹⁸ De acordo com a reportagem, o Corredor Cultural apresentava como principal característica a preservação “de mais de cem prédios construídos entre os séculos XVIII e XIX, não tombados pelo SPHAN” e que, no entanto, a partir do projeto, não poderiam mais ter suas fachadas modificadas, apenas as suas estruturas internas.⁴¹⁹

⁴¹⁶ CARVALHO, Maria Luiza de. O Corredor Cultural. Módulo. Arquitetura e Arte. Edição n. 77, 1983. Disponível em: <<http://memoria.bn.gov.br/DocReader/006173/7290>>. Acesso em: 31/03/2025. Maria Luiza de Carvalho foi editora de arquitetura da Módulo.

⁴¹⁷ CARVALHO, Maria Luiza de. O Corredor Cultural. Módulo. Arquitetura e Arte. Edição 77, 1983. Disponível em: <<http://memoria.bn.gov.br/DocReader/006173/7290>>. Acesso em: 31/03/2025.

⁴¹⁸ GOMES, Marcos. Corredor Cultural. Última Hora Revista, 16/06/1983. Disponível em: <<http://memoria.bn.gov.br/DocReader/386030/121637>>. Acesso em: 14/07/2024. Marcos Gomes é jornalista e radialista. Atualmente preside o Conselho Deliberativo da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) onde também atua na Diretoria de Igualdade Étnico-Racial. Foi Gerente da Rádio Nacional do Rio de Janeiro (EBC), coordenador de Jornalismo das Rádios CBN e Globo, coordenador de Afiliadas das Rádios Globo e CBN, âncora das Rádios CBN, Jornal do Brasil e Roquette Pinto. Trabalhou na assessoria de Imprensa no governo Leonel Brizola e nos Jornais O São Gonçalo, O Fluminense e Última Hora.

⁴¹⁹ GOMES, Marcos. Corredor Cultural. Última Hora Revista, 16/06/1983. Disponível em: <<http://memoria.bn.gov.br/DocReader/386030/121637>>. Acesso em: 14/07/2024.

O jornal O Globo também ressaltou o fato da legislação do Corredor Cultural garantir um dispositivo legal capaz de preservar o patrimônio arquitetônico e histórico da cidade⁴²⁰ em matérias que traziam manchetes como “o Centro festeja sua preservação”⁴²¹ e “Corredor Cultural, um acervo lembra o Rio Antigo”⁴²².

Embora os três exemplos citados tenham sido retirados de periódicos com perspectivas editoriais distintas - Módulo, Última Hora e O Globo -, identifica-se neles uma certa unidade quanto ao discurso que via no Corredor Cultural uma alternativa para a problemática da conservação do patrimônio urbano do Rio.

O destaque dado à proposta de proteção do ambiente urbano e de sua diversidade, incorporando bens não atendidos pela SPHAN, ajudaria a tensionar a instituição federal que, como vimos anteriormente, vinha sendo alvo de inúmeras críticas de descaso e abandono pela imprensa.

No que diz respeito à Praça XV, apesar de integrar um núcleo vinculado à memória colonial, em consonância com o entendimento atribuído pelo organismo federal ao longo dos anos, a área de sua delimitação trazia como diferencial a inclusão de edificações não consagradas (NASCIMENTO, 2021), ampliando a abrangência dos bens a serem protegidos pelo poder público.

Entretanto, essa abordagem refletiria mais uma disputa quanto a conduta das instituições de preservação em relação ao patrimônio do Rio, do que uma mudança efetiva na leitura tradicionalmente feita sobre a sua materialidade, que não considerava memórias e existências historicamente silenciadas.

Isso pode ser verificado a partir da eleição da expressão Rio Antigo - utilizada por alguns arquitetos envolvidos no projeto e assumida pela imprensa -, como um termo que representaria o conjunto de vestígios da antiga cidade que se pretendia recuperar na região e que tinha, na Praça XV, o seu principal símbolo.

Como definiu O Globo, “além de ter sido, durante vários séculos, o coração da cidade”, a Praça XV tinha uma importância histórica, pois foi onde o “Rio de Janeiro começou a tomar características urbanas, com a construção, em 1619, de uma ermida dedicada à Nossa Senhora do Ó, pelos padres carmelitas”. Mas que, apesar de todas as transformações ocorridas no logradouro, ainda mantinha-se “quase intacto seu conjunto arquitetônico, no qual se destaca o Paço Imperial”.⁴²³

⁴²⁰ Corredor Cultural, um acervo lembra o Rio Antigo. O Globo, Rio de Janeiro, 04 ago. 1983.

⁴²¹ Bandas, serpentinas, baile. O Centro festeja sua preservação. O Globo, Rio de Janeiro, 14 jul. 1983.

⁴²² Corredor Cultural, um acervo lembra o Rio Antigo. O Globo, Rio de Janeiro, 04 ago. 1983.

⁴²³ Relíquias da Praça XV, onde a cidade começou. O Globo, Rio de Janeiro, 04 ago. 1983.

É interessante perceber como essa memória do Rio Antigo, a que o Corredor Cultural procurou “reviver”, foi, constantemente, veiculada pela imprensa a edificações do período colonial presentes na Praça XV, como o já citado edifício do Paço, o Arco do Teles, as igrejas, o Chafariz do Mestre Valentim e a torre do antigo mercado municipal, onde funcionava o restaurante Albamar.

As referências aos antigos sobrados, às ruas e à iluminação peculiar da região apareciam como elementos que ajudariam a compor um cenário que, em conjunto com os monumentos, transportariam seus visitantes a um passado que se desejava resgatar, compondo um imaginário bucólico⁴²⁴ sobre a antiga cidade.

A construção dessa imagem poderia estar fundamentada na tentativa de transformar o centro em mais um “cartão de visitas” do Rio que, de acordo com Augusto Ivan, seria uma forma de estimular não só os turistas estrangeiros e de outros estados do país, mas também, o carioca, que só transitava pela área central “apressado, indo e vindo do trabalho”, a visitarem um espaço tão importante para a memória histórica do Brasil.⁴²⁵

Contudo, embora o projeto sustente um discurso de ampliação da perspectiva de proteção do patrimônio histórico e artístico da área central do Rio e, especificamente, da região da Praça XV, entende-se que, a proposta de uso desses vestígios remanescentes para fins culturais e turísticos estimulou a elaboração de uma imagem romantizada sobre o passado da cidade.

Tratava-se, no fundo, da construção de um Rio Antigo que se desejava lembrar e ver. E, nesse sentido, a ausência de menções a memórias historicamente silenciadas em momento em que o debate em torno da democratização estava a pleno vapor no país, tornava-se ainda mais sintomática.⁴²⁶ Revelava que o Brasil ainda não estava disposto a lidar com um passado recente tão sombrio e, ao mesmo tempo, constitutivo de sua história.⁴²⁷

Essa discussão se fará presente, também, em outro projeto executado na Praça XV: a restauração do Paço Imperial. Embora não seja a intenção detalhar o desenvolvimento da

⁴²⁴ Em matéria publicada pelo O Globo afirmava-se que com o Corredor cultural, o Centro do Rio voltaria a ser um “local bucólico”. Cf. Rio Antigo pode ser revivido no Centro. O Globo, Rio de Janeiro, 11 dez. 1987.

⁴²⁵ Em 1989, O Globo cita a produção de cartões-postais intitulados “Olho na rua”, “Olho na arquitetura” e “Olho na paisagem” com a apresentação do projeto escrita por Ítalo Campofiorito, Augusto Ivan e Rachel Jardim e fotografias de Zeca Linhares. Cf. RENATO, Cláudio. A arquitetura preservada. O Globo, Rio de Janeiro, 26 mar. 1989. Flavia Brito do Nascimento (2016c) escreve sobre o tema no artigo “Olhar a rua: cotidiano, fotografia e preservação do Centro do Rio nos anos 1980”.

⁴²⁶ Nesse período foram identificados alguns projetos educativos que propunham a realização de “Roteiros Culturais” nas áreas do Corredor Cultural e, em especial, na Praça XV que abordavam outros aspectos históricos da praça. Contudo, as reflexões propostas nessa tese direcionam-se às iniciativas executadas pelas instituições do poder público ligadas ao patrimônio na área da Praça XV, especificamente.

⁴²⁷ O Brasil foi o maior território escravista do hemisfério ocidental. Cf. Ynaê Lopes dos Santos (2020).

intervenção nesse capítulo, já que será um tema abordado no capítulo 4, assim como no caso do Corredor Cultural, pretendemos verificar como a imprensa apresentou a iniciativa executada pela Sphan/Pró-Memória entre os anos de 1982 a 1985, data de sua inauguração como Centro Cultural.

Como vimos anteriormente, o Paço Imperial integrava o núcleo colonial do Corredor Cultural correspondente à área da Praça XV, que, conforme apontava o *Jornal do Brasil*, ainda guardava em sua espacialidade a memória do “velho Rio”⁴²⁸.

Por ser mais uma iniciativa que prometia contribuir para a revitalização da praça, o início das obras foi anunciado pela imprensa com muito otimismo. O jornal *O Globo*, por exemplo, publicou uma sequência de matérias cujas manchetes exaltavam a recuperação das características “originais” do monumento⁴²⁹ que havia sobrevivido a “um ciclo de quase 240 anos de modificações, com séria ameaça a sua integridade arquitetônica”⁴³⁰.

O *Jornal do Brasil* seguiu uma abordagem semelhante, ressaltando a grandiosidade da obra e o valor da edificação como um símbolo dos períodos colonial e imperial. Em reportagens como “Obras dão ao Paço perfil do Império”⁴³¹, “Obras deixarão Paço da Praça 15 como era no tempo do Rei”⁴³² e “Paço da cidade, como no tempo do Império para o carioca de hoje”⁴³³, o JB mostrava que, mais do que recuperar um simples monumento, a iniciativa devolvia ao carioca, e ao país, um testemunho de sua herança luso-portuguesa.

Como veremos no capítulo 4, a conduta em relação à obra de restauro do Paço teve diversos pontos questionáveis, uma vez que privilegiou os vestígios associados à estética barroca em detrimento de outros elementos arquitetônicos que foram, ao longo dos anos, incorporados ao monumento. Essa narrativa teria uma adesão expressiva na imprensa, que iria reproduzir a ideia de que a feição original do prédio era, de fato, a barroca, sendo, por isso, identificada como uma interpretação unânime nos jornais desse período, a partir do mapeamento realizado para essa pesquisa.

⁴²⁸ THYS, Bruno. “Corredor” guarda memória do velho Rio. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 05 mar. 1983. Bruno Thys é carioca, jornalista. Iniciou sua carreira em 1980, no “*Jornal do Brasil*”, onde foi de estagiário a editor. Foi um dos fundadores da “*Veja Rio*” e do jornal “*Extra*”. Dirigiu o segmento de produtos populares da Editora Globo, empresa que edita os jornais e revistas do Grupo Globo. Comandou o Sistema Globo de Rádio – CBN, Rádio Globo e emissoras musicais. É sócio da Editora Máquina de Livros.

⁴²⁹ Cf. “Paço Imperial volta às origens e revela história”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 04 jun. 1984; “Paço Imperial do jeito que era”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 06 mar. 1985; “Formas originais e um centro cultural para a Praça 15”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 31 jul. 1983.

⁴³⁰ BERLINK, Deborah. Patrimônio histórico recupera o Paço Imperial. Formas originais e um centro cultural para a Praça 15. *O Globo*, Rio de Janeiro, 31 jul. 1983.

⁴³¹ Obras dão ao Paço perfil do Império. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 14 ago. 1983.

⁴³² BANDEIRA, Julio. Obras deixarão Paço da Praça 15 como era no tempo do Rei. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 14 ago. 1983.

⁴³³ CAVALCANTI, Marco Antonio; SOUZA, Maria Eduarda Alves de. Paço da cidade, como no tempo do Império para o carioca de hoje. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 20 mai. 1984.

Assim como no início das obras, o encerramento da restauração e a reabertura do Paço em 1985 também tiveram uma repercussão positiva na imprensa. A *Módulo*, por exemplo, apresentou a iniciativa como um “empreendimento marcante nessa filosofia de resgatar a memória nacional”⁴³⁴, dedicando um espaço significativo para a apresentação dos trabalhos de restauro e revitalização do prédio pelo arquiteto e diretor da 6a. Diretoria Regional da SPHAN, Glauco Campello.

Glauco aproveita o fórum especializado em arquitetura e arte, oferecido pela revista, para detalhar os debates em torno da fisionomia a ser recuperada na edificação e o programa de uso do prédio, além de explicar os critérios adotados na condução da restauração que haviam colocado os “valores autênticos” do monumento em evidência. Concluindo, por fim, que o Paço ressurgia vivo, como centro cultural, espaço aberto, refletindo “os contrastes (paradoxos?) do nosso tempo”⁴³⁵, uma definição bastante apropriada se pensarmos nas contradições entre o discurso e a prática que envolveram a obra, como veremos no capítulo seguinte.

O jornal *O Globo* iria reforçar o enfoque da imprensa na forma que a edificação assumia após o término das obras. Ao assinalar que, apesar de uma das finalidades da intervenção ser a destinação do Paço para fins culturais, a arquitetura monumental do prédio era uma grande atração em si, por sua arquitetura colonial, com jardins internos, escadarias em pedras e mármore, e grandes salões de importância histórica”.⁴³⁶

O que foi seguido por outros periódicos, como o *Jornal do Brasil*, que dedicou uma página inteira ao tema sob o título “O Paço da Cidade retorna ao seu brilho barroco”⁴³⁷ em que ressaltava a reestabelecimento da “atmosfera do barroco do século XVIII” por meio do trabalho desenvolvido no prédio pela equipe de arquitetos da Sphan/Pró-Memória.

Conforme é possível observar, o discurso em torno da recuperação dos elementos barrocos, entendido como os aspectos originais do monumento, resultava, em grande parte, da influência dos argumentos apresentados por Glauco Campello em inúmeras entrevistas concedidas à imprensa. Glauco era uma figura recorrente nas matérias que abordaram a intervenção, atuando como uma espécie de porta-voz da Sphan/Pró-Memória.

⁴³⁴ Editorial. *Módulo*, arquitetura e arte. Edição n. 87, set/1987. Disponível em: <<http://memoria.bn.gov.br/DocReader/006173/8288>>. Acesso em: 31/03/2025. O artigo sobre o Paço Imperial inaugura um caderno na revista dedicado exclusivamente à questão do patrimônio cultural brasileiro.

⁴³⁵ FERREIRA, Ricardo. Paço Imperial. *Módulo*, arquitetura e arte. Edição n. 87, set/1987. Disponível em: <<http://memoria.bn.gov.br/DocReader/006173/8339>>. Acesso em: 31/03/2025.

⁴³⁶ Paço Imperial, nova opção de lazer no Rio. *O Globo*, Rio de Janeiro, 25 mar. 1985.

⁴³⁷ COUTINHO, Wilson. O Paço da Cidade retorna ao seu brilho barroco. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 06 mar. 1985.

E, nesse sentido, as reportagens publicadas pela imprensa, no período pesquisado, acabam sendo impregnadas por essas ideias, que são assumidas pelos diferentes veículos de comunicação sem maiores questionamentos. Pelo contrário, encontram na força dessa imagem barroca uma representação condizente à projeção simbólica que, como apontado anteriormente, se buscava elaborar sobre o passado da cidade.

Embora não usem o termo “Rio Antigo”, as matérias que abordaram as obras no Paço Imperial reforçavam o simbolismo representado pelo monumento e o impacto de sua recuperação para a imagem da Praça XV. Afinal, com as ações adotadas pelo Corredor Cultural e, a partir desse momento, com o restauro e reabertura do Paço, tornava-se mais crível essa “viagem no tempo”⁴³⁸ pela velha cidade.

Nesse sentido, a conclusão da intervenção no Paço Imperial e a sua reabertura como centro cultural em 1985, podem ser interpretadas como uma resposta da Sphan/Pró-Memória frente às inúmeras cobranças feitas pela imprensa em relação ao estado de abandono do patrimônio urbano do Rio e, em especial, dos monumentos existentes na Praça XV, como já citado. O que seria um indício da influência da mídia na opinião pública e nos encaminhamentos dados à questão da preservação na região pelo governo federal, como podemos observar nesse contexto.

Na contramão aos projetos de conservação dos monumentos e da ambiência da Praça XV, a Bolsa de Valores manifesta, em 1982, a intenção de construir uma nova sede no Rio de Janeiro, localizada próximo às ruas do Mercado, Ouvidor, Alfred Agache e a Praça XV de Novembro. Propondo a substituição do antigo edifício da Bolsa, com 10 pavimentos e 32 metros de altura, por um projeto, de autoria do escritório do arquiteto Maurício Roberto, com 39 pavimentos e uma altura de 140 metros (MENDES, 2012).

O debate instaurado na época em torno do projeto levantava a questão de que a construção de um prédio com tais dimensões na Praça XV, causaria um impacto na percepção dos monumentos remanescentes no centro histórico, representando uma descaracterização significativa da imagem da cidade antiga que iniciativas como o restauro do Paço e o Corredor Cultural buscavam proteger, e gerou posicionamentos distintos quanto à sua implementação.

Dos periódicos pesquisados, o jornal O Globo foi um dos primeiros a abordar o assunto. A proposta ocorria na mesma época em que o edifício do Paço era formalmente

⁴³⁸ Alguns jornais publicaram notas sobre a visita à região da Praça XV que promoveriam uma “viagem no tempo”. Cf. Passeio pelo Centro da cidade lembra Império com humor republicano. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 04 jun. 1984; No Arco do Teles, se inicia a viagem no tempo. O Globo, Rio de Janeiro, 27 nov. 1988.

entregue à Sphan/Pró-Memória pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, e se inseria no contexto de debates em torno do futuro da Praça XV.

Na época, o Secretário de Cultura do MEC e diretor da Sphan/Pró-Memória, Aloísio Magalhães foi questionado pela imprensa acerca do projeto da Bolsa e da existência, no entorno da praça, do prédio da Cândido Mendes, com seus 42 andares.

Na visão de Aloísio, o edifício da Cândido atendia a uma “necessidade social determinada pela evolução” e a cidade do Rio já havia assumido um novo perfil. Por isso, no que dizia respeito ao prédio da Bolsa, embora houvesse uma legislação municipal proibindo construções dessa dimensão na área, a sua permanência era justificada por uma relação histórica com a praça. Isto é, para Aloísio, o mundo financeiro já fazia parte daquela comunidade e o problema principal não era a construção de torres em seu entorno, mas a degradação a que a Praça XV havia chegado nos anos oitenta.⁴³⁹

A diversidade de projetos previstos para a praça, nesse período, indicava a disputa que se estabelecia em torno do espaço e motivou a criação de uma comissão para fazer uma análise global da região e promover estudos específicos, visando à proposição de critérios de agenciamento do entorno do antigo Paço da Cidade e da Praça XV de Novembro.⁴⁴⁰

Instituída em 09 de março de 1982⁴⁴¹, por determinação do Secretário da Cultura do MEC, Aloísio Magalhães, a Comissão de Estudo da área da Praça XV de Novembro era formada por quatro arquitetos: Enize de Castro Osório, representante da Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (Fundrem); Hélio Ribas Marinho, representante das Secretarias de Planejamento e de Obras e Serviços Públicos e do Corredor Cultural da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro; Maurício Roberto, representante da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro; e Glauco de Oliveira Campello, representante da 6ª Diretoria Regional da SPHAN, que atuaria como coordenador da Comissão (SILVA, 2021).

A comissão pretendia estabelecer uma articulação entre as diversas esferas do poder público e a Bolsa de Valores, pensando critérios específicos para a ocupação e o uso da área, considerando os diferentes interesses envolvidos. O grupo deveria analisar, nesse sentido, questões relacionadas à circulação de veículos, ao gabarito dos edifícios em torno, e à preservação dos monumentos existentes na região, dentre outros aspectos da Praça XV.⁴⁴²

⁴³⁹ ANGELICA, Joana. Ludwig recebe hoje o Paço da Cidade que será reformado junto com a Praça. O Globo, Rio de Janeiro, 19 mar. 1982.

⁴⁴⁰ Ata da 1ª reunião da Comissão para proceder a estudos específicos visando a proposição de critérios de agenciamento da área de entorno do antigo Paço da Cidade e da Praça XV de Novembro, 16 mar. 1982. Arquivo Técnico Administrativo, Série Obras, Paço Imperial. Arquivo Central do IPHAN, Rio de Janeiro.

⁴⁴¹ Determinação n. 43, 9 mar. 1982. Arquivo Técnico Administrativo, Série Obras, Paço Imperial. Arquivo Central do IPHAN, Rio de Janeiro.

⁴⁴² Pró-Memória recebe as chaves do Paço da Cidade. Boletim SPHAN/Pró-Memória, n. 17, mar/abr, 1982.

Durante a 1ª reunião, realizada em 16 de março de 1982, Glauco Campello manifestou a preocupação da 6ª Diretoria Regional da SPHAN em discutir com organismos competentes os vários problemas ligados à preservação do Paço Imperial e que estariam, naturalmente, envolvidos no planejamento da cidade. Dentre os pontos abordados estavam a recuperação de uma relação harmoniosa entre o Paço Imperial, a Praça XV e o seu entorno; o disciplinamento da área, tendo em vista o crescimento da cidade e o problema da preservação e, por fim, o projeto da nova sede da Bolsa de Valores.⁴⁴³

Segundo Glauco Campello, era necessário disciplinar as novas construções nas imediações da área, harmonizando-as com o tecido urbano antigo ou, de forma mais real, com a situação concreta correspondente à sua configuração atual. Para ele, não se podia “tolher o progresso” e o desenvolvimento da cidade, mas, para isso, era necessário “inverter a tendência de um desenvolvimento baseado exclusivamente no consumo e no lucro”.⁴⁴⁴

Conforme consta na Ata da sua 3ª reunião, realizada no dia 29 março de 1982⁴⁴⁵, a comissão discutiu os problemas ligados ao sistema viário da região, e Glauco Campello lembrou que a preservação da praça exigiria um “relativo isolamento” que permitiria lhe atribuir um uso adequado. Aloísio Magalhães ressaltou a importância de tal oportunidade para a realização de algo muito significativo para a cidade e para o país. De acordo com Aloísio, o Paço Imperial e a sua praça foram cenário “de episódios históricos da mais alta significação”; por isso, havia a necessidade “de sensibilizar os técnicos em geral para que resolvam os problemas considerando essa importância e esta oportunidade”.⁴⁴⁶

Durante essa reunião, Glauco apresentou uma maquete da Praça XV e, com a colaboração do arquiteto José de Souza Reis⁴⁴⁷, comentou as possíveis hipóteses referentes à altura do edifício projetado para a Bolsa de Valores e os seus respectivos efeitos na região. Segundo ele, um edifício de 140 metros de altura não iria harmonizar com o conjunto da

⁴⁴³ Ata da 1ª reunião da Comissão para proceder a estudos específicos visando a proposição de critérios de agenciamento da área de entorno do antigo Paço da Cidade e da Praça XV de Novembro, 16 mar. 1982. Arquivo Técnico Administrativo, Série Obras, Paço Imperial. Arquivo Central do IPHAN, Rio de Janeiro.

⁴⁴⁴ CAMPELLO, Glauco. Crescimento urbano e preservação. Boletim SPHAN/Pró-Memória, n. 29, mar/abr., 1984, pp.38-39.

⁴⁴⁵ A segunda reunião foi realizada no dia 19 de março de 1982.

⁴⁴⁶ Ata da 3ª reunião da Comissão para proceder a estudos específicos visando a proposição de critérios de agenciamento da área de entorno do antigo Paço da Cidade e da Praça XV de Novembro, 29 mar. 1982. Arquivo Técnico Administrativo, Série Obras, Paço Imperial. Arquivo Central do IPHAN, Rio de Janeiro.

⁴⁴⁷ José de Souza Reis era arquiteto. Foi assessor de Aloísio Magalhães, na Sphan/Pró-Memória, desenvolvendo os estudos iniciais para a restauração do Paço Imperial, junto com o historiador Gilberto Ferrez.

Praça XV, ao que se opôs o arquiteto Maurício Roberto, argumentando sobre a “pouca importância” que teria a altura do edifício.⁴⁴⁸

Como um registro das discussões e decisões tomadas durante a reunião, a Ata apresentava uma anotação indicando uma “clara divergência de opinião” entre Glauco Campello, representante da Sphan/Pró-Memória e Maurício Roberto, arquiteto e autor do projeto, evidenciando que, ao contrário do que era esperado, os debates ainda estavam longe de uma conclusão.⁴⁴⁹

Ao todo, foram realizadas seis reuniões entre 16 de março e 24 de maio de 1982⁴⁵⁰ e, em todas elas, o enfoque esteve direcionado para a questão do gabarito e da volumetria do novo edifício da Bolsa de Valores, para a qual só se chegaria a uma resolução definitiva tempos depois (MENDES, 2012).

A existência de um fórum, como a Comissão de Estudo da área da Praça XV de Novembro, com a participação dos poderes municipal, estadual e federal, e, do empresariado, representado através da Bolsa de Valores, demonstrava quase que de forma literal a ação do “patrimônio da negociação” (NASCIMENTO, 2018a) na conciliação de interesses pela preservação da ambiência da Praça XV nos anos oitenta. No entanto, as discussões em torno da construção da nova sede da Bolsa não ficariam restritas apenas a esse fórum, reverberando através da imprensa, fazendo com que o tema ocupasse, também, o debate público.

A partir do levantamento realizado nos jornais da época foi possível identificar manifestações distintas sobre o assunto, sendo o Jornal do Brasil um dos primeiros veículos de imprensa a se manifestar. Em setembro de 1982, o jornalista Julio Bandeira⁴⁵¹ escreve a matéria intitulada “Eixo Cultural da cidade vai girar na Praça Quinze” em que o projeto da nova sede da Bolsa de Valores era citado como sendo o “único prédio que falta para completar visualmente a Praça XV”. Segundo a reportagem, a iniciativa contava com o apoio de intelectuais, como Antônio Houaiss, Afonso Arinos, Carlos Drummond de Andrade e Pedro Nava, que fizeram um abaixo assinado pelo novo prédio da Bolsa, e da SPHAN, que

⁴⁴⁸ Ata da 3a reunião da Comissão para proceder a estudos específicos visando a proposição de critérios de agenciamento da área de entorno do antigo Paço da Cidade e da Praça XV de Novembro, 29 mar. 1982. Arquivo Técnico Administrativo, Série Obras, Paço Imperial. Arquivo Central do IPHAN, Rio de Janeiro.

⁴⁴⁹ Ibidem.

⁴⁵⁰ Segundo Adriana Mendes (2012), a comissão foi dissolvida, possivelmente, devido à morte repentina de Aloísio Magalhães em junho de 1982. Com isso, a decisão quanto à aprovação do projeto para o novo edifício da Bolsa de Valores foi enviada para apreciação do Conselho Consultivo da SPHAN.

⁴⁵¹ Julio Bandeira é jornalista e escritor. Iniciou sua carreira no Jornal do Brasil e, posteriormente, tornou-se editor da Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional da Sphan/Pró-Memória, ainda nos anos 1980. Seu nome consta na ficha técnica da Revista a partir da edição de número 21, de 1986. Autor de livros e catálogos de exposições dedicados aos artistas viajantes que estiveram no Brasil, em especial Jean-Baptiste Debret (“Debret e o Brasil”), catálogo raisonné em parceria com Pedro Corrêa do Lago, “Caderno de Viagem”, “Debret na Coleção Castro Maya” e “O Teatro Pítoresco de Debret”.

considerava a importância da relação histórica da Bolsa de Valores com a Praça XV, bem como o seu papel para a dinamização cultural da área.⁴⁵²

O projeto previa a ocupação do quarteirão da Bolsa com um prédio de 42 andares, nas mesmas proporções que o prédio da Cândido Mendes construído no pátio do Convento do Carmo. Mas, após entendimento entre os membros da Comissão criada para discutir a situação da Praça XV, foi decidido que o prédio deveria ser construído em dois blocos.

O de frente para a praça teria 25 andares, mesma altura que o edifício David Sessim, na Rua do Mercado n. 11, e no de fundos para a rua do Ouvidor a altura seria de 35 andares. Com isso a Bolsa perdeu 4% de área construída, pouco se se considerar que o prédio atual ocupa apenas $\frac{1}{4}$ do terreno.⁴⁵³

O arquiteto e autor do projeto Maurício Roberto concedeu uma breve entrevista para a matéria e buscou diferenciar o novo prédio do edifício que havia sido construído pela Cândido Mendes e foi muito criticado em virtude dos impactos gerados por ele na ambiência da Praça XV e na percepção dos monumentos existentes na região. De acordo com Maurício Roberto,

não vai ter vidro preto, nós vamos procurar fazer uma coisa diferente. Parte do térreo do edifício ficará vazada e será uma prolongação da calçada da Praça XV com um pórtico de 20m2 de altura. Nós vamos também fazer uma piazzetta na entrada da Rua do Mercado de 90m2 (ali tem início um conjunto de cerca de 120 sobrados do Rio antigo protegidos pela SPHAN e o Corredor Cultural) e pretendemos que a área construída tenha início na mesma altura do viaduto (da perimetral). Isto esconderá da piazzetta o viaduto, que é acintoso, e horrível!⁴⁵⁴

Em suas declarações, o arquiteto tentava minimizar os efeitos que a construção causaria à área, apontando aspectos do projeto que, em sua visão, não seriam conflitantes com os elementos do “Rio Antigo” ainda existentes na praça.

Assim como ele, o presidente da Bolsa de Valores, Carlos de Almeida Libera, também se manifesta na reportagem, buscando se distanciar de quaisquer acusações sobre interesses meramente econômicos na ocupação da área, defendendo que o novo prédio da Bolsa não seria um empreendimento imobiliário, mas uma necessidade para adequação ao volume atual de suas operações.⁴⁵⁵

⁴⁵² BANDEIRA, Julio. Eixo cultural da cidade vai girar na Praça Quinze. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 12 set. 1982. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/030015_10/79503>. Acesso em: 14/07/2024.

⁴⁵³ Ibidem.

⁴⁵⁴ Ibidem.

⁴⁵⁵ Ibidem.

Nota-se, ainda, que o Jornal do Brasil não só concedia espaço para que a Bolsa de Valores comentasse o projeto da nova sede, como também detalhava, com certa expectativa, os planos de uso do prédio que iriam além de um simples pregão.

O jornalista Júlio Bandeira, autor da matéria, parecia ver com otimismo a ideia de utilização da Praça XV para fins culturais, e, talvez por esse motivo, tenha apresentado a Bolsa de Valores e as Faculdades Cândido Mendes - que também prometiam a realização de atividades culturais na área - como agentes articuladores, junto à SPHAN para a transformação da Praça XV no principal eixo cultural da cidade.

Para recuperar o sítio histórico (...) três instituições, a SPHAN, a Bolsa de Valores e as Faculdades Cândido Mendes, se reuniram para transformá-la no principal eixo cultural da cidade. Do Convento do Carmo o Professor Cândido Mendes promete um bombardeio cultural com 4 mil m² de exposições de arte, um teatro de 500 lugares e uma biblioteca de 100 mil volumes; no Paço Imperial, suas 24 portas estarão abertas, após a restauração, com galerias de arte, livrarias, inclusive sebos, com acesso aos seus dois pátios internos que, juntos, formam uma área de 300m²; e, no lado esquerdo da Praça, o arquiteto Maurício Roberto, contratado para projetar o novo prédio da Bolsa de Valores, garante um Museu, com a Coleção Gilberto Chateaubriand, a mais importante especializada em artes plásticas brasileiras, e um teatro de 600 lugares administrado pela atriz Tônia Carrero.⁴⁵⁶

O jornalista, contudo, não faz nenhuma menção à contribuição do Corredor Cultural para esse contexto - apenas o arquiteto Maurício Roberto cita em sua entrevista -, nem questiona as consequências de ambos os projetos arquitetônicos (da Bolsa e da Cândido Mendes) para o entorno dos bens tombados, voltando-se para uma projeção do que seria a Praça XV se tais planos de agitação cultural fossem, efetivamente, concretizados. Como se diante dessas contrapartidas, os impactos para o patrimônio da região pudessem ser relevados.

A revista Módulo, por sua vez, se posiciona contra as intenções da Bolsa, ao publicar, na edição de outubro e novembro de 1982, uma carta assinada pelo historiador Carlos Roquette⁴⁵⁷, pela Comissão de Marcos - AMAC (Associação de Moradores e Amigos do centro); pela arquiteta Margareth Pereira, pela Comissão de Apoio Comunitário - SARJ (Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio de Janeiro); e Oswaldo Neto, pela Comissão Técnica de Apoio Comunitário - SERJ (Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro), na qual manifestam preocupação quanto à construção do prédio da Bolsa e o futuro da Praça XV.

⁴⁵⁶ Glauco Campelo era diretor da 6a. Diretoria Regional da SPHAN/Pró-Memória. Cf. BANDEIRA, Julio. Eixo cultural da cidade vai girar na Praça Quinze. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 12 set. 1982. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/030015_10/79503>. Acesso em: 14/07/2024.

⁴⁵⁷ Carlos Roquette é historiador e guia turístico. Foi responsável pelo desenvolvimento do projeto Roteiros Culturais com visitas mediadas pelo “Rio Antigo”, no Centro do Rio, em meados da década de 1980.

De acordo com a carta, o Rio de Janeiro havia sofrido, nos últimos anos, uma série de intervenções que descaracterizaram a sua paisagem urbana e pouco contribuíram para torná-la uma cidade menos opressiva, pelo contrário, ameaçavam os direitos mais elementares de seus habitantes.

Diante desse histórico, acreditava-se que a construção do prédio da Bolsa, com um gabarito que excedesse ao fixado pela lei para aquela área, “além de desrespeito à Praça XV e ao que ela significa como marco cultural, referência urbana para os cariocas”, iria causar uma série de desequilíbrios de diversas ordens em uma área que já apresentava “os sintomas de uma desorganização caótica”.⁴⁵⁸

Em nome da comunidade e das entidades envolvidas com a questão urbana e com a qualidade de vida dos moradores do Rio, os signatários da carta expressavam apreensão quanto às consequências da construção de mais um prédio de grande porte na área e dos desdobramentos dessa ação para o cotidiano da cidade. Concluindo que, uma decisão neste sentido iria de encontro “às aspirações da comunidade, que vem exigindo a sua participação no processo decisório das intervenções que lhe atingem e que reiteradas vezes tem-se manifestado pela preservação desta área - considerada patrimônio da nação”.⁴⁵⁹

Ao conceder espaço para a publicação da carta, a *Módulo* colocava-se como uma voz dissonante em relação aos demais veículos de imprensa⁴⁶⁰, defendendo a preservação do centro histórico do Rio e da Praça XV, ao valorizar o seu simbolismo como marco para a urbanização da cidade e como referência identitária da nação. E, nesse sentido, cabe destacar que, mais do que uma preocupação quanto ao avanço do crescimento desordenado do Rio, há, sobretudo, a defesa dos vestígios remanescentes da antiga cidade como testemunhos do passado do país. Isto é, a memória da Praça XV, ainda nos anos oitenta, permanecia sendo valorada pelas suas características históricas e artísticas vinculadas à fundação da nação.

O primeiro projeto do edifício, segundo nota oficial publicada pelo presidente do Conselho Consultivo da SPHAN, Marcos Vinícius Vilaça⁴⁶¹ - e replicada em reportagem do O

⁴⁵⁸ *Módulo* Brasil Arquitetura, Outubro-Dezembro, 1982. Disponível em: <<http://memoria.bn.gov.br/DocReader/006173/6938>>. Acesso em: 26/08/2024. A decisão do Conselho Consultivo consta na Ata da 98ª Reunião Ordinária do Conselho Consultivo. Cf. Ata da 98ª Reunião Ordinária do Conselho Consultivo, 10 nov. 1982. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/atas/19820298reuniaordinaria10denovembro.pdf>>. Acesso em 26/08/2024.

⁴⁵⁹ *Ibidem*.

⁴⁶⁰ A partir do levantamento realizado, foram identificadas referências a manifestações em torno da construção da nova sede da Bolsa de Valores publicadas na Revista *Módulo* e no jornal *O Globo* que destacou que, dentre as diversas manifestações favoráveis e contrárias, a que mais teve impacto foi a carta assinada por diversos intelectuais de renome nacional a favor da aprovação do projeto. Cf. Carta assinada por intelectuais apóia a construção. *O Globo*, Rio de Janeiro, 12 out. 1982.

⁴⁶¹ Marcos Vinícius Vilaça era advogado e escritor. Assumiu a direção da Spphan/Pró-Memória e da Secretaria de Cultura do Ministério da Educação e Cultura após a morte de Aloísio Magalhães em 1982.

Globo em novembro de 1982 - foi julgado pelo Conselho Consultivo da SPHAN como "incompatível com a fisionomia e ambientação histórico-cultural da Praça XV, comprometendo, por sua vizinhança, a visibilidade do antigo Paço Imperial e de vários outros bens tombados, conforme estabelece o Decreto Lei n. 25, de 30 de novembro de 1937".⁴⁶²

O presidente da Bolsa de Valores do Rio, Carlos Liberal, se manifesta na mesma reportagem, afirmando que iria recorrer contra a decisão do Conselho Consultivo da SPHAN de rejeitar o projeto de construção do novo prédio da entidade, que agora contava com 35 andares. Carlos Liberal defendia que a construção do prédio na Praça XV se justificava porque o local era tradicionalmente o centro financeiro do Rio e que, por isso, não iria "abrir mão de uma tradição que tem mais de cem anos."⁴⁶³

O jornal O Globo que, assim como o JB, defendia a execução do projeto - e havia concedido um espaço significativo para que o autor do projeto e arquiteto Maurício Roberto apresentasse suas propostas para a área⁴⁶⁴, destacava que "há 50 anos a Bolsa já funcionava na Praça XV" e citava a mudança de posicionamento de três conselheiros do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Afonso Arinos, Américo Jacobina Lacombe e Pedro Calmon que votaram contra a construção da nova sede da Bolsa, "apesar de assinarem, em agosto, uma lista na qual participaram também Carlos Drummond de Andrade, Dias Gomes, Janete Clair e mais 44 intelectuais, manifestando apoio à construção do prédio, que sem ônus para o Estado, iria estimular a arte no Rio de Janeiro."⁴⁶⁵

O jornal não só expunha os conselheiros que haviam mudado de ideia em relação ao projeto, como também acusava a SPHAN de ser uma barreira para a sua execução. Para além de defender uma suposta relação histórica da Bolsa de Valores com a Praça XV, que seria uma justificativa para a aprovação do projeto, o jornal afirmava, ainda, que desde 1968, a Bolsa já planejava a ampliação de suas atividades, tendo comprado todas as casas que estavam ao redor do prédio atual de nove andares, tornando-se proprietária de todo o quarteirão.⁴⁶⁶ Uma postura que, ao contrário do desejado, evidenciava, não o seu compromisso com a preservação da memória da cidade, mas o avanço de seus interesses imobiliários sobre o território histórico da praça.

No período que se segue, a Bolsa de Valores tenta articular apoio junto à Prefeitura do Rio, à época, sob o governo de Jamil Haddad, para a execução de um segundo projeto,

⁴⁶² Bolsa recorre à justiça para construir Prédio. Jornal O Globo, Rio de Janeiro, 12 nov. 1982.

⁴⁶³ Ibidem.

⁴⁶⁴ Em discussão, o novo prédio da Bolsa. Para uns, vai desfigurar a Praça 15. Outros destacam seu valor cultural. O Globo, Rio de Janeiro, 19 out. 1982.

⁴⁶⁵ Bolsa recorre à justiça para construir Prédio. Jornal O Globo, Rio de Janeiro, 12 nov. 1982.

⁴⁶⁶ Ibidem.

conforme verifica-se a partir da nota publicada no O Globo em abril de 1983.⁴⁶⁷ De acordo com o jornal, diante da reação de alguns órgãos ligados à preservação, o projeto original, que previa a demolição do prédio atual, foi substituído pela ideia de levantar a nova sede, agora com 32 andares, atrás da edificação já existente no local. No entanto, a proposta acabou sendo inviabilizada com a fixação dos limites do Corredor Cultural pela Prefeitura do Rio e o estabelecimento de um gabarito especial para a região da Praça XV.⁴⁶⁸

Conforme foi possível observar, a crítica da imprensa quanto à não aprovação dos projetos anteriores da nova sede da Bolsa de Valores ficou restrita apenas à atuação da SPHAN, através de seu Conselho Consultivo, não sendo citadas, por exemplo, as implicações da aprovação da legislação do Corredor Cultural na adoção de tais medidas de proteção da área.

No levantamento realizado nos jornais da época, não foram localizadas reportagens abordando os desdobramentos das negociações. Contudo, consta a aprovação, por unanimidade, de uma nova volumetria para a nova sede da Bolsa de Valores no Rio na Ata da 112ª reunião do Conselho Consultivo da SPHAN, em dezembro de 1984, que previa “o corpo do edifício compreendido entre a Praça XV e o prolongamento da linha limite dos prédios de n. 17 e 19 da rua do Mercado (...), com altura máxima a do topo das fachadas voltadas para a mesma Praça XV”, sendo o restante, “compreendido entre a linha acima referida, de prolongamento do limite dos prédios de n. 17 e 19 e a rua do Ouvidor” com altura máxima de 10,50m, considerada como adequada às novas edificações nesta área do Corredor Cultural.⁴⁶⁹

Com o início das obras, a imprensa voltaria a abordar o tema de forma mais recorrente, como verifica-se a partir de publicações do Jornal do Brasil⁴⁷⁰ e O Globo⁴⁷¹. Desta vez, os jornais procuraram destacar o compromisso da Bolsa de Valores com a conservação de seu entorno e a execução do projeto em acordo com as determinações das entidades do patrimônio ligadas à área, como a SPHAN e o Corredor Cultural. Além de ressaltar a contribuição da instituição para os trabalhos de preservação na região, a partir da localização de achados arqueológicos durante os trabalhos de escavação para a construção do novo prédio.

⁴⁶⁷ Presidente da Bolsa pede o apoio de Jamil para nova sede. O Globo, Rio de Janeiro, 13 abr. 1983.

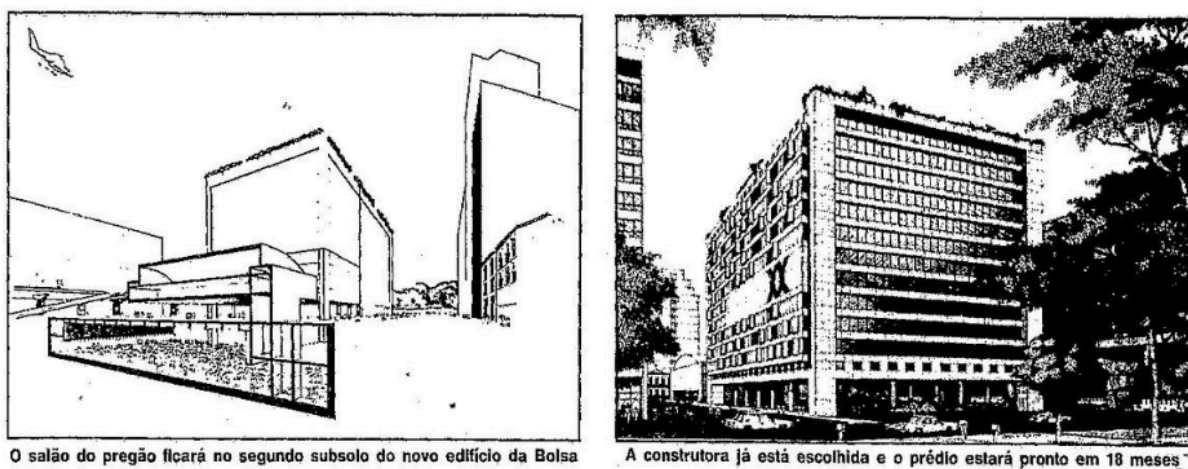
⁴⁶⁸ Aprovada a mensagem de preservação paisagística. O Globo, Rio de Janeiro, 09 dez. 1983.

⁴⁶⁹ Ata da 112ª Reunião Ordinária do Conselho Consultivo - 19/12/1984. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/atas/198408112reuniaoordinaria19dedezembro.pdf>>. Acesso em: 26/08/2024.

⁴⁷⁰ Duas peças raras são encontradas na Praça 15. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 17 nov. 1987. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/030015_10/216296>. Acesso em: 26/08/2024.

⁴⁷¹ Novo pregão do Rio, o maior da América Latina. O Globo, Rio de Janeiro, 29 ago. 1987.

Figura 10: Projeto do novo prédio da Bolsa de Valores (1987).⁴⁷²



Nesse sentido, a descoberta de um antigo canhão - possivelmente do século XVIII - durante as escavações na área, foi divulgada pelo O Globo e pelo Jornal do Brasil com bastante entusiasmo, sinalizando que a direção da Bolsa de Valores cogitava criar um museu aberto ao público com as peças que fossem encontradas no terreno.⁴⁷³

Contudo, verificou-se que, assim como o projeto de criação de um museu de artes plásticas, com a Coleção Gilberto Chateaubriand, e um teatro, administrado pela atriz Tônia Carrero, que constavam no plano inicial apresentado em 1982, o projeto envolvendo as descobertas arqueológicas também não foi levado adiante⁴⁷⁴. Resumiram-se a argumentos no processo de negociação para a construção do novo prédio na Praça XV que, sendo submetido a alguns ajustes, foi concluído em meados da década de 1990⁴⁷⁵, marcando profundamente a imagem da área que permanecia tão simbólica para a cidade.⁴⁷⁶

Outro aspecto que ameaçava a preservação do patrimônio da Praça XV nos anos 1980 estava associado, como vimos, à configuração viária estabelecida no entorno do logradouro ao

⁴⁷² Novo pregão do Rio, o maior da América Latina. O Globo, Rio de Janeiro, 29 ago. 1987.

⁴⁷³ Achado canhão em terreno da Bolsa. O Globo, Rio de Janeiro, 18 nov. 1987. O canhão localizado durante as escavações no terreno da Bolsa de Valores, segundo nota do jornal O Globo seria encaminhado para estudo e análise pela SPHAN.

⁴⁷⁴ Na pesquisa realizada na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, com 107 acervos de periódicos da década de 1990, e na TV Globo, não foram identificados resultados que indicassem a existência dessas atividades na Bolsa de Valores. Há, apenas, a indicação da realização de exposições no saguão do prédio e no chamado "Centro de Eventos da Bolsa", o que não caracterizaria a existência de um museu de artes plásticas, como projetado pela Bolsa.

⁴⁷⁵ AGUIAR, Marcelo. Bolsa de Valores do Rio de Janeiro abre hoje pela primeira vez o seu novo pregão. O Globo, Rio de Janeiro, 18 abr. 1996.

⁴⁷⁶ No início dos anos 2000, as Bolsas de Valores do Rio de Janeiro e de São Paulo anunciaram a fusão de suas operações, cabendo à Bolsa do Rio, a negociação de títulos públicos e a Bolsa de São Paulo, o mercado de ações. Em julho de 2024, após mais de duas décadas, o prefeito do Rio, Eduardo Paes e o CEO da Americas Trading Group, Claudio Pracownik, responsável pela administração da futura bolsa, anunciaram a instalação de um novo "pregão" na cidade do Rio.

longo dos últimos anos. Segundo a imprensa, o intenso tráfego de veículos seria um dos principais responsáveis pelo caos urbano que havia se instalado no centro histórico da cidade, sendo considerado, por isso, como um dos maiores problemas da região.

Assim que assumiu o governo do Estado, em 1983, Leonel Brizola⁴⁷⁷ se articula para dar respostas não só ao problema do trânsito no Centro do Rio, mas à situação de abandono da área como um todo, criando, para isso, a Secretaria Extraordinária “Rio, Ano 2000”, que, dentre outros objetivos, pretendia implementar um projeto de revitalização da região central da cidade do Rio de Janeiro. A secretaria extraordinária, contudo, existiu apenas por alguns meses, mas foi retomada em 1984, como um projeto de mesmo nome⁴⁷⁸, sob a coordenação do arquiteto e urbanista Jaime Lerner⁴⁷⁹ (OAKIM, 2019).

As intenções de Lerner para o Rio tiveram uma ampla repercussão na mídia. Havia uma certa expectativa, sobretudo, em relação aos planos que prometiam dar uma solução definitiva ao trânsito do centro da cidade, certamente em virtude de sua reconhecida experiência nesse campo.⁴⁸⁰

Com a aprovação do plano, após os estudos preliminares, os jornais anunciavam que o projeto de Lerner mudaria “todo o trânsito do Centro”⁴⁸¹, como foi possível observar através de matérias publicadas no O Globo e no Jornal do Brasil.⁴⁸²

Em janeiro de 1985, o jornal O Globo apresentou um detalhamento do projeto incluindo uma imagem ilustrativa com a identificação dos terminais de ônibus e as modificações previstas para a Praça XV, como desvio do trânsito da Avenida Alfred Agache para a Perimetral e o fim da passarela de pedestres localizada abaixo da via. Segundo a reportagem, a ideia era eliminar os congestionamentos no Centro, diminuir a poluição e proporcionar rapidez e conforto à população que transita na área. O plano previa a criação de

⁴⁷⁷ Leonel Brizola foi governador do Rio de Janeiro entre os anos de 1983 e 1987.

⁴⁷⁸ O Projeto Rio Ano 2000 também previa a implementação de um Sistema Integrado de Transportes elaborado pelo arquiteto Jaime Lerner. Cf. Projeto Ano 2000 visto com reserva. Última Hora, Rio de Janeiro, 19 jan. 1984. Disponível em: <<http://memoria.bn.gov.br/DocReader/386030/124220>>. Acesso em: 25/02/2025.

⁴⁷⁹ Jaime Lerner foi arquiteto e urbanista. Responsável pela criação e estruturação do Instituto de Planejamento Urbano de Curitiba (Ippuc) em 1965, participou do desenvolvimento do Plano Diretor de Curitiba. Foi prefeito de Curitiba em três mandatos: nos períodos de 1971 a 1975, de 1979 a 1983 e de 1989 a 1992. Implementando o Ligeirinho, o BRT (Bus Rapid Transit) em sua primeira gestão na prefeitura. Elaborou estudos urbanísticos e de mobilidade nos anos 80 para a cidade do Rio de Janeiro. Em 1984 filiou-se ao PDT, assumindo até 1986, a Coordenadoria Estadual de Transportes e a Assessoria para Questões Metropolitanas da Cidade do Rio de Janeiro, sendo responsável pelo Projeto Rio, Ano 2000.

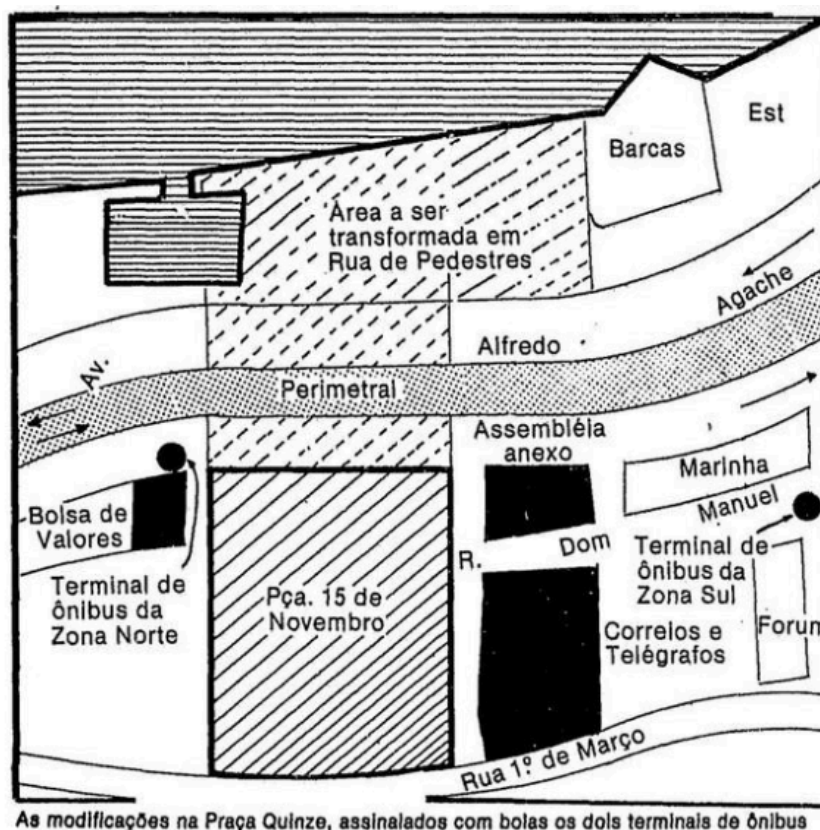
⁴⁸⁰ O jornal O Globo publicou em 1983 uma matéria sobre os projetos de Jaime Lerner em Curitiba. Cf. Arquiteto que vai planejar futuro do Rio deixa saudade (e críticas) em Curitiba. O Globo, Rio de Janeiro, 21 ago. 1983.

⁴⁸¹ Plano de Lerner mudará todo o trânsito no Centro. O Globo, Rio de Janeiro, 10 jan. 1985.

⁴⁸² Conforme verificado a partir do levantamento realizado para esse estudo, O Globo e o Jornal do Brasil foram os veículos de comunicação que mais cobriram os temas relacionados à Praça XV, isso justifica a menção recorrente a eles.

dois terminais de ônibus, perto da praça, que ganharia um corredor de pedestres, da estação das barcas ao Paço Imperial, seguindo orientações da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional para retirada do trânsito de veículos na área. Mas mantinha, no entanto, o entreposto de peixes na Praça XV, contrariando o interesse de parte significativa da imprensa que demandava a sua retirada definitiva da região.

Figura 11: Projeto de Jaime Lerner para a mudança do trânsito na região da Praça XV (1985).⁴⁸³



O Jornal do Brasil também noticiou o plano de revitalização dando ênfase à proposta que prometia mudar a fisionomia da região central do Rio, valorizando a história da cidade “que teve seu berço no Centro”.⁴⁸⁴

Em entrevista concedida ao jornal, Jaime Lerner defendeu o seu sonho de ver o renascimento do Centro, através da reorganização dos transportes coletivos, de novos terminais, das ruas de pedestres e da recuperação das características antigas dos becos, ruelas e largos. Para ele, a restauração do Paço Imperial, finalizada em março de 1985, seria um ponto de partida para a recuperação das características da Praça XV, sendo o seu projeto, por isso, mais do que uma obra pública, mas uma proposta de agenciamento de novos usos para a

⁴⁸³ Plano de Lerner mudará todo o trânsito no Centro. O Globo, Rio de Janeiro, 10 jan. 1985.

⁴⁸⁴ Centro do Rio muda de aspecto com mais terminais e calçadas. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 06 fev. 1985.

área.⁴⁸⁵ Um desejo de reapropriação da praça que aproximava o seu plano com as propostas implementadas pelo Corredor Cultural.⁴⁸⁶

O Plano de revitalização de Lerner incluía um projeto urbanístico para a Praça XV, com a transferência dos pontos finais, o fechamento da Avenida Alfred Agache e, como já citado, a passagem dos ônibus sobre a Perimetral, além de outras alterações no local, que deveriam ser executadas pela Prefeitura do Rio através da Secretaria Municipal de Obras.⁴⁸⁷

A imprensa publicou diversas matérias sobre o andamento do projeto e, diante da demora para a sua implementação, começou a pressionar publicamente o governo do Estado com reportagens apontando gastos expressivos com pagamentos ao escritório de Lerner, denunciando que os planos de transporte urbano da cidade não saíam do papel.⁴⁸⁸

Com a eleição de Saturnino Braga⁴⁸⁹ para a Prefeitura do Rio em 1986, no entanto, um grupo de trabalho é criado nas secretarias de obras e de desenvolvimento urbano para conclusão dos estudos para viabilização da implantação do projeto de Lerner⁴⁹⁰, que não haviam sido finalizados na gestão anterior. E o projeto começa a ser retomado aos poucos.

Nesse momento, o Rio de Janeiro vivia um cenário político bastante promissor, no que se referia à preservação do patrimônio, formado pelos governos de Brizola, na esfera estadual, e de Saturnino, na municipal, ambos com uma trajetória política marcada pela luta a favor da democracia e contra a ditadura militar. No campo do patrimônio, isso se refletiu em uma política que se distinguia da praticada pelo poder federal, mais abrangente, sobretudo, no que diz respeito à herança negra no Estado, como já indicava o tombamento da Pedra do Sal pelo Inepac em 1984 e, reiterado, nesse contexto, com a inauguração do Monumento a Zumbi dos Palmares em fins de 1986 (CHUVA, 2020).

É a partir dessa conjuntura que são iniciadas as obras do projeto de Lerner em meados de 1986. A imprensa, mais uma vez, noticia o projeto com muita expectativa, divulgando que as obras, voltadas para a recuperação da qualidade de vida na região, tinham começado no Largo da Misericórdia, onde seria construído um dos quatro terminais rodoviários do plano de revitalização do Centro. Anunciando, ainda, que com a organização do trânsito na área, o centro da cidade poderia “reviver seus tempos de glória”.⁴⁹¹ Isto é, reviver o que era

⁴⁸⁵ Jaime Lerner e a revalorização do Centro do Rio. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 18 mai. 1985.

⁴⁸⁶ O arquiteto Augusto Ivan elogiou a iniciativa do Plano Lerner por buscar uma solução quanto à questão do trânsito na região, devolvendo as calçadas aos pedestres. Cf. *Urbanistas temem que o Rio se transforme numa “miserópolis”*. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 10 nov. 1985.

⁴⁸⁷ Plano de Lerner mudará todo o trânsito no centro. *O Globo*, Rio de Janeiro, 10 jan. 1985.

⁴⁸⁸ GOMES, Luiz Fernando. Planos de Lerner continuam no papel. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 01 dez. 1985.

⁴⁸⁹ Saturnino Braga foi prefeito do Rio de Janeiro de 1986 a 1989, filiado ao PDT de 1981 a 1987.

⁴⁹⁰ Plano de revitalização do Centro começa com terminais. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 30 jul. 1986.

⁴⁹¹ Revitalização do Centro começa pela Praça XV. *O Globo*, Rio de Janeiro, 22 jun. 1986.

considerado um “documento vivo da história do País do período colonial, do Império e da República (...) retrato da identidade do carioca”, como definia o arquiteto Jaime Lerner.⁴⁹² Uma perspectiva que indicava certa nostalgia em relação à uma memória do passado do Rio que ainda poderia ser percebida através dos vestígios remanescentes da cidade.

Apesar de a discussão sobre o Plano não ser um dos objetivos deste estudo, cabe destacar que a sua elaboração significou uma resposta dos governos estadual e municipal em relação às denúncias quanto ao caos urbano resultante do intenso tráfego de veículos em toda a área central do Rio e, especificamente, no entorno dos bens tombados na Praça XV.

Entretanto, das inúmeras propostas que compunham o planejamento inicial⁴⁹³, apenas o terminal da Misericórdia e Alfred Agache foram concluídos⁴⁹⁴, passando a concentrar 42 linhas de ônibus que faziam ponto final em diversas localidades, dentre elas, na própria Praça XV.⁴⁹⁵

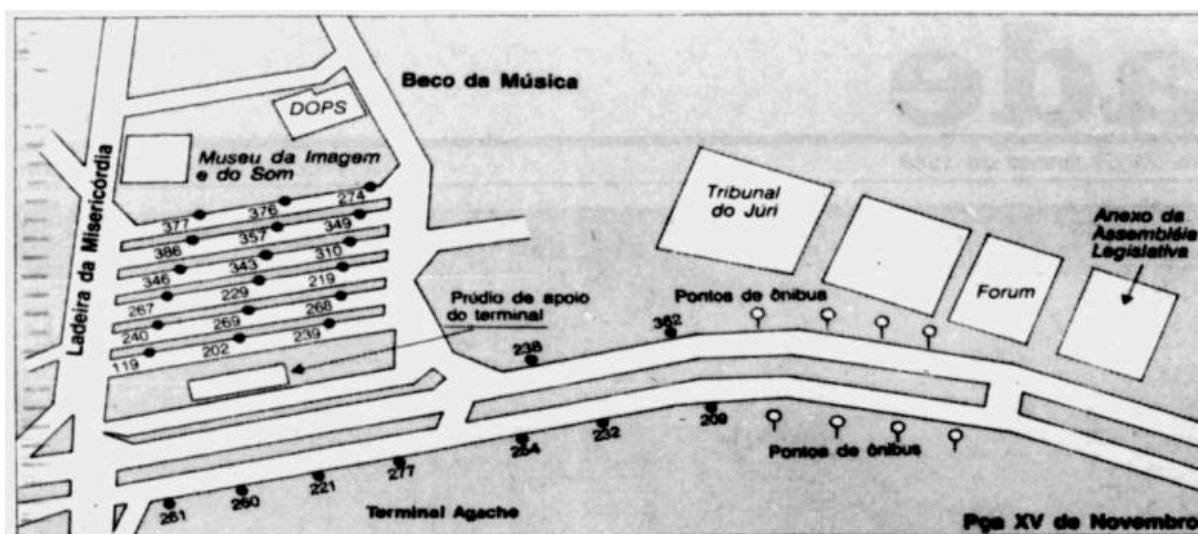
⁴⁹² Entrevista com o arquiteto e urbanista Jaime Lerner. Revitalização do Centro começa pela Praça XV. O Globo, 22 jun. 1986.

⁴⁹³ O plano de Lerner foi recebido com muita resistência pelos empresários de ônibus, criando um impasse entre a Prefeitura do Rio e o empresariado do setor de transportes. Cf. Antonio Colchete Filho (2008).

⁴⁹⁴ BOTTARI, Elenilce; SEARA, Berenice. Nas gavetas do poder repousam mirabolantes projetos para salvar a cidade maravilhosa. Vamos passear no Rio que não sai do papel? O Globo, Rio de Janeiro, 03 set. 1989. Elenilce Bottari, manauara, é jornalista desde 1985. Participou da cobertura do caso Vigário Geral pelo jornal O Globo. Trabalhou ainda no Jornal do Brasil, revista Veja e Rádio Tupi. Conquistou dois prêmios Esso e recebeu também os prêmios Embratel, CNT, Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, Disque-Denúncia, além de uma menção honrosa do Premios Internacionales de Periodismo Rey da España, nas áreas de Direitos Humanos, Justiça e Meio Ambiente. Berenice Seara é natural do Rio de Janeiro, graduada em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela Universidade Federal Fluminense, e pós-graduada em Políticas Públicas e em Sociologia Política e Cultura. Começou na profissão como repórter na editoria de Cidade no jornal O Globo, onde trabalhou ainda no suplemento cultural Segundo Caderno e na editoria Nacional e Política. Foi editora de Cidade no Jornal do Brasil e criou a coluna "Extra, Extra!" no jornal Extra do Rio de Janeiro.

⁴⁹⁵ Cf. Centro do Rio ganha 2 terminais rodoviários. O Globo, Rio de Janeiro, 06 fev. 1988; Governo inicia projeto para desafogar a Praça 15. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 02 jan. 1988; Ônibus garantem transporte. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 08 nov. 1989.

Figura 12: Localização dos terminais Misericórdia e Agache na Praça XV (1988).⁴⁹⁶



Apesar de não ter sido implementado em sua totalidade, a escolha da região da Praça XV para dar início ao Plano de Revitalização mostrou-se bastante simbólica ao corroborar a importância que a praça assumia nas ações de preservação desenvolvidas no Centro ao longo da década de 1980.

No entanto, embora tenha sido gestado em uma conjuntura política como a experienciada pelo Rio em meados dos anos oitenta, sua proposta de reapropriação da área da Praça XV não trouxe nenhuma mudança significativa. Convergia com as ações já desenvolvidas pelo Corredor Cultural, no que dizia respeito à preservação dos becos, das ruas e do casario e quanto ao estímulo de seu uso para fins culturais. Logo, assim como o Corredor, o plano de Lerner também não representou uma ruptura da valorização dos elementos da praça comumente associados ao imaginário positivado do Rio Antigo. Fundamentando-se na conservação de vestígios da velha cidade como um recurso para atrair cariocas e turistas para a região.

Em 1987, a imprensa voltaria a falar sobre o Centro do Rio ao apresentar os projetos elaborados pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano da Prefeitura do Rio para a área. Segundo reportagem publicada pelo O Globo, em janeiro de 1987, a partir de uma série de iniciativas, o prefeito do Rio, Saturnino Braga, pretendia recuperar a ambiência do Centro implementando algumas mudanças em regiões urbanisticamente desestruturadas, normalmente esvaziadas durante à noite e nos finais de semana.⁴⁹⁷

⁴⁹⁶ Governo inicia projeto para desafogar a Praça 15. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 02 jan. 1988.

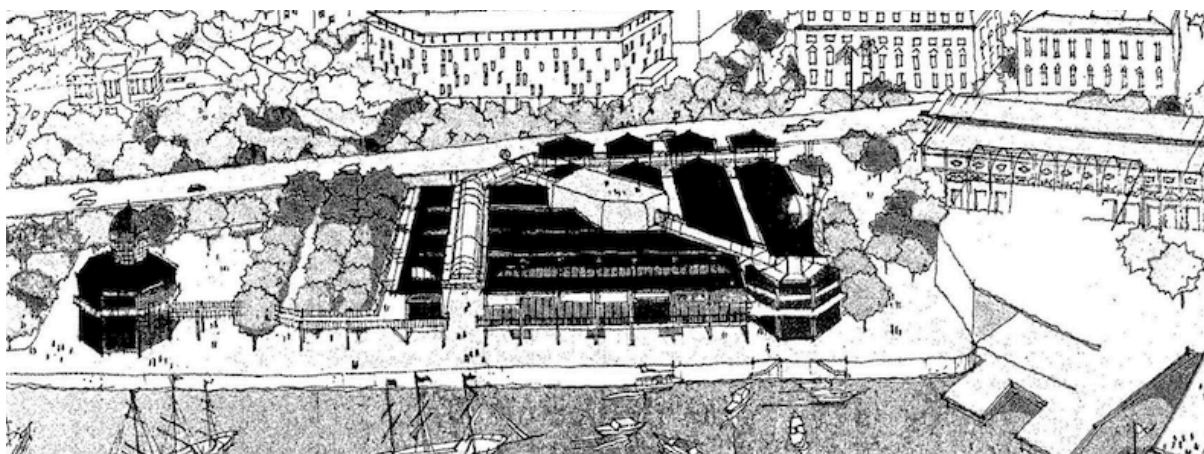
⁴⁹⁷ A reportagem tratava das áreas da Cidade Nova, Cais do Porto e Esplanada de Santo Antônio, mas refletem as intenções da Prefeitura do Rio em transformar os usos da região central da cidade. Cf. LOBATO, Eliana. Valorizado e reanimado, o novo Centro. *O Globo*, Rio de Janeiro, 03 jan. 1987.

Dentre esses projetos estava a proposta de devolver um “perfil histórico” à Praça XV⁴⁹⁸ através da reconstrução do antigo mercado municipal⁴⁹⁹, que havia cedido lugar, na década de 1950, para a passagem da via elevada da Perimetral.⁵⁰⁰

Com a intenção de “recuperar mais de 400 anos de história do Rio” e atrair para a praça atividades que pudessem estimular a sua ocupação à noite e nos finais de semana, a Prefeitura do Rio planejava desenvolver um projeto de restauração de toda a área que incluía, como citado, o plano de reconstrução do antigo mercado da Praça XV.⁵⁰¹

De acordo com matéria no O Globo, o projeto, elaborado pelos arquitetos Claudio Taulois, Sérgio Magalhães e Flávio Ferreira⁵⁰², fazia parte de um plano que englobava a ocupação da Cidade Nova e a recuperação da Esplanada de Santo Antônio.⁵⁰³

Figura 13: Projeto do Novo Mercado Municipal do Rio (1988).⁵⁰⁴



Em entrevista para o jornal, Flávio Ferreira ressaltou que a Praça Quinze era o portal do Rio, por onde chegavam os visitantes por mar⁵⁰⁵, mas que havia se tornado “uma espécie de quintal, onde jogam qualquer coisa.” Segundo ele, dentro dos planos de restauração da Praça XV estava a proposta de trazer o mar até o Chafariz Mestre Valentim e recuperar a

⁴⁹⁸ Projeto devolve perfil histórico à Praça 15. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 06 mai. 1987.

⁴⁹⁹ Em setembro de 2024, o jornal O Globo noticia a publicação no Diário Oficial do Rio de uma manifestação de interesse privado para construção e operação de um novo Mercado da Praça XV. O empreendimento seria construído junto ao restaurante Albamar. O projeto seria estruturado a partir de uma estrutura metálica em tom verde, lembrando o antigo mercado. Cf. Rio poderá ganhar um novo “Mercado da Praça XV”. Coluna Ancelmo Gois. O Globo, Rio de Janeiro, 25 set. 2024.

⁵⁰⁰ Restauração pode dar nova vida à Praça Quinze. O Globo, Rio de Janeiro, 06 mai. 1987.

⁵⁰¹ Ibidem.

⁵⁰² Secretário de Desenvolvimento Urbano no governo Saturnino Braga, desde setembro de 1986.

⁵⁰³ Restauração pode dar nova vida à Praça Quinze. O Globo, Rio de Janeiro, 06 mai. 1987.

⁵⁰⁴ LOBATO, Eliane. A fantástica Praça Quinze. O Globo, Rio de Janeiro, 22 mar. 1988.

⁵⁰⁵ Cabe destacar que até meados do século XVIII o desembarque de negros escravizados vindos do continente africano era feito na Praça XV (na região denominada Praia do Peixe), quando foi transferido para a área do Cais do Valongo.

antiga murada do século XVIII, como havia sido no passado. O arquiteto Claudio Taulois, por sua vez, explicou que a intenção do projeto era a valorização do caráter histórico da praça, prevendo, para isso, a recuperação da antiga pavimentação de granito que formava um “X” cruzando toda a área.⁵⁰⁶

Nesse sentido, o projeto representava um grande investimento na construção de uma narrativa positivada para a Praça XV, buscando distanciar a praça da imagem de um lugar abandonado, sujo e desordenado com a qual esteve associada nos últimos anos.

Ainda de acordo com a matéria, o novo Mercado Municipal seria construído a partir de sua torre remanescente, onde funcionava o restaurante Albamar, com estruturas metálicas e telhado de cerâmica, assim como a antiga construção⁵⁰⁷. Sendo ocupado com bares, restaurantes e comércio voltado para o turismo, e lojas, cinema, teatro e outros espaços destinados para a realização de espetáculos culturais.⁵⁰⁸

A intenção da prefeitura do Rio também foi abordada com entusiasmo pelo Jornal do Brasil, em reportagem publicada no mesmo período. De acordo com o jornal, o principal objetivo da proposta era “reviver a Praça 15 em suas características arquitetônicas do passado”, com o mercado municipal abrigando um centro de cultura e lazer, transformando o local “em uma zona boêmia, já apelidada de baixo cais”.⁵⁰⁹

Essa ideia seria, posteriormente, retomada por Saturnino Braga em entrevista ao O Globo, em dezembro de 1987, quando o prefeito manifestou o seu desejo de que a Praça XV voltasse a ter o movimento e a arquitetura que tinha no início do século XX, fato que era ressaltado pelo jornal ao destacar que a inspiração para o projeto era o próprio passado, já que a estrutura do novo mercado iria relembrar a antiga edificação.

Para Saturnino, a beira-mar do Centro era “a área de maior potencial da cidade” e estava destinada a usos secundários, como, por exemplo, os estacionamentos. Desse modo, a ideia de recriar o Mercado Municipal na Praça XV colaborava com a proposta de se “colocar gente nas ruas”⁵¹⁰, identificada, em outros projetos pensados para a região nos anos 1980, como o Corredor Cultural e o Plano de Revitalização do Centro de Jaime Lerner.⁵¹¹

Em março de 1988, observa-se uma certa expectativa na imprensa quanto à implementação do projeto, que anunciado no ano anterior, ainda não havia iniciado suas

⁵⁰⁶ Restauração pode dar nova vida à Praça Quinze. O Globo, Rio de Janeiro, 06 mai. 1987.

⁵⁰⁷ O antigo Mercado Municipal da Praça XV foi inaugurado em fins de 1907.

⁵⁰⁸ Restauração pode dar nova vida à Praça Quinze. O Globo, Rio de Janeiro, 06 mai. 1987.

⁵⁰⁹ Projeto devolve perfil histórico à Praça 15. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 06 mai. 1987.

⁵¹⁰ MEDEIROS, Mônica. Praça Quinze ganhará Mercado Novo. O Globo, Rio de Janeiro, 27 dez. 1987.

⁵¹¹ Em dezembro de 1987, Saturnino Braga sancionou lei que ampliou a área contemplada pelo Corredor Cultural. Cf. Saturnino assina lei que amplia o “corredor cultural” da cidade. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 16 dez. 1987.

obras. Nessa época, O Globo publica uma breve matéria escrita pela jornalista Eliane Lobato⁵¹², com o título “A fantástica Praça Quinze” que ironizava os inúmeros projetos propostos para a praça nos últimos anos, que “nem sempre faziam jus à imagem vendida inicialmente” já que “no papel, tudo é lindo e maravilhoso”.⁵¹³

A reportagem focou no projeto da vez: a recriação do Mercado Municipal da Praça XV. E afirmava que, apesar de

traçado em meio a uma paisagem clara e organizada, com muito verde e sem a bagunça que atualmente circunda os prédios históricos da Praça Quinze, o nascimento desse Mercado acena com uma ambiciosa possibilidade: devolver vida ao Centro do Rio de Janeiro, normalmente morto à noite, finais de semana e feriados.⁵¹⁴

Era esperado que, com a conclusão do projeto, os cariocas pudessem ir para o Centro da cidade “não apenas para trabalhar, mas para se divertir”.⁵¹⁵ Contudo, conforme noticiado pelo O Globo, em outubro de 1988, assim como outros grandes projetos do governo de Saturnino Braga, a ideia de reconstruir o antigo Mercado Municipal da Praça XV não iria sair do papel “por absoluta falta de recursos”.⁵¹⁶

Conforme observado a partir da pesquisa realizada na imprensa da época, o jornal O Globo foi um dos veículos que mais publicou sobre os projetos ligados à preservação e à urbanização da cidade apresentados por Saturnino Braga, na prefeitura do Rio, e por Leonel Brizola, no governo do Estado. No caso específico do projeto abordado, verificou-se uma cobertura jornalística que buscou detalhar não só os desdobramentos da proposta, como, também, a sua não execução.⁵¹⁷

No que concerne à pretensão de se recriar um novo Mercado Municipal a partir de uma simulação da construção demolida no passado, entende-se que se tratava de mais uma tentativa de reviver a memória da Praça XV a partir de características arquitetônicas que pudessem atribuir não só valores históricos, mas, principalmente, culturais e econômicos à região.

⁵¹² Eliana Lobato é jornalista. Escrevia sobre cultura para o jornal O Globo nos anos 1980.

⁵¹³ LOBATO, Eliane. A fantástica Praça Quinze. O Globo, Rio de Janeiro, 22 mar. 1988.

⁵¹⁴ Ibidem.

⁵¹⁵ No futuro da Praça 15, o sonho de CZ\$1,5 bilhão. O Globo, Rio de Janeiro, 22 mar. 1988.

⁵¹⁶ Grandes projetos não saíram do papel tão cedo. O Globo, Rio de Janeiro, 20 out. 1988.

⁵¹⁷ Em matéria publicada em setembro de 1989, por exemplo, as jornalistas Elenilce Bottari e Berenice Seara, escrevem sobre os projetos “para salvar a cidade maravilhosa” que não saíram do papel, dentre eles, o Plano de Revitalização do Centro e a reconstrução do Mercado Municipal da Praça XV. Cf. BOTTARI, Elenilce; SEARA, Berenice. Nas gavetas do poder repousam mirabolantes projetos para salvar a cidade maravilhosa. Vamos passear no Rio que não sai do papel? O Globo, Rio de Janeiro, 03 set. 1989.

A proposta exemplificava, mais uma vez, como a imagem e a memória desse Rio Antigo eram mobilizadas de acordo com o que se desejava lembrar e contar sobre a velha cidade. Ainda que, para isso, fosse necessário reinventar, com um “toque de nostalgia”⁵¹⁸, o que havia sido destruído tempos atrás. Fato que é destacado pelo Jornal do Brasil, em matéria publicada em 1988, que afirmava que a maioria dos projetos previstos para o centro da cidade tinham em comum essa nostalgia, já que redescobrir o passado agredido nas últimas décadas por “concepções urbanísticas equivocadas” era a ideia fixa dos técnicos.⁵¹⁹

Ainda em 1987, a Praça XV também se tornou assunto na imprensa em virtude das escavações que levaram à descoberta do antigo cais da região, “portão de entrada do Brasil no período colonial”.⁵²⁰

Em reportagem publicada em fevereiro, o Jornal do Brasil dedicou uma página inteira ao tema, com o registro, em fotografias, dos trabalhos de escavação em frente ao chafariz do Mestre Valentim e das peças antigas, como louças inglesas e vasos, encontradas no local.⁵²¹ O jornal informava, ainda, que a parte central do píer e a escada lateral tinham surgido praticamente intactas logo após as primeiras escavações e que a proposta era escavar até onde fosse possível “para entregar à população os diferentes ambientes da época num mesmo local”, seguindo uma perspectiva já adotada pelo Corredor Cultural.⁵²²

⁵¹⁸ Bairro modelo altera fisionomia do Centro do Rio. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 02 abr. 1988. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/030015_10/227468>. Acesso em: 06/04/2025.

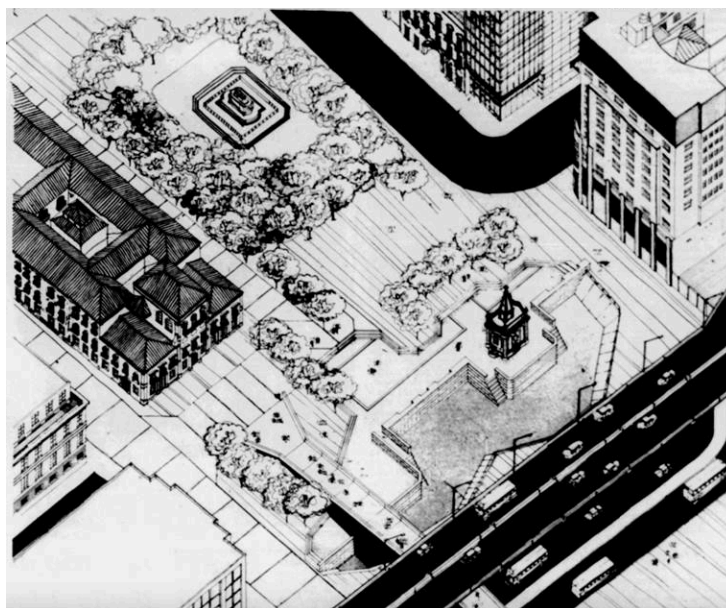
⁵¹⁹ Ibidem.

⁵²⁰ Escavações na Praça 15 acham cais onde D. João desembarcou. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 06 fev. 1987. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/030015_10/191503>. Acesso em: 14/07/2024.

⁵²¹ Segundo as arqueólogas Maria Luiza de Luna Dias e Valeska Conte, da Sphan, envolvidas na pesquisa dos objetos encontrados nas escavações do cais, dentre as descobertas estavam botões e contas de colar, fabricados em osso, provavelmente pelos escravizados. Cf. THYS, Bruno. Praça 15. Velho cais ressurgue com a beleza do perfil original. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 07 jul. 1987. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/030015_10/204620>. Acesso em: 15/07/2024.

⁵²² THYS, Bruno. Velho cais é descoberto na Praça 15. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 06 fev. 1987. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/030015_10/191530>. Acesso em: 05/04/2025. Essa perspectiva também integrava o discurso em torno da restauração da Praça XV, como veremos no capítulo 4.

Figura 14: Projeto de integração do cais à paisagem urbana do Centro (1987)⁵²³



O Jornal do Brasil, ao contrário de outros veículos de imprensa do período, como o O Globo, parecia reportar a iniciativa com bastante entusiasmo, buscando sempre um aprofundamento sobre a história do monumento, mas também, quanto à execução da obra, realizada pela Prefeitura do Rio, por meio do Departamento de Parques e Jardins, e em parceria com a SPHAN.

Meses depois, por exemplo, o jornal voltaria a noticiar o trabalho de arqueologia na região do cais em uma matéria com o título "Velho cais ressurgue com a beleza do perfil original".⁵²⁴

De acordo com a reportagem, apesar das características da Praça XV em fins dos anos 1980, impediram que o píer fosse revelado em toda a sua extensão, isto é, apenas “50 metros, dos 80 metros que deveria ter o píer originalmente”, já que havia “limites físicos intransponíveis, como o prédio da Bolsa de Valores de um lado e, do outro, o anexo da Assembléia Legislativa”. Foram localizadas as duas escadas centrais “utilizadas para o desembarque da Família Real, em 1808” bem em frente ao chafariz do Mestre Valentim.⁵²⁵

Somente em novembro de 1987, o O Globo se manifestou sobre o tema. No início do ano, quando o cais foi descoberto, o jornal havia publicado apenas uma charge ironizando os

⁵²³ THYS, Bruno. Praça 15. Velho cais ressurgue com a beleza do perfil original. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 07 jul. 1987. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/030015_10/204620>. Acesso em: 15/07/2024.

⁵²⁴ Ibidem.

⁵²⁵ Ibidem.

trabalhos da Prefeitura do Rio no local.⁵²⁶ E, dessa vez, noticiava as escavações em uma matéria voltada para denunciar a demora na conclusão das reformas realizadas nas praças da cidade, incluindo a Praça XV.⁵²⁷

Figura 15: Fotografia publicada no Jornal do Brasil com o Diretor do Departamento de Parques e Jardins, Sérgio Tabet e o arquiteto da SPHAN, Pedro Alcântara na área das escavações do velho cais na Praça XV.⁵²⁸



Figura 16: Charge do O Globo em referência à fotografia publicada no Jornal do Brasil. Na imagem, o delegado da Divisão de Homicídios da Polícia Civil, Ivan Vasquez, responsável pelo caso Baumgarten, observa Sérgio Tabet e Pedro Alcântara nas escavações da Praça XV e diz: “Vamos chamar o Polila para saber se ele viu D. João VI desembarcando aqui”⁵²⁹



⁵²⁶ Não foram localizadas matérias sobre a descoberta do antigo cais no jornal O Globo, apenas notas em datas posteriores.

⁵²⁷ Reforma de praças continua lenta. O Globo, Rio de Janeiro, 14 nov. 1987.

⁵²⁸ THYS, Bruno. Velho cais é descoberto na Praça 15. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 06 fev. 1987. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/030015_10/191530>. Acesso em: 05/04/2025.

⁵²⁹ Velho cais da Praça XV. Charge de Jimmy Scott. O Globo, Rio de Janeiro, 08 fev. 1987. A provocação da charge com a frase “Vamos chamar o Polila para saber se ele viu D. João VI desembarcando aqui” é uma referência ao caso da morte do casal Baumgarten. Nos anos 1980, o bailarino Claudio Polila ficou bastante conhecido por testemunhar o sequestro do jornalista Alexandre Von Baumgarten e de sua esposa, Jeanette Hansen por um grupo de homens armados, enquanto estava sentado num degrau abaixo do cais da Praça XV. Durante as investigações, Polila reconheceu o agente do SNI, Mozart Belo e Silva como um dos envolvidos no sequestro e o general Newton Cruz como uma das seis pessoas que estiveram no cais da Praça XV naquela noite. Em dezembro de 1987, o juiz do 1º Tribunal do Júri do Rio de Janeiro enviou três militares a julgamento pelo sequestro e morte de Baumgarten: Newton Cruz, Carlos Alberto Duarte da Silva e Mozart Belo da Silva.

A obra de recuperação do velho cais da Praça XV foi inaugurada em abril de 1988⁵³⁰ durante cerimônia que contou com a presença do prefeito do Rio, Saturnino Braga. A conclusão do projeto, que integrava o Programa de Revitalização de Áreas Públicas do Centro⁵³¹, foi comemorada por resgatar “os velhos tempos à memória dos passantes”, ressaltando a importância histórica do cais⁵³² e corroborando a valorização da Praça XV a partir da associação de sua materialidade remanescente à memória do período colonial.

Figura 17: Chafariz do Mestre Valentim e Cais (1989)⁵³³



Com tantas projeções e planos para os diversos usos culturais da região, a imprensa anunciava que a velha Praça XV estava "aberta para o futuro"⁵³⁴. E o Rio de Janeiro, de acordo com Saturnino Braga, iria mostrar que ainda era “a capital cultural do país”.⁵³⁵

Nesse contexto, O Globo publica a matéria “A praça dos anos 2000” propondo a discussão do futuro da Praça XV, que devido às perdas em seu acervo original era, à época, formada por construções modernas “desproporcionais em relação à sua escala natural”. Um cenário “contraditório e heterogêneo” que misturava o Paço Imperial, o Convento dos

⁵³⁰ Em maio de 1989, ocorreu uma festa pelos 200 anos do chafariz do Mestre Valentim. Na ocasião, o Departamento de Parques e Jardins da Secretaria Municipal de Obras foi inaugurada uma placa de bronze comemorativa. Cf. Festa pelos 200 anos do chafariz. O Globo, Rio de Janeiro, 17 mai. 1989; ANTUNES, Laura. Praça Quinze: os marcos de 200 anos. O Globo, Rio de Janeiro, 09 abr. 1989.

⁵³¹ O Programa de Revitalização de Áreas Públicas do Centro do Departamento de Parques e Jardins teve início em 1987.

⁵³² Prefeito inaugura dois chafarizes no Centro. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 05 abr. 1988. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/030015_10/227738>. Acesso em: 05/04/2025.

⁵³³ Entrepasto de pesca da Praça XV já não comporta toda a produção de peixe da cidade e gera muitos problemas à área do Centro. TV Globo, Rio de Janeiro, 07 jun. 1989.

⁵³⁴ AUGUSTO, Sergio. A civilização volta ao Rio. Tribuna Bis, Tribuna da Imprensa, 27 abr. 1988. Sergio Augusto é jornalista e escritor. Começou sua carreira como crítico de cinema do periódico Tribuna da Imprensa, em 1960. Trabalhou também nos jornais Correio da Manhã e Jornal do Brasil, nas revistas O Cruzeiro, Fatos & Fotos, Veja e IstoÉ e nos semanários O Pasquim, Opinião e BUNDAS. Foi repórter especial da Folha de S.Paulo de 1981 a 1996, tendo atuado, ainda, no O Estado de S. Paulo e na revista Bravo!.

⁵³⁵ Ibidem.

Carmelitas, a Igreja do Carmo, as torres do edifício Cândido Mendes, o antigo cais e o Arco do Telles.⁵³⁶

A espacialidade e a materialidade da Praça XV ainda permaneciam em constante disputa no final dos anos oitenta, o que se verificava a partir dos inúmeros projetos em elaboração e/ou em andamento em toda a região.

Pensando em integrar as diversas atividades econômicas e culturais propostas para a Praça XV, no início de 1989⁵³⁷, é criada uma comissão integrada por representantes das Secretarias de Educação e Cultura do Estado e do município, da SPHAN/Pró-Memória, do Instituto dos Arquitetos do Brasil, do Corredor Cultural, da Bolsa de Valores e da Associação de Amigos da Praça XV para elaborar um Projeto de Integração Arquitetônica e Urbanística da Praça XV e fixar diretrizes para a revitalização da praça, articulando os diferentes planos elaborados para a área.⁵³⁸

A Comissão, segundo reportagem publicada pelo Jornal do Brasil, identificou diversas iniciativas pensadas para a praça, dentre elas, a ideia da Companhia Estadual de Navegação de utilizar um terreno ao lado da estação das barcas para a construção de um shopping; a de transformar o prédio da Cibrazen em um hotel, junto a um centro de convenções; e a implementação de alguns espaços culturais, que já estavam em andamento⁵³⁹, como o do Banco do Brasil⁵⁴⁰.

Em fins dos anos 1980, quase à véspera de um novo século, as transformações experienciadas pela Praça XV - e pela área central da cidade - levam a imprensa a afirmar que o Rio tentava civilizar-se mais uma vez⁵⁴¹, só que a partir de outros signos de modernidade.

No fim do milênio, ser civilizado era sobretudo “saber recuperar o que havia de bom no passado e abrigar nele o futuro”.⁵⁴² Contudo, a partir da reflexão sobre os diferentes projetos pensados para a Praça XV, nos anos 1980, e a identificação de possíveis pontos de convergência entre eles, não é difícil entender de qual passado se estava falando.

⁵³⁶ NEPOMUCENO, Rosa. A praça dos anos 2000. O Globo, 01 mar. 1988. Rosa Nepomuceno é uma jornalista paulista. Trabalhou na Folha de São Paulo, no Jornal da Bahia, no Diário de Notícias e no jornal O Globo. Foi colaboradora das revistas Casa e Jardim, Vogue, Mulher e Casa & Decoração. Foi assessora de imprensa, tendo trabalhado com Darcy Ribeiro, Cesar Maia (primeiro mandato) e Leonel Katz (na Secretaria de Cultura do Governo de Marcelo Alencar).

⁵³⁷ A comissão Praça 15 foi criada pelo governo de Moreira Franco para desenvolver o chamado Pólo Cultural da praça. Cf. Pólo cultural da Praça 15. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 23 jan. 1990. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/030015_11/1796>. Acesso em: 06/04/2025.

⁵³⁸ THYS, Bruno. Projeto confirma Praça 15 como pólo cultural do Rio. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 12 mar. 1989. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/030015_10/257447>. Acesso em: 14/07/2024.

⁵³⁹ Ibidem.

⁵⁴⁰ O Centro Cultural do Banco do Brasil foi inaugurado em outubro de 1989.

⁵⁴¹ A reportagem publicada no jornal Tribuna da Imprensa faz referência à reforma implementada pelo prefeito Pereira Passos, abordada no capítulo 1.

⁵⁴² AUGUSTO, Sergio. A civilização volta ao Rio. Tribuna Bis, Tribuna da Imprensa, 27 de abril de 1988.

No início de 1990, a Praça XV foi tombada como conjunto urbano pela Sphan/Pró-Memória, recebendo uma divulgação pontual pela imprensa apenas após a homologação do pedido feito pelo Conselho Consultivo da SPHAN, pelo então Ministro da Cultura, José Aparecido de Oliveira.⁵⁴³

Em março de 1990, o jornal O Globo, por exemplo, noticia o tombamento da praça, “retrato do Brasil Colônia”⁵⁴⁴, alegando que pouca coisa havia sido feita pela área histórica, já que muitos projetos de revitalização não haviam saído do papel e que, nem mesmo os monumentos tombados asseguraram a conservação dos bens históricos.⁵⁴⁵ Apesar das críticas, no mês seguinte, o jornal publicou algumas matérias abordando os estudos realizados para o processo⁵⁴⁶, destacando que o acervo arquitetônico e paisagístico da Praça XV seria, a partir daquele momento, “intocável”⁵⁴⁷.

Após uma década marcada por consecutivos projetos elaborados para a Praça XV, que pensaram a sua conservação, proteção e usos, considera-se bastante simbólico que uma das últimas iniciativas desse período seja, justamente, o seu tombamento enquanto conjunto urbano pela Sphan/Pró-Memória.

Conforme foi possível observar, nos anos oitenta, há um grande investimento na construção de uma narrativa positivada sobre a Praça XV, a partir de iniciativas que buscaram evidenciar aspectos de sua materialidade que pudessem testemunhar os “tempos de glórias”⁵⁴⁸ da cidade, associados à memória do Rio concebida a partir de sua capitalidade.

Nesse sentido, a preservação dessa cidade “antiga”, expressa de forma tão significativa na Praça XV, passou a interessar, também, enquanto objeto discursivo da identidade nacional (NASCIMENTO, 2018). E teve, em seu tombamento como conjunto urbano, a reiteração de uma narrativa sobre o seu passado que ainda silenciava parte fundamental de sua história, como veremos mais adiante.

No próximo capítulo, iremos analisar as duas iniciativas realizadas pela Sphan/Pró-Memória na Praça XV, a restauração do Paço Imperial e o tombamento do conjunto urbano da Praça XV, propondo uma reflexão sobre as contradições entre o discurso e a prática institucional em ambos os projetos, visando demonstrar como o organismo federal

⁵⁴³ O processo de tombamento do conjunto urbano da Praça XV será tratado no capítulo 4.

⁵⁴⁴ Ministro da Cultura decide hoje futuro da Praça Quinze. O Globo, Rio de Janeiro, 14 mar. 1990.

⁵⁴⁵ Praça Quinze, tombada, exige reforma. O Globo, Rio de Janeiro, 16 mar. 1990.

⁵⁴⁶ Cf. Tombamento foi feito após sério estudo. O Globo, Rio de Janeiro, 29 abr. 1990; SILVA, Álvaro Costa e. A Praça Quinze agora é intocável. O Globo, Rio de Janeiro, 05 abr. 1990; Estudos começaram a ser feitos em 1979. O Globo, Rio de Janeiro, 08 abr. 1990.

⁵⁴⁷ SILVA, Álvaro Costa e. A Praça Quinze agora é intocável. O Globo, Rio de Janeiro, 05 abr. 1990

⁵⁴⁸ Revitalização do Centro começa pela Praça XV. O Globo, Rio de Janeiro, 22 jun. 1986.

contribuiu para essa construção narrativa sobre a praça, apesar da defesa por um patrimônio nacional para além da pedra e cal.

CAPÍTULO 04

Patrimônio além da pedra e cal? O Rio Antigo nos projetos da Sphan/Pró-Memória na região da Praça XV nos anos 1980

Ao longo dos anos 1980, a Praça XV assumiu um lugar de destaque nas políticas urbanas e de preservação do patrimônio do Rio, sendo objeto, conforme vimos no capítulo anterior, de diversas iniciativas desenvolvidas pelo poder público na área central da cidade.

Neste capítulo, iremos nos aprofundar nos dois projetos desenvolvidos pela Sphan/Pró-Memória na região, buscando compreender as formas de atribuição de valor assumidas pela instituição e as leituras propostas, nesse período, para a materialidade remanescente da Praça XV.

O objetivo é analisar de que forma a restauração do Paço Imperial e o tombamento da Praça XV e imediações colaboraram para reforçar um imaginário em torno do Rio Antigo, que vinculava a praça à memória de um espaço de poder colonial e imperial, que não havia integrado aspectos fundamentais de sua história, que iam além de sua centralidade política e econômica, à narrativa feita sobre os seus vestígios.

O Rio de Janeiro foi a maior cidade escravista das Américas (SANTOS, 2020), tendo a Praça XV como o primeiro local de desembarque de negros escravizados vindos do continente africano, e, apesar da existência de inúmeros registros da presença massiva de uma população negra na região e de sua incontestável contribuição para a construção e o crescimento da capital, essa memória não foi incorporada em sua materialidade, pelo contrário, foi expurgada pelas sucessivas reformas urbanísticas e pela política de patrimonialização federal que evitaram associar a memória da cidade a esse passado sombrio da história do país.

A Praça XV, como um espaço ligado às origens urbanas do Rio de Janeiro, permaneceria, portanto, associada a uma imagem de civilização fundamentada a partir da herança luso-portuguesa, que havia forjado a própria identidade da cidade. E mesmo nos anos 1980, momento em que a política de preservação federal é reestruturada e se propõe um novo olhar sobre o patrimônio, nota-se que essa memória pouco seria alterada, optando-se, mais uma vez, pelo silenciamento de uma parte significativa de sua história.

Para pensarmos a apropriação da materialidade da Praça XV pela Sphan/Pró-Memória na década de 1980 será necessário, no entanto, o uso de algumas fontes já citadas nos capítulos anteriores, como a Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e as

publicações feitas pela imprensa, uma vez que o debate em torno do espaço urbano do Rio e dos projetos executados pela instituição haviam sido travados, essencialmente, nesses espaços, tornando-se inevitável o retorno a esses registros.

Cabe destacar, contudo, que não pretendemos esgotar as discussões em torno do tema, mas apenas suscitar algumas reflexões iniciais, com o objetivo de colaborar para os estudos sobre os processos de patrimonialização da Praça XV, ao compreender os projetos da Sphan/Pró-Memória a partir de um contexto de disputa de narrativas em torno da materialidade e da espacialidade da praça que, apesar de concorrentes, convergiam no propósito de perpetuar uma imagem da velha cidade associada à memória de sua capitalidade recriada no início do século XX.

4.1. A restauração do Paço e sua reabertura como Centro Cultural em 1985

Havia uma luz que ainda nos alcançava, representada pela sua imagem barroca, tal como a vemos na iconografia da primeira metade do século XIX. Esta imagem parecia existir, ainda palpitante, sob a massa quadrangular e monótona em que se transforma o edifício. Ela exerceu sobre os que participaram deste processo de restauração uma espécie de magnetismo. Uma forma de atração difícil de evitar.⁵⁴⁹

A restauração do Paço Imperial pela Sphan/Pró-Memória, no início dos anos 1980, como tentaremos demonstrar, irá expor os limites em torno da implementação de uma prática de preservação que se propunha mais abrangente e representativa da diversidade cultural do país.

Apesar de sustentar um discurso de valorização das diferentes temporalidades impressas na materialidade do prédio, como um registro de seus usos ao longo da história, a obra de restauro do Paço acabou privilegiando os critérios estéticos, norteados, como iremos ver, pela iminência da perda de suas características barrocas, que, segundo a equipe de arquitetos envolvida no projeto, representaria a sua forma original. Assumindo, assim, uma conduta tradicionalmente adotada pela instituição nas restaurações dos monumentos históricos do país.

Desse modo, ao propomos uma reflexão sobre o projeto de restauro, nossa intenção é compreender quais os sentidos e significados que a instituição federal procurou atribuir à materialidade do Paço, nesse período, entendendo, ainda, de que maneira essa iniciativa teria colaborado para a perpetuação de uma leitura sobre a Praça XV que permaneceria vinculada à

⁵⁴⁹ CAMPELLO, Glauco. A restauração do Paço: revendo 240 anos de transformações. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 20, 1984.

imagem de um espaço de poder e à memória da capitalidade do Rio de Janeiro, conforme vimos no capítulo 1.

Mais do que revitalizar os aspectos materiais do monumento, a Sphan/Pró-Memória, através da restauração do Paço Imperial, buscou recuperar uma memória do antigo Rio que se desejava lembrar. Um passado de “glórias”⁵⁵⁰ que não poderia ser apagado da história já sustentava a própria concepção da identidade da cidade.

Projetado e construído em 1743, por ordem do então governador da capitania do Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrade, o edifício, atualmente conhecido por Paço Imperial, surgiu para abrigar a nova Casa dos Governadores e, ao longo de décadas, sofreu diversas intervenções que transformaram sua arquitetura, funções e significados de acordo com os diferentes usos sociais que lhe foram atribuídos em quase três séculos (SILVA, 2021).

A construção, que já foi sede da Colônia e do Império, com a proclamação da República, tornou-se uma unidade do Departamento dos Correios e Telégrafos (1890-1982), fase na qual foram realizadas algumas adaptações no prédio que alterariam de forma significativa as características ditas originais do monumento.

Figura 18: Fachadas do edifício do Paço da Cidade, sede dos Correios e Telégrafos em 1980. Ao fundo, vê-se o edifício Cândido Mendes em construção.⁵⁵¹



Como vimos no capítulo anterior, o tombamento do prédio em 1938 pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), embora tenha garantido a sua sobrevivência no início do regime republicano e ao longo do século XX, frente às

⁵⁵⁰ Revitalização do Centro começa pela Praça XV. O Globo, Rio de Janeiro, 22 jun. 1986.

⁵⁵¹ Correios e Telégrafos — Antigo Paço Imperial, Praça Quinze de Novembro, Casa. Rio de Janeiro, RJ. Acervo do Arquivo Central do IPHAN/RJ. Agosto/1980. Fotografia: Pedro Lobo. Os jornais da época se referiam ao prédio como Paço da Cidade até os anos 1940, quando passou a ser chamado como Paço Imperial.

transformações urbanísticas que ocorreram na cidade do Rio de Janeiro⁵⁵², foi considerado insuficiente para assegurar a integridade da edificação. Já que para além do uso depois considerado inadequado do Paço pelos Correios, havia, ainda, uma complexa dinâmica urbana que se configurava em seu entorno, exigindo outras medidas para a sua proteção frente a esse novo contexto.

Desde o final da década de 1970, a imprensa já denunciava as péssimas condições do prédio e as modificações feitas para a sua adaptação a um uso administrativo pelos Correios. Em maio de 1979, por exemplo, o jornal *O Globo* publicou uma matéria denunciando a situação do monumento e afirmando que o antigo Paço Imperial havia se transformado “num labirinto de corredores e divisórias de madeira”, formando compartimentos que misturavam estilos diversos e descaracterizavam a “arquitetura original”, apontando que, em virtude de tais mudanças, poucos vestígios históricos haviam sobrado no local.⁵⁵³

Diante do estado de conservação do Paço, a Prefeitura do Rio manifestou o interesse em ter a posse do imóvel para transformá-lo em um museu. A intenção havia sido declarada pelo prefeito Israel Klabin (1979-1980) durante uma reunião com o governador do Rio, Chagas Freitas (1979-1983) e o diretor da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, Adwaldo Botto de Barros. A proposta era transferir o Paço ao patrimônio do município depois que a diretoria regional dos Correios se mudasse para a sua nova sede na Cidade Nova.⁵⁵⁴

Nessa época, a Prefeitura do Rio já desenvolvia os estudos iniciais para a elaboração do projeto do Corredor Cultural⁵⁵⁵, conforme abordado nos capítulos 2 e 3, e a integração do Paço ao patrimônio da cidade, nesse sentido, representaria um importante movimento em direção à revitalização do Centro do Rio, a ser capitaneada pelo poder municipal.⁵⁵⁶

Entretanto, os planos da Prefeitura do Rio seriam interrompidos com a reestruturação da política federal de patrimônio em fins de 1979.⁵⁵⁷ Isto porque, com a criação da Fundação Nacional Pró-Memória, ocorre a transferência dos bens móveis e imóveis da União, em uso

⁵⁵² Sobre a trajetória histórica do Paço Imperial. Cf. Gilberto Ferrez (1984); Lauro Cavalcanti (1999, 2005); Pedro Calmon (1984).

⁵⁵³ Paço terá de ser restaurado para tornar-se museu do Rio. *O Globo*, Rio de Janeiro, 28 mai. 1979.

⁵⁵⁴ Em abril de 1979, a Prefeitura já tinha manifestado o desejo de solicitar ao governo federal a posse do prédio. Cf. Klabin: Prefeitura no Centro facilitaria a administração. *O Globo*, Rio de Janeiro, 18 abr. 1979.

⁵⁵⁵ De acordo com o jornal *O Globo*, desde abril de 1979 um grupo de jornalistas e intelectuais se reuniam para estudar e encaminhar ao prefeito Israel Klabin algumas sugestões destinadas a revitalizar o Centro do Rio. Cf. MOREIRA, Virgílio Moretzohn. Corredor Cultural, um projeto para o Centro do Rio. *O Globo*, Rio de Janeiro, 21 dez. 1979.

⁵⁵⁶ A ideia era que, além de um museu, o Paço Imperial fosse ocupado, pela Secretaria Municipal de Educação e pela Fundação Rio, instituição criada para incentivar a cultura no município e responsável por inúmeros projetos, dentre eles, o próprio Corredor Cultural. Cf. Klabin cria hoje fundação para estimular arte na cidade. *O Globo*, Rio de Janeiro, 17 mai. 1979; Câmara aprova por decurso de prazo a Fundação Rio. *O Globo*, Rio de Janeiro, 07 jun. 1979.

⁵⁵⁷ A reestruturação da política federal de preservação foi abordada no capítulo 1.

ou sob a guarda de responsabilidade do extinto IPHAN, bem como os bens tombados, atuais e futuros, da União, para o patrimônio da entidade.⁵⁵⁸ E a Sphan/Pró-Memória logo se articula para o cumprimento da legislação e a transmissão definitiva do imóvel pelos Correios e Telégrafos (SILVA, 2021), já que a posse do Paço significava mais do que a mera execução da lei, mas uma ação estratégica da instituição federal no Rio.

A SPHAN vinha sendo cobrada pela imprensa em virtude do estado de conservação dos monumentos tombados do Rio e, em especial, dos bens localizados na área da Praça XV, região historicamente associada à fundação da cidade. A atuação da Prefeitura do Rio na área, acaba tensionando o órgão federal a adotar medidas na mesma direção, como uma resposta às denúncias de descaso e abandono dos bens tombados, mas, sobretudo, como um posicionamento da instituição perante à nova correlação de forças que se constituía no campo da preservação, com a criação dos patrimônios regionais.

O Paço, portanto, seria o primeiro imóvel a cumprir a Lei 6.757/79⁵⁵⁹ e a sua transferência formal ocorre em março de 1982 após mais de um ano de negociações.⁵⁶⁰ A assinatura do termo de imissão de posse foi realizada em uma cerimônia na antiga Sala do Trono do Paço da Cidade⁵⁶¹ e firmava o compromisso da Fundação Nacional Pró-Memória de realizar, com a supervisão da Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), as ações necessárias à conservação e restauração do monumento, “restituindo-lhe a fisionomia e as características tradicionais”⁵⁶².

É interessante perceber que já no termo de imissão de posse a proposta de recompor “as características tradicionais” da fisionomia do prédio é mobilizada como um objetivo a ser alcançado com as obras de restauração. O Paço Imperial foi tombado em 1938 e inscrito nos Livros de Tombo Histórico e de Belas Artes⁵⁶³ e, apesar de ter sido modificado em sucessivas intervenções, segundo o arquiteto e um dos responsáveis pela obra de restauro, Cyro Corrêa

⁵⁵⁸ BRASIL. Lei n. 6.757, de 17 de dezembro de 1979. Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Nacional Pró-Memória e dá outras providências. Brasília/DF: 1979.

⁵⁵⁹ Secretaria de Cultural vai restaurar Paço Imperial e deixá-lo como era em 1825. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 15 jan. 1982.

⁵⁶⁰ Sobre as negociações em torno da transferência do Paço Imperial dos Correios e Telégrafos para a Fundação Nacional Pró-Memória. Cf. Alessandra Schimite da Silva (2021).

⁵⁶¹ Na cerimônia estavam presentes, o presidente da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), Adwaldo Cardoso Botto de Barros; os ministros da Educação e Cultura, Rubem Carlos Ludwig, e das Comunicações, Haroldo Corrêa de Mattoso; o prefeito do Rio, Júlio Coutinho; o secretário de Educação do Estado, Arnaldo Niskier; o titular da Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Irapoan de Lyra; e membros do Conselho de Cultura do MEC. Cf. Pró-Memória recebe a chave do Paço Imperial com banda e Calmon discursa. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 20 mar. 1983.

⁵⁶² Termo de imissão de posse do Paço Imperial. Processo de Tombamento 0159-T-38. Arquivo Central do IPHAN, Rio de Janeiro.

⁵⁶³ Processo de Tombamento 0159-T-38.

Lyra⁵⁶⁴ era "reconhecido como principal símbolo do poder do período monárquico da história do Brasil" e "pode ser considerado o mais significativo monumento de arquitetura oficial do Brasil Colônia" (LYRA, 2016, p.158).

De acordo com a “função original” de Palácio do Império, Paço Imperial seria, portanto, “a razão de consagração como monumento histórico nacional” e “teve enorme peso na decisão de restabelecer a expressão de nobreza, desaparecida em decorrência de sucessivas reformas para adaptações ditadas pelas necessidades imediatas de funcionamento dos Correios e projetadas sem nenhuma consideração com o palácio” (LYRA, 2016, p.164).

O Paço havia sido destinado a um uso burocrático justamente por ser um símbolo do poder colonial e imperial, cujos vestígios foram objeto de uma política de apagamento na primeira república. Nesse sentido, tais adaptações representavam, também, uma forma de silenciar os elementos que pudessem rememorar esse passado, que passa a ser valorizado, no contexto dos anos oitenta, e buscado por meio das ações de restauro desenvolvidas pela Sphan/Pró-Memória no monumento, como uma tentativa de recuperar os testemunhos da herança luso-portuguesa do país.

Observa-se que os valores mobilizados em torno do Paço convergiam com o ideário preconizado pelo órgão federal em seus anos iniciais, quando a memória da presença portuguesa foi materializada através dos resquícios e bens de pedra e cal, que foram consagrados e canonizados como patrimônio (CHUVA, 2009). Já que, apesar de ter tido algumas de suas características alteradas, o Paço ainda atestaria a origem europeia da nação, cabendo, apenas, reconhecer e desvendar a sua arquitetura dita original, mesmo que para isso fosse necessária a reconstrução de sua própria materialidade.

Na década de 1980, a compreensão de restauro não se vinculava mais apenas às obras excepcionais e isoladas, e considerava, também, os testemunhos da atividade humana como elementos de interesse cultural, conforme destacado na Carta de Atenas, de 1931, e corroborado na Carta de Veneza, em 1964. Essa mudança de perspectiva era resultado de uma construção cultural do campo, que procurou se distanciar da ideia de retorno a um estado anterior ou original, passando a defender o respeito aos aspectos documentais da arquitetura e de sua materialidade (KÜHL, 2020).

⁵⁶⁴ Cyro Illídio Corrêa de Lyra integrou a Diretoria de Tombamento e Conservação da SPHAN e foi coordenador do projeto de restauração do Paço.

De acordo com a arquiteta Beatriz Mugayar Kühl⁵⁶⁵(2020), autora de estudos sobre conservação e restauração de bens culturais no Brasil nos anos 1980, na época em que a obra de restauro do Paço é executada,

a Carta de Veneza completava duas décadas de existência e pelo menos dez anos de discussão aprofundada no Brasil (em cursos realizados da década de 1970, que tiveram o Iphan entre seus promotores). Ou seja, não seria possível alegar desconhecimento de seu conteúdo, o que não significa que seus princípios fossem (ou sejam) efetivamente compreendidos e respeitados.

A arquiteta da SPHAN, Lia Motta⁵⁶⁶, afirmou, durante uma mesa redonda sobre patrimônio edificado em 1987, que a Carta de Veneza foi um marco de um momento de transição, tendo introduzido novos valores para as práticas de conservação e restauração. Segundo ela, se na fase inicial do patrimônio “havia uma intenção clara de privilegiar o que era mais antigo no conteúdo do monumento, de privilegiar um único estilo”⁵⁶⁷, em um sentido de volta quase arqueológica, “de busca do que seria mais antigo mediante a retirada de tudo aquilo que era considerado agressão do tempo, do viver do monumento. A Carta tenta apresentar uma nova visão das coisas todas que iam se introduzindo com a vida, com a trajetória do monumento no tempo.”⁵⁶⁸

O que ocorre no Paço, no início dos anos oitenta, portanto, estava longe do que era preconizado na Carta, sendo uma ação questionada, ainda naquele contexto, em virtude da conduta adotada na formulação do projeto. Uma vez que, conforme afirma Beatriz Mugayar Kühl (2020), houve uma distorção dos conceitos de “preservação” e “restauração”, em que se entendia por preservar, a manutenção da face neocolonial adquirida pela edificação após as reformas e, por restaurar, a recomposição da face oitocentista do monumento. Optando-se pela remoção de parte significativa do prédio para a recomposição de uma suposta feição original.

A restauração havia sido aprovada, de forma unânime, pelo Conselho Consultivo da SPHAN em 12 de setembro de 1983⁵⁶⁹. A obra, prevista para ser executada no prazo de dois a

⁵⁶⁵ Beatriz Mugayar Kühl é arquiteta, autora de estudos sobre conservação e restauração de bens culturais, com ênfase em questões teóricas e metodológicas da restauração. Autora de diversos artigos sobre a restauração arquitetônica no Brasil na década de 1980.

⁵⁶⁶ A arquiteta Lia Motta é, nesse capítulo, tratada como fonte e referência. Em virtude de sua atuação na elaboração dos estudos iniciais sobre a Praça XV nos anos 1980.

⁵⁶⁷ Mesa redonda: Patrimônio Edificado I - conservação/restauração. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 22, 1987, p. 97. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat22_m.pdf>. Acesso em 06/09/2024.

⁵⁶⁸ Ibidem.

⁵⁶⁹ Ata da 103ª Reunião do Conselho Consultivo do SPHAN. Arquivo Técnico Administrativo, Inventário, Paço Imperial. Arquivo Central do IPHAN, Rio de Janeiro.

três anos, com custo estimado em Cr\$100 milhões⁵⁷⁰, já estava sendo estudada por uma equipe técnica da SPHAN, formada pelo historiador Gilberto Ferrez e pelo arquiteto José de Souza Reis, que realizaram um levantamento dos documentos existentes sobre o prédio com o objetivo de elaborar propostas para a intervenção no monumento.

Os estudos para o restauro foram apresentados no Boletim da Sphan/Pró-Memória, uma publicação que, como vimos no capítulo 2, tinha o objetivo de promover a comunicação dos projetos da instituição, divulgando suas práticas e valorizando as ações adotadas pelo poder federal para a preservação do patrimônio nacional. Conforme publicado na edição de número 16, editada em 1982, as pesquisas indicavam que

o prédio do Paço da Cidade - construído em 1750 pelo então Governador da Província do Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrade, para ser o Palácio dos Governadores - sofreu uma reforma em 1825, quando foi construída uma clarabóia central, e outra em 1929, quando foram acrescentados os segmentos ao terceiro andar. Esta última reforma deixou o prédio com características neocoloniais, muito ao gosto da época, quando governava o país, o Presidente Washington Luís.⁵⁷¹

Ainda segundo o Boletim, a partir do resultado das pesquisas de Gilberto Ferrez e José de Souza Reis foram elaboradas duas propostas para a restauração do prédio. A primeira, consistia em devolver ao imóvel “as características que possuía no início do século passado, o que implica na demolição de três segmentos do terceiro andar”, que seria, para José de Souza Reis, “a mais completa do ponto de vista histórico e mais harmoniosa sob o aspecto arquitetônico, consistindo em trazer o prédio à forma documentada por Thomas Ender, no início do século XIX”. E a segunda, seria a manutenção do volume da edificação, eliminando, apenas “frontão postiço da fachada principal, trocando as telhas e corrigindo a configuração do telhado.”⁵⁷²

⁵⁷⁰ Boletim Sphan/Pró-Memória, n. 16, Jan/Fev, 1982.

⁵⁷¹ Ibidem.

⁵⁷² Ibidem.

Figura 19: O Largo do Paço em 1817, por Thomas Ender. No primeiro plano, a rampa e o cais, seguido do Paço, Capela Real e a igreja da Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo. O segundo andar da fachada do Paço fora construído em 1814, a mando de D. João VI.⁵⁷³



Com a conclusão dos estudos, a equipe da 6ª Diretoria Regional da Sphan/Pró-Memória se transferiu para as dependências do prédio em março de 1982 para dar início aos primeiros contatos com o monumento.

Segundo o arquiteto responsável pela obra e diretor da 6ª Diretoria Regional da Sphan/Pró-Memória, Glauco Campello, a ausência de material histórico e iconográfico suficiente para permitir uma visão completa e detalhada do edifício - sobretudo em seus aspectos internos - em diferentes momentos de sua trajetória, fez com que os trabalhos tivessem que se desenvolver "segundo um método gradual de aproximação, às apalpadelas, num cotejo permanente entre o escasso material iconográfico disponível e as investigações no canteiro de obras"⁵⁷⁴. Uma prática de restauro comum na instituição desde seus anos iniciais, onde as características originais do monumento seriam descobertas *in loco*, a partir da

⁵⁷³ Largo do Paço em 1817, por Thomas Ender. Disponível em: <<https://kulturcheck.at/zugabe/thomas-ender-eine-brasilienexpedition-im-biedermeier/>>. Acesso em: 04/09/2024. A figura consta no livro de Gilberto Ferrez. FERREZ, Gilberto. O Paço da Cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória, 1984, p. 34.

⁵⁷⁴ CAMPELLO, Glauco. A restauração do Paço: revendo 240 anos de transformações. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 20, 1984, p. 139.

observação do próprio bem tombado, sendo este a principal fonte de informação acerca de seus elementos constitutivos e de sua história (CHUVA, 2017a).

As obras tiveram início oficialmente em 22 de novembro de 1982 e, em sua primeira etapa, a ideia era executar a “demolição das construções estranhas ao projeto”⁵⁷⁵ e dos elementos considerados “espúrios”⁵⁷⁶, ou seja, o destelhamento e a demolição das paredes que dividiam os espaços internos do prédio - resultantes de inúmeras reformas para adaptação dos espaços às diferentes funções e usos a que foram destinados - além do edifício construído em 1950 que fechou o pátio interno e o frontão acrescido ao telhado em desacordo com a “arquitetura original”.⁵⁷⁷

Como é possível observar, a condução das obras no Paço não trazia uma postura diversa do que era praticado em outras ações de restauro realizadas pela instituição. Prevalecia o interesse em restituir os aspectos considerados originais do monumento, retirando tudo aquilo que não se adequava à imagem que se desejava recuperar. Conforme veremos, essa conduta se fará presente em todo o processo, apesar do discurso em torno da obra basear-se em uma prática que defendia a permanência das diferentes temporalidades e fases da edificação em sua materialidade, como vestígios de sua história.

Sobre a opção pelas demolições, o arquiteto Cyro Corrêa Lyra, destacava que

demolindo as inúmeras paredes internas de tijolo, estuque e madeira, os amplos salões palacianos puderam ser revelados. Foi necessário pôr abaixo o prédio de quatro pavimentos erguido no interior do edifício para que se reconstruísse o espaço aberto que, outrora, compunha o pátio interno de serviços.⁵⁷⁸

⁵⁷⁵ Iniciadas as obras de restauração do Paço da Cidade, no Rio. Boletim SPHAN/Pró-Memória, número 21, nov/dez, 1982.

⁵⁷⁶ O Paço volta aos bons tempos. Folha de São Paulo, São Paulo, 23 nov. 1982.

⁵⁷⁷ Iniciadas as obras de restauração do Paço da Cidade, no Rio. Boletim SPHAN/Pró-Memória, número 21, nov/dez, 1982.

⁵⁷⁸ LYRA, Cyro Corrêa. O novo Paço: uma obra para debates. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 20, 1984, p. 154.

Figura 20: Vista do Paço, a partir da qual é possível ver a edificação de quatro pavimentos construída no antigo pátio interno⁵⁷⁹



De acordo com Glauco Campello, a restituição do antigo pátio iria cumprir “um importante papel na integração entre o edifício restaurado e seu espaço exterior”, uma vez que o acesso seria feito a partir dos dois pórticos fronteiros que se abriam para a Praça XV e a Rua da Assembleia, permitindo, segundo Campello, “um desdobramento do espaço urbano, à feição de uma praça interna”.⁵⁸⁰ Como uma afirmação da intenção de que o prédio não fosse mais percebido como um monumento isolado, mas um bem integrado à dinâmica urbana da praça e da cidade do Rio de Janeiro.

Ainda durante a obra, segundo Cyro Corrêa Lyra, a equipe discutiu a questão da reconstituição ou não de elementos arquitetônicos desaparecidos e adotou-se o princípio “de não reconstituí-los, mesmo que a iconografia fornecesse seguras indicações da forma e proporções das partes destruídas, objetivando-se, assim, a valorização das estruturas originais sobreviventes”⁵⁸¹, no entanto, o próprio arquiteto admitia que esse direcionamento não foi seguido em alguns casos, alegando que razões de “ordem funcional ou estética”⁵⁸² impuseram aos técnicos a necessidade de abrir certas exceções.

A análise dos relatos sobre a restauração e das declarações do corpo de especialistas e técnicos envolvidos na obra, bem como da documentação técnico-administrativa disponível,

⁵⁷⁹ Arquivo Técnico Administrativo, Inventário, Paço Imperial. Caixa 33, pasta 02/01. Arquivo Central do IPHAN, Rio de Janeiro.

⁵⁸⁰ CAMPELLO, Glauco. A restauração do Paço: revendo 240 anos de transformações. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 20, 1984, p. 148.

⁵⁸¹ LYRA, Cyro Corrêa. O novo Paço: uma obra para debates. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 20, 1984, p. 154.

⁵⁸² *Ibidem*, p. 154.

nos mostra que, mesmo em sua fase inicial, dentro de um projeto de intervenção mais amplo, as primeiras medidas adotadas pela SPHAN já privilegiavam a permanência ou a reconstituição de características que estivessem vinculadas a aspectos da arquitetura barroca luso-brasileira. O discurso em torno dessa conduta fundamentava-se, muitas vezes, na busca pelo que era “mais legítimo”⁵⁸³ em detrimento do que fora acrescentado “de forma inadequada”⁵⁸⁴.

Tal postura segue no decorrer dos trabalhos que são direcionados a partir do intuito de se “resgatar as qualidades arquitetônicas”⁵⁸⁵ do monumento. E embora a narrativa concebida em torno da restauração evidenciasse a busca pela “reabilitação ou a revalorização das marcas deixadas pelas diferentes fases históricas e pelas sucessivas intervenções”⁵⁸⁶, sugerindo a incorporação dos elementos que documentavam as temporalidades e usos do bem ao projeto (SILVA, 2021), observa-se que essa opção apenas foi adotada quando não havia referenciais sobre as características “originais” ou quando “o custo da “restauração” e o tempo que levaria para retomar o estilo original”⁵⁸⁷ determinavam a escolha.

O desejo de restabelecer “a imagem barroca”⁵⁸⁸, portanto, fez com que a equipe considerasse a ampliação do terceiro pavimento, ocorrida na reforma implementada em 1929, uma mudança que teria empobrecido o palácio, tirando-lhe toda a expressão plástica e “transformado o belo prédio de 1743 num caixão”⁵⁸⁹. Submetendo, assim, a proposta de sua remoção ao Conselho Consultivo da SPHAN, que aprova a modificação em setembro de 1983.

Na segunda etapa da obra foram eliminadas, portanto, 21 janelas e uma área construída de 420 metros quadrados no terceiro andar do imóvel. Posteriormente, foram removidos os acréscimos da fachada voltada para o mar, com a retirada de 37 janelas e cerca de 900 metros quadrados.⁵⁹⁰ Conforme explica Cyro Corrêa Lyra,

⁵⁸³ FREITAS, Rosana. A praça XV em tempo de reforma. Ademi, jun. 1982. Arquivo Técnico Administrativo, Série obras, Paço Imperial. Arquivo Central do IPHAN, Rio de Janeiro.

⁵⁸⁴ Ibidem.

⁵⁸⁵ Três momentos do Paço da Cidade. Revista Arquiteturação, abr. 1983.

⁵⁸⁶ CAMPELLO, Glauco. A restauração do Paço: revendo 240 anos de transformações. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 20, 1984, p. 139.

⁵⁸⁷ Entrevista de Luiz Carlos Neves, arquiteto e assistente de Glauco Campello. Cf. Pouco a pouco, o Paço da Cidade retoma seu traço original. O Globo, Rio de Janeiro, 19 abr. 1984.

⁵⁸⁸ Entrevista com Glauco Campello. Cf. KAPLAN, Sheila. De volta à velha forma, o Paço reabre suas portas. Jornal O Globo, Segundo Caderno, 3 mar. 1985.

⁵⁸⁹ Conselho Consultivo da SPHAN aprova o projeto de restauração do Paço (RJ). Boletim SPHAN/Pró-Memória, 26, set/out, 1983.

⁵⁹⁰ Paço começa a mudar dia 28 fachada com o fim de 21 janelas. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 25 nov. 1984. Arquivo Técnico Administrativo, Inventário, Paço Imperial, caixa 34, pasta 02/01. Arquivo Central do IPHAN, Rio de Janeiro.

como corolário, verificou-se que a restauração do monumento, de tão grande significado na história política do país, exigiria a demolição de grande parte do terceiro pavimento - mais de mil metros quadrados - porque, removendo as ampliações, poderia a população admirar novamente o “jogo” barroco de volumes e telhados que compusera, outrora, um dos aspectos mais atraentes do Paço.⁵⁹¹

Para Glauco Campello,

a decisão de restabelecer a imagem barroca que por tanto tempo caracterizara o edifício, eliminando os revestimentos que encobriam as guarnições de pedra, removendo trechos do terceiro pavimento e recompondo os telhados, não se baseia apenas em dados técnicos, ou na imanência daquela imagem. Ela foi fruto também de uma ação intuitiva.⁵⁹²

Por meio de ambos os relatos, nota-se que a busca pelas características barrocas expressava um desejo pela recuperação de uma imagem idealizada do monumento, cuja beleza e estética eram consideradas mais condizentes com a imponência do símbolo de poder que se pretendia restaurar. Nesse sentido, esquecia-se a premissa que orientava a valorização dos elementos sobreviventes diante da opção por recompor, ou até mesmo, construir a materialidade tal qual projetada.

Outro aspecto da obra que merece menção foi a intervenção no espaço dos pórticos. Segundo Glauco Campello, o pórtico original que ocupava toda a frente do edifício era “um belo espaço da cenografia barroco-portuguesa da época”⁵⁹³, mas havia sofrido acréscimos e modificações por diferentes razões, “reforço da estabilidade, reformas estilísticas, meras necessidades práticas”⁵⁹⁴.

O espaço, anteriormente livre, havia sido ocultado pelo fechamento dos arcos menores para a criação de salas isoladas, sendo acrescidas, ainda, quatro colunas de alvenaria com acabamento marmorizado, que auxiliavam na sustentação do pavimento superior e, segundo Campello, acabaram por encobrir o projeto barroco, interrompendo os espaços e desvalorizando os arcos.⁵⁹⁵

⁵⁹¹ LYRA, Cyro Corrêa. O novo Paço: uma obra para debates. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 20, 1984, p. 154.

⁵⁹² Entrevista com Glauco Campello. Cf. KAPLAN, Sheila. De volta à velha forma, o Paço reabre suas portas. Jornal O Globo, Segundo Caderno, 3 mar. 1985.

⁵⁹³ CAMPELLO, Glauco. A restauração do Paço: revendo 240 anos de transformações. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 20, 1984, p. 144.

⁵⁹⁴ Ibidem, p. 144.

⁵⁹⁵ Ibidem, p. 145.

Figura 21: Pórtico principal onde se veem as colunas



A permanência das colunas nessa área foi discutida entre os membros da equipe que, segundo Cyro Corrêa Lyra, cogitaram a sua preservação, considerando a sua antiguidade. Contudo, esteticamente, a incorporação não se justificava, já que a sua existência eliminava “o sentido dos arcos de cantaria à entrada do Paço, “desmoralizando” sua função estrutural e interrompendo a visão da entrada.”⁵⁹⁶

Apesar de ser um vestígio associado ao período imperial, pois a existência das colunas havia sido confirmada desde, pelo menos 1840, optou-se pela sua retirada junto com o pavimento de ladrilho, além da demolição de outros elementos, como as paredes que fechavam os arcos (SILVA, 2021).

A reiterada opção pelo barroco era justificada por Glauco Campello ao afirmar que tais características não haviam sido afetadas em suas linhas básicas, mesmo após as obras realizadas no período imperial e na reforma de 1929.⁵⁹⁷ No entanto, seus argumentos foram confrontados por Cyro Corrêa Lyra ao apontar que, no caso específico das colunas, “o critério estético prevaleceu”⁵⁹⁸.

Embora Glauco tente explicar as escolhas adotadas no percurso da obra, que teriam levado à manutenção ou a busca dos elementos barrocos, ao compararmos as declarações de ambos os arquitetos, nos artigos publicados na edição de número 20 da Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional⁵⁹⁹, é possível perceber que o interesse da intervenção estava voltado para as qualidades estéticas do monumento, ainda que outras características

⁵⁹⁶ LYRA, Cyro Corrêa. O novo Paço: uma obra para debates. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 20, 1984, p. 154.

⁵⁹⁷ CAMPELLO, Glauco. A restauração do Paço: revendo 240 anos de transformações. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 20, 1984, p. 145.

⁵⁹⁸ LYRA, Cyro Corrêa. Op. Cit., p. 154.

⁵⁹⁹ Como vimos no capítulo 2, a edição de número 20 da Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional publicou um dossiê dedicado à obra de restauro do Paço.

adquiridas ao longo de sua história pudessem ser preservadas. O “magnetismo”⁶⁰⁰ da imagem barroca, para a equipe envolvida no restauro, era o que deveria, portanto, predominar em cada ação.

De acordo com Cyro Corrêa Lyra, outros critérios foram adotados nos demais espaços do prédio, como na intervenção na sala dos arceiros, onde havia um pátio a céu aberto no período colonial. Segundo o arquiteto, no local, foi feito, posteriormente, uma cobertura com claraboia e um piso elevado, no nível do primeiro pavimento, ligado ao patamar da escada principal de entrada por um lance de escada, além da inclusão de quatro colunas, que foram identificadas em um levantamento de 1890. Contudo, à época do restauro, os técnicos encontraram no prédio apenas “uma sala coberta por um teto em cúpula com claraboia ao centro, mas sem colunas, resultado provável de reforma posterior à situação de 1890.”⁶⁰¹

Assim, apesar de, inicialmente, cogitarem restabelecer o pátio, diante da ausência de uma documentação mais robusta que atestasse a sua existência e após as prospecções nos andares superiores não localizarem indícios de vãos anteriores, optou-se por manter toda a “roupagem eclética, revelando, porém, as três arcadas como testemunho de uma época anterior”⁶⁰².

No entanto, a escada da entrada principal, que dava acesso à sala, estabelecendo um “percurso neoclássico”⁶⁰³, teve seu acréscimo eliminado por impedir “o desenvolvimento do percurso de acesso, tal como seria afeiçoado à construção barroca”⁶⁰⁴ e a abertura em frente a ela foi fechada para acabar com “a visão perturbadora do salão eclético”⁶⁰⁵ de quem atravessa os arcos ao entrar no monumento.

Embora os técnicos defendam que a permanência de alguns elementos da sala dos arceiros tenha sido resultado de uma opção pela manutenção dos vestígios de diferentes períodos da história do prédio, o que ocorre, na verdade, é uma clara hierarquização de seus vestígios, onde as características ecléticas são toleradas, apenas quando não há um amparo na documentação disponível. Em todos os demais casos, como se percebe, o barroco sempre prevaleceu.

⁶⁰⁰ Glauco Campello afirma que a imagem barroca tal como era registrada na iconografia da primeira metade do século XIX era um magnetismo impossível de evitar. Cf. CAMPELLO, Glauco. A restauração do Paço: revendo 240 anos de transformações. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 20, 1984, p. 143.

⁶⁰¹ LYRA, Cyro Corrêa. O novo Paço: uma obra para debates. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 20, 1984, p. 154.

⁶⁰² Ibidem, p. 154.

⁶⁰³ CAMPELLO, Glauco. A restauração do Paço: revendo 240 anos de transformações. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 20, 1984, p. 146.

⁶⁰⁴ Ibidem, p. 147.

⁶⁰⁵ Ibidem, p. 147.

Além das intervenções arquitetônicas no prédio, a condução dos trabalhos arqueológicos também apresentaria algumas contradições. Apesar da descoberta dos vestígios dos Armazéns Del Rey e da antiga Casa da Moeda⁶⁰⁶ pela equipe de arqueologia da SPHAN, formada pelas arqueólogas Regina Coeli Pinheiro da Silva, Edna June Morley e Catarina Ferreira da Silva, e pela historiadora Clara Emília Monteiro de Barros, outras áreas mapeadas pelas técnicas não foram objeto de trabalho, o que impossibilitou, conseqüentemente, a determinação de suas verdadeiras funções.⁶⁰⁷ As prospecções e o trabalho arqueológico foram interrompidos em fevereiro de 1984⁶⁰⁸, mesmo após a solicitação por medidas em relação às áreas escavadas e para o prosseguimento dos trabalhos⁶⁰⁹, bem como o envio de um projeto para a execução de uma segunda etapa de pesquisa e a conclusão das ações já iniciadas.⁶¹⁰

Contudo, Glauco Campello considerou que a execução dessa nova etapa iria impossibilitar a conclusão dos trabalhos de restauro, propondo, em contrapartida, a “manutenção de parte das prospecções em áreas a serem deixadas abertas (cobertas apenas com terra ou pedrisco) mesmo depois de concluída a obra civil”⁶¹¹. Apesar da presença concreta de algumas descobertas arqueológicas, de acordo com Glauco Campello, alguns espaços foram recobertos após a realização de um “minucioso levantamento” e de uma “rigorosa documentação fotográfica”⁶¹², por não possuírem mais uma função prática a desempenhar.

Observa-se que a condução das obras de restauração do Paço Imperial corroborou a valorização, pela Sphan/Pró-Memória, da arquitetura barroca luso-brasileira em detrimento das demais expressões estéticas assimiladas nas sucessivas intervenções a que o prédio esteve sujeito ao longo de décadas de diferentes usos. Há, portanto, uma notória hierarquização das temporalidades presentes na construção, que determinava o que possuía mais valor e o que deveria ser revelado, reconstituído ou descartado no decorrer da obra, exaltando e silenciando, assim, memórias representadas por materialidades diversas do prédio. Soma-se a isto, a opção por não aprofundar o desenvolvimento das pesquisas arqueológicas na área que poderiam

⁶⁰⁶ Cirurgia reparadora, uma restauração completa devolve ao Paço Imperial do Rio de Janeiro a sua face original. Revista Veja, 6 mar. 1985.

⁶⁰⁷ SILVA, Regina Pinheiro da. et al. A pesquisa arqueológica: primeiras notas. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 20, 1984, pp.158-165.

⁶⁰⁸ Informe Rio. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 03 fev. 1984.

⁶⁰⁹ Ofício s/n, 04 jan. 1984. Arquivo Técnico Administrativo, Inventário, Paço Imperial, caixa 32, pasta 02/02. Arquivo Central do IPHAN, Rio de Janeiro.

⁶¹⁰ Comunicado Interno n. 31, de 30 ago. 1984. Arquivo Técnico Administrativo, Série Obras, Paço Imperial. Arquivo Central do IPHAN, Rio de Janeiro.

⁶¹¹ Ofício Gabinete n. 557/84, 24 set. 1984. Pasta arqueologia. Arquivo da Superintendência Regional do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

⁶¹² CAMPELLO, Glauco. A restauração do Paço: revendo 240 anos de transformações. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 20, 1984, p. 149.

levar à localização de vestígios da presença de outros sujeitos sociais e outras formas de apropriação da edificação e da própria Praça XV.

Apesar da oposição de parte da equipe envolvida na obra, que considerava "uma temeridade marcar datas para o término dos trabalhos"⁶¹³, uma vez que as escavações arqueológicas na área, como vimos, não haviam se esgotado, as obras seriam encerradas no início de 1985. Uma hipótese para tal determinação seria, não só a primazia atribuída às ações da equipe de arquitetos, mas, também, em virtude de uma questão política, já que o Secretário de Cultura, Marcos Vinícius Vilaça deixaria o cargo em 1985 para assumir a função de secretário particular do então presidente José Sarney, o que justificaria certa urgência para a inauguração das obras.⁶¹⁴

Embora tenha sido realizada na chamada "fase moderna" das ações de preservação no Brasil - momento em que se reivindica um patrimônio nacional mais diverso e representativo da cultura brasileira e de sua história -, a intervenção executada no Paço Imperial representou a reiteração de princípios e critérios de valoração que privilegiavam aspectos estéticos e de excepcionalidade do monumento, buscando a restituição dos elementos ditos "originais" do edifício, através de uma conduta superada dentro do campo de restauro já nos anos oitenta.

Em seus anos iniciais, era comum o organismo federal optar pela restauração, mais do que pela conservação na gestão do patrimônio tombado, apesar da Carta de Atenas orientar o mínimo de intervenção no monumento durante as obras de restauro, recomendando o respeito à historicidade do bem (CHUVA, 2012). Essa conduta seria corroborada, mais tarde, pela Carta de Veneza que indicava que o restauro deveria ser uma operação de caráter excepcional, não uma norma, já que a unidade de estilo não seria uma finalidade a ser alcançada em uma obra de restauração.⁶¹⁵

Entretanto, assim como em ações anteriores da instituição, a despeito das recomendações internacionais, nota-se que, no caso do Paço, havia um claro direcionamento para a recomposição da volumetria correspondente ao período colonial, considerado, pelos arquitetos envolvidos no projeto, o momento "mais importante na trajetória do Paço, quando foi sede do Reino Unido do Brasil, Portugal e Algarve"⁶¹⁶, o que resultaria na eliminação dos

⁶¹³ Entrevista com a arqueóloga Edna Morley. Cf. Paço escondia riquezas antigas. Última Hora, Rio de Janeiro, 14 set. 1983.

⁶¹⁴ Marcos Vinícius Vilaça. Verbete. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/vilaca-marcos>>. Acesso em: 08/09/2024.

⁶¹⁵ Carta de Veneza. II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos (ICOMOS), maio, 1964. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>>. Acesso em: 24/11/2024.

⁶¹⁶ CAMPELLO, Glauco. A restauração do Paço: revendo 240 anos de transformações. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 20, 1984, p. 143.

“acréscimos descaracterizadores”⁶¹⁷ em benefício da “liberação e revelação da expressão arquitetônica de maior valor”⁶¹⁸ do prédio, isto é, a sua arquitetura barroca.

Cabe destacar que o arquiteto responsável pela restauração do Paço e diretor da 6ª Diretoria Regional da Sphan/Pró-Memória, Glauco Campello pertence à segunda geração de arquitetos modernistas da instituição e iniciou a sua carreira atuando na construção de Brasília como assistente do arquiteto Oscar Niemeyer. A compreensão de sua trajetória profissional e seu vínculo com o modernismo, nos ajudam a entender as diretrizes adotadas por sua equipe no percurso da obra e o fascínio diante da possibilidade de projetar na edificação a imagem barroca que tanto se vislumbrava.

O movimento moderno havia estabelecido cânones que definiram os atributos de uma boa arquitetura, valorizada por sua pureza formal, beleza, harmonia e autenticidade. Essas características determinavam uma concepção de arte e arquitetura que era colocada como universal e, por isso, verdadeira (CHUVA, 2012; SANT’ANNA, 2014). Assim, aquilo que não se enquadrava nesse ideário seria responsável por desqualificar o patrimônio, justificando, portanto, a necessidade de se restaurar o monumento, recompondo a sua forma original (CHUVA, 2012).

Nesse sentido, ao caracterizar as reformas executadas no Paço, ao longo dos anos, como perturbadoras, conflitantes e inconvenientes, Glauco Campello deixava evidente a escolha pela imagem barroca da edificação como o objetivo a ser alcançado através das obras de restauração, recompondo os “valores autênticos” do prédio, que havia sido amesquinhado por sucessivas alterações em sua materialidade.⁶¹⁹

Embora Glauco Campello sustentasse, em seu discurso, a permanência de outros estilos arquitetônicos, como forma de retratar as diversas fases do monumento, o que se observa é que a sobrevivência desses elementos só esteve assegurada quando não havia uma fundamentação documental para a sua restituição. Em todos os outros casos, prevaleceu a valoração estética e o “magnetismo” da luz barroca.

Finalizado o restauro e a readequação dos espaços no início de 1985, o Paço é devolvido para a população sob a alcunha de uma "Casa-Grande da Cultura"⁶²⁰, onde todos

⁶¹⁷ LYRA, Cyro Corrêa. O novo Paço: uma obra para debates. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 20, 1984, p. 154.

⁶¹⁸ Ibidem, p. 154.

⁶¹⁹ CAMPELLO, Glauco. A restauração do Paço: revendo 240 anos de transformações. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 20, 1984.

⁶²⁰ VILAÇA, Marcos Vinícios. Discurso na solenidade comemorativa da conclusão das obras de restauração do Paço Imperial. Rio de Janeiro — 06/03/85. Arquivo Técnico Administrativo, Inventário, Paço Imperial. Arquivo Central do IPHAN, Rio de Janeiro.

teriam a sua morada, conforme afirmara o então Secretário de Cultura, Marcos Vinícios Vilaça em seu discurso por ocasião da abertura do edifício ao público.

O espaço antes abandonado e relegado a atividades meramente burocráticas, dava lugar a adaptações modernas, e uma arquitetura com uma nova funcionalidade e destinação social, demonstrando que a memória do passado era, enfim, ressignificada e reapropriada para atender as demandas do tempo presente.⁶²¹

A reabertura do Paço como espaço destinado a atividades culturais já havia sido delineada na gestão de Aloísio Magalhães que ressaltava, ainda em 1982, que “o ato de reacender todos os componentes da velha casa não pode ser feito sem que também se reacenda a Praça Quinze, o espaço urbano onde a casa se situa”⁶²².

Monumento tombado como um bem isolado, cujo entorno interessava apenas para a manutenção de sua visibilidade (MOTTA, 2010), o Paço está inserido, nos anos 1980, em uma conjuntura repleta de questões que iam do impacto gerado pela crescente verticalização nos arredores da Praça XV, à ausência de um ordenamento urbano e a falta de segurança pública na região. Problemas que, como vimos no capítulo anterior, eram amplamente noticiados pela imprensa e que colaboraram para que a SPHAN começasse a entender o ambiente urbano como um elemento fundamental para garantir a preservação do patrimônio.

Segundo Flávia Brito do Nascimento (2018a), a instituição, já nos anos setenta, integrava uma série de discussões em favor da preservação do Centro do Rio e havia iniciado estudos para a regulamentação da área de entorno dos bens tombados na região da Praça XV. É dessa época, também, a criação da Comissão, formada por representantes da SPHAN, da Prefeitura do Rio (Secretarias de Planejamento e de Obras e Serviços Públicos e do Corredor Cultural), do Estado (Fundrem) e do empresariado (Bolsa de Valores) para coordenar os diferentes interesses de uso que envolviam a praça, citada anteriormente.

A proposta de uso do Paço, nesse contexto, era noticiada pela imprensa como “uma experiência nova em relação ao uso dos bens tombados pelo Patrimônio Histórico”, já que “até sua reinauguração, a política da SPHAN visava apenas preservar o monumento histórico como parte de um acervo da memória nacional.”⁶²³

Flávia Brito do Nascimento e Maria de Mello Vieira (no prelo) afirmam que, de fato, o Paço Imperial foi a primeira intervenção que propôs a recuperação arquitetônica de um prédio

⁶²¹ A posterior ocupação do prédio entre os anos de 1985 a 1990 é apresentada no trabalho “Casa-grande da cultura”: (re)patrimonialização e revocacionamento do Paço Imperial no Rio de Janeiro (1980-1990)”. Cf. Alessandra Schimite da Silva (2021).

⁶²² ECT entrega o Paço da Cidade à Pró-Memória para restauração. O Globo, Rio de Janeiro, 20 mar. 1982.

⁶²³ O bem tombado, para usar. Ou não?, O Globo, Rio de Janeiro, 20 set. 1985.

e sua posterior adaptação para fins culturais, em articulação com o contexto urbano das imediações da Praça XV. Assim, a proposta de se criar um Centro Cultural no edifício do Paço Imperial seria a pioneira, dentre uma série de outras iniciativas similares na região do Centro nos anos subsequentes.⁶²⁴

O uso contemporâneo do edifício seria, portanto, enaltecido como propulsor do futuro da praça, com novos usuários e usos. A criação de centros culturais e museus como uma estratégia para a revitalização de áreas consideradas degradadas era uma novidade bastante promissora no país no início dos anos 1980, e a Praça XV acaba se tornando protagonista nesse processo (NASCIMENTO, 2018a).

O projeto pensado para o Paço, desse modo, se aproximava com as propostas que visavam transformar os monumentos individuais - bem como as cidades históricas - em produtos de consumo cultural (CHOAY, 2001) ou, como defendia Aloísio Magalhães, como um produto brasileiro, cuja dinâmica deveria ser estimulada "em função da sua potencialização socioeconômica".⁶²⁵

Nesse sentido, é inevitável pensar que a narrativa concebida em torno de seu restauro, bem como a forma assumida pela edificação após a obra, se associava, também, a esse fim. Configurando-se como mais uma operação destinada a valorizar o monumento histórico e a transformá-lo em um produto econômico (CHOAY, 2001), já que o Paço restaurado e reaberto como centro cultural permitiria a fruição do monumento pelo público, além de oferecer toda uma *mise en scène* e animação cultural a partir das atividades artísticas propostas no local.

Compreender a retomada do Paço a partir dessa lógica é pensá-lo como um produto concebido para atender às demandas de seu tempo. Não preterindo, obviamente, a necessidade de preservar sua materialidade, mas considerando, sobretudo, a importância de inserir o bem dentro de uma dinâmica socioeconômica que exigia a criação de condições para a sua manutenção a longo prazo, dentro de uma conjuntura que associava a exploração dos aspectos antigos da cidade com o desenvolvimento econômico local.

Como vimos anteriormente, já nos anos iniciais da década de 1980, o Corredor Cultural atuava nessa direção, promovendo medidas para a conservação de uma parcela

⁶²⁴ Seguido pelo Centro Cultural Banco do Brasil, em 1989; a Casa França-Brasil, em 1990; o Centro Cultural dos Correios, em 1993; o Centro Cultural Light, em 1994; o Centro de Artes Hélio Oiticica e o Espaço Cultural da Marinha, em 1996; entre outros. A publicação da Lei no 506, de Preservação Paisagística e Ambiental do Centro da Cidade do Rio de Janeiro, conhecida como a Lei do Corredor Cultural, também contribui nesse processo.

⁶²⁵ MAGALHÃES, Aloísio. Bens culturais: instrumento para um desenvolvimento harmonioso. In: LEITE, João de Souza (org.). Bens culturais do Brasil: um desenho projetivo para a nação. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2017, p. 158.

significativa da antiga cidade ao mesmo tempo em que estimulava atividades culturais na região da Praça XV.

A iniciativa do Paço se inseria nesse contexto ao propor a preservação do monumento e a sua devolução à população.⁶²⁶ Convergindo, não só com as ações do Corredor Cultural, mas também, com as demais iniciativas realizadas na Praça XV, no decorrer dos anos oitenta, que buscaram se estabelecer em torno de um imaginário do Rio Antigo, sempre vinculado aos aspectos da nobreza portuguesa, concebido a partir dos vestígios ainda remanescentes no centro histórico da cidade.

A abordagem adotada pela Sphan/Pró-Memória com o projeto do Paço, se aproximava dessas propostas por trabalhar com um patrimônio arquitetônico e histórico, de grande valor e apelo para o turismo⁶²⁷ e se preocupar em elaborar uma narrativa que fortalecesse a imagem do bem que se desejava projetar.

Consolidar um imaginário em torno do Paço, baseado em elementos de sua trajetória histórica deliberadamente selecionados, no sentido de criar uma identidade sólida, era fundamental para o reconhecimento e a disseminação dessa imagem. Recuperar, revelar, iluminar aspectos de um passado que fora eleito para forjar sua memória.

Desse modo, lançava-se luz aos aspectos ligados aos ditos “valores autênticos”⁶²⁸ e à “vocação natural”⁶²⁹ do bem, que, como vimos, se associavam   materialidade barroca perseguida no restauro e   força simbólica de um monumento síntese do poder colonial no país. Revitalizar o Paço era, em certa medida, reviver a nobreza de um passado perdido, garantindo a perenidade de sua materialidade - e de seus valores - através de novos usos sociais.

Em texto publicado em 1984, Cyro Corrêa Lyra deixa escapar a orientação do olhar, do corpo técnico da Sphan/Pr -Memória, apenas para os aspectos materiais da Praça XV e do Paço, bem como a relativa importância dada a determinadas memórias históricas vinculadas à ambiência do bem e seus usos. Segundo o arquiteto, a equipe envolvida no restauro considerou que desenhos como os de Debret “cuja ilustrações são muito mais difundidas, ao retratar o Paço”⁶³⁰, faltavam   verdade, na medida em que modificariam proporções e detalhes

⁶²⁶ Depoimento de Glauco Campello. Boletim SPHAN/Pr -Memória, n. 17, mar/abr, 1982.

⁶²⁷ Um acervo lembra o Rio Antigo. O Globo, Rio de Janeiro, 04 ago. 1983.

⁶²⁸ CAMPELLO, Glauco. A restauração do Paço: revendo 240 anos de transformações. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 20, 1984, p. 142.

⁶²⁹ Ibidem, p. 142.

⁶³⁰ LYRA, Cyro Corrêa. Apresentação. Cf. FERREZ, Gilberto. O Paço da Cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pr -Memória, 1984, p. 7.

arquitetônicos, talvez por estarem mais interessados "na captação do espaço urbano do largo do Paço do que propriamente nos edifícios que o circundam."⁶³¹

Ao direcionarem os esforços na busca por elementos que fundamentassem o projeto de restauro e a forma que desejavam alcançar com a intervenção, a equipe da Sphan/Pró-memória parece ter tratado o Paço como um objeto artístico propriamente dito, isolado, desvinculando a sua materialidade da relação que o monumento estabeleceu com a Praça, ao longo de sua história. Ou, pelo menos, parte dela, já que alguns fatos ocorridos na região eram rememorados e intencionalmente integrados à prática discursiva concebida sobre o bem.

Ao evitarem considerar as dimensões de sociabilidade presentes na Praça XV e uma possível abordagem relacional com a apropriação do monumento, bem como os impactos em sua forma arquitetônica, o que se percebe é que a equipe responsável pela execução da obra considerava a praça apenas como paisagem, um cenário a ser, por vezes, neutralizado diante do objeto que se desejava iluminar.

A Praça XV não é lida, portanto, nesse momento, como um “lugar de memória” (NORA, 1993), um espaço cuja fruição de seus sujeitos sociais construísse, por si só, narrativas históricas dignas de recordação. Tampouco em sua relação com uma materialidade historicamente condenada ao desaparecimento, ao esquecimento, à ausência de vestígios - de práticas, acontecimentos, experiências que só se transformariam em vetores de memória por força de um investimento, por um esforço de lembrar, por uma vontade (sempre política) de memória (GONÇALVES, 2018).

Apesar da atuação da Sphan/Pró-Memória no Paço ter sido inovadora ao atribuir um novo uso a um bem tombado revitalizado; a permanência de antigas práticas discursivas e patrimoniais na ação de restauro, evidenciava as inconsistências da instituição diante de uma ação que evocava para si o ideário democrático.

E isso não se colocava apenas nas opções adotadas no percurso da obra de restauração, que pretendia expor as diferentes temporalidades do monumento, mas, também, na ideia de se ter um espaço cultural aberto às mais diversas manifestações culturais⁶³², como se através dessa proposta de uso, o Paço questionasse a hierarquização da cultura, defendendo a diversidade de expressões culturais brasileiras. Contudo, essa pluralidade seria identificada somente nos primeiros anos do centro cultural, uma vez que, já em fins dos anos 1980, é

⁶³¹ LYRA, Cyro Corrêa. Apresentação. Cf. FERREZ, Gilberto. O Paço da Cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória, 1984, p. 7.

⁶³² CAMARGO, Maria Sílvia. A democracia no Paço. Revista Domingo, Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 13 out. 1985. Maria Sílvia Camargo é jornalista. Escrevia sobre literatura e cultura no Jornal do Brasil nos anos 1980.

possível perceber um direcionamento das ações de ocupação para as artes plásticas e, em especial, para a arte contemporânea (SILVA, 2021).⁶³³

Como temos tentado demonstrar, o projeto do Paço, desenvolvido no início da década de oitenta, reforça uma narrativa em torno de um imaginário do Rio Antigo que rememora aspectos da trajetória histórica do edifício e da Praça XV vinculados aos "eventos cívicos e à herança colonial portuguesa" (CAMPELLO, 2015), dando destaque aos símbolos de "uma arquitetura monumental de maior interesse cultural"⁶³⁴, na avaliação da equipe envolvida no projeto de restauração, e se abstendo de mobilizar, para essa construção simbólica, elementos históricos e artísticos não consagrados.

Ao direcionar o olhar apenas para os aspectos materiais disponíveis à época da ação de recuperação do prédio - o que, também, pode ser relativizado, uma vez que determinadas características do bem foram buscadas ativamente no processo de restauro - a Sphan/Pró-Memória limita o escopo de sua historicidade e não considera, consequentemente, os silêncios como indicativos fundamentais do processo de construção da memória patrimonializada, justificando a condução de suas políticas em virtude da ausência de outras materialidades na região.

Tal postura é reiterada por Glauco Campello, ao reafirmar os valores que a Sphan/Pró-Memória desejava recuperar com a iniciativa. Segundo ele, a equipe se empenhou em restituir as características do Rio Antigo impressas em edificações de maior relevância que ainda existiam na Praça XV, como o Paço Imperial.⁶³⁵

A ação da Sphan/Pró-Memória em torno do Paço gera, ainda, uma reflexão importante sobre as limitações da aplicação da proposta de ampliação do conceito de patrimônio, especialmente, no que concerne ao patrimônio edificado.

Embora o projeto do Paço tenha buscado representar uma mudança de postura da Sphan/Pró-Memória em relação a essa tipologia de bem, a intenção de promover uma nova abordagem do patrimônio material enfrentava a resistência de uma orientação ainda hegemônica entre as práticas patrimoniais do órgão federal. A predominância do valor estético sobre outras possibilidades de atribuição de valor ainda persistia no interior da

⁶³³ O Paço Imperial é aberto em março de 1985 como um centro cultural, funcionando até meados de 1986 em um período experimental, onde o uso de suas salas, terreiros e pátios foram abertos aos mais diversos projetos culturais e artísticos. Após esse período, com a institucionalização do espaço e a nomeação de seu primeiro diretor, o crítico de arte, Paulo Sérgio Duarte, o centro cultural do Paço foi ocupado predominantemente por projetos de arte contemporânea. Cf. Alessandra Schimite da Silva (2021).

⁶³⁴ Rio de Janeiro. Paço de volta à cidade. Boletim Sphan/Pró-Memória, número 34, Jan/Fev, 1985.

⁶³⁵ CAMPELLO, Glauco. Crescimento urbano e preservação. Boletim Sphan/Pró-Memória, número 29, Mar/abr, 1984. Texto originalmente apresentado em mesa redonda realizada no MAM por ocasião da exposição Oscar Niemeyer em junho de 1983.

instituição e direcionava suas ações, como se nota na conduta assumida no restauro do monumento.

O edifício que, segundo os responsáveis pela restauração, havia sido “adulterado” para o neocolonial no início do século XIX, “retoma a imagem barroca da época de D. João” após dois anos de obras que teriam suscitado, “entre controvérsias e concordâncias técnicas”, um debate, no interior da instituição, sobre conceitos e métodos de restauração.⁶³⁶ Mas que, como vimos anteriormente, apenas iriam corroborar uma orientação comumente assumida pelo organismo federal na qual o objetivo final do restauro seria a busca pelos aspectos ditos originais do bem.

Executado em um período marcado pela transição democrática no país e pelas mudanças estruturais que levaram à criação da Sphan/Pró-Memória em fins da década de setenta, o projeto do Paço traz, em suas diferentes dimensões, aspectos desse momento transitório, de tensões que se manifestam no plano prático e discursivo, e que evidenciam uma resistência quanto à construção de um patrimônio nacional, efetivamente, mais amplo e inclusivo.

Conforme preconizava Aloísio Magalhães, ao indicar que a política de preservação patrimonial e, sobretudo, a preservação monumental arquitetônica, deveria assumir um caráter nacionalmente educativo⁶³⁷, o projeto do Paço nos informa, em suas escolhas e omissões, a memória que se desejava preservar. A materialidade que persiste, e que é renovada pelas ações de conservação, comunicava o passado da nação a ser perpetuado, reiterando um imaginário excludente e indicando que ainda havia muito trabalho a ser feito para que o patrimônio se tornasse, uma expressão da cultura nacional, verdadeiramente democrática.

Como veremos no tópico a seguir, em meados da década de 1980, a Sphan/Pró-Memória irá propor o tombamento da Praça XV e de suas imediações, incorporando exemplares de sua arquitetura cuja tipologia não havia sido consagrada pela instituição em seus anos iniciais. Tal medida buscava inserir as políticas federais de preservação nas disputas pela representação de um patrimônio cultural mais amplo, ensejando a proteção de bens, para além da pedra e cal, ainda remanescentes na região.

No entanto, como iremos observar, o órgão manteve o enfoque de suas ações nos aspectos arquitetônicos da praça e evitou incluir na narrativa concebida sobre eles, memórias difíceis da história do país sobre as quais o logradouro era, ainda nos anos oitenta, um

⁶³⁶ Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 20, 1984, p. 113.

⁶³⁷ FALCÃO, Joaquim. Política de preservação e democracia. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 20, 1984.

testemunho incontestável. Colocando em perspectiva os próprios limites de sua proposta de ampliação do conceito de patrimônio, uma vez que uma parcela significativa de seu passado ainda permanecia silenciada na releitura feita pela instituição sobre a materialidade da Praça XV.

4.2. O tombamento do conjunto urbano da área central da Praça Quinze de Novembro

Ainda no final da década de setenta, o IPHAN dá início a uma série de pesquisas para subsidiar discussões que visavam a preservação da área da Praça XV e imediações. Nessa época, como aponta Flávia Brito do Nascimento (2018a), além do aumento da pressão imobiliária, a ocorrência de incêndios em alguns sobrados no entorno imediato da praça gerou uma preocupação diante da possibilidade de perda de todo o conjunto histórico, que ainda não era protegido por lei, motivando o desenvolvimento de estudos iniciais sobre o entorno das igrejas tombadas.

Realizado a pedido do arquiteto Eurico Antonio Calvente, diretor da Divisão de Conservação e Restauração (DCR) do IPHAN, um estudo inicial foi desenvolvido a partir de janeiro de 1979 pela arquiteta Lia Motta e visava a manutenção do entorno⁶³⁸ das Igrejas Nossa Senhora da Lapa dos Mercadores, Santa Cruz dos Militares e da antiga Praça do Comércio.

Segundo Lia Motta, em uma primeira aproximação da região, procurou-se delimitar a área que poderia atender aos interesses do instituto, identificando os valores que deveriam ser preservados.

Diferente de outros estudos do gênero já realizados pelo IPHAN que visavam principalmente manter a visibilidade de monumentos situados no cume de morros, como o Outeiro da Glória e o Convento de Santa Teresa, percebemos que, neste caso, a preocupação teria que ser mais ampla, pois deveríamos garantir mais a visibilidade e a coerência do volume dos antigos prédios com os monumentos. Teríamos ainda que considerar as características urbanas, a linguagem arquitetônica, a modulação e o colorido do conjunto, assim como o uso da área, marcado pelo grande número de bares, pelo comércio pesqueiro e pelo trânsito constante dos pedestres.⁶³⁹

Conforme destaca a arquiteta, o estudo teve como elemento orientador do trabalho

⁶³⁸ Instrumento legal definido a partir do Artigo 18 do Decreto-lei n.25 de 1937, que define a proteção dos bens tombados, visando, inicialmente, impedir construções que comprometessem a sua visibilidade. Cf. Lia Motta e Analucia Thompson (2010).

⁶³⁹ MEC/SPHAN. Informação n. 4, de 08 de janeiro de 1980. Praça Quinze de Novembro, Série Inventário, Rio de Janeiro, RJ. Arquivo Central do IPHAN, Seção Rio de Janeiro.

o conhecimento do pouco que restou do "*Rio Antigo*" após a renovação urbana sistemática e destruidora ocorrida principalmente nos últimos anos. O trecho onde se situam os monumentos guarda as características urbanas do tempo de sua ocupação e a mesma arquitetura da época em que a região viveu seu apogeu como principal centro de atividades comerciais do Brasil.⁶⁴⁰

Assim, com base nesses fatores, concluiu-se que o conjunto seria encarado como uma amostra significativa da formação cultural do país, e que o estudo deveria propor a preservação do todo, mantendo o perfil já existente, que favorecia os monumentos protegidos pelo órgão federal.⁶⁴¹

Em seu relatório, Lia ressaltava que a ameaça de demolições em áreas de interesse para a preservação exigia a tomada de medidas provisórias que garantissem a manutenção das edificações até a definição de formas de proteção de maior permanência. Com base nesse entendimento, a arquiteta cita os pedidos feitos pelo IPHAN ao Departamento de Edificações do Município do Rio de Janeiro para que a aprovação de qualquer projeto na área fosse subordinado à aprovação do instituto; e a solicitação encaminhada à 1ª. Divisão da 2ª. Supervisão de Licenciamento, para que "não fosse permitida a demolição de qualquer prédio na área que se encontra delimitada pelo perímetro formado pela Praça XV, Rua do Mercado, Travessa Tinoco, Visconde de Itaboraí, Praça Pio X e rua 1o. de Março".⁶⁴²

Sob a justificativa de preservar a ambiência "dos valiosos monumentos existentes na área, destacando-se, para este caso, as Igrejas N. Sra. da Lapa dos Mercadores e Santa Cruz dos Militares"⁶⁴³, a proposta resultante desse estudo propõe o

tombamento urbanístico paisagístico da área situada no interior do perímetro formado pelo lado par da Praça XV de Novembro, lado par da Rua 1o. de Março, lado ímpar da Praça Pio X, Av. Alfredo Agache em seu trecho entre a Praça Pio X e a Rua do Ouvidor, lado par da rua do Ouvidor até a esquina com a Rua do Mercado e Rua do Mercado compreendendo o trecho que vai do n. 25 até a Praça XV de Novembro.⁶⁴⁴

⁶⁴⁰ MEC/SPHAN. Informação n. 4, de 08 de janeiro de 1980. Praça Quinze de Novembro, Série Inventário, Rio de Janeiro, RJ. Arquivo Central do IPHAN, Seção Rio de Janeiro. Grifo meu.

⁶⁴¹ Ibidem.

⁶⁴² MEC/IPHAN. Ofício n. 1017, de 17 de abril de 1979, do Diretor da Divisão de Conservação e Restauração do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional para o Diretor da 1a. Divisão da 2a. Supervisão de Licenciamento da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro. Praça Quinze de Novembro, Série Inventário, Rio de Janeiro, RJ. Arquivo Central do IPHAN, Seção Rio de Janeiro. Não havendo resposta a este ofício, o IPHAN encaminha mais dois comunicados, Ofício n. 1895 de 11/07/1979 e Ofício n. 1935 de 17/07/1979, reiterando a solicitação inicial.

⁶⁴³ MEC/SPHAN. Informação n. 4, de 08 de janeiro de 1980. Praça Quinze de Novembro, Série Inventário, Rio de Janeiro, RJ. Arquivo Central do IPHAN, Seção Rio de Janeiro.

⁶⁴⁴ Ibidem.

Figura 22: Delimitação da área de estudo para o tombamento do conjunto urbano da Praça XV.⁶⁴⁵



Lia Motta entendia que a proteção de toda a área se fazia necessária, em virtude das características urbanas e arquitetônicas que lhe conferiam significativo valor histórico-cultural, sendo um dos poucos trechos do Rio de Janeiro que ainda exibia elementos dos primeiros tempos de ocupação da cidade, apesar das inúmeras alterações ocorridas na região.⁶⁴⁶

O documento indica que tal medida fortaleceria o decreto municipal n. 2.216 de 20/06/1979⁶⁴⁷, garantindo, assim, a sobrevivência e eficácia da medida. E sugere a criação de um grupo para dar continuidade ao trabalho, principalmente nos aspectos que possam contribuir para o projeto Corredor Cultural, da Prefeitura do Rio, no qual a área estava incluída.

⁶⁴⁵ MEC/SPHAN. Informação n. 4, de 08 de janeiro de 1980. Praça Quinze de Novembro, Série Inventário, Rio de Janeiro, RJ. Arquivo Central do IPHAN, Seção Rio de Janeiro.

⁶⁴⁶ MEC/SPHAN. Informação n. 4, de 08 de janeiro de 1980. Praça Quinze de Novembro, Série Inventário, Rio de Janeiro, RJ. Arquivo Central do IPHAN, Seção Rio de Janeiro.

⁶⁴⁷ RIO DE JANEIRO. Decreto n. 2216 de 20 de julho de 1979. Estabelece condições de preservação ambiental, com vistas a revitalização da função cultural, em área do Centro da Cidade, conforme proposição do Plano Urbanístico Básico - PUB-RIO, na AP-1. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rj/r/rio-de-janeiro/decreto/1979/222/2216/decreto-n-2216-1979-estabelece-condicoes-de-preservacao-ambiental-com-vistas-a-revitalizacao-da-funcao-cultural-em-area-do-centro-da-cidade-conforme-proposicao-do-plano-urbanistico-basico-pub-rio-na-ap-1>. Acesso em: 18/09/2024.

Algumas ações também são listadas para o encaminhamento dos trabalhos na região, a saber: discussão de possíveis utilizações do entreposto da pesca, antiga Alfândega e imóveis desativados; discussão de planos de revitalização; mobilização da população; articulação de outras instituições ou órgãos públicos; criação de outros instrumentos de estímulo à preservação; estudos visando tombamentos individuais; campanha de devolução a comunidade dos estudos e critérios para preservação da área; e a discussão a respeito do problema do prédio da Bolsa de Valores.

O estudo apresenta, por fim, uma breve descrição sobre a história e a arquitetura da região, além da trajetória de sua evolução. Sobre esse último aspecto, cabe destacar que o relatório aponta como referencial para o estudo, lembrar "da vinda da família real para o Brasil, da abertura dos portos, as imigrações e importações, além do surgimento de novos grupos sociais urbanos e com eles seus conflitos e ideias."⁶⁴⁸ Detalha-se, por conseguinte, as transformações nas características arquitetônicas, os diferentes usos das construções e as mudanças gradativas da região que ajudaram a configurar essa área da cidade, incluindo o processo de verticalização, o direcionamento para as atividades financeiras e de negócios, o burburinho dos pescadores e o movimento da rua Primeiro de Março e da Avenida Perimetral.

Apesar dos monumentos tombados que se mesclam neste ambiente, algumas interferências a nosso ver indesejáveis não foram evitadas. Destacando-se os prédios que surgiram na Praça XV e formam uma verdadeira barreira entre o casario em estudo e o antigo Largo do Carmo sendo, felizmente, amenizado pela presença do Arco do Telles que liga os dois espaços."⁶⁴⁹

Em paralelo às articulações do IPHAN, a Prefeitura do Rio também buscou adotar algumas medidas em relação à preservação da região central da cidade. De acordo com Flávia Brito do Nascimento (2018a), no final da década de 1970, algumas ações haviam limitado a verticalização do Centro, protegendo, dentre outras áreas, a própria Praça XV de Novembro. Como por exemplo, o decreto municipal n. 2.216 de 1979, citado anteriormente, que determinava a proteção integral da Praça XV, não permitindo a demolição ou a construção de edificações mais altas do que quatro pavimentos, em respeito à ambiência dos sobrados remanescentes no local.

A entrada do município no campo da preservação era uma novidade que, segundo Flávia Brito do Nascimento (2018a), tinha gerado hesitações no patrimônio nacional já que

⁶⁴⁸ MEC/SPHAN. Informação n. 4, de 08 de janeiro de 1980. Praça Quinze de Novembro, Série Inventário, Rio de Janeiro, RJ. Arquivo Central do IPHAN, Seção Rio de Janeiro.

⁶⁴⁹ Ibidem.

havia um questionamento se a iniciativa garantiria, efetivamente, a preservação da região por meio de instrumentos urbanísticos.

Nesse sentido, a pedido da 5a. Diretoria Regional⁶⁵⁰, a assessoria jurídica do IPHAN se manifesta, por meio do Parecer n. 21 de 1979, e apresenta uma análise sobre a constitucionalidade do Decreto Municipal n. 2.216, de 20/07/1979. Segundo a assessoria jurídica, o decreto estabelecia regras para novas edificações a serem construídas na área delimitada, mas permitia obras de reforma ou modificações sem acréscimo de área, desde que preservadas as fachadas e suas “características originais”.⁶⁵¹

Segundo o parecer, competia à União, principalmente, legislar sobre normas de proteção no patrimônio histórico e artístico nacional, por se tratar de interesse geral da Nação; contudo, os Estados e Municípios poderiam robustecer a iniciativa federal, “nos limites de seus territórios, mediante convênio com o governo federal, ou até mesmo, por iniciativa própria, no uso da autonomia prescrita pela Constituição Federal, naquilo que se refere à defesa de bens e locais merecedores de proteção do Poder Público.”⁶⁵²

O documento continua detalhando que na área central urbana delimitada pelo Decreto Municipal n. 2.216 de 1979, estavam situados “notáveis monumentos” do acervo religioso, histórico e arquitetônico do País, inscritos nos Livros do Tombo do Instituto, como o Arco do Teles; as casas n. 32 e 34; a Praça Quinze de Novembro; o antigo Convento do Carmo; a antiga Praça do Comércio e Alfândega; o Chafariz do Mestre Valentim; a Igreja de Nossa Senhora da Candelária, na Praça Pio X; a Igreja de Nossa Senhora do Carmo, compreendendo o Arco e o oratório de Nossa Senhora da Boa Esperança; a Igreja de Santa Cruz dos Militares e a Catedral Metropolitana; e o Paço Imperial. Ressaltando que o decreto demarcava “um perímetro definitivo, na área central urbana, com a finalidade de preservar a sua *originalidade e autenticidade*, como também, a proteção adequada da paisagem predominante no conjunto urbanístico, histórico e arquitetônico.”⁶⁵³

A nota da assessoria jurídica do instituto apontava para uma preocupação compartilhada, entre os entes do poder público envolvidos na questão, a respeito da preservação dos valores considerados originais e autênticos da região. Ao listar o conjunto de bens tombados pelo IPHAN que integravam a área delimitada pelo decreto, o parecer evidenciava que os interesses da municipalidade convergiam com a patrimonialização já

⁶⁵⁰ A 5a. Diretoria Regional foi criada em 1976 e contemplava os estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo. Somente em 1982 seria transformada na 6a. Diretoria Regional.

⁶⁵¹ MEC/IPHAN. Parecer n. 21/79. Praça Quinze de Novembro, Série Inventário, Rio de Janeiro, RJ. Arquivo Central do IPHAN, Seção Rio de Janeiro.

⁶⁵² Ibidem.

⁶⁵³ Ibidem. Grifo meu.

promovida pela instituição federal, ainda que visassem a conservação da paisagem da praça como um todo e não apenas os seus monumentos de forma isolada.

Assim, o decreto foi avaliado como uma ação constitucional, por instituir a fixação de um perímetro urbano, com objetivo de evitar a desfiguração do referido acervo, assegurando a preservação ambiental e a revitalização cultural da área que representava, segundo a instituição, os “valores culturais, históricos, visuais e tradicionais” da cidade.⁶⁵⁴

Em janeiro de 1980, Lia Motta consolida as informações levantadas sobre a região em uma proposta apresentada ao Diretor da Divisão de Conservação e Restauração, Augusto da Silva Telles, na qual incorpora alguns apontamentos que já consideram as medidas adotadas pela municipalidade⁶⁵⁵ e, como vimos, sugere o tombamento urbanístico paisagístico da área.

Ao encaminhar a proposta ao diretor-geral da SPHAN, em março de 1980, Augusto da Silva Telles sinaliza que a área estudada por Lia Motta integrava o projeto do Corredor Cultural e, de certa forma, estava preservada, “já que, na área, as novas edificações deverão ter, como altura máxima, a de 4,0 m acima da soleira. Assim, de certa forma, foi desestimulada a renovação imobiliária, uma vez que a maioria das edificações existentes na área é de 2 e 3 pisos.”⁶⁵⁶ No entanto, aponta que “pela legislação existente não ficam impedidas as demolições ou as descaracterizações dos imóveis, o que só poderá ser garantido por alguma forma de tombamento.”⁶⁵⁷ E, por se tratar de área de específico interesse local/estadual, sugere que tal estudo fosse encaminhado ao órgão estadual competente para que “lá seja reanalisado e devidamente protegido.”⁶⁵⁸

Observa-se que, apesar de entender a necessidade do tombamento da Praça XV para a sua efetiva proteção, a SPHAN faz uma clara hierarquização de valores, ao não identificar no conjunto urbano, nesse momento, elementos de interesse à narrativa da identidade nacional, compreendendo-os apenas como de importância regional e local.

Em virtude disso, em maio de 1980, o diretor-geral da SPHAN, Aloísio Magalhães, encaminha, ao Instituto Estadual do Patrimônio Cultural, o estudo desenvolvido pelo órgão federal que abrangia a área das Igrejas de Nossa Senhora da Lapa dos Mercadores e Santa Cruz dos Militares, e da antiga Praça do Comércio, indicando a adoção de medidas para a preservação da região, uma vez que contemplava uma série de edifícios de arquitetura civil do

⁶⁵⁴ MEC/IPHAN. Parecer n. 21/79. Praça Quinze de Novembro, Série Inventário, Rio de Janeiro, RJ. Arquivo Central do IPHAN, Seção Rio de Janeiro.

⁶⁵⁵ MEC/SPHAN. Informação n. 4, de 08 de janeiro de 1980. Praça Quinze de Novembro, Série Inventário, Rio de Janeiro, RJ. Arquivo Central do IPHAN, Seção Rio de Janeiro.

⁶⁵⁶ MEC/SPHAN. Informação n.53, de 31 de março de 1980. Praça Quinze de Novembro, Série Inventário, Rio de Janeiro, RJ. Arquivo Central do IPHAN, Seção Rio de Janeiro.

⁶⁵⁷ Ibidem.

⁶⁵⁸ Ibidem.

final do século XVIII que, como conjunto, tinham interesse a nível estadual e não apenas como ambiência específica de monumentos tombados.

Como vimos anteriormente, no início da década de 1980, a Sphan/Pró-Memória estava iniciando as negociações em torno da retomada do prédio do Paço Imperial e, como podemos inferir a partir da documentação, não percebia a região da Praça XV - ao menos de forma hegemônica no interior da instituição - como um conjunto histórico de interesse para a narrativa nacional. Rejeitava a possibilidade de valorização da área, possivelmente, por não haver uma unidade de estilo, revalidando, com isso, a eleição das edificações barrocas ou coloniais de caráter monumental, historicamente consagradas pelo instituto, como representativas da imagem da nação que se pretendia preservar. Reforçando, mais uma vez, o predomínio dos valores estéticos quanto ao trato dos vestígios da velha cidade.

Assim, embora o “Estudo para preservação da ambiência das igrejas de Nossa Senhora da Lapa dos Mercadores, Santa Cruz dos Militares e antiga Praça do Comércio” apontasse para a valorização da praça enquanto conjunto urbano e arquitetônico, institucionalmente, apenas os bens - exemplares da arquitetura religiosa, oficial e civil - que já haviam sido tombados isoladamente nos primeiros anos da instituição, permaneciam sendo objeto de ações do órgão federal na região nesse momento. A Praça seria tratada apenas como entorno e, posteriormente, como ambiência dos referidos bens consagrados.

No entanto, a elaboração desse estudo indicava uma mudança na postura da instituição quanto à preservação da cidade, ao focar no caráter histórico e urbano da área central do Rio (NASCIMENTO, 2020).

Desse modo, o levantamento de informações sobre a trajetória histórica da região da Praça XV é um ponto de especial interesse para a reflexão a que essa tese se propõe. Já que, ao contrário da pesquisa desenvolvida para o projeto de restauração do Paço Imperial, que seria realizada pouco tempo depois, o referido estudo sobre o entorno das igrejas tombadas considerava, em sua investigação, a existência de um “Rio Antigo”⁶⁵⁹ para além de suas características arquitetônicas.

A imagem do Centro do Rio e de seus monumentos, exemplares, em sua maioria, do estilo barroco/colonial, abria espaço para a memória das ruas do Centro, “cheias de curiosidades nas vitrines, como a Rua do Ouvidor”; para a Rua do Mercado, antes Rua do Peixe, que chegava até a Rua do Rosário, onde havia, por muitos anos, apenas barracas de venda de pescado; para as ruas estreitas, marcadas pela “intercalação das igrejas e oratórios”;

⁶⁵⁹ MEC/SPHAN. Informação n. 4, de 08 de janeiro de 1980. Praça Quinze de Novembro, Série Inventário, Rio de Janeiro, RJ. Arquivo Central do IPHAN, Seção Rio de Janeiro.

para “o casario de ornamentação simples e uniformidade na expressão arquitetônica”; para as casas “que abrigavam o comércio e escravos no térreo e residências no segundo ou até terceiro pavimento”; e para os “varejistas, importadores, alfaiates, modistas, fotógrafos e tudo que constitui um comércio de luxo e que foi, pouco a pouco, tomando o lugar das antigas quitandas e lojas de pequenas bugigangas”. Vendo surgir as grandes magasins, “as joalherias, relojarias, casas de música, tabacarias, tipografias, papelarias, livrarias e editoras”.⁶⁶⁰

Do apogeu ao seu declínio, a evolução da Praça XV era apresentada a partir de uma pesquisa detalhada que apontava para a importância conferida à historicidade da região. O estudo foi elaborado com base na iconografia produzida pelos viajantes europeus Jean Baptiste Debret e Thomas Ender, e em obras escritas por jornalistas, como Vivaldo Coaracy, Brasil Gerson e Felisbelo Freire, e pelo historiador e colecionador Gilberto Ferrez⁶⁶¹, que, traziam esse enfoque sobre os aspectos históricos e culturais da praça, mas também faziam uma leitura memorialista e por vezes nostálgica do passado da cidade.⁶⁶² Uma perspectiva historiográfica que ia ao encontro do imaginário em torno do Rio Antigo que seria constantemente retomado pelos projetos apresentados para a área, conforme vimos no capítulo 3.

O notório interesse da Sphan/Pró-Memória pela Praça XV, manifesto através do desenvolvimento desse estudo, seria percebido, ainda, pela articulação para a transferência do Paço Imperial para a Pró-Memória e seu posterior restauro, e pela continuidade dos estudos sobre a região em 1982.

Nesse ano, a instituição promoveria um inventário, coordenado pela arquiteta e diretora da Divisão de Estudos de Tombamento, Dora Alcântara, em colaboração com a Prefeitura do Rio e o projeto do Corredor Cultural (MENDES, 2009). De acordo com Dora Alcântara, “o estudo foi feito em face da necessidade de se definir critérios para melhor avaliação da arquitetura da primeira fase do período republicano e para atender ao pedido de colaboração dos responsáveis pela implantação do Projeto do Corredor Cultural.” E convergia com a necessidade de se desenvolver um estudo mais aprofundado sobre “a arquitetura mais

⁶⁶⁰ MEC/SPHAN. Informação n. 4, de 08 de janeiro de 1980. Praça Quinze de Novembro, Série Inventário, Rio de Janeiro, RJ. Arquivo Central do IPHAN, Seção Rio de Janeiro.

⁶⁶¹ Responsável pela pesquisa que subsidiou o restauro do Paço.

⁶⁶² Dentre as obras consultadas estavam: “História das ruas do Rio de Janeiro”, de Brasil Gerson; “Memórias da Cidade do Rio de Janeiro”, de Vivaldo Coaracy; “As cidades de Salvador e do Rio de Janeiro no século XVIII”, de Gilberto Ferrez; “História da cidade do Rio de Janeiro”, de Felisbelo Freire. Além dos livros de iconografia “Álbum de Debret e da Mui leal e História da Cidade do Rio de Janeiro” e “O velho Rio de Janeiro através das gravuras de Thomas Ender”.

vulgar, de programa comercial-residencial, exatamente a que se encontra em grande parte da região da Praça XV.”⁶⁶³

O estudo aproveitou o trabalho feito pela Divisão de Conservação e Restauração da SPHAN sobre o entorno dos monumentos tombados existentes na área, buscando detalhar as características arquitetônicas e os usos e ocupações dos edifícios (NASCIMENTO, 2018a). E mostrou que, mesmo tendo sofrido alterações nas fachadas e na disposição dos cômodos, o conjunto de prédios havia conservado certa integridade, alertando, com isso, para a necessária proteção do conjunto, a fim de evitar novas construções fora de sua escala.⁶⁶⁴

A relevância e o valor histórico da Praça XV eram comprovados, conforme noticiado pela imprensa da época, "pelas muitas atenções que tem recebido da Prefeitura, do Corredor Cultural e da Pró-Memória."⁶⁶⁵ Conforme vimos no capítulo anterior, a praça seria objeto de inúmeros projetos ao longo da década de 1980, tendo, não só a sua materialidade, como também, a sua memória disputada, colocando-a em um lugar de centralidade nas ações de preservação elaboradas para o centro histórico do Rio.

Ao que tudo indica, a Sphan/Pró-Memória se aproximava da Praça XV com o intuito de dar respostas às recorrentes críticas que vinha sofrendo em relação à gestão do patrimônio da cidade, mas, também, por ser tensionada diante das ações da municipalidade na região.

Nesse sentido, para além da colaboração da Sphan/Pró-Memória com o projeto do Corredor Cultural, citada anteriormente, a instituição buscava trabalhar com a Prefeitura do Rio para resolver outros problemas que afetavam a conservação do patrimônio da Praça XV, que, segundo o diretor da 6ª. Diretoria Regional, Glauco Campello, vivia uma situação caótica no início dos anos oitenta, sobretudo em virtude do intenso tráfego de veículos em seu entorno.⁶⁶⁶

Desse modo, dentre as medidas previstas para resolver o problema, previa-se o deslocamento dos terminais de ônibus, a demolição da passarela elevada, a limitação do gabarito para novas construções e o disciplinamento de uso da Praça.⁶⁶⁷

De acordo com o arquiteto Cyro Corrêa Lyra,

do antigo Largo do Carmo subsistem ainda os marcos arquitetônicos - embora extremamente alterados: ao sul, o Paço; no lado oposto, um único sobrado da sequência que fechada o limite norte; a leste, o chafariz do Mestre Valentim; no lado

⁶⁶³ Cadastrados prédios históricos da Praça XV. Boletim Sphan/Pró-Memória n.10, Jan/Fev, 1981, p.11.

⁶⁶⁴ Projetos. Praça XV: problemas e propostas. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 20, 1984.

⁶⁶⁵ FREITAS, Rosana. A Praça XV em tempo de reforma. Revista Ademi, jun/1982.

⁶⁶⁶ Ibidem.

⁶⁶⁷ LYRA, Cyro Corrêa de Oliveira. O Paço da Cidade. Jan, 1984. Arquivo da Superintendência do Iphan no Rio de Janeiro.

do poente, a Catedral e a Igreja do Carmo. Mas o maior prejuízo sofrido pela atual Praça XV de Novembro consiste na descaracterização do seu uso e no desequilíbrio de sua escala. Tradicionalmente englobava o Largo *funções religiosas, cívicas e recreativa*, tendo sido essas atividades documentadas pelos artistas do XVIII e XIX. Mas tanto esses, como os fotógrafos do início deste século, retratam *um local ameno, de convivência*. Inteiramente diversa porém é a Praça XV de Novembro de hoje, local de passagem limitada por vias de tráfego intenso, atravessada por milhares de pessoas, congestionada por terminais de ônibus, desequilibrada por uma passarela elevada de concreto e violentada por um viaduto que cruz a praça a leste, a poucos metros do chafariz setecentista. Completa esse quadro, o desequilíbrio da paisagem edificada, verticalizada por construções de grande altura.⁶⁶⁸

Ambos os arquitetos levantavam a questão do uso da praça e suas implicações para a preservação do patrimônio do centro histórico da cidade. Essa discussão emerge no final dos anos 1970 e início dos anos 1980 e expressa a preocupação em torno da conservação da ambiência dos bens tombados (MOTTA, 2000b). Contudo, conforme se observa, também manifestava um sentimento de perda quanto ao que se pressupunha como a situação original da Praça XV (GONÇALVES, 2002), que era novamente associada a uma imagem positivada do Rio Antigo, como um lugar ameno e de convivência, apaziguando a violência da escravização, tão retratada nas obras sobre a praça dos séculos XVIII e XIX.⁶⁶⁹

Diante da vertiginosa transformação da região e da iminência de outras perdas, em 1986, o integrante do Conselho Consultivo da SPHAN, Gilberto Velho⁶⁷⁰, sugere o tombamento federal do conjunto urbano da Praça XV ao Conselho. Em seu encaminhamento, Gilberto Velho afirma que a importância histórica arquitetônica, cultural nos termos mais amplos do trecho que se estende desde a área do Paço, na Praça XV de Novembro até a Candelária, justificaria o tombamento a nível federal, mesmo já estando protegido pela legislação municipal destinada à área do corredor cultural.⁶⁷¹

Os estudos para a fundamentação do tombamento são desenvolvidos nos anos subsequentes e incluem informações sobre o potencial arqueológico da região⁶⁷² e as hipóteses

⁶⁶⁸ LYRA, Cyro Corrêa de Oliveira. O Paço da Cidade. Jan, 1984. Arquivo da Superintendência do Iphan no Rio de Janeiro. Grifo meu.

⁶⁶⁹ Estudos mais recentes discutem o abrandamento da violência da escravização nos registros fotográficos produzidos nesse período. Cf. Mariana de Aguiar Ferreira Muaze (2017).

⁶⁷⁰ Gilberto Velho era chefe do Departamento de Antropologia do Museu Nacional e membro do Conselho Consultivo da SPHAN. Em 1984 foi relator do tombamento do terreiro de candomblé Casa Branca, em Salvador, na Bahia. Primeiro bem cultural da tradição afro-brasileira a obter o reconhecimento oficial do Estado.

⁶⁷¹ MinC/SPHAN. Carta de Gilberto Velho, membro do Conselho Consultivo do SPHAN, ao Secretário da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Ângelo Osvaldo de Araújo Santos, 28/10/1986.

⁶⁷² Jurema Eis Arnaut, coordenadora de Proteção da Sphan solicita informações quanto ao cadastramento do sítio arqueológico bem como parecer técnico sobre o potencial/interesse arqueológico da respectiva área, com vistas à complementação dos estudos para fundamentar o tombamento da área que se estende da Praça XV de Novembro à Praça Pio X, no Rio de Janeiro. Cf. Informação n. 033/88. Pedidos de tombamento no âmbito da 8a. DR. Arquivo Central do IPHAN, Seção Rio de Janeiro.

sobre a projeção do antigo cais da Praça XV⁶⁷³, a partir do projeto de recuperação do bem realizado pela Prefeitura do Rio em parceria com a SPHAN em meados da década de 1980.⁶⁷⁴

O processo n. 1.213-T-86 foi instruído pela arquiteta da Coordenadoria de proteção do IPHAN/FPpM, Helena Mendes dos Santos, que havia se baseado nos trabalhos já realizados sobre o sítio (MENDES, 2009). Na informação n. 20, de abril de 1989, Helena Mendes dos Santos afirma que

o valor histórico da área cuja importância refere-se a um tempo de efeito cumulativo, é dado em função dos aspectos urbanos, ambientais/paisagísticos e arquitetônicos, dados em função da persistência de um trecho contínuo que guarda o maior número de registros materiais (desde o traçado urbano até edificações representativas de arquitetura civil de função pública e privada, e religiosa).⁶⁷⁵

De acordo com a arquiteta, Helena Mendes dos Santos,

partindo da conceituação de paisagem urbana entendida como resultante da inter-relação entre uma trama urbana estabelecida e a ocupação característica de uma determinada organização social, numa dada época, a área da Praça XV e imediações foi identificada como um dos trechos contínuos da paisagem urbana representativo da estrutura definitiva da Área Central do Rio de Janeiro, constituindo, assim, uma das referências que permitem situar a cidade como quinhentista ou, pelo menos, com características do século XVIII, época em que seu desenvolvimento passa a ser significativo para a vida do país. É, portanto, o testemunho material da consolidação da Cidade, vinculado a uma das suas principais atividades, a portuária. (...) O Largo do Carmo, hoje Praça XV de Novembro, pela sua situação junto ao mar, durante os séculos que se seguiram, adquiriu a condição de entrada e saída da Cidade e, mais tarde, do país.⁶⁷⁶

Após um extenso relatório que recupera o histórico da região, a arquiteta conclui que o interesse pela preservação da área da Praça XV de Novembro deve-se ao fato desta apresentar

⁶⁷³ Informação n. 024/88. Pedido de tombamento da área central - Rio de Janeiro/RJ, 25/03/1988. Praça Quinze de Novembro, Série Inventário, Rio de Janeiro, RJ. Arquivo Central do IPHAN, Seção Rio de Janeiro.

⁶⁷⁴ Em parecer de 1988, a arqueóloga Edna Morley cita o trabalho realizado, anteriormente, na área do Paço Imperial, informando que devido à inauguração do Paço e "não estando concluídas as pesquisas, foram consignadas em cadastro as estruturas relativas à ocupação da Casa da Moeda, estando em aberto a possibilidade de localização dos vestígios dos Armazéns d'El Rei, que a bibliografia indicava como contemporâneos." Apesar da descontinuidade do trabalho na área dos Armazéns, Edna afirmava que a pesquisa desenvolvida à época, apontava com grande margem a possibilidade de permanência de outros vestígios relacionados à ocupação da antiga Várzea e, portanto, adjacentes ao Paço Imperial. Deste modo, foram feitas, em 1987, as primeiras sondagens que permitiram encontrar estruturas do Antigo Cais projetado por Jacques Funke no século XVIII; essas prospecções demonstraram a permanência das estruturas, resultando na posterior retomada da pesquisa em caráter sistemático. Localizados os remanescentes do Cais este foi imediatamente cadastrado, sendo relacionadas as estruturas aparentes - muros, escadarias, enrocamento, etc. - de forma global, considerando-se a possibilidade de sua permanência também em áreas não escavadas. Cf. Parecer n. 004/88, 11/04/1988. Sítios Arqueológicos na Praça XV. Praça Quinze de Novembro, Série Inventário, Rio de Janeiro, RJ. Arquivo Central do IPHAN, Seção Rio de Janeiro.

⁶⁷⁵ Informação n. 020, 12/04/1989. Praça Quinze de Novembro, Série Inventário, Rio de Janeiro, RJ. Arquivo Central do IPHAN, Seção Rio de Janeiro.

⁶⁷⁶ Ibidem.

uma forma passada que permaneceu, apesar das transformações ocorridas. É através destas transformações, inclusive, que se constata o caráter dinâmico da Cidade. "Essa área pode ser entendida enquanto documento histórico, porque permite a interpretação do passado. (...) O fenômeno da organização espacial de uma área, entendido enquanto fato histórico é representado pelos testemunhos físicos/materiais."⁶⁷⁷

A Praça XV passava a ser valorada em virtude dos vestígios do processo de ocupação de seu território e da possibilidade de leitura da concepção de sua forma urbana ao longo dos anos (MOTTA, 2000a). Entretanto, como é possível observar, ainda não se discutia que a apropriação desse passado no presente seria, em si, mais uma interpretação sobre a memória da antiga cidade. E um posicionamento da instituição quanto aos valores a serem perpetuados sobre a sua história nos anos oitenta.

Nessa mesma época, em relatório elaborado pelo arquiteto Pedro Alcântara⁶⁷⁸ e encaminhado pela Coordenadora de Proteção, Jurema Arnaut ao então Secretário da SPHAN, Augusto da Silva Telles, alertava-se para a perda das características “pitorescas”, que garantiriam a singularidade - e a excepcionalidade - da praça. De acordo com Pedro Alcântara,

os processos de renovação urbana nesses locais têm provocado um excessivo adensamento de construções, resultado da verticalização das edificações e da decorrente valorização do solo. Como consequência dessa transformação do espaço físico algumas atividades comerciais típicas da área central vão sucumbindo, dando lugar ao surgimento de outras cuja magnitude permite pagar o alto preço do metro quadrado da terra. Assim, a cada dia se acentua a perda de marcos tradicionais da cidade, tais como casas de chá, leiterias, pequeno comércio especializado, livrarias, cinemas e teatros, que são substituídos por outros de maior porte, como estabelecimentos bancários, corretoras de valores e outras bem adequadas ao ultradimensionamento do mercado brasileiro de capitais.

Vê-se que o velho e *pitoresco* casario cede o seu espaço para os arranha-céus, para o trabalho em detrimento do lazer; o Centro perde em diversidades e multiplicidades de usos, transformando-se no ambiente uniforme encontrado em qualquer metrópole moderna, perdendo seus traços culturais e originando uma atmosfera impessoal e padronizada. A cidade parece ter perdido a vida, o calor humano.⁶⁷⁹

O arquiteto manifestava uma preocupação com o processo de homogeneização a que a cidade teria sido submetida nos últimos anos, perdendo a sua “diversidade e multiplicidade de usos”, “transformando-se no ambiente uniforme encontrado em qualquer metrópole moderna”, em virtude da substituição gradativa de “marcos tradicionais da cidade” que, ao

⁶⁷⁷ Informação n. 020, 12/04/1989. Praça Quinze de Novembro, Série Inventário, Rio de Janeiro, RJ. Arquivo Central do IPHAN, Seção Rio de Janeiro.

⁶⁷⁸ À época representante da Sphan/Pró-Memória na comissão criada pelo Secretário Estadual de Educação e Cultura para tratar dos problemas da Praça XV no Rio de Janeiro.

⁶⁷⁹ Relatório elaborado pelo arquiteto Antonio Pedro G. de Alcântara, 20/02/1989. Série Gabinete. Arquivo Intermediário da Fundação Nacional Pró-Memória. Arquivo Central do Iphan, Seção Rio de Janeiro. Grifo meu.

que parecia, ainda estava associada a ideia de um certo exotismo sobre o seu passado. Segundo o arquiteto,

o poder de sedução das gigantescas construções e da moderna tecnologia nelas aplicada, certamente contribuiu para a aceleração do processo de verticalização de toda a área central, com reflexos sobre o conjunto de bens tombados ali localizados. Essa verticalização desmedida criou situações extremamente delicadas e mesmo aflitivas para a Sphan desde 1957. Na vizinhança imediata dos bens tombados foram permitidas edificações com gabarito que variavam entre 12 e 42 pavimentos. Essas edificações romperam a escala dominante da área, provocando o "esmagamento" e desfiguração dos bens tombados e a verticalização generalizada da mesma.⁶⁸⁰

Para Pedro Alcântara, "decisões casuísticas deixaram a instituição vulnerável principalmente com os precedentes criados."⁶⁸¹ Contudo, deliberações mais recentes - especificamente as que se referem à definição do gabarito da nova sede da Bolsa de Valores do Rio - "mudaram de fato a visão da instituição a respeito do problema dos reflexos da dinâmica urbana sobre o patrimônio cultural edificado."⁶⁸²

Nesse sentido, o arquiteto considerava que foram decisões históricas, por resistirem às pressões do poderoso lobby montado pela Bolsa naquela ocasião, e que "o Conselho Consultivo retirou a instituição do imobilismo a que tinha sido condenada pelo rumo equivocado que o "desenvolvimentismo" brasileiro tomou principalmente na década de 1970."⁶⁸³ Destacando, com isso, o papel do Conselho Consultivo no redirecionamento das ações do órgão federal, como se observou, também, a partir da aceitação da proposta de tombamento do conjunto histórico da Praça XV, seis anos após a sua rejeição enquanto patrimônio de interesse nacional.

O processo de tombamento da "Praça XV e arredores" seria encaminhado pouco tempo depois, em junho de 1989, pela Coordenadora de Proteção da SPHAN, Jurema Eis Arnaut, ao secretário da instituição, Ítalo Campofiorito, recomendando o envio do mesmo ao Conselho Consultivo da SPHAN para decisão, assinalando que

há longo tempo tem havido manifestações, especializadas ou não, quanto ao interesse cultural dessa área que também para nós é um documento histórico, significativamente expresso através de sua linguagem arquitetônico-urbanística. Um documento suficientemente denso, como testemunho material da dinâmica de

⁶⁸⁰ Relatório elaborado pelo arquiteto Antonio Pedro G. de Alcântara, 20/02/1989. Série Gabinete. Arquivo Intermediário da Fundação Nacional Pró-Memória. Arquivo Central do Iphan, Seção Rio de Janeiro.

⁶⁸¹ Ibidem.

⁶⁸² Ibidem.

⁶⁸³ Ibidem.

construção e consolidação da cidade do Rio de Janeiro, para ser considerado patrimônio nacional.⁶⁸⁴

Observa-se que os vestígios remanescentes da Praça XV eram compreendidos, nesse momento, a partir do conceito de cidade-documento, isto é, como testemunho da formação sociocultural da cidade. Um referencial que iria subsidiar outros entendimentos e atribuições de valor sobre o espaço (MOTTA, 2000a), colaborando, possivelmente, para a construção de uma narrativa de cidade mais diversa, heterogênea e plural⁶⁸⁵, que justificaria a mudança em relação à compreensão da área, vista, a partir de então, como um patrimônio de interesse nacional.

Em fevereiro de 1990, o Secretário do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional Ítalo Campofiorito dá prosseguimento ao pedido. O Conselheiro Gilberto Ferrez, relator responsável pelo processo de tombamento, manifesta-se de modo favorável à aprovação do tombamento e do entorno definido para a região, por considerar que a área central da Praça XV de Novembro e imediações foi, por quase três séculos "a sala de visitas da nossa Cidade" e através da retrospectiva de sua história seria "possível rever-se a história do país."⁶⁸⁶ Isto é, a relevância da Praça XV estaria associada ao fato de ter sido, ao longo de anos, um lugar que exibia, para quem chegasse à cidade, apenas os aspectos positivos do Rio, omitindo, com isso, quaisquer referências que pudessem manchar a sua imagem.

Gilberto Velho defendia o tombamento como a única forma de proteger o local da especulação imobiliária. Segundo o conselheiro, "a Praça XV é uma das áreas de maior importância histórica para a cidade e o País. Vários prédios e monumentos já foram tombados isoladamente, mas temos que garantir que o espaço não vai perder seu aspecto arquitetônico original."⁶⁸⁷

O tombamento é aprovado por unanimidade e, em março do mesmo ano, o conjunto urbano da "Praça XV e imediações" é inscrito nos livros do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Histórico e de Belas Artes. Após quase uma década de estudos sobre a região, a Praça XV era, enfim, reconhecida pela Sphan/Pró-Memória como um conjunto urbano de relevância nacional.

⁶⁸⁴ Informação n. 034, 19/06/1989. Praça Quinze de Novembro, Série Inventário, Rio de Janeiro, RJ. Arquivo Central do IPHAN, Seção Rio de Janeiro.

⁶⁸⁵ Carta de Petrópolis. 1º Seminário Brasileiro para Preservação e Revitalização de Centros Históricos. 1987. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Conta%20de%20Petrópolis%201987.pdf>>. Acesso em: 20/04/2025.

⁶⁸⁶ Parecer de Gilberto Ferrez, 02/03/1990. Praça Quinze de Novembro, Série Inventário, Rio de Janeiro, RJ. Arquivo Central do IPHAN, Seção Rio de Janeiro.

⁶⁸⁷ Ministro da Cultura decide hoje futuro da Praça Quinze. O Globo, Rio de Janeiro, 14 mar. 1990.

Com o tombamento da praça, como vimos, a instituição admitia certa heterogeneidade de estilos arquitetônicos, a partir de um discurso de valorização da historicidade urbana, que se distanciava da uniformidade estilística, historicamente consagrada no Brasil (MOTTA, 2020). Contudo, não podemos dizer que essa ampliação da tipologia dos bens havia garantido uma abordagem mais diversa e inclusiva do patrimônio, uma vez que, conforme temos tentado demonstrar ao longo dessa tese, aspectos fundamentais de sua história ainda não haviam sido incorporados na narrativa concebida em torno da reapropriação de sua materialidade nesse período.

A reinvenção do patrimônio material da Praça XV e a proposta de um novo olhar sobre a região significava, sobretudo, um reposicionamento da Sphan/Pró-Memória no campo da preservação, tensionado pela atuação de outras esferas do poder público que também desenvolviam ações na área central da cidade, conforme vimos no capítulo 3.

No entanto, observou-se que os diferentes projetos elaborados para a Praça XV, ao longo dos anos 1980, concorriam para um objetivo em comum: preservar e revitalizar a cidade “antiga” do Rio, como se possível a recuperação de um passado distanciado da leitura que se faz dele no tempo presente.

Assim, o tombamento da praça proposto pela Sphan/Pró-Memória atualizava a abordagem da instituição federal sobre os vestígios da velha cidade, consagrada nos anos 1930 através da proteção de monumentos isolados, para a compreensão de seu conjunto, como um bem a ser patrimonializado em virtude de sua relevância para a compreensão da história do país.

Essa perspectiva, entretanto, parecia não alcançar o debate em torno da dimensão simbólica daquilo que não havia ficado registrado em sua materialidade, como resultado de sucessivas políticas urbanas que negaram parte significativa do passado da cidade e de uma prática de preservação historicamente excludente. Nem tampouco propôs uma leitura distanciada de um imaginário já consagrado do Rio Antigo.

O reconhecimento do conjunto arquitetônico da Praça XV, portanto, permaneceu reforçando uma história do país tradicionalmente comunicada pela instituição, não devendo ser entendido, por isso, como um processo de patrimonialização ingênuo, já que também evocava uma imagem de civilização e um determinado sistema de valores (CIVALE, 2015).

Assim, mesmo propondo uma abordagem mais abrangente do patrimônio, as ações da Sphan/Pró-Memória reiteraram a imagem da Praça XV como um espaço de poder, associado às memórias do período colonial, expressando, com isso, uma clara contradição entre a manutenção das antigas práticas e os novos discursos da instituição. Demonstrando que ainda

havia um longo caminho a percorrer em direção à consolidação de uma política de preservação verdadeiramente democrática e representativa da diversidade cultural brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

(...) Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.⁶⁸⁸

Seis anos após o tombamento do conjunto urbano da Praça XV, a Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional publicou uma edição inteiramente dedicada ao tema da cidadania⁶⁸⁹ propondo uma discussão em torno da construção do patrimônio nacional e de sua representatividade como um direito fundamental do cidadão brasileiro.

Embora não tenha sido a primeira vez que esse tema estaria presente nas páginas da Revista⁶⁹⁰, é significativo que, à luz dos debates suscitados a partir da Constituição de 1988⁶⁹¹, a instituição tenha procurado refletir sobre o exercício da cidadania através da participação na seleção e no modo de apropriação dos valores culturais expressos no patrimônio do país.

Um dos artigos publicados nesta edição, escrito pela socióloga e ex-pesquisadora do Centro Nacional de Referência Cultural, Maria Cecília Londres Fonseca, traz alguns apontamentos importantes acerca da política de preservação federal implementada com a criação da Sphan/Pró-Memória, que nos ajudam a entender um pouco mais do discurso que é elaborado, naquele momento, em torno da concepção de um patrimônio mais diverso, plural e, por isso, mais democrático.

O artigo baseava-se na pesquisa desenvolvida pela socióloga para a sua tese de doutorado, publicada no ano seguinte sob o título “O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil”, que se tornaria uma obra de referência sobre a história do órgão, contribuindo para a disseminação de uma narrativa acerca da trajetória das políticas federais de preservação do país que seria predominante nos estudos sobre o tema.

⁶⁸⁸ BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

⁶⁸⁹ A edição número 24 da Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional publicada em 1996 é inteiramente dedicada à questão da cidadania.

⁶⁹⁰ Em 1984, por exemplo, o antropólogo e membro do Conselho Consultivo da SPHAN, Gilberto Velho, já havia levantado a questão sobre a importância da diversidade na concepção de uma política cultural mais democrática e pluralista. Cf. VELHO, Gilberto. Antropologia e patrimônio cultural. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n.20, 1984.

⁶⁹¹ Sobre o debate em torno da construção do conceito de patrimônio cultural e a Constituição de 1988. Cf. Lia Motta (2017, 2020, 2023).

Para Maria Cecília Londres Fonseca (1996), a prática de tombamentos ofereceria muitos elementos para avaliar o exercício da cidadania na política federal de patrimônio, já que esse era, por excelência, o instrumento que legitimava o patrimônio histórico e artístico do país. Desse modo, a análise dos processos de tombamento abertos nas décadas de 1970 e 1980, período que coincide com a Sphan/Pró-Memória, indicaria uma mudança em relação aos anos anteriores, representada por uma maior participação da sociedade brasileira com a questão do patrimônio, comprovada, sobretudo, no caso de alguns monumentos e conjuntos nos grandes centros urbanos, que mobilizavam a opinião pública através da imprensa.

Segundo a autora, os processos propostos para o espaço urbano eram vistos, por esse motivo, como uma espécie de “caixa de ressonância” para o resto do país, sendo “um *locus* privilegiado para a difusão e a consolidação das noções de cidadania cultural e de direitos culturais como valores”, em razão da repercussão que as ações nesses espaços poderiam alcançar. Entretanto, expunham, também, o que se configurava como o “patrimônio cultural não consagrado”, representado pelo universo de bens culturais que não fazia parte do patrimônio histórico e artístico nacional, ou seja, a produção dos “excluídos” da história oficial: indígenas, negros, populações rurais, imigrantes, etc. (FONSECA, 1996).

Maria Cecília Londres Fonseca (1996) afirma que, para os funcionários da SPHAN, essa exclusão se justificava pela ausência de testemunhos materiais significativos da cultura desses grupos sociais ou, ainda, por esses vestígios estarem imersos em uma dinâmica de uso que inviabilizaria o seu tombamento. Essa situação, para a autora, mostrava que, apesar das transformações percebidas no interior da instituição e em sua prática de preservação, a Sphan/Pró-Memória ainda enfrentava algumas limitações, especialmente, pelo fato do organismo contar apenas com o instrumento do tombamento como recurso para proteção dos bens culturais do país.

Mas, seria possível dizer que a exclusão de determinados grupos sociais da representação da identidade cultural do país se dava em virtude da inexistência de vestígios materiais ou das limitações na aplicação do instrumento de tombamento?

O historiador e escritor Joel Rufino dos Santos refletiu sobre a questão no artigo “Culturas negras, civilização brasileira”, publicado na edição seguinte da Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em 1997, no qual defendia haver, no Brasil, um “monopólio de representação”, já que, segundo ele, “aqui, brancos sempre conviveram com negros, mesmo sob a escravidão. Do que não gostam é de serem representados por eles, fora ou dentro do país” (SANTOS, 1997).

A Revista do Patrimônio volta a ser publicada apenas em 1994, tendo ficado cerca de 10 anos sem sair. O artigo de Joel Rufino dos Santos, assim como o de Maria Cecília Londres Fonseca fez parte do segundo número dessa retomada. Foram 3 números lançados então, com as temáticas relacionadas à Cidade (n. 23, 1994), Cidadania (n.24, 1996) e Negro (n.25, 1997), que demonstram o interesse da instituição no debate em torno dos direitos culturais, considerando o novo contexto político brasileiro e as diretrizes democráticas.

Pensar a concepção do espaço urbano e as identidades culturais nele expressas, seria, portanto, como apontado por Joel Rufino, compreender a sua materialidade como resultado de lutas de representação, que, no caso da cidade do Rio de Janeiro e, especificamente, da Praça XV de Novembro, havia produzido o silenciamento de narrativas e memórias de sujeitos historicamente subalternizados.

Essa discussão alcançaria o debate público, pouco tempo depois, através da grande imprensa, conforme é possível observar em reportagem publicada pelo Jornal do Brasil em agosto de 2001. O jornal citava que representantes da sociedade civil e do movimento negro questionavam a leitura feita pelo poder público, sobre os vestígios remanescentes na Praça XV, em um novo projeto de revitalização proposto para o centro histórico, que reiterava, mais uma vez, a exclusão de narrativas sobre a presença negra na região.

De acordo com a reportagem,

braços negros, sob um calor sufocante, predominavam na paisagem urbana do Rio de Janeiro na época do Império. Imagens antigas comprovam que os escravos ocupavam pontos importantes como a Praça Tiradentes, Campo de Santana, Igreja Nossa Senhora do Rosário, Praça Quinze ou Rua Primeiro de Março. Durante o século 19, os escravos viviam, trabalhavam e se divertiam nestes lugares. Hoje, no entanto, quase não há marcas da presença dos negros africanos no Rio e a preservação desta lembrança não faz parte do projeto de reforma do Centro.⁶⁹²

Embora a matéria se refira ao projeto desenvolvido, à época, pela Prefeitura do Rio, a sua crítica poderia ser estendida às inúmeras ações promovidas pelo poder público ao longo do século XX que, como vimos no decorrer desta tese, haviam colaborado para o apagamento dos vestígios da velha cidade que pudessem testemunhar essa memória.

Segundo o jornal, o projeto compreendia apenas a Pedra do Sal, que já havia sido tombada pelo INEPAC em 1984, como o único ponto relevante da participação dos negros escravizados na construção da cidade, desconsiderando, com isso, a importância da população negra para a formação e expansão urbana do Rio.

⁶⁹² CABRAL, Luciana. Livres, mas sem direito à memória. Jornal do Brasil, 09 de agosto de 2001. Luciana Cabral é jornalista, pesquisadora de questões étnico-raciais. Atuou como repórter no Jornal do Brasil de 1998 a 2002.

Ao ser indagado sobre a questão, o diretor do Instituto Pereira Passos (IPP), responsável pelo desenvolvimento do projeto, Augusto Ivan de Freitas Pinheiro, atuando como diretor de Urbanismo do Instituto, justificava tal entendimento dizendo que, apesar de ser do conhecimento público que "os escravos usavam as ruas e as praças do Rio", não existiam mais lugares específicos que pudessem ser identificados como um marco histórico dessa memória.⁶⁹³ O que seria refutado, de acordo com a reportagem, por historiadores e líderes do movimento negro, ao citarem, como exemplo, o chafariz do Mestre Valentim que costumava reunir na Praça XV "dezenas de escravos com latas d'água na cabeça" e que, apesar de eternizados nas gravuras de Debret, não haviam sido lembrados nas placas ou identificações feitas no local sobre o significado histórico do chafariz.

Em 2003, Maria Cecília Londres Fonseca publica um artigo emblemático intitulado "Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio" (FONSECA, 2003), no qual volta a abordar a importância do reconhecimento dos direitos culturais de diferentes grupos sociais como o resultado da ampliação do conceito de cidadania, a partir de uma reflexão sobre a permanência da ausência da memória negra na região da Praça XV.

Os sete anos que separavam esse texto, daquele publicado na Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em 1996, fizeram com que a autora concluísse que a imagem "construída pela política de patrimônio conduzida pelo Estado por mais de sessenta anos" estava longe "de refletir a diversidade, assim como as tensões e os conflitos que caracterizam a produção cultural do Brasil, sobretudo a atual, mas também a do passado" (FONSECA, 2003).

O olhar retrospectivo da socióloga sobre a atuação da instituição - em suas diferentes "fases" - apontava para a dificuldade do órgão em superar uma abordagem do patrimônio, fundamentalmente, alicerçada em valores estéticos e de excepcionalidade, mesmo quando se propôs a promover uma política de preservação mais abrangente e inclusiva.

De acordo com ela (2003), a Praça XV, um dos ícones do patrimônio histórico e artístico nacional, ainda evocava a sua representação "mais óbvia", isto é, a do poder real, suscitada pelo Paço Imperial, sede da Corte, que, assim como a antiga catedral, atual Igreja de Nossa Senhora do Carmo, eram testemunhos materiais da ocupação e da permanência no espaço da cidade, mas também, dos padrões estéticos hegemônicos, tradicionalmente valorados pelo SPHAN.

Para a autora, essa leitura da Praça XV distanciava-se de uma imagem do passado, da sociedade da época e da vida que havia se desenvolvido naquele espaço, disseminada nas

⁶⁹³ CABRAL, Luciana. Livres, mas sem direito à memória. Jornal do Brasil, 09 de agosto de 2001.

obras dos estrangeiros, como o já citado Debret, que, por estarem menos preocupados com a necessidade de construir uma “imagem ideal, em moldes europeus, do país”, documentaram, na paisagem da praça, a presença dos indivíduos “excluídos” da sociedade brasileira (FONSECA, 2003).⁶⁹⁴

É interessante perceber, contudo, que a imagem da Praça XV perpetuada nas pinturas de Debret, foi, justamente, aquela evitada, pelos arquitetos envolvidos na obra de restauro do Paço, por supostamente faltar com a verdade, ao modificar proporções e detalhes da arquitetura monumental, já que estava voltada para os aspectos de sociabilidade e para o espaço urbano do Largo do Paço. Características que passariam a ser valorizadas, no decorrer dos anos 1980, por atestarem aspectos peculiares ao Rio, e que a diferenciavam das demais metrópoles e cidades modernas do mundo.

Como vimos no capítulo 4, essa mudança em relação à patrimonialização da Praça XV pela Sphan/Pró-Memória, ao longo da década de 1980, havia se expressado através dos dois projetos realizados pela instituição nesse período, a restauração do Paço Imperial e o tombamento do conjunto urbano da Praça XV.

A praça havia deixado de ser valorada não só pelos “marcos tradicionais da cidade”, representados pelos monumentos tombados pelo órgão nos primeiros anos da política de preservação federal do país, para ser consagrada, por seus aspectos antigos e “pitorescos”, conforme citado no relatório do arquiteto Pedro Alcântara em 1989.⁶⁹⁵

Essa nova abordagem, no entanto, além de reiterar o valor simbólico dos bens monumentais, iria colaborar, como vimos, para a consolidação de um imaginário positivado do Rio Antigo, como um lugar “ameno e de convivência”⁶⁹⁶, que evitava qualquer menção ao passado reconhecidamente marcado pela violência da escravização.

No contexto dos anos oitenta, o passado da velha cidade era evocado na medida em que pudesse contribuir para a construção de uma atmosfera simbólica de um antigo Rio, repleto de nostalgia, relembrando aspectos singulares de sua espacialidade com vistas à sua exploração para fins culturais, em consonância com as demais iniciativas desenvolvidas pelo poder público nesse período.

⁶⁹⁴ Diversos autores dedicaram-se ao estudo da importância da população negra para a construção da cidade do Rio de Janeiro. Cf. Marilene Nogueira Silva (1988); Mary Karasch (2000); Ynaê Lopes Santos (2010, 2013); dentre outros.

⁶⁹⁵ Relatório elaborado pelo arquiteto Antonio Pedro G. de Alcântara, 20/02/1989. Série Gabinete. Arquivo Intermediário da Fundação Nacional Pró-Memória. Arquivo Central do Iphan, Seção Rio de Janeiro.

⁶⁹⁶ LYRA, Cyro Corrêa de Oliveira. O Paço da Cidade. Jan, 1984. Arquivo da Superintendência do Iphan no Rio de Janeiro. Grifo meu.

Por ser a “sala de visitas”⁶⁹⁷ da cidade, a Praça XV expressava em sua materialidade a imagem que o Estado desejava projetar sobre a história do Rio, que poderia espelhar a nação. Tal imagem reiterava a narrativa hegemônica elaborada sobre os vestígios remanescentes da praça, ainda circunscrita à predominância da referência à herança europeia como o valor mais significativo da identidade cultural do Rio de Janeiro. Demonstrando que a cidade negra do passado não interessava à imagem da cidade moderna, no presente (CHUVA, 2020).

Ao afirmar que o patrimônio era muito mais do que “pedra e cal”, Maria Cecília Londres Fonseca (2003) criticava essa interpretação, que considerava limitada ao uso do instrumento de tombamento, referindo-se ao registro de bens imateriais, novo instrumento instituído em 2000, pelo Decreto n.3551. Considerava este um caminho possível para o reconhecimento das memórias historicamente excluídas do processo de patrimonialização da Praça XV, em virtude da ausência de testemunhos materiais de sua existência na região.

Contudo, após mais de duas décadas da instituição da política de patrimônio imaterial, observa-se que o tratamento do patrimônio da Praça XV pelo organismo federal ainda não se atualizou. Tampouco propôs uma revisão crítica de sua atuação, através da política de patrimônio material nos últimos anos. Embora a retirada do viaduto da Perimetral e a introdução do VLT até a estação das barcas tenham criado um novo espaço para lazer, a fruição e a circulação plena das pessoas, manteve-se inalterada a narrativa sobre esse trecho da antiga cidade proposta ainda nos anos 1980, que evitou olhar para a memória do que permaneceu no espaço como um resultado de uma operação deliberada de construção do patrimônio nacional. A estátua do João Cândido, erguida para homenagear o “Almirante Negro” na Revolta da Chibata (1910) foi colocada na Praça XV, talvez a única referência a um protagonismo preto naquela zona. Contudo, foi dali retirada em novembro de 2022, e realocada na Praça Marechal Âncora. Perdeu assim a visibilidade que tinha, tendo em vista o grande público que circula na região da estação das barcas.

Entendemos como imprescindível e inadiável a reapropriação da materialidade da Praça XV, propondo narrativas que contemplem e publicizem as escolhas que levaram ao apagamento sistemático dessas existências/presenças no passado e que levaram à constituição do patrimônio da praça, fundamentalmente alicerçado na memória da herança colonial europeia. Conceito que, por ser aplicado como uma categoria estética e valorativa, dissociada de seu significado histórico e social, também ajudou a perpetuar uma interpretação

⁶⁹⁷ Parecer de Gilberto Ferrez, 02/03/1990. Praça Quinze de Novembro, Série Inventário, Rio de Janeiro, RJ. Arquivo Central do IPHAN, Seção Rio de Janeiro.

romantizada sobre o passado, que silenciava, não só a violência, mas também a exploração e as injustiças praticadas nesse período (CHUVA, PEIXOTO, 2024).

Nesse sentido, compreender as tensões e as estratégias de silenciamento e invisibilização da memória da população negra é fundamental para reelaborar narrativas históricas que ajudem a construir uma identidade nacional distanciada dos discursos hegemônicos (CHUVA, PEIXOTO, 2024). Desse modo, somente com o reconhecimento do legado desse passado colonial excludente é que será possível vislumbrar a construção de um patrimônio enquanto expressão de direitos, concebido a partir das políticas de reconhecimento e reparação (CHUVA, 2020).

As reflexões propostas ao longo desta tese, portanto, não têm a pretensão de esgotar o debate em torno do patrimônio da Praça XV, reconhecido pela política de preservação federal nos últimos anos, mas estimular a elaboração de novas formas de ver e lembrar o passado da praça - e da cidade do Rio - a partir da incorporação das memórias historicamente silenciadas às narrativas concebidas sobre a identidade cultural da nação.

Há, entretanto, um longo caminho pela frente, que impõe ao IPHAN de hoje, em diálogo com os movimentos sociais, a tarefa de revisitar esse lugar de memória propondo a reinterpretação da materialidade consagrada pelo Estado, lançando luz sobre as inúmeras sombras que ainda permanecem na histórica Praça XV de Novembro no Rio de Janeiro.

REFERÊNCIAS

- ABRAHÃO, Sérgio. **Organização administrativa do IPHAN a partir de 1952**. In: ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. **Brasil: monumentos históricos e arqueológicos** [com contribuição de Maria Tarcila Ferreira Guedes, Augusto Carlos da Silva Telles e outros; organização de Maria Beatriz Setúbal Rezende da Silva]. Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/COPEDOC, 2012.
- ABREU, Maurício de. **Evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Iplanrio/Zahar, 1988.
- AGUIAR, Leila Bianchi. **O Programa de Cidades Históricas, o turismo e a “viabilidade econômica” do patrimônio (1973-1979)**. Anais do Museu Paulista. São Paulo. Nova Série v.24, n.1, p. 137-149. jan./abr. 2016.
- AGUIAR, Leila Bianchi. **Turismo e preservação nos sítios urbanos brasileiros: o caso de Ouro Preto**. Tese (Doutorado). Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, 2006.
- ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Editora Vozes, 1984.
- ANASTASSAKIS, Zoy. **Dentro e fora da política oficial de preservação do patrimônio cultural no Brasil**: Aloísio Magalhães e o Centro Nacional de Referência Cultural. Dissertação (Mestrado) – UFRJ/Museu Nacional/Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Rio de Janeiro: UFRJ, Museu Nacional, PPGAS, 2007.
- ANASTASSAKIS, Zoy. **Triunfos e impasses**. Lina Bo Bardi, Aloísio Magalhães e a institucionalização do design no Brasil. Tese (Doutorado). Rio de Janeiro, UFRJ/Museu Nacional/PPGAS, 2011.
- ANDERSON, Benedict R. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. **Brasil: monumentos históricos e arqueológicos**/Rodrigo Melo Franco de Andrade; [com contribuição de Maria Tarcila Ferreira Guedes, Augusto Carlos da Silva Telles e outros; organização de Maria Beatriz Setúbal Rezende da Silva]. – Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/COPEDOC, 2012.
- ARGAN, Giulio Carlo. **L'Europe des Capitales**. Genebra: Albert Skira Ed., 1984.
- AZEVEDO, André Nunes de. **A grande reforma urbana do Rio de Janeiro: Pereira Passos, Rodrigues Alves e as ideias de civilização e progresso**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2016.
- AZEVEDO, André Nunes de. **A Reforma Urbana do prefeito Pereira Passos e o ideal de uma civilização nos trópicos**. Intellectus, Ano XIV, n. 2, 2015.
- AZEVEDO, André Nunes de. **Rio de Janeiro: Capital e Capitalidade**. Rio de Janeiro: Departamento Cultural/SR-3 UERJ, 2002.

AZEVEDO, Paulo Ormindo de. **PCH: a preservação do patrimônio cultural e natural como política regional e urbana.** Anais do Museu Paulista, São Paulo, Nova Série, v.24. n.1., pp. 237-256, jan./abr., 2016.

AZEVEDO, Paulo Ormindo de. **Renato Soeiro e a institucionalização do setor cultural no Brasil.** In: AZEVEDO, Paulo Ormindo de; CORREA, Elyane Lins (org.). Estado e sociedade na preservação do patrimônio. Salvador: EDUFBA, IAB, 2013.

BRITO, Diogo de Souza. **Escrever a história do IPHAN: disputadas pela memória, problemas para a histórica.** Projeto História, São Paulo, v. 61, pp. 182-216, jan./abr., 2018.

BRITO, Diogo de Souza. **Regimes de patrimonialização no Brasil: a preservação do patrimônio cultural entre o nacional e o transnacional (anos 1960-1980).** Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2017.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

CALABRE, Lia. **Políticas Culturais no Brasil: balanço e perspectivas.** In: Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 3, 2007. Salvador. Anais do III ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. Salvador: ENECULT, 2007a. Disponível em: <https://www.cult.ufba.br/enecult2007/LiaCalabre.pdf>. Acesso em: 09 jun. 2024.

CALABRE, Lia. **Políticas Culturais no Brasil: balanço e perspectivas.** In: RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas culturais no Brasil. Salvador: Edufba, 2007b.

CALABRE, Lia. **Políticas Culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

CAMPELLO, Glauco. **Restauração do Paço Imperial, Rio de Janeiro.** In: CAVALCANTI, Lauro. AMORIM, Luiz. Glauco Campello: caderno de arquitetura. São Paulo: ECidade, 2015.

CARDOSO, Ricardo José Brugger. **O corredor cultural como espaço propulsor da revitalização do centro da cidade do Rio de Janeiro no período da redemocratização.** Confluências - Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito, 4 (1), 2005.

Carta de Petrópolis. 1º Seminário Brasileiro para Preservação e Revitalização de Centros Históricos. 1987. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Petropolis%201987.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2025.

Carta de Veneza. II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos (ICOMOS), maio, 1964. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2024.

CARVALHO, Aluizio Victor de Souza. **Os projetos gráficos da Revista do Patrimônio: trajetórias do design e do Iphan.** Orientadora: Ana Carmen Amorim Jara Casco. 172 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Rio de Janeiro, 2013.

CAVALCANTI, Lauro (org.). **Paço Imperial**. Rio de Janeiro: Sextante Artes, 1999.

CAVALCANTI, Lauro (org.). **Paço Imperial**. RJ: 2005.

CHAGAS, Mário. ABREU, Regina. (orgs.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle époque**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**. Entre práticas e representações. Lisboa: Difusão Editora, 2002.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. Capítulo VI. São Paulo: UNESP, 2001.

CHUVA, Márcia. **Entre a herança e a presença: o patrimônio cultural de referência negra no Rio de Janeiro**. Anais do Museu Paulista, São Paulo, Nova Série, n. 28, 2020.

CHUVA, Marcia. **O modernismo nas restaurações do SPHAN: modernidade, universalidade, brasilidade**. Revista IEB, São Paulo, n. 55, 2012.

CHUVA, Márcia. **Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2017a.

CHUVA, Márcia. **Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil**. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Brasília, n. 34, pp.147-166, 2012.

CHUVA, Márcia. **Possíveis narrativas sobre duas décadas de patrimônio: de 1982 a 2002**. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Brasília, n. 35, pp. 79-103, 2017b.

CHUVA, Márcia; LAVINAS, Laís Villela. **O Programa de Cidades Históricas (PCH) no âmbito das políticas culturais dos anos 1970: cultura, planejamento e nacional desenvolvimentismo**. Anais do Museu Paulista, São Paulo, v.24, n.1, Jan./Abr., 2016.

CHUVA, Márcia; PEIXOTO, Paulo. **A água que lava o passado: novas configurações urbanas em Lisboa e Rio de Janeiro pós-coloniais**. In: HEYMANN, Luciana; CHUVA, Márcia; LEAL, Cláudia Baeta. (orgs.). **Patrimônio como direito**. Rio de Janeiro: Mauad X; FAPERJ, 2024.

CIVALE, Leonardo. **A revitalização da Praça XV de Novembro no centro histórico da cidade do Rio de Janeiro e o papel da paisagem urbana como patrimônio cultural (1982-2012)**. Caderno de Geografia, v.25, n.44, 2015.

CIVALE, Leonardo. **Sobre Luzes e Sombras: A revitalização da Praça XV de Novembro no centro histórico da cidade do Rio de Janeiro e o papel da paisagem urbana como patrimônio cultural (1982-2012)**. Caderno de Geografia, v.25, n.44, 2015.

CLEROT, Pedro Gustavo Morgado. **Referência Cultural:** uma retórica da descoberta nas políticas de patrimônio cultural. 243 fls. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) - IPHAN, Rio de Janeiro, 2019.

COELHO, Luiz Fernando. **O pelourinho como símbolo de barbárie.** Revista Trabalho, Direito e Justiça, Curitiba-PR, v. 2 (n.3), pp. 01-20, 2024.

COHN, Gabriel. **A concepção oficial da política cultural nos anos 70.** In: MICELI, Sérgio (org.). Estado e Cultural no Brasil. São Paulo: Difel, 1984.

COLCHETE FILHO, Antonio. **Praça XV:** projetos do espaço público. Rio de Janeiro: 7Letras, 2008.

COLHETE FILHO, Antonio; VAZ, Lilian Fessler. **Praças da cidade:** a área central do Rio de Janeiro. Juiz de Fora, MG: Editora UFJF, 2023.

Compromisso de Brasília. 1o Encontro de Governadores de Estado, Secretários Estaduais da área cultural, prefeitos de municípios interessados, presidentes e representantes de instituições culturais. Brasília, abril de 1970. Disponível em:
<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Compromisso%20de%20Brasilia%201970.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2024.

Compromisso de Salvador. 2o Encontro de Governadores para Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Natural do Brasil. Salvador, outubro de 1971. Disponível em:
<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Compromisso%20de%20salvador%201971.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2024.

CORREA, Sandra Magalhães. **O Programa de Cidades Históricas:** por uma política integrada de preservação do patrimônio cultural urbano. Anais do Museu Paulista, São Paulo, Nova Série, v. 24, n. 1, 2016.

COSTA, Eduardo Augusto. **Design, fotografia e inclusão no patrimônio brasileiro.** Anais do Museu Paulista, São Paulo, Nova Série, v. 28, 2020.

DIAS, Welbia Carla. **Boletim Sphan/FNPM:** um espaço de comunicação do Patrimônio Cultural. 2012. 196 f. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) - Iphan, Rio de Janeiro, 2012.

DINIZ, Yara de Oliveira. **O Patrimônio Cultural Brasileiro em evidência:** uma análise da Assessoria de Comunicação do Iphan. 214 fls. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) - IPHAN, Rio de Janeiro, 2020.

EDMUNDO, Luiz, 1880-1961. **O Rio de Janeiro do meu tempo.** Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador:** formação do estado e civilização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

ENDERS, Armelle. **A história do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Gryphus, 2008.

Entrevista sem indicação de autor das perguntas, datada de abril de 1979, o momento em que Aloísio está chegando ao IPHAN. In: LEITE, João de Souza. (org.). **Aloísio Magalhães. Bens culturais do Brasil: um desenho projetivo para a nação**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2017.

FERREZ, Gilberto. **O Paço da Cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória, 1984.

FILHO, Carlos Douglas Martins Pinheiro. **Entrevista com Ítalo Campofiorito: a trajetória de um modernista**. Revista Ensaios, vol. 15, jul./dez., 2019.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **Da modernização à participação: a política federal de preservação nos anos 70 e 80**. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 24, 1996.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Minc-Iphan, 2005.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **Para além da pedra e cal**. In: CHAGAS, Mário. ABREU, Regina. (orgs.) **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2003.

GONÇALVES, Janice. **Além da superfície: memórias da dor, materialidade e patrimônio cultural**. In: FRAGA, Hilda Jaqueline de; SCHIAVON, Carmem G. Burgert; GASTAUD, Carla Rodrigues. **Patrimônio no plural: práticas e perspectivas investigativas**. Porto Alegre/RS: Selbach & Autores Associados, 2018. Disponível em: https://recapcilac.irice-conicet.gov.ar/system/files/patrimonio_no_plural.pdf. Acesso em: 04 set. 2024.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 2002.

KARASCH, Mary. **A vida dos Escravos no Rio de Janeiro (1808 - 1850)**. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

KUHL, Beatriz M. **A restauração arquitetônica na década de 1980 no Brasil a partir dos exemplos da Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Anais Do Museu Paulista, São Paulo, Nova Série, n. 28, pp. 1-29, 2020.

LAVINAS, Laís Villela. **Aloísio Magalhães e a Ditadura: desenvolvimento e legitimação**. In: Anais do Encontro de História Oral, 2012. Disponível em: https://www.encontro2012.historiaoral.org.br/resources/anais/3/1340064051_ARQUIVO_corr_igido.pdf. Acesso em: 15 mai. 2024.

LAVINAS, Laís Villela. **Um animal político na cultura brasileira: Aloísio Magalhães e o campo do patrimônio cultural no Brasil (anos 1966-1982)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: https://www.unirio.br/cch/escoladehistoria/pos-graduacao/ppgh/dissertacao_lais-lavinas. Acesso em: 16 abr. 2024.

LEAL, Cláudia F. Baeta; SORGINE, Juliana; TEIXEIRA, Luciano dos Santos; THOMPSON, Analucia. **História e civilização material na Revista do Patrimônio**. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 34, pp. 167-198, 2012.

LEAL, Claudia Feierabend Baeta. **As missões da Unesco no Brasil**: Michel Parent. Rio de Janeiro: IPHAN, COPEDOC, 2008.

LEITE, João de Souza (org.). **A Herança do Olhar**: O Design de Aloísio Magalhães. Rio de Janeiro: SENAC/Rio, 2003.

LEITE, João de Souza. (org.). **Aloísio Magalhães**. Bens culturais do Brasil: um desenho projetivo para a nação. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2017.

LEITE, João de Souza. **Entrevista de João de Souza Leite concedida à Aluizio Victor de Souza Carvalho. 18 ago. 2012**. In: CARVALHO, Aluizio Victor de Souza. Os projetos gráficos da Revista do Patrimônio: trajetórias do design e do Iphan. 2013. 172 f. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) - Iphan, Rio de Janeiro, 2013.

LEITE, João de Souza. **Entrevista de João de Souza Leite concedida à Yara Diniz. In: DINIZ, Yara de Oliveira**. O Patrimônio Cultural Brasileiro em evidência: uma análise da Assessoria de Comunicação do Iphan. 214 fls. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) - IPHAN, Rio de Janeiro, 2020.

LYRA, Cyro Lyra. **Preservação do patrimônio edificado**: a questão do uso. Brasília, DF: IPHAN, 2016.

MAGALHÃES, Aloísio. **Bens culturais**: instrumento para um desenvolvimento harmonioso. In: LEITE, João de Souza. (org.). Aloísio Magalhães. Bens culturais do Brasil: um desenho projetivo para a nação. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2017.

MAGALHÃES, Aloísio. **Cachoeira**. Discurso na solenidade de instalação do Seminário sobre Preservação e Valorização do Patrimônio Cultural e Natural da cidade de Cachoeira, Bahia, 23 de março de 1982. In: E Triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil. Rio de Janeiro, Nova Fronteira; Brasília, Fundação Nacional Pró-Memória, 1985.

MAGALHÃES, Aloísio. **Discurso na instalação do I Encontro dos Conselhos Estaduais de Cultura das Regiões Centro-Oeste e Norte**. Goiânia, 26 mai. 1982. In: E Triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil. Rio de Janeiro, Nova Fronteira; Brasília, Fundação Nacional Pró-Memória, 1985.

MAGALHÃES, Aloísio. **Do discurso na abertura do I Encontro sobre Inventários de Proteção do Patrimônio Cultural**. Salvador, 25 ago 1980. In: MAGALHÃES, Aloísio. **E Triunfo?** A questão dos bens culturais no Brasil. Rio de Janeiro, Nova Fronteira; Brasília, Fundação Nacional Pró-Memória, 1985.

MAGALHÃES, Aloísio. **É possível redesenhar as cidades?** Do conceito de evolução natural à análise de interferências inadequadas. In: **E Triunfo?** A questão dos bens culturais no Brasil. Rio de Janeiro, Nova Fronteira; Brasília, Fundação Nacional Pró-Memória, 1985.

MAGALHÃES, Aloísio. **E Triunfo?** A questão dos bens culturais no Brasil. Rio de Janeiro, Nova Fronteira; Brasília, Fundação Nacional Pró-Memória, 1985.

MAGALHÃES, Aloísio. **O novo é uma forma transformada do passado.** Apresentação ao Conselho Federal de Cultural do projeto de criação da Fundação Nacional Pró-Memória, Brasília, 06 ago. 1979. In: LEITE, João de Souza. (org.). Aloísio Magalhães. Bens culturais do Brasil: um desenho projetivo para a nação. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2017.

MEC/SPHAN/FNPM. **Proteção e Revitalização do Patrimônio Cultural no Brasil:** uma trajetória. Brasília: SPHAN/Pró-Memória, 1980.

Memória cultural brasileira: proposta de ação institucional. Minuta da exposição de motivos argumentando pela criação da Fundação Nacional Pró-Memória, encaminhada a Eduardo Portella, então ministro da Educação e Cultural, em setembro de 1979. In: LEITE, João de Souza. (org.). **Aloísio Magalhães. Bens culturais do Brasil:** um desenho projetivo para a nação. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2017.

MENDES, Adriana Gonçalves dos Santos. **Área Central da Praça XV de Novembro: o papel do Estado na preservação de um sítio histórico urbano (1938-1990).** Rio de Janeiro: UFRJ/FAU, 2012.

MENDES, Adriana Gonçalves dos Santos. **Área central da Praça XV de Novembro:** Estudo de gestão. In: Programa de Especialização em Patrimônio - Artigos (2005 e 2006). Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). Coordenação-Geral de Pesquisa e Documentação. Rio de Janeiro: IPHAN/Copedoc, 2009.

MESSENTIER, Leonardo. M. de. **Intervenções em áreas patrimoniais:** dilemas atuais. In: LIMA, E.W.F; MALEQUE, M.R. Cultura, patrimônio e habitação: possibilidades e modelos. Rio de Janeiro: 7Letras, 2004.

MESSENTIER, Leonardo. M. de. **O Patrimônio no centro da metrópole:** Rio de Janeiro, final do século XX. Textos Especializados, 1a. Edição, s.d. Disponível em: http://cmsportal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/patrimonio_no_centro_da_metropole.pdf. Acesso em: 26 dez. 2024.

MICELI, Sérgio (org.). **Estado e Cultura no Brasil.** São Paulo: Difel, 1984a.

MICELI, Sergio. **O processo de "construção institucional" na área cultural federal (anos 70).** In: MICELI, Sérgio (org.). Estado e Cultura no Brasil. São Paulo: Difel, 1984b.

MICELI, Sergio. **Teoria e prática da política cultural oficial no Brasil.** Revista Administração de Empresas, n.24, mar. 1984c. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/LS55XsFfV6n5HzJVxqTptxD/>. Acesso em: 16 abr. 2024.

MOREIRA, Fernando Diniz. **Urbanismo e modernidade:** reflexões em torno do Plano Agache para o Rio de Janeiro. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, vol. 9, núm. 2, pp. 95-114, 2007.

MOTTA, Lia (org.). **Um panorama do campo de preservação do patrimônio cultural.** Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015.

MOTTA, Lia. **A apropriação do patrimônio urbano: do estético-estilístico nacional ao consumo visual global.** In: ARANTES, Antonio A. (Org.). O espaço da diferença. Campinas: Papyrus, 2000a, p. 256-287.

MOTTA, Lia. **A conquista do conceito de patrimônio cultural na Constituição de 1988.** Anais do Museu Paulista, São Paulo, Nova Série, v. 31, 2023.

MOTTA, Lia. **A SPHAN em Ouro Preto, uma história de conceitos e critérios.** Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 22, 1987.

MOTTA, Lia. **Patrimônio Urbano e Memória Social: práticas discursivas e seletivas de preservação cultural 1975 a 1990.** 168 f. Dissertação (Mestrado em Memória Social). Universidade do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro: UNIRIO, 2000b.

MOTTA, Lia. **Sítios Urbanos e Referência Cultural: a situação exemplar da Maré.** Tese (Doutorado em Urbanismo). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Rio de Janeiro, 2017.

MOTTA, Lia. **Sítios urbanos na redemocratização: novas demandas e caminhos para ampliação das práticas de preservação.** Anais do Museu Paulista, São Paulo, Nova Série, v. 28, 2020.

MOTTA, Lia; THOMPSON, Analucia. **Entorno de bens tombados.** Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/Copedoc, 2010.

MOTTA, Marly Silva da. **“Ante-sala do Paraíso”, “Vale das Luzes”, “Bazar das Maravilhas”.** A exposição Internacional do Centenário da Independência (RJ-1922). Rio de Janeiro: CPDOC, 1992.

MOTTA, Marly Silva da. **O Rio de Janeiro: de cidade-capital a Estado da Guanabara.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

MUAZE, Mariana de Aguiar Ferreira. **Violência apaziguada: escravidão e cultivo do café nas fotografias de Marca Ferrez (1882-1885).** Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 37, n.74, 2017.

NASCIMENTO, Flávia Brito do. **A Praça XV do Rio de Janeiro como patrimônio cultural: história e materialidade em disputa.** Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, n. 14, pp. 297-234, 2018a.

NASCIMENTO, Flávia Brito do. **Arquitetos Modernistas.** In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural. 1. ed. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (verbete).

NASCIMENTO, Flávia Brito do. **Ao sul do Corredor Cultural: moradia e patrimônio na área central do Rio de Janeiro durante a década de 1980.** Anais do Museu Paulista, São Paulo, Nova Série, n.28, pp.1-39, 2020.

NASCIMENTO, Flávia Brito do. **Corredor Cultural do Rio de Janeiro: debates e combates pelo patrimônio cultural urbano nos anos 1970.** Patrimônio e Memória, São Paulo, Unesp, v.14, n.2, pp. 117-139, jul./dez., 2018b.

NASCIMENTO, Flávia Brito do. **Formar e questionar?** Os cursos de especialização em patrimônio cultural na década de 1970. Anais do Museu Paulista, São Paulo, Nova Série, v. 24, n.1, pp. 205-236, jan/abr, 2016a.

NASCIMENTO, Flávia Brito do. **Memória e políticas urbanas do Rio de Janeiro (anos 1960 e 1970).** Revista V!RUS, São Carlos, n. 15, 2017. Disponível em: http://www.nomads.usp.br/virus/_virus15/?sec=4&item=5&lang=pt. Acesso em: 14 dez. 2024.

NASCIMENTO, Flávia Brito do. **O Corredor Cultural e os processos históricos da preservação do Centro do Rio de Janeiro, 1970-1989.** UFRJ, Cadernos ProArq n.36, pp. 164-184, 2021.

NASCIMENTO, Flávia Brito do. **Olhar a rua: cotidiano, fotografia e preservação do Centro do Rio nos anos 1980.** In: MAUAD, Ana Maria (org.). Fotograficamente, Rio a cidade e seus temas. Niterói, RJ: PPGHistória - LABHOI-UFF/FAPERJ, 2016c.

NASCIMENTO, Flávia Brito do. **Patrimônio Cultural e escrita da história: a hipótese do documento na prática do Iphan nos anos 1980.** Anais do Museu Paulista, São Paulo, Nova Série, v.24, n.3, pp. 121-147, set/dez. 2016b.

NASCIMENTO, Flavia. VIEIRA, Maria de Mello. **Usos culturais no Rio de Janeiro: a implementação do Corredor Cultural e o papel do cotidiano e dos equipamentos culturais.** No prelo.

NEGREIROS, Carmem. **Rio de retalhos nos cadernos de Lima Barreto.** In: NEGREIROS, Carmem; OLIVEIRA, Fátima; GENS, Rosa. Belle Époque: a cidade e as experiências da modernidade. Belo Horizonte, MG: Relicário, 2019, pp.153-179.

NEVES, Margarida de Souza. **Brasil, acertai vossos ponteiros.** In: Museu de Astronomia e Ciências Afins. Brasil, acertai vossos ponteiros. Rio de Janeiro: MAST, 1991.

NIEMEYER, Oscar. **Rio, de Província a metrópole.** 1a edição, Rio de Janeiro: Avenir Editora, 1980; 2a edição, Rio de Janeiro: Revan, 2008.

NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. **O lugar do Ceará nas políticas de preservação do patrimônio cultural nos anos 1980: entre os domínios da cultura e a emergência do turismo.** Anais do Museu Paulista, São Paulo, v. 28, 2020.

NORA, Pierre. **Entre memória e história.** A problemática dos lugares. Projeto História, São Paulo, 10 dez. 1993.

Normas de Quito. Reunião sobre conservação e utilização de monumentos e lugares de interesse histórico e artístico. OEA - Organização dos Estados Americanos, nov/dez, 1967. Disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Normas%20de%20Quito%201967.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2024.

OAKIM, Juliana. **Essa cidade é minha!** Essa cidade é sua!: uma investigação sobre o brizolismo e as políticas de regulação urbana no Rio de Janeiro entre 1983 e 1994. Tese (Doutorado) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Memória do Rio de Janeiro**. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org.). Cidade: história e desafios. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. 1a edição. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 2012.

PEREIRA, Sônia Gomes. **A reforma urbana de Pereira Passos e a construção da identidade carioca**. Rio de Janeiro: Eco/UFRJ, 1992.

RAMA, Ángel. **A cidade das letras**. Tradução Emir Sader. São Paulo: Brasiliense, 1984.

Recomendação de Nairóbi. Recomendação relativa à salvaguarda dos conjuntos históricos e sua função na vida contemporânea. UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 1976. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20de%20Nairobi%201976.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2024.

Recomendação Paris de Obras Públicas ou Privadas, 19 nov. 1968. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20de%20Paris%201968.pdf>. Acesso em: 04 jan. 2025.

Recomendação Paris. Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural. 16 nov. 1972. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20de%20Paris%201972.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2025.

Recomendação relativa à salvaguarda da beleza e do caráter das paisagens e sítios. Conferência Geral das Nações Unidas. UNESCO, 1962. Cartas Patrimoniais. Rio de Janeiro: IPHAN, 1995. (Caderno de Documentos). Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20de%20Paris%201962.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2024.

RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

Resolução de São Domingos, dez/1974. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Resoluc%CC%A7a%CC%83o%20de%20Sa%CC%83o%20Domingos%201974.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2025.

REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia. **Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – DPHAN**. In: _____. (Orgs.).

Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (verbete).

REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia. **Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN**. In: _____. (Orgs.). Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (verbete).

REZENDE, Vera. **Planos e regulação urbanística**: a dimensão normativa das intervenções na cidade do Rio de Janeiro. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org.). Cidade: história e desafios. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

REZENDE, Vera. **Planos, regulação urbanística e intervenções no Rio de Janeiro: diferenças entre pensar e produzir a cidade**. II Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Arquitetura, cidade e projeto: uma construção coletiva. São Paulo, 2014.

RIBEIRO, Cecília. **Viana de Lima em missão da Unesco no Brasil**. URBANA, v.5, nº6, mar. 2013.

RIO, João do, 1881-1921. **A alma encantadora das ruas**: crônicas / João do Rio. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Dep. Geral de Doc. e Inf. Cultural, Divisão de Editoração, 1995.

RODRIGUES, Antonio Edmilson; CARRIS, Luciene. **De colina sagrada a dente cariado: a modernidade carioca e o morro do Castelo (1822-1922)**. Rio de Janeiro: Editora Ayran, 2024.

RODRIGUES, Antonio Edmilson; MELLO, Juliana Oakim Bandeira de. **As reformas urbanas na cidade do Rio de Janeiro**: uma história de contrastes. Revista Acervo, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, pp. 19-53, jan./jun. 2015.

ROLNIK, Raquel. **Territórios Negros nas Cidades Brasileiras (etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro)**. Revista de Estudos Afro-Asiáticos 17 – CEAA, Universidade Cândido Mendes, set. 1989. Disponível em: <https://raquelrolnik.wordpress.com/wp-content/uploads/2013/04/territe3b3rios-negros.pdf>. Acesso em 25 fev. 2024.

SANT'ANNA, Márcia. **A cidade-atração**: a norma de preservação de áreas centrais no Brasil dos anos 1990. Salvador: EDUFBA/PPG-AU/FAUFBA, 2017.

SANT'ANNA, Márcia. **A herança do PCH**: balanço crítico e desdobramentos 40 anos depois. Anais do Museu Paulista, São Paulo. Nova Série, v.24, n.1, pp. 59-74. jan./abr., 2016.

SANT'ANNA, Marcia. **Da cidade-monumento à cidade- documento**: a norma de preservação de áreas urbanas no. Brasil – 1937-1990. Salvador: Oiti Editora, 2014.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Nem tudo está perdido**. Visão, 10 jan. 2013. Disponível em <https://www.boaventuradesousasantos.pt/media/Nem%20tudo%20Est%C3%A1%20Perdido%2010Janeiro2013.pdf>. Acesso em: 07 dez. 2024.

SANTOS, Joel Rufino dos. **Culturas negras, civilização brasileira**. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n.25, 1997.

SANTOS, Mariza Veloso. **Nasce a Academia Sphan**. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 24, 1996, pp.77-95.

SANTOS, Ynaê Lopes dos. **Global porque escravista: uma análise das dinâmicas urbanas do Rio de Janeiro entre 1790 e 1815**. Almanack, Guarulhos, n. 24, 2020.

SANTOS, Ynaê Lopes. **Além da Senzala**. Arranjos escravos de moradia no Rio de Janeiro (1808-1850). São Paulo: HUCITEC, 2010.

SANTOS, Ynaê. **“Tornar-se Corte. Trabalho escravo e espaço urbano no Rio de Janeiro 1808-1815”**. Revista de Historia Comparada, v.7, n. 1, pp. 262-292, 2013.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SILVA, Alessandra Schimite da. **“Casa-grande da cultura”**: (re)patrimonialização e revocacionamento do Paço Imperial no Rio de Janeiro (1980-1990). Dissertação (Mestrado) — Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Rio de Janeiro, 2021.

SILVA, Marilene Nogueira. **O Negro na Rua**. A Nova face da escravidão. São Paulo: HUCITEC, 1988.

SILVEIRA, Carmen Beatriz. **O entrelaçamento urbano-cultural: centralidade e memória na cidade do Rio de Janeiro**. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

SIMAS, Luis Antonio; LORDEANO, Cássio. **O vidente míope**. Rio de Janeiro: Editora Folha Seca, 2007.

TEIXEIRA, Luciano dos Santos. **Historiografia do patrimônio na década de 1980? Algumas considerações**. Anais do Museu Paulista, São Paulo, Nova Série, v. 28, 2020.

THIESEN, Iceia; BARROS, Luitgarde Oliveira Cavalcanti. **Rio de Janeiro: memória e espaço portuário**. Memorandum N. 16, abril/2009. Belo Horizonte: UFMG; Ribeirão Preto: USP.

THOMPSON, Analucia (org.). **Entrevista com Augusto Carlos da Silva Telles**. Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/Copedoc, 2010. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/sermempat_memoriaspatrimonio_entrevistasilva_telles_m.pdf. Acesso em 06 nov. 2022.

THOMPSON, Analucia (org.). **João de Souza Leite**. In: Entrevista com Judith Martins. Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/Copedoc, 2009. (verbete).

THOMPSON, Analucia (org.). **Memórias do patrimônio**: Entrevista com Judith Martins. Rio de Janeiro: Iphan, 2010.

THOMPSON, Analucia. **Campo cultural e contexto histórico**: nomes do IPHAN. In: MOTTA, Lia (org.). Um panorama do campo da preservação do patrimônio cultural. Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015.

THOMPSON, Analucia. **Secretaria de Cultura do MEC**. In: _____. (Orgs.). Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (verbete).

THOMPSON, Analucia; LEAL, Claudia F. Baeta; SORGINE, Juliana; TEIXEIRA, Luciano dos Santos. **História e civilização material na Revista do Patrimônio**. In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 34, pp. 167-199, 2012.

TOURINHO, Andréa de Oliveira. RODRIGUES, Marly. **Patrimônio ambiental urbano, cidade e memória**: uma dimensão política da preservação cultural na década de 1980. Anais do Museu Paulista, São Paulo, Nova Série, v. 28, pp.1-32, 2020.

TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silenciando o passado**: Poder e a produção da história. Rio de Janeiro: Cobogó, 2024

VAZ, Lilian Fessler. **A "culturalização" do planejamento e da cidade**: novos modelos. Cadernos PPG-AU, FAUFBA, Salvador, v. 2, n. 2, pp. 31-42, 2004.

VAZ, Lilian Fessler; SILVEIRA, Carmen Beatriz. **Praças no Rio de Janeiro colonial**: breve tessitura de registros textuais e iconografias sobre a cidade. In: COLHETE FILHO, Antonio; VAZ, Lilian Fessler. Praças da cidade: a área central do Rio de Janeiro. Juiz de Fora, MG: Editora UFJF, 2023.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. **Da escravidão à liberdade**: dimensões de uma privacidade possível. IN: SEVCENKO, Nicolau (org.) História da vida privada no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

FONTES

Boletim Iphan | Boletim Sphan/Pró-Memória

Aproxima-se a CPI do patrimônio. **Boletim Sphan**, n. 10, jan/fev 1981.

Bem cultural é fator de desenvolvimento. **Boletim Iphan**, n. 4, jan/fev, 1980.

BOLETIM SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA, n. 16, Jan/Fev, 1982.

Cadastrados prédios históricos da Praça XV. **Boletim Sphan/Pró-Memória**, n.10, Jan/Fev, 1981. Projetos. Praça XV: problemas e propostas. In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 20, 1984.

CAMPELLO, Glauco. Crescimento urbano e preservação. In: **Boletim Sphan/Pró-Memória**, n. 29, Mar/abril, 1984.

Conselho Consultivo da SPHAN aprova o projeto de restauração do Paço (RJ). In: **Boletim Sphan/Pró-Memória**, 26, set/out, 1983.

Depoimento de Glauco Campello. In: **Boletim Sphan/Pró-Memória**, n. 17, mar/abr, 1982.

Iniciadas as obras de restauração do Paço da Cidade, no Rio. **Boletim Sphan/Pró-Memória**, número 21, nov/dez, 1982.

IPHAN. **Boletim do Iphan**, n.0, 1979.

MAGALHÃES, Aloísio. IPHAN. **Boletim do Iphan**, n.0, 1979.

Presidente toma posse no MEC. **Boletim Sphan/Pró-Memória**, n.5, mar/abr de 1980.

Pró-Memória recebe as chaves do Paço da Cidade. **Boletim Sphan/Pró-Memória**, n. 17, mar/abr, 1982.

Rio de Janeiro. Paço de volta à cidade. **Boletim Sphan/Pró-Memória**, número 34, Jan/Fev, 1985.

Documentos

Arquivo Técnico Administrativo, **Inventário**, Paço Imperial. Caixa 33, pasta 02/01. Arquivo Central do IPHAN, Rio de Janeiro.

Ata da 103ª Reunião do Conselho Consultivo do SPHAN. Arquivo Técnico Administrativo, Inventário, Paço Imperial. Arquivo Central do IPHAN, Rio de Janeiro.

Ata da 112ª Reunião Ordinária do Conselho Consultivo, 19 dez. 1984. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/atas/198408112reuniaordinaria19dedezembro.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2024.

Ata da 1ª Reunião da Comissão para proceder a estudos específicos visando a proposição de critérios de agenciamento da área de entorno do antigo Paço da Cidade e da Praça XV de Novembro, 16 mar. 1982. Arquivo Técnico Administrativo, Série Obras, Paço Imperial. Arquivo Central do IPHAN, Rio de Janeiro.

Ata da 3ª reunião da Comissão para proceder a estudos específicos visando a proposição de critérios de agenciamento da área de entorno do antigo Paço da Cidade e da Praça XV de Novembro, 29 mar. 1982. Arquivo Técnico Administrativo, Série Obras, Paço Imperial. Arquivo Central do IPHAN, Rio de Janeiro.

Ata da 98ª Reunião Ordinária do Conselho Consultivo, 10 nov. 1982. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/atas/19820298reuniaordinaria10denovembro.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2024.

Comunicado Interno n. 31, de 30 ago. 1984. Arquivo Técnico Administrativo, Série Obras, Paço Imperial. Arquivo Central do IPHAN, Rio de Janeiro.

Correios e Telégrafos — Antigo Paço Imperial, Praça Quinze de Novembro, Casa. Rio de Janeiro, RJ. Acervo do Arquivo Central do IPHAN/RJ. Agosto/1980. Fotografia: Pedro Lobo.

COSTA, Lúcio. **Praça Quinze de Novembro**, Série Inventário, Rio de Janeiro, RJ, 09/06/1953. I. RJ-037.03a. Arquivo Central do IPHAN, Seção Rio de Janeiro.

Determinação n. 43, 9 mar. 1982. Arquivo Técnico Administrativo, Série Obras, Paço Imperial. Arquivo Central do IPHAN, Rio de Janeiro.

Entrevista com Aloísio Magalhães. Abril de 1979. Texto datilografado em papel timbrado da rio Gráfica e Editora, laudas 4-6.

FUNDAÇÃO NACIONAL PRÓ-MEMÓRIA. **Relatório de Atividades**. 1985. Arquivo Intermediário da Fundação Nacional Pró-Memória. Arquivo central do Iphan, Seção Rio de Janeiro.

Informação n. 020, 12/04/1989. Praça Quinze de Novembro, Série Inventário, Rio de Janeiro, RJ. Arquivo Central do IPHAN, Seção Rio de Janeiro.

Informação n. 024/88. Pedido de tombamento da área central - Rio de Janeiro/RJ, 25/03/1988.

Informação n. 033/88. Pedidos de tombamento no âmbito da 8a. DR. Arquivo Central do IPHAN, Seção Rio de Janeiro.

Informação n. 034, 19 jun. 1989. Praça Quinze de Novembro, Série Inventário, Rio de Janeiro, RJ. Arquivo Central do IPHAN, Seção Rio de Janeiro.

LYRA, Cyro Corrêa de Oliveira. **O Paço da Cidade**. Jan, 1984. Arquivo da Superintendência do Iphan no Rio de Janeiro.

MEC/IPHAN. **Ofício n. 1017**, de 17 de abril de 1979, do Diretor da Divisão de Conservação e Restauração do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional para o Diretor da 1a. Divisão da 2a. Supervisão de Licenciamento da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro. Praça Quinze de Novembro, Série Inventário, Rio de Janeiro, RJ. Arquivo Central do IPHAN, Seção Rio de Janeiro.

MEC/IPHAN. **Parecer n. 21/79**. Praça Quinze de Novembro, Série Inventário, Rio de Janeiro, RJ. Arquivo Central do IPHAN, Seção Rio de Janeiro.

MEC/SPHAN. **Informação n. 4**, de 08 de janeiro de 1980. Praça Quinze de Novembro, Série Inventário, Rio de Janeiro, RJ. Arquivo Central do IPHAN, Seção Rio de Janeiro.

MEC/SPHAN. **Informação n.53**, de 31 de março de 1980. Praça Quinze de Novembro, Série Inventário, Rio de Janeiro, RJ. Arquivo Central do IPHAN, Seção Rio de Janeiro.

Parecer n. 004/88, 11 abr. 1988. Sítios Arqueológicos na Praça XV. Praça Quinze de Novembro, Série Inventário, Rio de Janeiro, RJ. Arquivo Central do IPHAN, Seção Rio de Janeiro.

Praça Quinze de Novembro, Série Inventário, Rio de Janeiro, RJ. Arquivo Central do IPHAN, Seção Rio de Janeiro.

Processo de Tombamento 0159-T-38.

Ofício Gabinete n. 557/84, 24 set. 1984. Pasta arqueologia. Arquivo da Superintendência Regional do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Ofício s/n, 04 jan. 1984. Arquivo Técnico Administrativo, Inventário, Paço Imperial, caixa 32, pasta 02/02. Arquivo Central do IPHAN, Rio de Janeiro.

O relatório e as conclusões da CPI são aprovadas em 07 de maio de 1982. In: **Projeto de Resolução n. 304 de 1982**. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1244409&filename=Dossie-PRC%20304/1982%20CPIPH. Acesso em: 23 fev. 2025.

Parecer de Gilberto Ferrez, 02 mar. 1990. **Praça Quinze de Novembro**, Série Inventário, Rio de Janeiro, RJ. Arquivo Central do IPHAN, Seção Rio de Janeiro.

Relatório das principais realizações do Iphan em 1979. Arquivo da Superintendência Regional do Iphan no Rio de Janeiro.

Relatório de atividades da Fundação Nacional Pró-Memória. Arquivo Intermediário da Fundação Nacional Pró-Memória. Arquivo Central do Iphan, Seção Rio de Janeiro.

Relatório do Seminário IPHAN/CNRC/PCH realizado em Brasília de 11 a 14 de junho de 1979. Arquivo Central do Iphan Seção Brasília. Centro Nacional de Referência Cultural, pasta 14, P.14.05.

Relatório elaborado pelo arquiteto Antonio Pedro G. de Alcântara, 20 fev. 1989. Série Gabinete. Arquivo Intermediário da Fundação Nacional Pró-Memória. Arquivo Central do Iphan, Seção Rio de Janeiro.

Restaurante Albamar (Torreão do antigo mercado municipal). Processo: E-03/038.234/78. Tombamento provisório em 11/01/1979. Tombamento definitivo em 26/01/1983.

Termo de imissão de posse do Paço Imperial. Processo de Tombamento 0159-T-38. Arquivo Central do IPHAN, Rio de Janeiro.

Transcrição dos pronunciamentos feitos quando da visita do Presidente João Figueiredo ao Sphan em Brasília, 12 nov. 1979. Arquivo Central do Iphan Seção Rio de Janeiro, Arquivo Personalidades - Aloísio Magalhães, Cx. 0067-P.00224.

VILAÇA, Marcos Vinícios. **Discurso na solenidade comemorativa da conclusão das obras de restauração do Paço Imperial**. Rio de Janeiro — 06 mar. 85. Arquivo Técnico Administrativo, Inventário, Paço Imperial. Arquivo Central do IPHAN, Rio de Janeiro.

Jornais e periódicos

A "Revista do Patrimônio" está de volta. Hoje no Paço. **O Globo**, Rio de Janeiro, 04 jul. 1984.

A poesia nas ruas do Centro do Rio. Passeie, olhe, sinta. **O Globo**, Rio de Janeiro, 15 out. 1985.

A preservação sem recursos do acervo fluminense. **O Globo**, Rio de Janeiro, 23 abr. 1981.

Achado canhão em terreno da Bolsa. **O Globo**, Rio de Janeiro, 18 nov. 1987.

AGUIAR, Marcelo. Bolsa de Valores do Rio de Janeiro abre hoje pela primeira vez o seu novo pregão. **O Globo**, Rio de Janeiro, 18 abr. 1996.

ALMEIDA, Maria Helena Gomes de. No centro do Rio um passeio pela história. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 19 mar. 1984. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/030015_10/116493. Acesso em: 17 jun. 2024.

Aloísio ampliará a atuação do IPHAN. **Jornal de Brasília**, Brasília, 28 mar 1979.

Aloísio Magalhães. A memória nacional em suas mãos. **Manchete**, Rio de Janeiro, 16 jun. 1979. In: MAGALHÃES, Aloísio. E Triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil. Rio de Janeiro, Nova Fronteira; Brasília, Fundação Nacional Pró-Memória, 1985.

Aloísio Magalhães toma posse como diretor do Patrimônio Histórico. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 1o. caderno, 30 mar 1979.

Aloísio Magalhães: Coragem é que preserva patrimônio. **O Globo**, Rio de Janeiro, 24 abr. 1981.

ANGELICA, Joana. Aloísio Magalhães e o patrimônio cultural. **O Globo**, Rio de Janeiro, 18 mai. 1981.

ANGELICA, Joana. Ludwig recebe hoje o Paço da Cidade que será reformado junto com a Praça. **O Globo**, Rio de Janeiro, 19 mar. 1982.

ANTUNES, Laura. Praça Quinze: os marcos de 200 anos. **O Globo**, Rio de Janeiro, 09 abr. 1989.

Aprovada a mensagem de preservação paisagística. **O Globo**, Rio de Janeiro, 09 dez. 1983.

Arquiteto Jaime Lerner elabora projeto de revitalização do centro do Rio de Janeiro. **RJ TV**. TV Globo, Rio de Janeiro, 19 jun. 1986.

Arquiteto que vai planejar futuro do Rio deixa saudade (e críticas) em Curitiba. **O Globo**, Rio de Janeiro, 21 ago. 1983.

AUGUSTO, Sergio. A civilização volta ao Rio. Tribuna Bis, **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, 27 abr. 1988.

AZEVEDO, Marinho de. Aloísio Magalhães, novo diretor do Iphan. Salvar Ouro Preto, Olinda, panelas de barro e todas as coisas vivas. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 11 mai. 1979.

Bairro modelo altera fisionomia do Centro do Rio. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 02 abr. 1988.

Bandas, serpentinas, baile. O Centro festeja sua preservação. **O Globo**, Rio de Janeiro, 14 jul. 1983.

BANDEIRA, Julio. Eixo cultural da cidade vai girar na Praça Quinze. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 12 set. 1982.

BANDEIRA, Julio. Obras deixarão Paço da Praça 15 como era no tempo do Rei. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 14 ago. 1983.

BERLINK, Deborah. Patrimônio histórico recupera o Paço Imperial. Formas originais e um centro cultural para a Praça 15. **O Globo**, Rio de Janeiro, 31 jul. 1983.

Bibliografia. **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro, jan/fev. 1937.
Bolsa recorre à justiça para construir Prédio. **O Globo**, Rio de Janeiro, 12 nov. 1982.

BOTTARI, Elenilce; SEARA, Berenice. Nas gavetas do poder repousam mirabolantes projetos para salvar a cidade maravilhosa. Vamos passear no Rio que não sai do papel? **O Globo**, Rio de Janeiro, 03 set. 1989.

CABRAL, Luciana. Livres, mas sem direito à memória. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 09 ago. 2001.

Câmara aprova por decurso de prazo a Fundação Rio. **O Globo**, Rio de Janeiro, 07 jun. 1979.

Câmara cria CPI do patrimônio histórico. **O Globo**, Rio de Janeiro, 11 set. 1980.

CAMARGO, Maria Silvia. A democracia no Paço. Revista Domingo, **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 13 out. 1985.

Carta assinada por intelectuais apóia a construção. **O Globo**, Rio de Janeiro, 12 out. 1982.

CARVALHO, Maria Luiza de. O Corredor Cultural. **Módulo**. Arquitetura e Arte. Edição n. 77, 1983. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/006173/7290>. Acesso em: 31 mar. 2025.

CAVALCANTI, Marco Antonio; SOUZA, Maria Eduarda Alves de. Paço da cidade, como no tempo do Império para o carioca de hoje. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 20 mai. 1984.

Centro do Rio ganha 2 terminais rodoviários. **O Globo**, Rio de Janeiro, 06 fev. 1988.

Centro do Rio muda de aspecto com mais terminais e calçadas. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 06 fev. 1985.

Centro histórico do Rio. Convênio destina CR\$10 milhões para oito projetos de recuperação. **O Globo**, Rio de Janeiro, 10 out. 1981.

Cheiro forte de peixe atinge roupa e sapatos e afasta até as namoradas. **O Globo**, Rio de Janeiro, 21 jan. 1985.

Cirurgia reparadora, uma restauração completa devolve ao Paço Imperial do Rio de Janeiro a sua face original. **Revista Veja**, Rio de Janeiro, 6 mar. 1985.

Comissão investiga o patrimônio. **Diário do Paraná**, Paraná, 07 jun. 1980. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/761672/144613>. Acesso em: 23 fev. 2025.

Conferência defende a harmonia entre o progresso e a preservação cultural. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 23 jul. 1981.

Corredor Cultural, um acervo lembra o Rio Antigo. **O Globo**, Rio de Janeiro, 04 ago. 1983.

COUTINHO, Wilson. O Paço da Cidade retorna ao seu brilho barroco. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 06 mar. 1985.

De volta à velha forma, o Paço reabre suas portas. **O Globo**, Rio de Janeiro, 06 mar. 1985.

Decreto do Corredor Cultural terá tarde de festa no Centro. **O Globo**, Rio de Janeiro, 06 jul. 1983.

Diretor do Paço quer fechar rua no Centro. **O Globo**, Rio de Janeiro, 21 jan. 1988.

DUARTE, Fernando. Largo do Boticário. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 08 fev. 1960. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/093718_04/965. Acesso em: 16 fev. 2025.

Duas peças raras são encontradas na Praça 15. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 17 nov. 1987. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/030015_10/216296. Acesso em: 26 ago. 2024.

ECT entrega o Paço da Cidade à Pró-Memória para restauração. **O Globo**, Rio de Janeiro, 20 mar. 1982.

Editorial. **Módulo, arquitetura e arte**. Edição n. 87, set/1987. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/006173/8288>. Acesso em: 31 mar. 2025.

Eixo cultural do Rio vai girar na Praça Quinze. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 12 set. 1982.

Em debate a concepção de cultura ligada a uma mobilização da sociedade. A defesa do patrimônio cultural brasileiro. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 02 set. 1979. In: MAGALHÃES, Aloísio. E Triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil. Rio de Janeiro, Nova Fronteira; Brasília, Fundação Nacional Pró-Memória, 1985.

Em discussão, o novo prédio da Bolsa. Para uns, vai desfigurar a Praça 15. Outros destacam seu valor cultural. **O Globo**, Rio de Janeiro, 19 out. 1982.

Entrepasto de pesca da Praça XV já não comporta toda a produção de peixe da cidade e gera muitos problemas à área do Centro. **RJ TV**, TV Globo, Rio de Janeiro, 07 jun. 1989.

Entrevista com o arquiteto e urbanista Jaime Lerner. Revitalização do Centro começa pela Praça XV. **O Globo**, Rio de Janeiro, 22 jun. 1986.

Escavações na Praça 15 acham cais onde D. João desembarcou. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 06 fev. 1987. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/030015_10/191503. Acesso em: 14 jul. 2024.

Estudos começaram a ser feitos em 1979. **O Globo**, Rio de Janeiro, 08 abr. 1990.

Exposição. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 09 fev. 1985.

FERREIRA, Ricardo. Paço Imperial. **Módulo, arquitetura e arte**. Edição n. 87, set/1987. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/006173/8339>. Acesso em: 31 mar. 2025.

Festa pelos 200 anos do chafariz. **O Globo**, Rio de Janeiro, 17 mai. 1989.

Formas originais e um centro cultural para a Praça 15. **O Globo**, Rio de Janeiro, 31 jul. 1983.

FREITAS, Rosana. A Praça XV em tempo de reforma. **Revista Ademi**, jun/1982.

Fundação Pró-Memória. **Jornal da Globo**. Rio de Janeiro, TV Globo, 19 mar. 1980.

Fundação Rio. A cultura na praça. **O Globo**, Rio de Janeiro, 31 ago. 1980.

Fundação Roberto Marinho apóia esforço de preservação. **O Globo**, Rio de Janeiro, 15 jan. 1982.

Fundação Roberto Marinho apóia preservação do Centro. **O Globo**, Rio de Janeiro, 27 jan. 1983.

GASPARONI, Alexandre. O chat noir. **Revista Fon-Fon**, Rio de Janeiro, 18 jan. 1908. Disponível em:

https://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/fonfon/fonfon_1908/fonfon_1908_041.pdf. Acesso em: 16 fev. 2025.

GOMES, Luiz Fernando. Planos de Lerner continuam no papel. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 01 dez. 1985.

GOMES, Marcos. Corredor Cultural. **Última Hora Revista**, Rio de Janeiro, 16 jun. 1983. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/386030/121637>. Acesso em: 14 jul. 2024.

Governo inicia projeto para desafogar a Praça 15. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 02 jan. 1988.

Grandes projetos não sairão do papel tão cedo. **O Globo**, Rio de Janeiro, 20 out. 1988.

Inauguração do Paço Imperial que foi restaurado pelo MEC, Secretaria da Cultura e Sphan. **Jornal Hoje**, TV Globo, Rio de Janeiro, 06 mar. 1985.

Informe Rio. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 03 fev. 1984.

IPHAN vai seguir nova linha. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 28 mar 1979.

Jaime Lerner e a revalorização do Centro do Rio. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 18 mai. 1985.

KAPLAN, Sheila. De volta à velha forma, o Paço reabre suas portas. **O Globo**, Segundo Caderno, 3 mar. 1985.

Klabin cria hoje fundação para estimular arte na cidade. **O Globo**, Rio de Janeiro, 17 mai. 1979.

Klabin: Prefeitura no Centro facilitaria a administração. **O Globo**, Rio de Janeiro, 18 abr. 1979.

Lançamento da Revista do Patrimônio no Paço Imperial do Rio de Janeiro. **RJ TV**, TV Globo, Rio de Janeiro, 04 jul. 1984.

Lance-Livre. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 27 jan. 1985.

Literário. **Vamos Ler**, Rio de Janeiro, 19 mai. 1938.

Livros recebidos. **O Jornal**, Rio de Janeiro, 08 jan. 1969.

LOBATO, Eliana. Valorizado e reanimado, o novo Centro. **O Globo**, Rio de Janeiro, 03 jan. 1987.

LOBATO, Eliane. A fantástica Praça Quinze. **O Globo**, Rio de Janeiro, 22 mar. 1988.

MAGALHÃES, Aloísio. Entrevista concedida a Elias Fajardo da Fonseca. **O Globo**, Rio de Janeiro, 05 jan 1977.

MAGALHÃES, Aloísio. Entrevista concedida a Zuenir Ventura. **Isto é**, Rio de Janeiro, dez/1981. In: E Triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil. Rio de Janeiro, Nova Fronteira; Brasília, Fundação Nacional Pró-Memória, 1985.

Mais de 20 pontos de ônibus criam caos na Praça Quinze. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 30 dez. 1984.

MARTINS, Alexandre. Cortiços, pinturas de bares, memória de um Rio pouco tradicional. **O Globo**, Rio de Janeiro, 21 ago. 1986.

MEDEIROS, Mônica. Praça Quinze ganhará Mercado Novo. **O Globo**, Rio de Janeiro, 27 dez. 1987.

Ministro da Cultura decide hoje futuro da Praça Quinze. **O Globo**, Rio de Janeiro, 14 mar. 1990.

Ministro Eduardo afirma que não basta só tombar nosso patrimônio. **Jornal O Dia**, Rio de Janeiro, 28 mar. 1979.

Módulo Brasil Arquitetura, Outubro-Dezembro, 1982. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/006173/6938>. Acesso em: 26 ago. 2024.

MOREIRA, Virgílio Moretzohn. Corredor Cultural, um projeto para o Centro do Rio. **O Globo**, Rio de Janeiro, 21 dez. 1979.

MOREIRA, Virgílio Moretzohn. O Corredor Cultural. Em debate, as funções e os problemas do centro histórico da cidade. **O Globo**, Rio de Janeiro, 21 jul. 1981.

NEPOMUCENO, Rosa. A praça dos anos 2000. **O Globo**, 01 mar. 1988.

No Arco do Teles, se inicia a viagem no tempo. **O Globo**, Rio de Janeiro, 27 nov. 1988.

Noite na Praça Quinze: um caos de caminhões ambulantes e sujeira. **O Globo**, Rio de Janeiro, 09 jun. 1985.

Novas Diretrizes: Política, Cultura, Economia, Rio de Janeiro, nov. 1938.

Novidades. **O Imparcial**, Maranhão, 01 mai. 1938.

Novo pregão da Bolsa vai revitalizar a Praça Quinze. **O Globo**, Rio de Janeiro, 26 dez. 1988.

Novo pregão do Rio, o maior da América Latina. **O Globo**, Rio de Janeiro, 29 ago. 1987.

O bem tombado, para usar. Ou não?, **O Globo**, Rio de Janeiro, 20 set. 1985.

O conhecimento dos valores da arte e da história do Brasil. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 09 dez. 1938.

O gaz muda-se. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, 15 ago. 1911. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/103730_04/27642. Acesso em: 16 fev. 2025.

O novo diretor do Patrimônio Histórico condena imobilismo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 28 mar 1979.

O Paço volta aos bons tempos. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 23 nov. 1982.

Obras dão ao Paço perfil do Império. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 14 ago. 1983.

Ônibus garantem transporte. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 08 nov. 1989.

Paço começa a mudar dia 28 fachada com o fim de 21 janelas. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 25 nov. 1984.

Paço escondia riquezas antigas. **Última Hora**, Rio de Janeiro, 14 set. 1983.

Paço Imperial ameaçado de destruição. TV Globo, **Jornal Nacional**, Rio de Janeiro, 11 jan. 1982.

Paço Imperial do jeito que era. **O Globo**, Rio de Janeiro, 06 mar. 1985.

Paço Imperial volta às origens e revela história. **O Globo**, Rio de Janeiro, 04 jun. 1984.

Paço Imperial, nova opção de lazer no Rio. **O Globo**, Rio de Janeiro, 25 mar. 1985.

Paço terá de ser restaurado para tornar-se museu do Rio. **O Globo**, Rio de Janeiro, 28 mai. 1979.

Passeio pelo Centro da cidade lembra Império com humor republicano. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 04 jun. 1984.

Patrimônio. **O Fluminense**, Rio de Janeiro, 06 dez. 1980. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/100439_12/8992. Acesso em: 23 fev. 2025.

Peixe e ônibus, os vilões. **O Globo**, Rio de Janeiro, 01 mar. 1988.

PEREIRA, Mauro Cezar. A Praça Quinze do tempo da Colônia. **O Globo**, Rio de Janeiro, 09 abr. 1989.

Plano de Lerner mudará todo o trânsito no Centro. **O Globo**, Rio de Janeiro, 10 jan. 1985.

Plano de revitalização do Centro começa com terminais. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 30 jul. 1986.

Pólo cultural da Praça 15. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 23 jan. 1990. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/030015_11/1796. Acesso em: 06 abr. 2025.

PONTES, Fernanda. Rio poderá ganhar um novo Mercado da Praça XV. Coluna Ancelmo Gois. **O Globo**, Rio de Janeiro, 25 set. 2024.

PONTUAL, Roberto. **Aloísio Magalhães, o administrador da cultural nacional**: "Tudo será mudado e descentralizado. Mas devagar". *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 05 jan. 1981.

Portella quer Fundo Pró-Memória. **Jornal de Santa Catarina**, Santa Catarina, 18 jul. 1979.

PORTINARI, Maribel. Praças do Rio. Sujas, decadentes, perigosas, mas, ainda assim, redutor de lazer. **O Globo**, Rio de Janeiro, 19 abr. 1981.

Pouco a pouco, o Paço da Cidade retoma seu traço original. **O Globo**, Rio de Janeiro, 19 abr. 1984.

Praça Quinze, tombada, exige reforma. **O Globo**, Rio de Janeiro, 16 mar. 1990.

Praça XV: Pescado e sujeira. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, 24 mar. 1989.

Prefeito inaugura dois chafarizes no Centro. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 05 abr. 1988. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/030015_10/227738. Acesso em: 05 abr. 2025.

Preservar. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 25 jul. 1980.

Presidente da Bolsa pede o apoio de Jamil para nova sede. **O Globo**, Rio de Janeiro, 13 abr. 1983.

Presidente do Pró-Memória faz planos para o Paço. **O Globo**, Rio de Janeiro, 22 jun. 1986.

Pró-Memória recebe a chave do Paço Imperial com banda e Calmon discursa. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 20 mar. 1983.

Projeto Ano 2000 visto com reserva. **Última Hora**, Rio de Janeiro, 19 jan. 1984. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/386030/124220>. Acesso em: 25 fev. 2025.

Projeto devolve perfil histórico à Praça 15. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 06 mai. 1987.

Projeto do Corredor Cultural cria centro de cultura na Praça XV. **RJ TV**. TV Globo, Rio de Janeiro, 16 dez. 1987.

Reforma de praças continua lenta. **O Globo**, Rio de Janeiro, 14 nov. 1987.

REGO, Pedro da Costa. Carioca de cinquenta anos. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 11 jun. 1950. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/089842_06/3199. Acesso em: 16 fev. 2025.

Relíquias da Praça XV, onde a cidade começou. **O Globo**, Rio de Janeiro, 04 ago. 1983.

RENATO, Cláudio. A arquitetura preservada. **O Globo**, Rio de Janeiro, 26 mar. 1989.

RENATO, Cláudio. Para preservar um corredor do passado. **O Globo**, Rio de Janeiro, 11 abr. 1989.

Restauração pode dar nova vida à Praça Quinze. **O Globo**, Rio de Janeiro, 06 mai. 1987.

Revista do Patrimônio, páginas reabertas para o debate da cultura. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 04 jul. 1984.

Revitalização do Centro começa pela Praça XV. **O Globo**, Rio de Janeiro, 22 jun. 1986.

Rio Antigo pode ser revivido no Centro. **O Globo**, Rio de Janeiro, 11 dez. 1987.

Rio deixou de ser boa praça. Perigo, abandono e pouco lazer nos nossos jardins. **Jornal dos Sports**, Rio de Janeiro, 12 jan. 1986. Disponível em:
http://memoria.bn.gov.br/DocReader/112518_05/33850. Acesso em: 22 mar. 2025.

Rio poderá ganhar um novo “Mercado da Praça XV”. Coluna Ancelmo Gois. **O Globo**, Rio de Janeiro, 25 set. 2024.

RIO, João do. O velho mercado. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, 16 fev. 1908. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/103730_04/16727. Acesso em: 16 fev. 2025.

RONDEAU, José Emílio. Catalogada e abandonada memória de uma cidade: prédios e monumentos do Rio, tombados ou não pelo Patrimônio, acumulam as cicatrizes do descaso. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 08 fev. 1981. Disponível em:
http://memoria.bn.gov.br/DocReader/030015_10/26664. Acesso em: 14 jul. 2024.

SCHMIDT, Selma. Paes vai pedir a Lula que Rio seja reconhecido como capital honorária do Brasil. **O Globo**, Rio de Janeiro, 07 fev. 2025. Disponível em:
<https://oglobo.globo.com/rio/noticia/2025/02/07/paes-vai-pedir-a-lula-que-rio-seja-reconhecido-como-capital-honoraria-do-brasil.ghtml>. Acesso em: 12 fev. 2025.

Secretaria de Cultural vai restaurar Paço Imperial e deixá-lo como era em 1825. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 15 jan. 1982.

Secretaria dos Transportes convoca reunião no Paço Imperial entre empresários de ônibus, representantes dos trabalhadores, motoristas e cobradores, e o arquiteto Jaime Lerner. **RJ TV**. TV Globo, Rio de Janeiro, 24 jan. 1985.

SILVA, Álvaro Costa e. A Praça Quinze agora é intocável. **O Globo**, Rio de Janeiro, 05 abr. 1990.

Sphan culpa o Rio pelo descaso com monumentos. **O Globo**, Rio de Janeiro, 10 fev. 1981.

THYS, Bruno. “Corredor” guarda memória do velho Rio. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 05 mar. 1983.

THYS, Bruno. Praça 15. Velho cais ressurgiu com a beleza do perfil original. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 07 jul. 1987. Disponível em:
http://memoria.bn.gov.br/DocReader/030015_10/204620. Acesso em: 15 jul. 2024.

THYS, Bruno. Projeto confirma Praça 15 como pólo cultural do Rio. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 12 mar. 1989. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/030015_10/257447. Acesso em: 14 jul. 2024.

THYS, Bruno. Velho cais é descoberto na Praça 15. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 06 fev. 1987. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/030015_10/191530. Acesso em: 05 abr. 2025.

Tombamento foi feito após sério estudo. **O Globo**, Rio de Janeiro, 29 abr. 1990.

Três momentos do Paço da Cidade. **Revista Arquiteturação**, abr. 1983.

Um acervo lembra o Rio Antigo. **O Globo**, Rio de Janeiro, 04 ago. 1983.

Urbanistas temem que o Rio se transforme numa “miserópolis”. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 10 nov. 1985.

Velho cais da Praça XV. Charge de Jimmy Scott. **O Globo**, Rio de Janeiro, 08 fev. 1987.

Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

ALCÂNTARA, Dora. Praça XV e imediações: estudo de uma área histórica no Rio de Janeiro. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 20, 1984.

ANDRADE, Rodrigo M. F. de. Programa. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 1, 1937.

ANTONIO, João. Praça XV, Ai! In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 20, 1984.

ARNAUT, Jurema Kopke Eis. Morro da Conceição, Rio: uma proposta de preservação sem tombamento. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 19, 1984.

BRENNNA, Giovanna Rosso Del. Rio: uma capital nos trópicos e seu modelo europeu. SPHAN/-PRÓ-MEMÓRIA. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 19, 1984.

CALMON, Pedro. Paço Imperial: história e ressurreição de um palácio. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 20, 1984.

CAMPELLO, Glauco. A restauração do Paço: revendo 240 anos de transformações. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 20, 1984.

FALCÃO, Joaquim. Política de preservação e democracia. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 20, 1984.

FONTES, Helena Lucia et al. Preservação e desenvolvimento, as duas faces de uma moeda urbana. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 21, 1986.

LYRA, Cyro Corrêa. O novo Paço: uma obra para debates. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 20, 1984.

Mesa redonda: Patrimônio Edificado I - conservação/restauração. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 22, 1987.

PARENT, Michel. O futuro do patrimônio arquitetônico. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 19, 1984.

PINHEIRO, Augusto Ivan de Freitas. A permanência do Espaço: intervenções urbanísticas na Praça XV. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 20, 1984.

Projetos. Praça XV: problemas e propostas. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 20, 1984.

REIS, José de Souza. Estudos preliminares para a restauração do Paço. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 20, 1984.

SILVA, Regina Pinheiro da et al. A pesquisa arqueológica: primeiras notas. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 20, 1984.

SOEIRO, Renato. Apresentação. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 17, 1967.

REVISTA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, n. 19, 1984.

REVISTA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, n. 20, 1984.

REVISTA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, n. 21, 1986.

REVISTA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, n. 22, 1987.

TELLES, Augusto C. da Silva. Centros históricos: notas sobre a política brasileira de preservação. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 19, 1984.

VELHO, Gilberto. A grande cidade brasileira: sobre heterogeneidade e diversidades culturais. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 21, 1986.

LEGISLAÇÃO

BRASIL. **Decreto 81.454, de 17 de março de 1978**. Dispõe sobre a organização administrativa do Ministério da Educação e Cultura. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-81454-17-marco-1978-430536-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 15 abr 2024.

BRASIL. **Lei n. 6.757, de 17 de dezembro de 1979**. Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Nacional Pró-Memória e dá outras providências. Brasília/DF: 1979.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Política Nacional de Cultura**. Brasília, 1975. Disponível em:

<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me001728.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2024.

BRASIL. Nomeação de Aloísio Magalhães ao cargo de diretor-geral do IPHAN. **Diário Oficial de 27 de março de 1979**. IPHAN/COPEDOC - Rio de Janeiro, Arquivo Personalidades Caixa 0070, Rio de Janeiro, 1979.

PREFEITURA DO RIO. **Decreto nº 4141, de 14 de julho de 1983**. Aprova o PA 10.290 e o PAL 38.871 e fixa os limites da área abrangida pelo Corredor Cultural. Disponível em: https://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4354360/4107413/centro_dec4141_83_corredor_cultural.pdf. Acesso em: 27 mar. 2025.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto de Resolução n. 78 de 1979**. Dispõe sobre a criação de CPI destinada a investigar a situação do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e avaliar a política do Governo Federal para sua defesa e conservação. Disponível em https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=EA707C2BF3AFE43D1344B5F525FCFDB4.proposicoesWeb2?codteor=1244806&filename=Dossie+-PRC+78/1979. Acesso em: 23 fev. 2025.

RIO DE JANEIRO. **Decreto n. 2216 de 20 de julho de 1979**. Estabelece condições de preservação ambiental, com vistas a revitalização da função cultural, em área do Centro da Cidade, conforme proposição do Plano Urbanístico Básico - PUB-RIO, na AP-1. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rj/r/rio-de-janeiro/decreto/1979/222/2216/decreto-n-2216-1979-estabelece-condicoes-de-preservacao-ambiental-com-vistas-a-revitalizacao-da-funcao-cultural-em-area-do-centro-da-cidade-conforme-proposicao-do-plano-urbanistico-basico-pub-rio-na-ap-1>. Acesso em: 18 set. 2024.

SITES

A última de Samuel Wainer. Biblioteca Nacional. Disponível em:

<https://bndigital.bn.gov.br/artigos/acervo-da-bn-a-ultima-de-samuel-wainer/>. Acesso em: 12 fev. 2025.

AZEVEDO, Paulo Ormindo de. **Homenagem do Conselho Consultivo do IPHAN a Renato Soeiro**. Disponível em:

http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/Homenagem_a_Renato_Soeiro.pdf. Acesso em: 19 abr. 2024.

BRITO, Carlos. **Rio 455 anos: obras recriam a ocupação urbana desde a fundação**. Disponível em:

<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/03/01/rio-455-anos-obras-reciam-a-ocupacao-urbana-desde-a-fundacao-veja-o-antes-e-o-depois.ghtml>. Acesso em: 07 mai. 2025.

Cadeia Velha. **ImagineRio**. Disponível em:

<https://www.imagerio.org/iconography/views/33514359>. Acesso em: 08 mar. 2025.

Casa dos Governadores. **ImagineRio**. Disponível em:

<https://www.imagerio.org/iconography/views/32484236>. Acesso em: 08 mar. 2025.

Edifício Centro Cândido Mendes. História. Disponível em:
<http://www.ceccm.com.br/sobre-nos.php>. Acesso em: 02 set. 2024.

Fon Fon. Verbete. Rio de Janeiro, FGV. Disponível em:
<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/FON%20FON.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2025.

Gazeta de Notícias. Verbete. Rio de Janeiro, FGV. Disponível em:
<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/GAZETA%20DE%20NOT%20%C3%8DCIAS.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2025.

Jornal do Brasil. Verbete. Rio de Janeiro, FGV. Disponível em:
<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/JORNAL%20DO%20BRASIL.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2025.

Largo do Paço em 1817, por Thomas Ender. Disponível em:
<https://kulturcheck.at/zugabe/thomas-ender-eine-brasilienexpedition-im-biedermeier/>. Acesso em: 04 set. 2024.

Lúcio Costa. Verbete. Disponível em:
<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/brasil/dhbb/Lucio%20Costa.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2024.

Mapa com os bens tombados pelo IPHAN na Praça XV de Novembro, no Rio de Janeiro. Disponível em:
https://www.google.com/maps/d/u/1/edit?mid=1XG42FRa9FaiblqCYsME_LgWrN1pZvDE&usp=sharing. Acesso em: 18/07/2025.

Marcos Vinícios Vilaça. Verbete. Disponível em:
<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/vilaca-marcos>. Acesso em: 04 fev. 2025.

O Globo. Verbete. Rio de Janeiro, FGV. Disponível em:
<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/GLOBO,%20O.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2025.

Rede Globo. Atlas Histórico do Brasil. Rio de Janeiro, FGV. Disponível em:
<https://atlas.fgv.br/verbete/6348>. Acesso em: 11 fev. 2025.

Tribuna da Imprensa. Atlas Histórico do Brasil. Rio de Janeiro, FGV. Disponível em:
<https://atlas.fgv.br/verbete/6390>. Acesso em: 10 fev. 2025.

Última Hora. Atlas Histórico do Brasil. Rio de Janeiro, FGV. Disponível em:
<https://atlas.fgv.br/verbete/6400>. Acesso em: 12 fev. 2025.

Vida e obra de Oscar Niemeyer. Disponível em:
<http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/762>. Acesso em: 15 dez. 2024.

Planta do terreno do antigo Mercado da Candelária. Disponível em:

<https://memoria-spu.gestao.gov.br/acervo-historico/planta-dos-terrenos-do-antigo-mercado-da-candelaria/>. Acesso em: 16 fev. 2025.

Rua Primeiro de Março. **ImagineRio.** Disponível em:

<https://www.imagnerio.org/iconography/views/32482344>. Acesso em: 08 mar. 2025.

Saturnino assina lei que amplia o “corredor cultural” da cidade. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 16 dez. 1987.